

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

MARIA DE FÁTIMA LAGE GUERRA

**TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL:
coortes, formas de contratação e famílias contratantes**

BELO HORIZONTE
2017

Maria de Fátima Lage Guerra

TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL: coortes, formas de contratação e famílias contratantes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Demografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Wajnman

Co-orientador: Prof. Dr. Bernardo P. Campolina Diniz

BELO HORIZONTE
2017

Folha de aprovação

*Para Dôra e Marli, trabalhadoras,
que tornaram bem mais fácil a jornada desta patroa.*

*Em memória de meu pai,
que partiu em meio a esta empreitada
e passou a habitar meus sonhos.*

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas e instituições que tenho para agradecer ao final deste longo percurso acadêmico, que começou em fins da década passada, quando comecei a frequentar o Curso de Pós-Graduação em Demografia do CEDEPLAR-UFMG, ainda na condição de ouvinte.

A gratidão maior é para com a Professora Simone Wajnman, minha orientadora e exemplo de que uma pessoa da academia pode ser, ao mesmo tempo, muito competente, criativa, comprometida com o que faz, exigente com a qualidade do trabalho dos seus orientandos e, também, leve, divertida, acessível, afetuosa e parceira. Ter tido o privilégio de trabalhar sob a sua supervisão nesses últimos anos é algo que já guardo com carinho. Não vou esquecer nem mesmo os comentários que ela fez algumas vezes nas bordas do meu texto, do tipo: “Ai, ai, ai, Fatinha, que tabelão é este que não está mostrando nada do que você quer dizer?”.

Agradeço muito também ao Professor Bernardo Campolina Diniz, meu co-orientador, que se juntou a nós para me ajudar a ver que a POF-IBGE não é um monstro de sete cabeças, muito embora eu esteja terminando a tese achando que pelo menos umas três cabeças o monstro tem, mesmo depois de tudo que ele me ensinou.

Aos membros da banca de qualificação do projeto – Professores Eduardo Rios-Neto, Ana Hermeto e Frederico Melo – agradeço pelas críticas e sugestões que melhoraram bastante a qualidade deste trabalho. E aos membros da banca de defesa, que são os mesmos da qualificação, mais a Professora Nadya Guimarães, agradeço a gentileza em aceitar o convite para estarem conosco na reta final do processo.

Ao CNPq e à CAPES, agradeço pelo apoio financeiro para que eu pudesse, respectivamente, cumprir os créditos das disciplinas obrigatórias e optativas do curso e passar um ano na Filadélfia, na *University of Pennsylvania*, fazendo um doutorado-sanduíche no *Population Studies Center (PSC)* da *Penn Arts & Science*.

Ao Professor Cássio Maldonado Turra, agradeço pelo carinho com que acolheu a minha demanda para passar um ano fora do país e o empenho em me abrir as portas do *PSC* e da nossa querida *Philly*, onde eu e minha família fomos muito felizes.

Ao Professor Emilio Alberto Parrado, meu *advisor* no *PSC*, agradeço pelo acolhimento, pela oportunidade a mim concedida de acessar uma vasta bibliografia sobre o mundo do trabalho em várias localidades, mas sobretudo na América Latina, e pelas preciosas dicas que

foram muito úteis para o desenvolvimento deste trabalho. Me lembrarei dele sempre que estiver lendo um poema de García Lorca.

Ao DIEESE, agradeço pelo privilégio de ter tido uma licença de quatro anos, através do Programa de Aperfeiçoamento dos Trabalhadores (PAT) do DIEESE, para me dedicar integralmente ao doutorado. Também no DIEESE, agradeço ao nosso ex-Coordenador de Educação, Nelson Karam, que foi uma espécie de orientador interno do meu trabalho, me aconselhando e apoiando em tudo que precisei do Departamento para desenvolver a pesquisa. Aos demais colegas dieesianos, agradeço pelo apoio, incentivo e compreensão, sobretudo nos momentos em que precisei me ausentar do trabalho para concluir esta pesquisa.

Um agradecimento para lá de especial aos amigos Wesley Matheus, Guilherme Travassos e Antônio Ibarra, sem os quais esta aprendiz em assuntos estatísticos e econométricos não teria chegado ao fim de sua tese, tão cheia de regressões e microdados compilados de três pesquisas domiciliares diferentes. Aos outros Guilhermes (Araújo e Quaresma), agradeço pelas várias dicas e sugestões para melhorar meu desempenho no STATA.

E por falar em estatística, um agradecimento também muito afetuoso aos professores Gilvan Guedes e Cibele Comini que, pacientemente, me ajudaram a abrir a caixa-preta dos modelos econométricos. Graças ao empenho deles hoje sou capaz de fazer e interpretar coisas muito mais bacanas do que uma simples planilha em Excel.

Aos colegas Járvis Campos, Márcia Fontes e Raquel Guimarães, agradeço, respectivamente, pelos ensinamentos sobre as variáveis de migração do censo demográfico, sobre o manuseio dos arranjos familiares na POF-IBGE e pelo repasse do algoritmo para compatibilização da variável educação do censo de 2010 com os demais.

Ao Projeto IPUMS do *Population Center* da *University of Minnesota*, agradeço pela permissão de uso, *on line*, das bases de dados dos censos demográficos brasileiros, através da plataforma IPUMS *International* que tornou muito mais fácil o processo de pesquisa e manipulação dos dados.

Aos amigos Elisio Mazive, Gabriela Bonifácio e Helena Castanheira agradeço o companheirismo e os momentos divertidos que passamos juntos nos dias frios de *Philly* e *Narberth*.

Aos muitos outros amigos e amigas que fiz nas n coortes com as quais estudei no CEDEPLAR – e em especial à gloriosa coorte de 2012, da qual faço parte oficialmente – um agradecimento muito, mas muito especial mesmo. Sem a rede de apoio mútuo e de solidariedade que existiu entre os alunos dessas coortes ao longo do curso, teria sido muito mais difícil

sobreviver a tantos exercícios, avaliações, trabalhos, provas, entrevistas e qualificações. Do CEDEPLAR, agradeço também aos demais professores e aos funcionários, sobretudo os da Secretaria de Pós-Graduação, sempre tão gentis e eficientes em acolher e dar encaminhamento às minhas demandas administrativas.

Um agradecimento especial faço, novamente, ao Frederico Melo, meu amigo querido desde a graduação e colega de trabalho no DIEESE, que, além de membro das bancas examinadoras de qualificação do projeto e defesa da tese, foi um interlocutor privilegiado e grande estimulador deste trabalho.

Às minhas amigas-irmãs – Regina Camargos, Eliara Santana e Natália Sátyro – agradeço as risadas, as brincadeiras, as festas na “laje”, os vinhos e espumantes, as conversas virtuais e o apoio afetivo, sem os quais eu não teria dado conta de concluir este árduo trabalho. Amigas guardadas do lado esquerdo do peito, essas três.

Ao Fábio e à Helena, meus sogros, agradeço o incentivo, o aconchego do Morro do Chapéu e o carinho dispensado a mim, desde sempre. À minha amada mãe, Salete, minha irmã Mônica e minha tia Léia, agradeço o porto seguro de todas as horas. Perdemos as presenças de meu pai e da nossa querida Dade durante este percurso, mas continuamos juntas, firmes e fortes, nos apoiando e ajudando.

Para terminar, agradeço o apoio, o estímulo e o carinho sem fim das “pessoinhas lá de casa” – Bruno, Laura e André – meu grupinho no WhatsApp, minha pequena grande família, meu cantinho de amor.

(...)

No meio-dia branco de luz uma voz que aprendeu
a ninar nos longes da senzala – e nunca se esqueceu
chamava para o café.
Café preto que nem a preta velha
café gostoso
café bom.

Minha mãe ficava sentada cosendo
olhando para mim:
– Psiu... Não acorde o menino.
Para o berço onde pousou um mosquito.
E dava um suspiro... que fundo!

Lá longe meu pai campeava
no mato sem fim da fazenda.

(...)

Carlos Drummond de Andrade, "Infância" (fragmento),
em *Alguma Poesia* (1930).

"Como você foi diferente, Sá Maria, com a sua existência prestimosa e sóbria, devotada à criação de duas gerações da família e pitando eternamente o seu cachimbo, única volúpia que a singeleza de seu feitio lhe permitia! E no entanto o Cutucum, de que você veio, num dia remoto do século 19, está situado nesse distrito do Carmo, de que o padre Júlio assinalava o 'descalabro social', a 'polícia fraquíssima e nula', a 'deficiência de educação e princípios religiosos', a inclinação 'a toda sorte de orgias'. Ainda vejo seu corpo mirrado, sob o lenço colorido da cabeça, os dedos entrelaçados de frieiras, a boca murcha mascando mesmo quando vazia, a voz severa, mas traindo um secreto carinho, o coração aberto, numeroso... Cinquenta anos, pelo menos, da vida de Itabira, desfilaram diante dos seus olhos e você nem reparou neles, preocupada com estava em encher o seu pote d'água, preparar cedo o almoço e o jantar da família, deitar cedo os filhos de criação, viver cedo, fazer tudo cedo... menos morrer, porque isso era contra o seu regulamento interno, que exigia o máximo de fervor e de humildade na devoção."

Carlos Drummond de Andrade, "Vila de Utopia",
em *Confissões de Minas* (1944).

RESUMO

Esta tese consiste de três estudos sobre a dinâmica da oferta e da demanda de trabalhadoras domésticas no Brasil, ao longo das últimas décadas. O primeiro estudo, "Tendências de retração e envelhecimento da mão de obra feminina no trabalho doméstico remunerado: o papel da escolaridade na substituição das coortes", discute as mudanças na estrutura etária e a retração na quantidade relativa de mulheres ocupadas na atividade, com ênfase nos efeitos identificáveis do aumento da escolaridade feminina, sobretudo em coortes mais jovens. O segundo, "Da residência em “casa de família” ao trabalho por dia: transições nas formas de contratação das trabalhadoras domésticas no Brasil", examina as mudanças em curso no perfil das trabalhadoras ocupadas no setor, especialmente o deslocamento rumo à “diarização” e a virtual extinção da doméstica residente. Por fim, o terceiro estudo, "Quem contrata trabalhadoras domésticas diaristas e mensalistas no Brasil?", analisa o perfil demográfico e socioeconômico das famílias contratantes, sob as perspectivas dos recursos financeiros do domicílio; da necessidade de serviços domésticos, com destaque para os tipos de arranjos familiares; e das atitudes de gênero.

Palavras-chave: Brasil; trabalhadoras domésticas; trabalho doméstico remunerado; coortes; famílias; formas de contratação; mensalistas; diaristas.

ABSTRACT

This dissertation consists of three studies on the dynamics of supply and demand of domestic workers in Brazil over the last decades. The first study, "Tendencies of retraction and aging of female labor in paid domestic work: the role of schooling in replacing cohorts," discusses the changes in age structure and the decrease in the relative quantity of women employed in the activity, with emphasis on the identifiable effects of increased female schooling, especially in younger cohorts. The second, "From living at work to the workday: transitions in the ways of hiring domestic workers in Brazil" examines the ongoing changes in the profile of women workers in the sector, especially the shift towards the so-called "dailization" and the virtual extinction of the resident domestic worker. Finally, the third study, "Who hires domestic workers in Brazil?", analyzes the demographic and socioeconomic profile of the contracting families, under the perspective of household resources, need for domestic service with emphasis on the types of family arrangements, and gender attitudes.

Keywords: Brazil; domestic workers; paid domestic labor; cohorts; families; modes of hiring; monthly paid labor; daily paid labor.

RESUMO

Esta tesis consiste en tres estudios sobre una dinámica de la oferta y la demanda de las trabajadoras domésticas en Brasil, a lo largo de las últimas décadas. El primer estudio, "Tendencias de la retracción y el envejecimiento de la mano de obra femenina en el trabajo doméstico remunerado: el rol de la escolaridad en la sustitución de las cohortes", discute las mudanzas en la estructura y la recogida en la cantidad relativa de las mujeres ocupadas en la actividad, con énfasis en los efectos identificables del aumento de la escolaridad femenina, sobre todo en las cohortes más jóvenes. El segundo, "De la residencia en la 'casa de familia' al trabajo por día: las transiciones en las formas de contratación de las trabajadoras domésticas en Brasil", examina las mudanzas en curso en el perfil de las trabajadoras ocupadas en el sector, especialmente el desplazamiento hacia el pago diario y la virtual extinción de la doméstica residente en su trabajo. Por último, el tercer estudio, "¿Quién contrata a las trabajadoras domésticas y las mensalistas en Brasil?", analiza el perfil demográfico y socioeconómico de las familias contratantes, bajo las perspectivas de los recursos del domicilio, de la necesidad de servicios domésticos con destaque para los tipos de familias y las actitudes de género.

Palabras-clave: Brasil; trabajadoras domésticas; trabajo doméstico remunerado; cohortes; familias; formas de contratación; mensalistas; diaristas.

LISTA DE GRÁFICOS

Tendências de retração e envelhecimento da mão de obra feminina no trabalho doméstico remunerado: o papel da escolaridade na substituição das coortes

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1 - Proporção de trabalhadores ocupados em serviços domésticos remunerados, segundo sexo. Brasil - 1960-2010 | 30 |
| GRÁFICO 2 - Proporção de trabalhadoras ocupadas em serviços domésticos remunerados, segundo as Grandes Regiões. Brasil - 1960 a 2010..... | 31 |
| GRÁFICO 3 - Proporção de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas por grupos etários e períodos decenais. Brasil - 1960 a 2010 | 36 |
| GRÁFICO 4 - Proporção de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas por grupos etários e períodos quinquenais. Brasil - 1992 a 2012 | 37 |
| GRÁFICO 5 - Proporção de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas por grupos etários e coortes decenais. Brasil - 1960 a 2010 | 38 |
| GRÁFICO 6 - Proporção de trabalhadoras domésticas no total de mulheres ocupadas por grupos etários e coortes quinquenais. Brasil - 1992 a 2012 | 39 |
| GRÁFICO 7 - Variação percentual das proporções total e por grupos etários de mulheres ocupadas como domésticas. Brasil - 1992 a 2012..... | 45 |
| GRÁFICO 8 - Estrutura educacional das mulheres ocupadas de 20 a 24 anos. Brasil - 1992 e 2012..... | 45 |
| GRÁFICO 9 - Proporções de mulheres de 20-24 anos ocupadas em serviços domésticos remunerados por nível de instrução. Brasil - 1992 e 2012 | 47 |

Da residência em “casa de família” ao trabalho por dia: transições nas formas de contratação das trabalhadoras domésticas no Brasil

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1 - Distribuição percentual das trabalhadoras domésticas por condição de residência no local de trabalho. Brasil - 1970 a 2010 | 75 |
| GRÁFICO 2: Distribuição percentual das trabalhadoras domésticas por número de domicílios em que trabalham. Brasil - 1992 a 2012 | 76 |
| GRÁFICO 3 - Proporção de trabalhadoras domésticas com carteira, por condição de residência no local de trabalho. Brasil e Grandes Regiões - 2000 e 2010 | 79 |
| GRÁFICO 4: Proporção de trabalhadoras domésticas mensalistas e diaristas que contribuem para a previdência social, segundo a natureza do vínculo empregatício. Brasil – 2002 a 2012 | 88 |

LISTA DE TABELAS

Tendências de retração e envelhecimento da mão de obra feminina no trabalho doméstico remunerado: o papel da escolaridade na substituição das coortes

| | |
|---|-------|
| TABELA 1 – Distribuição das mulheres ocupadas no trabalho principal, segundo os grandes grupos de atividade econômica. Brasil – 2002 a 2012 | 31 |
| TABELA 2 – Proporções de trabalhadoras ocupadas em serviços domésticos remunerados por grupos etários decenais. Brasil – 1960 a 2010 | 35 |
| TABELA 3 – Proporções de trabalhadoras ocupadas em serviços domésticos remunerados por grupos etários quinquenais. Brasil – 1992 a 2012 | 35 |
| TABELA 4 – Resultados da decomposição das diferenças entre as proporções total e por grupos etários de mulheres ocupadas como domésticas em termos da estrutura educacional. Brasil – 1992 a 2012 | 50-51 |

Da residência em “casa de família” ao trabalho por dia: transições nas formas de contratação das trabalhadoras domésticas no Brasil

| | |
|--|-----|
| TABELA 1 – Quantidade média de horas semanais trabalhadas pelas domésticas, por condição de residência no local de trabalho. Brasil e Grandes Regiões – 2000 e 2010 | 78 |
| TABELA 2 – Rendimento médio por hora de trabalho das domésticas, por condição de residência no local de trabalho. Brasil e Grandes Regiões – 2000 e 2010 | 80 |
| TABELA 3 – Distribuição percentual das trabalhadoras domésticas, mensalistas e diaristas, segundo a natureza do vínculo empregatício. Brasil e Grandes Regiões – 2002 e 2012 ... | 83 |
| TABELA 4 – Jornada de trabalho semanal das trabalhadoras domésticas mensalistas e diaristas, segundo a natureza do vínculo empregatício. Brasil – 2002 e 2012 | 84 |
| TABELA 5 – Rendimento médio nominal mensal dos ocupados, segundo sexo e grandes grupos de atividade econômica. Brasil e Grandes Regiões – 2002 e 2012 (em R\$) | 86 |
| TABELA 6 – Rendimento médio real por hora trabalhada das domésticas mensalistas e diaristas, segundo a natureza do vínculo empregatício. Brasil – 2002 e 2012 | 87 |
| TABELA 7 - Proporções das variáveis usadas no modelo de regressão logística binomial para estimação dos efeitos dos atributos demográficos na probabilidade de uma trabalhadora doméstica residir no domicílio do empregador. Brasil – 1980 a 2010 | 93 |
| TABELA 8 – Proporções e médias das variáveis usadas no modelo de regressão logística binomial para estimação dos efeitos dos atributos demográficos e socioeconômico na probabilidade de uma doméstica ser diarista. Brasil – 2002, 2007 e 2012 | 95 |
| TABELA 9 – Efeitos marginais (EM) do modelo de regressão logística binomial para aferição do impacto dos atributos demográficos sobre a probabilidade de uma trabalhadora doméstica residir no domicílio do patrão. Brasil - 1980-2010 | 98 |
| TABELA 10 – Efeitos marginais (EM) do modelo de regressão logística binomial para aferição do impacto dos atributos demográficos e socioeconômicos sobre a probabilidade de uma trabalhadora doméstica ser diarista. BRASIL - 2002 a 2012..... | 100 |

Quem contrata trabalhadoras domésticas diaristas e mensalistas no Brasil?

| | |
|--|-----|
| TABELA 1 – Estatísticas descritivas das variáveis usadas no modelo econométrico.... | 129 |
| TABELA 2 – Efeitos Marginais (EM) dos cinco modelos de regressão logística multinomial ajustados para aferição da influência das características das famílias contratantes nas probabilidades de contratação de uma trabalhadora doméstica diarista ou ao menos uma mensalista. BRASIL – 2008-2009 | 131 |
| TABELA Apêndice – Coeficientes β estimados para as equações do modelo de regressão logística multinomial e indicadores de precisão das estimativas com o uso do plano amostra complexo (DEFF e MEFF) | 138 |

LISTA DE QUADROS

Quem contrata trabalhadoras domésticas diaristas e mensalistas no Brasil?

| | |
|--|-----|
| QUADRO 1 – Síntese das hipóteses e argumentos presentes na literatura brasileira sobre os determinantes do aumento da demanda por trabalhadoras domésticas diaristas no Brasil | 111 |
| QUADRO 2 – Síntese das variáveis usadas no modelo econométrico | 121 |
| QUADRO 3 – Funções domésticas consideradas na variável dependente e suas respectivas áreas de classificação, segundo a POF 2008-2009 | 122 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 18 |
| Tendências de retração e envelhecimento da mão de obra feminina no trabalho doméstico remunerado: o papel da escolaridade na substituição das coortes..... | 25 |
| 1. Introdução | 25 |
| 2. A importância do trabalho doméstico remunerado para a atividade feminina..... | 28 |
| 3. Evolução dos padrões de idade-período e idade-coorte da atividade doméstica | 32 |
| 3.1. O conceito e a importância da análise de coorte | 32 |
| 3.2. Principais tendências de idade-período e de idade-coorte da atividade | 34 |
| 4. Hipóteses para as diferenças entre as proporções de mulheres ocupadas como domésticas..... | 41 |
| 5. Efeitos de composição das proporções de mulheres ocupadas como domésticas | 43 |
| 6. Metodologia | 47 |
| 7. Resultados | 48 |
| 8. Conclusão..... | 53 |
| Apêndice..... | 55 |
| Da residência em “casa de família” ao trabalho por dia: mudanças nas formas de contratação das trabalhadoras domésticas no Brasil | 66 |
| 1. Introdução | 66 |
| 2. Conceito, peculiaridades do ofício e formas de contratação de trabalhadoras domésticas..... | 68 |
| 3. Tendências de mudança nas formas de contratação das trabalhadoras domésticas | 73 |
| 3.1. A quase extinção do fenômeno de residência no local de trabalho | 73 |
| 3.2. A valorização do trabalho por dia | 75 |
| 4. Condições de trabalho das “velhas” e “novas” trabalhadoras domésticas | 77 |
| 4.1. Trabalhadoras residentes e não residentes no domicílio do patrão | 77 |
| 4.2. Trabalhadoras diaristas e mensalistas..... | 81 |
| 5. Características demográficas e socioeconômicas das “velhas” e “novas” trabalhadoras domésticas | 89 |
| 5.1. Modelo econométrico e estratégia analítica | 90 |
| 5.2. Variáveis utilizadas e efeitos esperados | 92 |
| 5.3. Resultados | 97 |
| 6. Conclusão..... | 100 |

| | |
|--|-----|
| Quem contrata trabalhadoras domésticas diaristas e mensalistas no Brasil? | 103 |
| 1. Introdução | 103 |
| 2. Revisão da literatura sobre a demanda de serviços domésticos e hipóteses para o caso brasileiro | 106 |
| 3. Aspectos metodológicos | 116 |
| 3.1. Base de dados | 116 |
| 3.2. Variáveis utilizadas | 119 |
| 3.3. Modelo econométrico e estratégia analítica | 125 |
| 4. Resultados | 127 |
| 4.1. Estatísticas descritivas | 127 |
| 4.2. Resultados da análise multivariada | 130 |
| 5. Conclusão..... | 135 |
| Apêndice..... | 138 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 139 |
| Referências Bibliográficas | 144 |

INTRODUÇÃO

Esta tese é um mosaico de estudos sobre a oferta e a demanda de trabalhadoras domésticas no Brasil. A ideia de fazê-la surgiu, casualmente, como desdobramento de um daqueles dias terríveis, que toda mulher que tem filhos pequenos, trabalha, e ainda quer estudar, já vivenciou várias vezes. O filho caçula adoeceu, a trabalhadora doméstica faltou, o marido viajou e é preciso desmarcar com a orientadora a primeira reunião que estava agendada para discutir o tema do projeto de tese.

Nova reunião agendada, e lá está você constrangida, tentando se justificar e se desculpar pelo contratempo doméstico e, ao mesmo tempo, tentando elaborar argumentos racionais para convencer a orientadora a ajudá-la em um projeto sobre a relação entre os problemas da previdência social brasileira e a informalidade no mercado de trabalho. Mas, o único tema que dá liga na conversa são as desventuras de nós, mulheres modernas, que temos múltiplos papéis a cumprir e vivemos exaustas com a sobrecarga de trabalho.

E a orientadora vai falando dela própria, de seus próprios contratempos domésticos e profissionais, de seu cansaço diante de tantas tarefas a executar, de suas tentativas frustradas de envolver os filhos no compartilhamento dos afazeres domésticos, das manias de perfeição em relação à casa, enfim, de suas próprias desventuras. E, enquanto fala de si mesma, os olhos dela brilham, a empolgação toma conta e ela passa a discorrer sobre a importância acadêmica deste tema, sobre a ausência de pesquisas empíricas mais aprofundadas sobre o assunto no Brasil, sobre a urgência de se avançar nesta discussão, para além da academia, e sensibilizar os gestores públicos sobre a importância de políticas consistentes de apoio às mulheres e às famílias na conciliação dos trabalhos remunerado e doméstico.

E você que está ali amando muito aquela conversa, mas sem saber exatamente aonde ela vai chegar, ouve da orientadora, a certa altura, o golpe final: “Por que você não faz uma tese sobre o trabalho doméstico não remunerado? Vai ser muito fácil para você escrever sobre isto. É só colocar no papel estas coisas que estamos conversando e que nós mulheres sabemos muito bem como funcionam. Eu vou adorar orientar este estudo. Tese é um esforço longo, solitário e muito árduo. Tem que ser feita com paixão, com identificação, para não ser uma trajetória muito penosa. O tema da previdência é um campo minado politicamente, o debate já está mapeado e tem muita gente falando sobre ele na Demografia. Sobre o trabalho doméstico não. É uma agenda em aberto.”

E você sai daquela “reunião-conversa-entre-amigas” muito animada, mas também meio insegura, se perguntando como fazer isto, exatamente, e, sobretudo, como justificar o tema para a direção do DIEESE – onde, há anos, você trabalha, focada em assuntos relacionados ao mundo do trabalho produtivo e produzindo conhecimento para fortalecer o poder de barganha do trabalhador na negociação com o patrão. Como dizer, então, para os seus coordenadores, que estão apostando muito em seu doutorado tardio, que você vai tirar o foco dos conflitos do mercado de trabalho e colocá-lo no ambiente privado da casa, da família, dos conflitos do dia a dia entre mulheres, maridos e filhos que precisam negociar a divisão do trabalho doméstico?

Outras conversas com a orientadora, um trabalho apresentado para conclusão dos créditos da disciplina Demografia da Família e muitas trocas de figurinhas com amigos dieesianos e de outras redes vão te ajudando a perceber que, na realidade, os mundos do trabalho produtivo e reprodutivo são completamente entrelaçados, sobretudo se pensamos numa perspectiva feminina. Em outras palavras, o mercado de trabalho não nos discrimina porque nascemos mulheres, mas, em grande medida, pelo papel que nos é atribuído pela sociedade na estrutura familiar e que acaba nos impondo um limite (o tal *glass ceiling*) para obter salários, condições de trabalho e reconhecimento profissional mais próximos aos dos homens, posto que, em função da demanda familiar, somos forçadas a dedicar menos horas à atividade remunerada e a ocupar funções de menor exigência de comprometimento (WAJNMAN, 2010).

Convencida da relevância do tema, você começa, então, a pesquisar a literatura nacional e internacional sobre o assunto. E descobre, surpresa, que há muita coisa boa produzida, muito acúmulo de conhecimento, aqui e em vários países, e muita pesquisa empírica interessante que poderia ser replicada, com adaptações, ao contexto brasileiro. Mas, descobre, também, que uma proposta de estudo empírico mais aprofundado sobre o do trabalho doméstico não remunerado, no Brasil, esbarra em um obstáculo intransponível, por enquanto. Não existem informações muito detalhadas, em nossas pesquisas domiciliares, sobre como as brasileiras e os brasileiros usam diariamente o seu tempo, como distribuem sua jornada entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, quais tarefas exatamente cada pessoa executa no domicílio e fora dele, com que frequência e intensidade essas tarefas são feitas, quem faz o quê dentro e fora de casa, ao longo do dia, entre outras coisas. Até hoje, esse tipo de informação – que já existe, inclusive, em países menores e menos desenvolvidos, como a Colômbia – é restrito a duas únicas perguntas do questionário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que só permitem identificar quem se dedica ou não aos afazeres domésticos e quantas horas são gastas com estas atividades.

Frustrada, você começa a questionar o porquê deste estado de coisas, desta dificuldade imensa que as pesquisadoras brasileiras que se dedicam à temática da divisão sexual do trabalho e dos afazeres domésticos encontram em avançar muito além do que já fazem. E, lentamente, começa a enxergar uma das respostas, na forma de uma luzinha esmaecida, quase apagada, perceptível somente através das frestas da porta da cozinha, acesa, normalmente, apenas no fundo da casa, na área de serviço, mas que, de repente, se torna forte e brilhante diante dos seus olhos: a trabalhadora doméstica.

Óbvio! A trabalhadora doméstica. Aquela mesma que não pôde comparecer ao trabalho no dia da tal reunião e lhe fez uma falta imensa. Por que você não pensou nela antes? Veja bem: para que gastar dinheiro público com pesquisas sofisticadas e caras sobre o uso do tempo, se o país ainda tem um exército de mais de seis milhões de trabalhadoras que obtêm o seu sustento diário fazendo as tarefas domésticas das famílias de classe média/alta, como a sua? Para que tirar recursos de um orçamento escasso para financiar políticas públicas de apoio às mulheres na conciliação dos trabalhos produtivo e reprodutivo, se os mais ricos do país já contam com o apoio dessa mão de obra abundante e barata, desde os tempos do Brasil-Colônia, poupando o Estado e as empresas de se comprometerem com o assunto? Para que se preocupar com a dupla jornada das mulheres e com os conflitos dos casais em torno da divisão do trabalho doméstico, se esses problemas acabam sendo “resolvidos”, espontaneamente, através da divisão social do trabalho feminino? Para que perder tempo com tanta polêmica desnecessária, se, pelo menos para as mulheres mais ricas, escolarizadas e qualificadas, as diferenças de gênero no mercado de trabalho vêm sendo reduzidas, em ritmo crescente, e muito graças ao trabalho dedicado dessa profissional do lar? Por fim, o que é a trabalhadora doméstica, no Brasil, senão o elo que você tanto procurava entre o público e o privado, entre os mundos dos trabalhos produtivo e reprodutivo, entre o mercado de trabalho e a família, entre a casa e a rua, como disse DAMATTA (1997)? Quer tema mais dieesiano do que esse?

Motivada e identificada com o achado, conforme lhe aconselhou a orientadora, você parte para pesquisar a literatura sobre o tema, conhecer as bases de dados disponíveis e escrever o projeto de tese. E enquanto pesquisa, estuda e vai lendo os muitos livros e artigos que encontra, vai se entusiasmando ainda mais com a sua escolha. Até porque o período dessa pesquisa inicial coincide com uma época de crescimento econômico do país; de pujança do mercado de trabalho; de distribuição de renda, em favor das camadas mais populares da sociedade; de conquistas históricas das trabalhadoras domésticas, no plano dos direitos trabalhistas; de surgimentos de novas oportunidades de trabalho, mais valorizado, protegido e

bem remunerado, para as moças pobres de gerações mais novas, que no passado eram as candidatas naturais ao ofício; de reconfiguração das modalidades de contratação da atividade; de acalorados debates sobre a formação de preços no setor e os custos para a classe média; e de discussões importantes sobre os impactos de toda essa efervescência de acontecimentos sobre a oferta e a demanda de trabalhadoras domésticas no país.

Em um contexto como este, claro, o que não faltava eram perguntas para serem colocadas em um projeto de tese de doutorado. Por que as moças pobres, de gerações mais novas, não querem mais trabalhar em “casa de família”? O que permite a elas “pular” a fase de trabalhadora doméstica ou transitar mais facilmente do que as outras para outros tipos de atividade? Que impactos essas mudanças trazem para a redução do *gap* entre gêneros no mercado de trabalho? E para a oferta de trabalho doméstico remunerado? E se somarmos a essas mudanças as novas configurações no perfil ocupacional das trabalhadoras? Por que estão surgindo novas modalidades de contratação de trabalhadoras domésticas, como o trabalho por dia? Por que as mais antigas, como a residência no local de trabalho, estão desaparecendo? O que está acontecendo do lado da demanda por este tipo de serviço que permite explicar tantas transformações? O que esperar do futuro dessa profissão? Ela vai acabar? Isto é bom ou é ruim? Se acabar, como serão atendidas as necessidades das pessoas que, na ausência de políticas públicas de bem-estar destinadas a promover as famílias e a igualdade de gênero, dependem muito dos serviços dessas mulheres? Quem são exatamente essas pessoas que demandam serviços domésticos, no Brasil? Quais são as suas características socioeconômicas e demográficas? O que a sociedade precisa fazer para dar conta de todas essas mudanças que estão acontecendo no setor, sem precisar frear o processo de ampliação da proteção legal à categoria, e, ao mesmo tempo, assegurar o bem-estar do público que hoje é atendido por elas, incluindo, claro, as suas próprias famílias?

Querendo muito explorar estas questões - ou pelo menos uma parte delas, sendo realista - você tenta se comprometer no projeto a desenvolver uma pesquisa, articulando as principais hipóteses da literatura relacionadas tanto às mudanças nas condições da oferta, quanto às características da demanda pelo trabalho doméstico remunerado, no intuito de descrever as novas dinâmicas em curso no setor e refletir sobre seus desdobramentos mais prováveis. Mas esse propósito é ambicioso. Sobretudo, porque você acaba esbarrando novamente nas limitações das bases de dados disponíveis.

Apesar de sermos o maior empregador de trabalhadoras domésticas do mundo, em termos quantitativos (ILO, 2013), até hoje nós não temos uma base de dados única, que dê conta

de identificar exatamente quem é o padrão de cada uma das cerca de seis milhões de mulheres que exercem a profissão no país e que são identificadas nos arquivos de pessoas de nossas pesquisas domiciliares. Quando esta tese começou a ser escrita, isto era passível de ser feito somente para as trabalhadoras domésticas que residem no local de trabalho, mas que hoje são pouco representativas no universo da categoria. Agora, temos os microdados da nova Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), do IBGE, que é um grande avanço, mas que possibilitam pesquisar apenas as trabalhadoras mensalistas e seus empregadores. Mas um dos propósitos da tese, entre outras coisas, é entender por que as diaristas estão crescendo em proporção e quem são as pessoas que preferem estas às outras profissionais, que trabalham continuamente em uma mesma residência, ao longo de toda a semana.

Para contornar mais esta dificuldade, a solução encontrada, em comum acordo com a orientadora, foi desenvolver uma pesquisa em módulos independentes, num formato um pouco diferente das teses tradicionais, em capítulos. E é exatamente este o produto que você tem para submeter agora, na reta final de seu doutoramento, para avaliação da banca examinadora. Uma tese composta por três estudos independentes – no sentido de que cada um deles é feito com uma metodologia e uma base de dados próprias – mas totalmente articulados em conteúdo e propósitos analíticos. São, na verdade, dois estudos focados em questões relativas às condições da oferta de trabalhadoras domésticas no país, e um, o último, focado nas condições da demanda, e que é a principal contribuição da tese à literatura sobre o trabalho doméstico remunerado no país.

O primeiro estudo, intitulado **“Tendências de retração e envelhecimento da mão de obra feminina no trabalho doméstico remunerado: o papel da escolaridade na substituição das coortes”**, é o mais demográfico dos três que compõem a tese. Como o próprio título já diz, um dos propósitos desse estudo é descrever as mudanças na estrutura etária da categoria, usando o conceito de coorte – que é um instrumento analítico pouco comum em trabalhos acadêmicos sobre o setor, no Brasil. Tendo como base as amostras dos censos demográficos de 1960 a 2010 e os microdados da PNAD-IBGE dos quinquênios de 1992 a 2012, a análise de coorte se adequou perfeitamente ao objetivo de mostrar, de forma clara e mais robusta, a evolução histórica do processo de queda da participação de moças e mulheres mais jovens e de aumento da participação das mais velhas no ofício e sua associação com o processo geral de retração da proporção relativa de mulheres que atuam na atividade. O outro propósito do estudo é verificar se a escolaridade mais elevada das coortes femininas mais jovens é mesmo um fator importante, como supõe a literatura, para explicar esse processo de

envelhecimento populacional da categoria. Tendo como suporte uma metodologia de decomposição das proporções de mulheres ocupadas na atividade, em cada faixa etária, e segundo a estrutura educacional, os achados revelaram que a escolaridade, de fato, tem um papel determinante em explicar a substituição das coortes de trabalhadoras domésticas, sobretudo em períodos em que a ela se somam os avanços significativos do mercado de trabalho, possibilitando a migração de moças jovens e mais escolarizadas para outras ocupações, mais valorizadas e melhor remuneradas.

O segundo estudo, intitulado **“Da residência em ‘casa de família’ ao trabalho por dia: mudanças nas formas de contratação das trabalhadoras domésticas no Brasil”**, é o mais tradicional no conjunto da obra, porque é uma história que já foi contada, por partes, em estudos seminais, como MELO (1998) e FRAGA (2010). Mas, exatamente por isto, foi o estudo que deu mais trabalho para escrever, porque a intenção era recontar a história do setor de um modo diferente, numa perspectiva temporal mais longínqua e estrutural. Desse modo, o que o estudo faz é descrever, com base nos dados censitários de 1980 a 2010 e nos microdados da PNAD-IBGE dos anos de 2002, 2007 e 2012, as mudanças históricas mais marcantes no perfil demográfico e nas condições de trabalho das mulheres ocupadas em serviços domésticos, no Brasil, tendo como referências as “velhas” e as “novas” modalidades de contratação no setor. Para tanto, são utilizados dois modelos de regressão logística binomial, com o intuito de identificar as variáveis que mais influenciam as probabilidades de uma profissional ser ou não residente no domicílio do patrão, e de ser ou não ser diarista. São utilizadas também estatísticas descritivas selecionadas para mostrar, de forma comparativa, a evolução das condições de trabalho dessas modalidades de trabalhadoras, ao longo dos anos 2000. Quanto aos achados, os mais importantes são as evidências de que a condição de residência no local de trabalho se transformou em um nicho de mercado para trabalhadoras solteiras e mais velhas, ao contrário do perfil de moças jovens e solteiras do passado, e de que a passagem da forma de contratação da trabalhadora da base mensal para a diária é um processo bastante contraditório, em termos de avanços nas condições de trabalho das profissionais.

O terceiro e último estudo, que considero a “cereja do bolo” da tese, é intitulado **“Quem contrata trabalhadoras domésticas diaristas e mensalistas no Brasil?”**. Este estudo é inspirado na metodologia e nas hipóteses teóricas do *paper* de BAXTER *et al.* (2009), publicado na *Feminist Economics* sob título “Who uses domestic labor in Australia? Choice and constraint in hiring household help”, e motivado pelas “questões insistentes” que BRITES (2013) sugeriu para guiar estudos futuros sobre o trabalho doméstico remunerado no país, com destaque para

a necessidade de “esquadrinhar” o universo dos padrões. Em consequência, tendo como referências os microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), de 2008-2009, e um modelo de regressão logística multinomial, os propósitos deste terceiro estudo da tese são responder as seguintes questões: Por que algumas famílias brasileiras contratam trabalhadoras domésticas e outras não? Que variáveis socioeconômicas e demográficas as diferenciam? Quais são os fatores associados às preferências das famílias contratantes por uma profissional diarista ou uma mensalista? As evidências encontradas dão respaldo à maioria das variáveis e teorias testadas, sobretudo no caso da contratação de mensalistas. E, como esperado, elas também mostram que as condições da demanda no país variam quanto ao tipo de profissional contratada. De modo resumido, as famílias que têm maior probabilidade de demandar o serviço das diaristas são dos tipos unipessoais, com casais sem filhos, monoparentais, e sem filhos pequenos, ao passo que as que têm maior probabilidade de demandar o serviço das mensalistas são, predominantemente, famílias com casais ou chefes com filhos (sobretudo filhos pequenos); com pessoas muito idosas; com chefes ou casais que trabalham fora de casa; e com casal em que só a mulher trabalha, em menor intensidade. Não seria de todo impróprio dizer que este terceiro estudo, que tem um foco muito grande em perfis de famílias, é também um estudo muito demográfico. Repetindo as palavras ditas pelo professor Eduardo Rios-Neto, no dia da qualificação do projeto, “só mesmo alguém da Demografia para se propor estudar um tema deste por esta ótica”.

Tendências de retração e envelhecimento da mão de obra feminina no trabalho doméstico remunerado: o papel da escolaridade na substituição das coortes¹

1. Introdução

Embora venha crescendo no mundo todo e de forma acentuada, o trabalho doméstico remunerado é uma ocupação típica de regiões em desenvolvimento, principalmente daquelas com níveis elevados de desigualdade social e concentração de renda. Segundo ILO (2013), 78% do total de pessoas ocupadas na atividade no mundo, em 2010, estavam empregadas em duas macrorregiões: Ásia e Pacífico, com 21,5 milhões de trabalhadores e participação de 41% no contingente mundial, e América Latina e Caribe, com 19,5 milhões de trabalhadores e participação de 37%. Entre 1995 e 2010, o estoque de trabalhadores domésticos aumentou em quase 17 milhões nestas duas macrorregiões, sendo sua prevalência elevada, principalmente, nos países latino-americanos do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), México, Filipinas, Índia e Indonésia.

Entre os dez maiores empregadores do setor, em 2010, o Brasil era o país com a maior quantidade absoluta de pessoas ocupadas na atividade, e sobretudo de mulheres (ILO, 2013). Essa liderança não surpreende porque a presença habitual da trabalhadora doméstica nos lares das famílias de classe média e alta é um traço histórico e cultural marcante da sociedade brasileira. Segundo o censo demográfico, uma em cada seis brasileiras ocupadas, em 2010, exercia o ofício de doméstica, sendo a maioria sem garantias trabalhista, sindical e previdenciária.

Mas apesar de ser ainda muito elevada, a proporção de mulheres ocupadas no trabalho doméstico remunerado vem se reduzindo, lentamente, desde meados do século passado, com registro de quedas expressivas nas décadas de 1970 e de 2000. Nessa última, inclusive, houve diminuição na quantidade de trabalhadoras empregadas no setor e o ofício deixou de ser a principal fonte de renda das brasileiras ocupadas. Esse movimento foi acompanhado, a partir

¹¹ Uma versão resumida deste estudo, com o título “**Tendências de retração e envelhecimento da mão de obra feminina no trabalho doméstico remunerado: a escolaridade é mesmo determinante?**”, foi produzida em coautoria com Simone Wajnman, orientadora desta tese, e apresentada no XX Encontro Nacional da ABEP e VII Congresso da ALAP, realizados em Foz do Iguaçu, PR, entre os dias 20 e 23 de outubro de 2016.

da década de 1990, por uma mudança radical no padrão etário de período² da atividade, com redução acentuada da proporção de domésticas em idades jovens e aumento em idades maduras.

Hipóteses de naturezas diversas (demográfica, econômica, social, jurídica, cultural, entre outras) têm sido elencadas na literatura para explicar esse conjunto de mudanças.³ Uma delas seria o aumento da escolaridade de cada nova coorte de mulheres que chega ao mercado de trabalho, e que estaria favorecendo a "migração" de trabalhadoras mais jovens para ocupações mais qualificadas e de maior prestígio do que os serviços domésticos remunerados (MYRRHA, WAJNMAN, 2007; FRAGA, 2010; IPEA, 2011, DIEESE 2013; BRITES, 2013). Em consequência, estaria havendo uma espécie de "crescimento abaixo do nível de reposição"⁴ da população feminina alocada na atividade, resultando em um estoque de profissionais cada vez menor, em termos relativos, e mais envelhecido. A força desses movimentos só não teria resultado, ainda, em reduções mais intensas no peso global do ofício, em função do efeito de composição de toda população que se torna progressivamente mais envelhecida. Mas, mantidas essas tendências estruturais, e sobretudo se combinadas a uma dinâmica favorável ao crescimento do emprego nos próximos anos, pode ser que haja, a médio prazo, uma queda mais acentuada no número de mulheres alocadas na atividade, à medida que as profissionais mais maduras vão se desligando da profissão por aposentadoria, envelhecimento ou morte. Ambos os fenômenos de retração e envelhecimento são, portanto, extremamente importantes e suscitam indagações quanto ao futuro da profissão, que é relevante para a renda e o trabalho das mulheres, o sistema de cuidados e as relações familiares no país.

Neste contexto, os objetivos que norteiam este primeiro estudo são os seguintes: 1) descrever as mudanças no peso relativo do trabalho doméstico remunerado na ocupação feminina, nas últimas cinco décadas, usando associações entre as perspectivas de idade, período e coorte, que são instrumentos analíticos incomuns em estudos sobre o setor no Brasil; 2) decompor, para os quinquênios mais recentes, as proporções agregadas e por idade de domésticas entre as mulheres ocupadas, de modo a separar, quantificar e comparar as

² O padrão etário de período refere-se ao comportamento das proporções de domésticas no total de mulheres ocupadas em distintas idades, num dado período de tempo. Já o padrão etário de coorte refere-se ao comportamento das proporções de domésticas entre mulheres nascidas numa mesma época, ao longo do seu ciclo de vida.

³ Ver, por exemplo, os estudos de MELO (1998 e 2000), LIBERATO (1999), MYRRHA, WAJNMAN (2007), FRAGA (2010), IPEA (2011), DIEESE (2013), BRITES (2013), BRITES, PICANÇO (2014).

⁴ O crescimento populacional abaixo do nível de reposição acontece em contextos de transição demográfica avançada, em que a taxa de fecundidade é muito baixa (abaixo de 2,1 filhos por mulher) e as gerações das filhas não conseguem repor as gerações das mães, na mesma proporção. Aqui o conceito está sendo aplicado como figura de linguagem para dizer que as novas gerações de trabalhadoras domésticas têm sido bem menores das que as suas antecessoras, indicando um processo de mudança na estrutura etária da categoria e de redução potencial do contingente de trabalhadoras, a médio prazo.

contribuições da escolaridade e de outros fatores específicos que exercem influência sobre as suas variações; e 3) fazer algumas ponderações prospectivas sobre o futuro dessa ocupação tão peculiar à condição feminina no país, mas ora em processo de grandes transformações. Para tanto, são usadas duas fontes de informações estatísticas distintas, mas complementares: as amostras dos censos demográficos brasileiros de 1960 a 2010, do Projeto IPUMS *Internacional*⁵, e os microdados da PNAD-IBGE, dos quinquênios entre 1992 e 2012⁶.

Os censos demográficos são um bom ponto de partida para o exame das mudanças mais estruturais que se processam no setor de serviços domésticos, porque oferecem informações sobre as características das suas trabalhadoras, desde meados do século passado, viabilizando o resgate de aspectos históricos importantes para a análise da dinâmica da atividade. Entretanto, existe uma restrição metodológica para o uso desses dados em análises como esta, abrangendo um período de tempo tão longo, e que diz respeito às mudanças efetuadas pelo IBGE no conceito de pessoas ocupadas. A partir do censo de 2000, esse conceito ficou mais restrito, passando a abranger apenas as pessoas que tinham uma ocupação nos sete dias anteriores à data de referência da pesquisa. De 1960 a 1991, além dessas pessoas ocupadas na semana anterior à data do censo, o conceito abrangia também as pessoas que tiveram algum trabalho nos demais 358 dias do ano. Essa mudança interfere, obviamente, nos totais de pessoas ocupadas que passaram a ser captados, fazendo com que as variáveis a serem comparadas não sejam exatamente iguais ao longo da série histórica escolhida. Por esta razão, a análise descritiva efetuada neste trabalho se vale também dos microdados da PNAD-IBGE. A principal vantagem desta pesquisa é que, desde 1992, quando a categoria de empregados em serviços domésticos passou a constituir um grupo ocupacional próprio, não existem diferenças relevantes nos critérios de mensuração do quesito ocupação⁷.

O estudo se divide em oito seções. Depois desta introdução, a próxima seção discute a importância do trabalho em serviços domésticos remunerados para a atividade feminina, examinando a mudança no peso relativo do ofício no país e Grandes Regiões, nos últimos

⁵ Disponíveis para download em <https://international.ipums.org/international/>

⁶ Disponíveis para download em <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/1148>

⁷ Embora seja uma pesquisa de abrangência nacional, a PNAD só alcançou a cobertura completa do território brasileiro em 2004, quando foi implantada nas áreas rurais dos estados da antiga região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá). Além disso, a partir de 2002, as classificações das atividades econômicas e das ocupações utilizadas na pesquisa passaram a ser feitas com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) domiciliares, respectivamente. Mas como o foco do estudo são os serviços domésticos, essas mudanças não são problemáticas porque, além do ofício ser altamente concentrado em áreas urbanas, os trabalhadores do setor continuaram sendo identificados como uma categoria separada dos demais empregados, constituindo a seção dos “Serviços Domésticos” da CNAE Domiciliar, que é igual à seção da classificação anterior.

cinquenta anos. A terceira seção descreve e compara as variações no padrão etário de coorte e período da atividade, analisando sobretudo o comportamento das proporções de domésticas de coortes distintas, numa mesma idade, para identificar como uma geração se distingue das demais. A quarta seção apresenta um resumo das principais hipóteses normalmente usadas na literatura para explicar as diferenças entre as proporções de mulheres ocupadas como domésticas, em períodos distintos, com destaque para o papel da escolaridade. A quinta seção discute, em termos teóricos, a influência dos efeitos de composição associados à estrutura educacional sobre as variações nas proporções de mulheres ocupadas como domésticas. As sexta e sétima seção apresentam, respectivamente, a formulação e os resultados de uma metodologia que permite decompor em duas componentes a diferença entre as proporções de domésticas observadas entre dois períodos, identificando uma componente explicada por mudanças na estrutura educacional das mulheres ocupadas e outra decorrente dos efeitos agregados de fatores de outras naturezas que influenciam o comportamento da atividade. Esse método de decomposição é semelhante ao sistematizado por PRESTON *et al.* (2001), e originalmente desenvolvido por KITAGAWA (1955). A oitava seção, por fim, apresenta as principais conclusões do estudo.

2. A importância do trabalho doméstico remunerado para a atividade feminina

O setor de serviços domésticos remunerados absorvia, em 2010, cerca de 6 milhões de trabalhadores, equivalentes a 7,2% do total de pessoas ocupadas no país. A atividade, porém, não tinha a mesma relevância segundo os atributos de sexo e raça, porque as mulheres correspondiam a 93% da categoria, sendo 60% delas negras (pretas e pardas). Esses percentuais pouco se alteraram em cinco décadas. Em 1960, apesar de todos os problemas de subdeclaração existentes nos dados censitários da época e das dificuldades de comparação com os dados mais atuais, 96% dos trabalhadores domésticos eram do sexo feminino, sendo 55% mulheres negras.

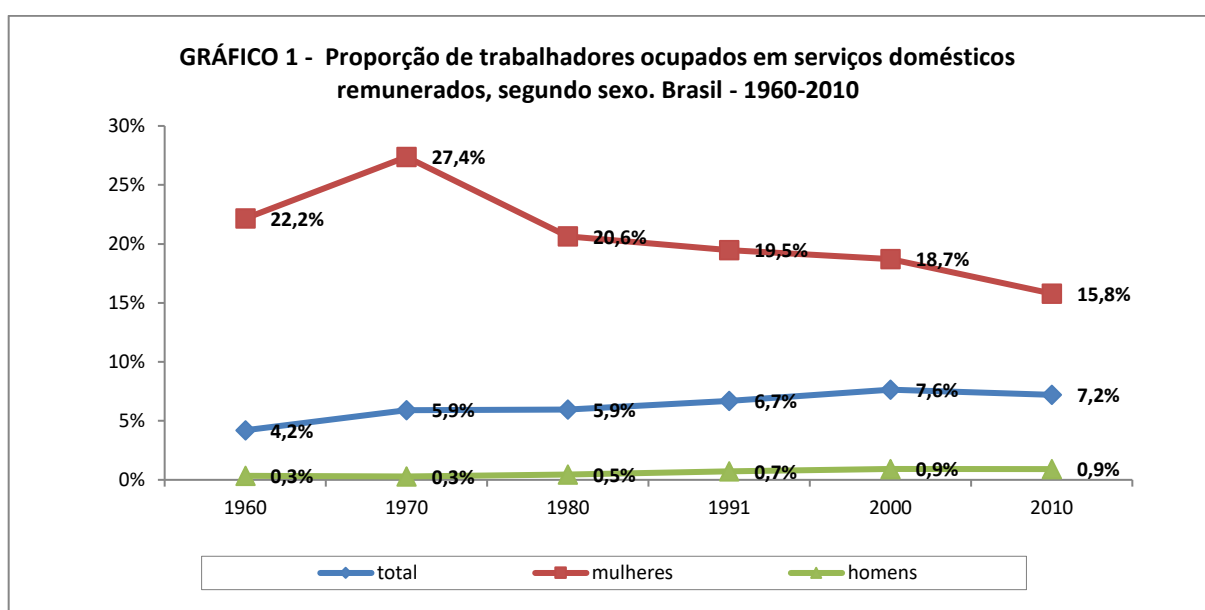
Na verdade, o trabalho doméstico remunerado no Brasil é e sempre foi uma ocupação majoritariamente feminina e negra. Esse arranjo começou nos tempos da escravidão e suas mucamas; sofreu influências da cultura patriarcal de contínua desvalorização do trabalho reprodutivo; sobreviveu à modernização do país, em função do modelo de desenvolvimento concentrador de renda; e funciona, até hoje, como porta de acesso e nicho de permanência no mercado de trabalho para grande parte das mulheres pobres, negras e pouco escolarizadas, principalmente em períodos de contração do emprego. Por isto, o peso relativo do ofício na estrutura ocupacional feminina ainda é tão elevado. Em 2010, 15,8% do total de mulheres

ocupadas tinham no setor a sua principal fonte de renda, sendo aproximadamente uma profissional a cada grupo de seis mulheres em atividade. No caso das mulheres negras, essa proporção era ainda maior: 21%, considerando as pretas e pardas, contra 11,5%, para as demais. Entre os homens, a proporção não alcançava 1%.

As implicações socioeconômicas dessa discrepância no peso relativo do trabalho doméstico remunerado entre os sexos já foram exploradas, com muita propriedade, por diversos autores que apontaram tanto efeitos positivos quanto negativos da atividade para a trajetória ocupacional feminina. WAJNMAN *et al.* (1998), por exemplo, mostraram que, apesar da conjuntura econômica desfavorável da década de 1990, algumas ocupações atuaram como uma espécie de colchão amortecedor dos efeitos da recessão sobre o emprego feminino, absorvendo um grande contingente de trabalhadoras e permitindo a continuidade, sem retrocessos, do processo de crescimento das taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho. Entre essas ocupações, destacam-se o trabalho doméstico remunerado e o comércio por conta própria de mercadorias, que atraíram sobretudo mulheres desempregadas e inativas. MELO (2006), por sua vez, desenvolvendo uma tipologia de vulnerabilidade sócio ocupacional, constatou que o emprego doméstico (ao lado do desemprego) influenciou consideravelmente – e para pior – a qualidade das trajetórias ocupacionais das mulheres, em relação aos homens. Usando dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de São Paulo (PED-RMSP), o autor classificou 60% dos trabalhadores domésticos entre aqueles de trajetória ocupacional "precária" ou "precária instável" e 17% entre os de trajetória "segura e precária", concluindo que, se o ofício fosse desconsiderado da análise, a distribuição ocupacional das mulheres entre os perfis de vulnerabilidade definidos seria mais concentrada e mais próxima da masculina. Nessa mesma linha dos efeitos adversos, LEONE e BALTAR (2008) também mostraram que, a despeito dos avanços do mercado de trabalho para as mulheres na década de 2000, ainda são grandes as diferenças de rendimentos e grau de formalização em relação aos homens, porque elas permanecem sobre representadas em ocupações de pior qualidade, como o autoconsumo, o trabalho não remunerado e a prestação de serviços domésticos remunerados.

Mas ainda que permaneça elevado, é possível identificar dois movimentos opostos em relação ao peso do ofício na ocupação feminina, no período analisado. Entre 1960 e 1970, a proporção de mulheres ocupadas na profissão cresceu 5,2 pontos percentuais, alcançando o pico histórico de 27,4%, como mostrado no Gráfico 1. A partir de então, pode-se perceber um movimento de queda gradual desse indicador, mas com ritmos muito distintos conforme a década observada. Entre 1970 e 1980, a proporção de trabalhadoras domésticas diminuiu em

6,8 pontos percentuais, sendo a queda mais acentuada entre as cinco décadas analisadas. Esse processo perdeu força nas duas décadas seguintes, mas voltou a se acelerar a partir de 2000, quando o peso da atividade na ocupação feminina caiu quase 3 pontos percentuais. Com esta última queda, entre 2002 e 2012, o ofício passou a ocupar a terceira colocação no *ranking* das principais atividades empregadoras de mulheres, perdendo importância relativa para outros segmentos como educação, saúde e serviços sociais e comércio e reparação (TABELA 1). Entre 2007 e 2012, houve queda também na quantidade absoluta de mulheres ocupadas na atividade, da ordem de quase 5%.



Observações:

- 1) A proporção total de trabalhadores ocupados em serviços domésticos é a relação entre o total de pessoas que trabalham em serviços domésticos e o total de pessoas ocupadas.
- 2) A proporção de homens ocupados em serviços domésticos é a relação entre a quantidade de homens que trabalham em serviços domésticos e o total de homens ocupados.
- 3) A proporção de mulheres ocupadas em serviços domésticos é a relação entre a quantidade de mulheres que trabalham em serviços domésticos e o total de mulheres ocupadas.

Fonte: Censos demográficos – Projeto *IPUMS International*

Elaboração própria

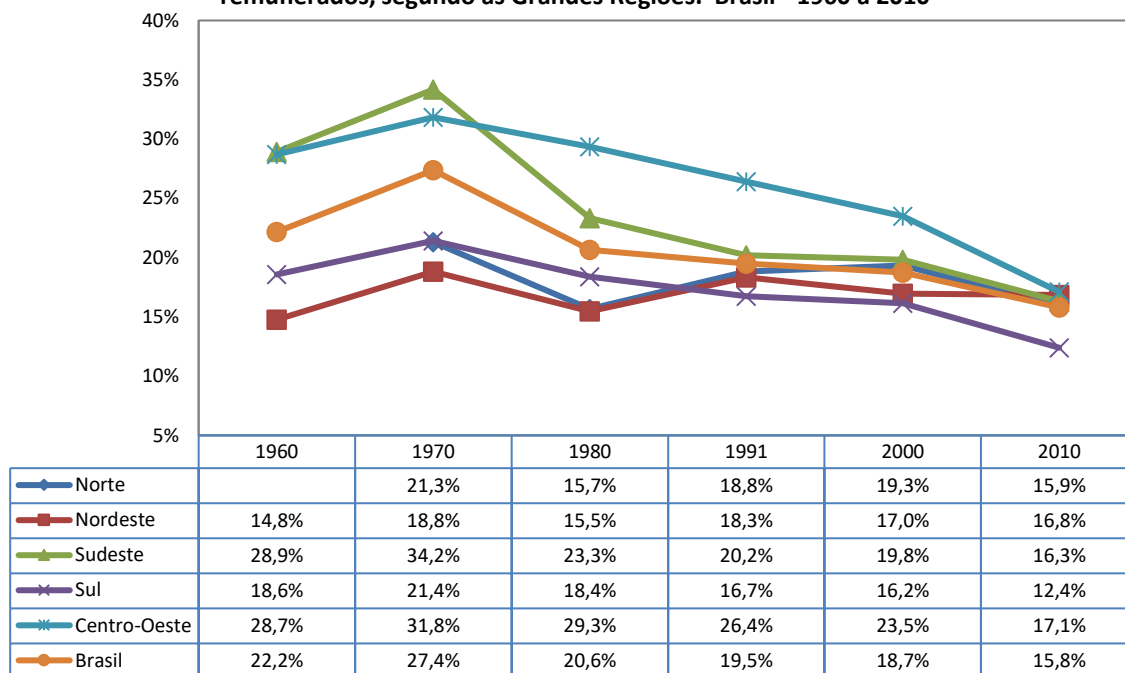
Os movimentos regionais de mudança no peso relativo dos serviços domésticos na ocupação feminina guardam semelhanças com a tendência nacional, à exceção do período entre 1980 e 2000 (GRÁFICO 2). Antes de 1980, também houve aumento seguido de queda significativa nas proporções de trabalhadoras nas cinco Grandes Regiões, mas de modo muito mais intenso no Sudeste. Porém, nas duas décadas seguintes as proporções de trabalhadoras domésticas voltaram a crescer no Norte e no Nordeste, se estabilizaram no Sudeste e no Sul, e continuaram em queda expressiva no Centro-Oeste. Entre 2000 e 2010, seguindo novamente o movimento geral, as proporções de trabalhadoras domésticas voltaram a cair nas cinco Grandes

TABELA 1
Distribuição das mulheres ocupadas no trabalho principal,
segundo os grandes grupos de atividade econômica. Brasil – 2002 a 2012

| GRANDES GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA | 2002 | 2007 | 2012 |
|---|---------------|---------------|---------------|
| Agrícola | 16,5% | 13,9% | 10,0% |
| Indústria de transformação | 12,0% | 12,5% | 11,7% |
| Outras atividades industriais | 0,2% | 0,3% | 0,2% |
| Construção | 0,5% | 0,5% | 0,6% |
| Comércio e reparação | 15,4% | 16,5% | 17,4% |
| Alojamento e alimentação | 4,4% | 4,5% | 6,3% |
| Transporte, armazenagem, comunicação | 1,2% | 1,5% | 1,7% |
| Administração pública | 4,2% | 4,5% | 5,3% |
| Educação, saúde, serviços sociais | 16,8% | 16,9% | 17,5% |
| Serviços domésticos | 17,4% | 16,4% | 14,8% |
| Outros serviços coletivos, sociais e pessoais | 5,5% | 5,8% | 6,0% |
| Outras atividades | 5,8% | 6,7% | 8,4% |
| Atividades mal definidas e não declaradas | 0,1% | 0,1% | 0,0% |
| TOTAL | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Fonte: PNAD, IBGE
 Elaboração própria

GRÁFICO 2 - Proporção de trabalhadoras ocupadas em serviços domésticos remunerados, segundo as Grandes Regiões. Brasil - 1960 a 2010



Observação:

1) O censo demográfico de 1960 não tem a Região Norte

Fonte: Censos Demográficos – Projeto *IPUMS International*

Elaboração própria

Regiões, e em ritmo mais intenso exatamente onde elas eram mais altas, provocando uma convergência dos indicadores regionais em torno da média nacional, à exceção do Sul, onde o peso do ofício sempre foi mais baixo.

Mas quais são exatamente os subgrupos populacionais de mulheres que mais reduziram a participação no emprego doméstico? Houve queda generalizada e de mesma magnitude no peso do ofício em todas as faixas etárias? As respostas a essas questões não podem ser dadas com base na evolução das proporções agregadas de trabalhadoras domésticas porque elas são médias gerais que incluem mulheres de diferentes idades e pertencentes a distintas gerações. Para tanto, é necessário calcular as proporções de trabalhadoras no total de mulheres ocupadas em cada grupo etário, para identificar o padrão de comportamento da atividade específico por idade e descrever as suas mudanças ao longo do ciclo de vida das diversas coortes femininas.

3. Evolução dos padrões de idade-período e idade-coorte da atividade doméstica

3.1. O conceito e a importância da análise de coorte

Uma coorte, em termos gerais, é todo grupo de pessoas que compartilham no tempo uma mesma característica ou uma mesma experiência de vida, como a data de nascimento, a formação escolar, a submissão a um tratamento médico, a exposição a uma mesma política pública, entre outras. Em Demografia, a coorte de nascimento é de interesse particular por se tratar de pessoas que caminham juntas através do ciclo de vida, experimentando os mesmos eventos sociais e históricos em uma mesma faixa etária. Em consequência, os perfis destas pessoas refletem experiências formativas únicas, resultantes da interação entre a sua biografia e a influência do contexto macrossocial em que nasceram e viveram. Logo, identificar e comparar uma sucessão de coortes de nascimento é relevante porque suas experiências distintas vão, ao longo do tempo, mudando a composição predominante da população que se quer observar e de um modo bastante distinto das mudanças decorrentes das experiências compartilhadas por todos os indivíduos desta população, independentemente da idade (YANG, LAND, 2013).

A análise de coortes de nascimento tem sido bastante utilizada em estudos sobre as tendências da atividade econômica feminina, dada a influência decisiva de fatores típicos do ciclo de vida – como a escolaridade, o casamento e a fecundidade – sobre os níveis e os padrões de participação das mulheres no mercado de trabalho. No Brasil, autores como WAJNMAN e RIOS-NETO (1994), por exemplo, fizeram projeções de taxas de participação das mulheres na

força de trabalho, a partir da observação da persistência de diferenças de níveis e de padrões de participação entre as coortes, e observadas as influências do status marital e da fecundidade. SCORZAFAVE e MENEZES-FILHO (2001) também usaram o conceito de coorte para analisar a evolução da atividade de mulheres de diferentes gerações e com níveis educacionais diversos, no intuito de descrever o crescimento das suas taxas de participação e quantificar os fatores que atuam sobre as decisões em relação ao mercado de trabalho, em diferentes períodos do tempo. SOARES e IZAKI (2002) se basearam em uma análise de coorte para descrever as tendências de mudanças nas taxas de atividade feminina, em comparação ao estado estacionário inerente às taxas de atividade masculina, decompondo essas mudanças em variáveis como urbanização, migração, frequência à escola, posição no domicílio e educação. RIOS-NETO e OLIVEIRA (2003) também utilizaram o conceito em um estudo sobre o comportamento comparado da atividade econômica masculina e feminina no Brasil metropolitano, com o intuito de analisar as tendências e propor um método para projetar as taxas de atividade específicas por idade. LEME e WAJNMAN (2003), por fim, se basearam em coortes para analisar os diferentes padrões de participação feminina na força de trabalho, concluindo que esses padrões são mais sensíveis à idade, à queda da fecundidade e ao crescimento da escolaridade, e menos sensíveis às flutuações econômicas.

Mas apesar da ocupação em serviços domésticos remunerados ser extremamente importante para a configuração da atividade feminina no Brasil, faltam estudos que tenham aplicado esse instrumental na descrição da variação da oferta de trabalhadoras domésticas no país, ao longo do tempo. Desse modo, uma coorte deve ser compreendida aqui como um conjunto de mulheres nascidas em um mesmo ano-calendário e que, nos períodos pesquisados, estavam trabalhando no setor de serviços domésticos remunerados. Devido à inexistência de informações retrospectivas sobre a trajetória laboral completa das mesmas trabalhadoras, foram construídos semipainéis contendo fragmentos do ciclo laboral de trabalhadoras de mesma idade, a partir dos microdados da PNAD e dos censos demográficos. Segundo OLIVEIRA (2002), mesmo não sendo informações longitudinais, como as amostras dessas pesquisas são sempre muito grandes, é possível construir dados de coortes a partir da agregação dos dados de indivíduos de uma mesma idade, criando médias com propriedades de painéis. Essas médias são aceitas como representativas das coortes reais sob os pressupostos de que a população em estudo não é muito afetada pela migração e que os indivíduos não estão sujeitos a taxas de mortalidade muito diferentes, porque não é possível saber com certeza se o que causa atrição entre eles é a migração, a morte ou a mudança de status em relação ao indicador analisado

(OLIVEIRA, 2002). Ambos os pressupostos parecem razoáveis neste estudo porque, em se tratando de trabalhadoras domésticas com idade acima de 10 anos e distribuídas por todo o território nacional, são pouco influentes tanto a presença de imigrantes estrangeiras⁸ quanto as taxas específicas de mortalidade, que têm sido cada vez menores entre a população feminina em idade laboral, inclusive em segmentos de maior vulnerabilidade. A única desvantagem é o fato das coortes de nascimento suporem como iguais mulheres com atributos demográficos e socioeconômicos muito heterogêneos, o que definitivamente não é o caso das domésticas.⁹

Feitas essas considerações, o raciocínio subjacente à análise proposta é que ambos os processos de retração e envelhecimento da ocupação feminina em serviços domésticos remunerados sofrem influência dos efeitos combinados de diversos fatores que podem ser classificados em três perspectivas analíticas: idade, que são aqueles fatores que marcam as sucessivas etapas do ciclo laboral de uma pessoa, como a aquisição de experiência profissional; período, como o nível da atividade econômica, o comportamento do emprego, as variações na renda familiar, a modernização dos costumes, as mudanças na legislação trabalhista e os avanços tecnológicos, entre outros; e fatores de coorte, que identificam e diferenciam uma geração de mulheres das demais, como a escolaridade.

3.2. Principais tendências de idade-período e de idade-coorte da atividade

As Tabelas 2 e 3 apresentam as proporções médias por idade de mulheres ocupadas em serviços domésticos remunerados, obtidas a partir dos censos demográficos e das PNADs, respectivamente. Essas tabelas foram construídas no formato de coortes, no qual o intervalo de tempo entre os períodos analisados deve ser igual ao tamanho em anos dos grupos etários. Através delas, é possível identificar e descrever o comportamento dos serviços domésticos entre doze coortes decenais¹⁰, de mulheres nascidas entre os anos de 1881 e 2000, e de dezoito coortes quinquenais, de mulheres nascidas entre os anos de 1913 e 2002. Para tanto, as comparações das proporções entre coortes e diferentes grupos etários, no mesmo período do tempo, devem ser efetuadas nas colunas; entre períodos e entre coortes, para um mesmo grupo etário, nas

⁸ Segundo o censo demográfico de 2010, apenas 0,1% das trabalhadoras domésticas ocupadas no Brasil tinham nacionalidade estrangeira.

⁹ Ver a respeito MYRRHA e WAJNMAN (2007).

¹⁰ Como existe um intervalo de onze anos entre os censos demográficos de 1980 e 1991, os dados de 1991 foram interpolados para 1990 com base na taxa de crescimento populacional intercensos, nos termos propostos por SHYROCK e SIEGEL (1976).

linhas; e intracoortes, ao longo do ciclo de vida, nas diagonais das duas tabelas (OLIVEIRA, 2002).

TABELA 2
Proporções de trabalhadoras ocupadas em serviços domésticos remunerados
por grupos etários decenais. Brasil – 1960 a 2010

| IDADE | PROPORÇÕES DE TRABALHADORAS EM SERVIÇOS DOMÉSTICOS | | | | | |
|--------------------------|--|--------------|--------------|-------------------|--------------|--------------|
| | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 ¹ | 2000 | 2010 |
| 10-19 | 28,4% | 41,8% | 35,6% | 37,1% | 27,8% | 15,9% |
| 20-29 | 22,9% | 26,1% | 17,8% | 18,2% | 19,2% | 11,1% |
| 30-39 | 17,1% | 19,5% | 14,3% | 14,9% | 17,9% | 16,2% |
| 40-49 | 16,8% | 18,7% | 15,1% | 14,9% | 16,8% | 18,8% |
| 50-59 | 15,7% | 18,2% | 16,6% | 17,0% | 15,5% | 19,0% |
| 60-69 | 15,0% | 18,7% | 17,4% | 18,0% | 14,7% | 18,3% |
| 70-79 | 12,0% | 19,7% | 16,6% | 19,4% | 13,7% | 16,1% |
| TOTAL² | 22,1% | 27,4% | 20,6% | 19,6% | 18,7% | 15,8% |

Observações:

1. Interpolação com base na taxa de crescimento intercensos

2. Inclui as mulheres da faixa etária de 80 anos e mais

Fonte: Censos Demográficos, Projeto IPUMS *International*

Elaboração própria

TABELA 3
Proporções de trabalhadoras ocupadas em serviços domésticos remunerados
por grupos etários quinquenais – Brasil – 1992 a 2012

| IDADE | PROPORÇÕES DE TRABALHADORAS EM SERVIÇOS DOMÉSTICOS | | | | |
|--------------------------|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 1992 | 1997 | 2002 | 2007 | 2012 |
| 10-14 | 24,1% | 21,4% | 18,4% | 19,1% | 22,9% |
| 15-19 | 31,9% | 29,9% | 24,5% | 19,1% | 14,0% |
| 20-24 | 18,2% | 20,2% | 17,5% | 13,1% | 8,5% |
| 25-29 | 14,6% | 16,5% | 17,1% | 14,3% | 9,2% |
| 30-34 | 13,9% | 16,5% | 17,5% | 17,7% | 12,8% |
| 35-39 | 13,1% | 17,3% | 18,4% | 18,2% | 16,6% |
| 40-44 | 12,9% | 16,2% | 18,5% | 18,9% | 18,7% |
| 45-49 | 11,9% | 14,9% | 16,1% | 17,7% | 18,5% |
| 50-54 | 10,7% | 14,9% | 15,7% | 17,4% | 19,7% |
| 55-59 | 11,3% | 13,0% | 13,2% | 15,1% | 18,4% |
| 60-64 | 9,6% | 12,5% | 12,1% | 13,2% | 15,9% |
| 65-69 | 10,0% | 9,0% | 8,8% | 11,8% | 14,5% |
| 70-74 | 5,1% | 5,7% | 6,7% | 4,5% | 6,8% |
| 75-79 | 3,3% | 1,9% | 6,3% | 4,2% | 6,3% |
| TOTAL¹ | 16,1% | 17,8% | 17,4% | 16,4% | 14,8% |

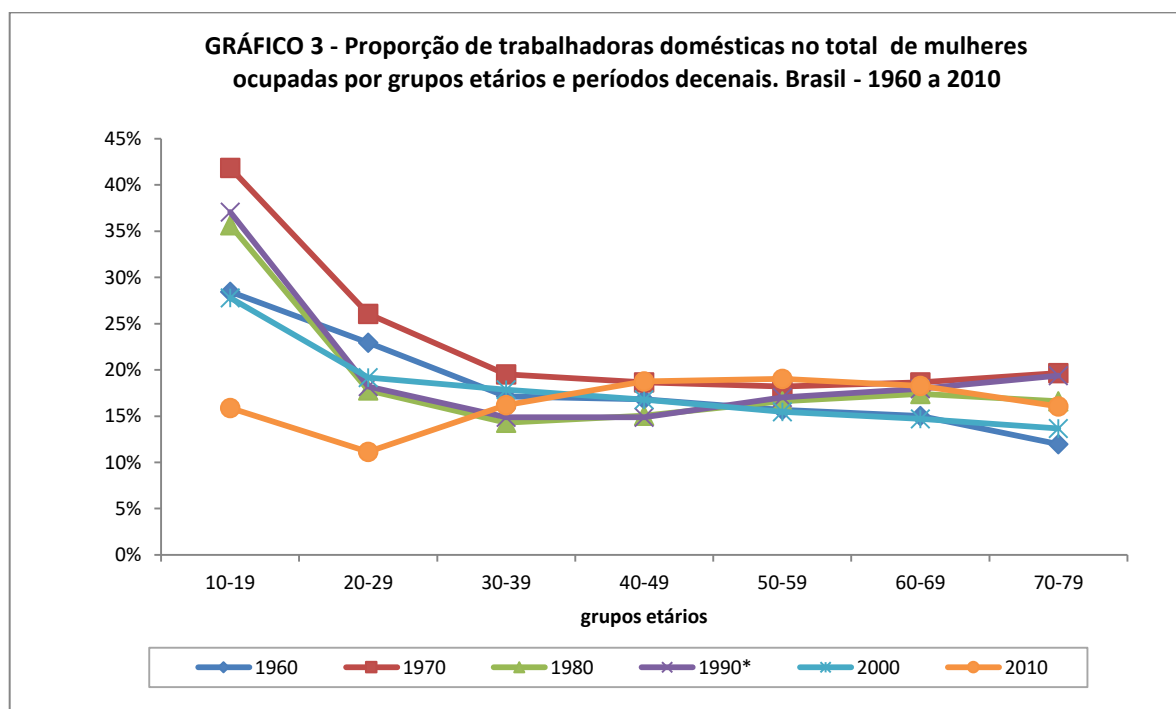
Observação:

1. Inclui as mulheres da faixa etária de 80 anos e mais

Fonte: PNAD, IBGE

Elaboração própria

Para melhor visualização das tendências de comportamento de idade-período da atividade, as proporções dispostas nas colunas das Tabelas 2 e 3 estão plotadas nos Gráficos 3 e 4, respectivamente. O formato das curvas do Gráfico 3 revela um padrão histórico caracterizado por um pico pronunciado de trabalhadoras domésticas na faixa etária de 10 a 19 anos, seguido de redução sistemática das proporções até os 39 anos e, a partir daí uma tendência a certa acomodação do indicador até o limite dos 69 anos, onde se concentra a maior parte da categoria. Esse padrão preponderou, com poucas mudanças, até o início da década de 2000, mas apresentando um movimento de crescimento (1960-1970) e outro, mais longo, de decréscimo (1970-2000), nos níveis das proporções específicas por idade. Ambos os movimentos foram mais intensos entre as faixas etárias mais jovens. Por isto, em 2000, o aspecto geral da curva já era um pouco mais "horizontalizado", embora ainda preservasse o pico na faixa etária de 10 a 19 anos. Contudo, entre os anos 2000 e 2010, há uma mudança significativa nesse padrão, não somente com a eliminação do pico precoce de concentração de trabalhadoras, mas, também, com a formação de um "vale" entre as jovens de 20 a 29 anos, seguido de crescimento significativo do peso do ofício entre as mulheres mais maduras, com idades entre 40 e 69 anos.

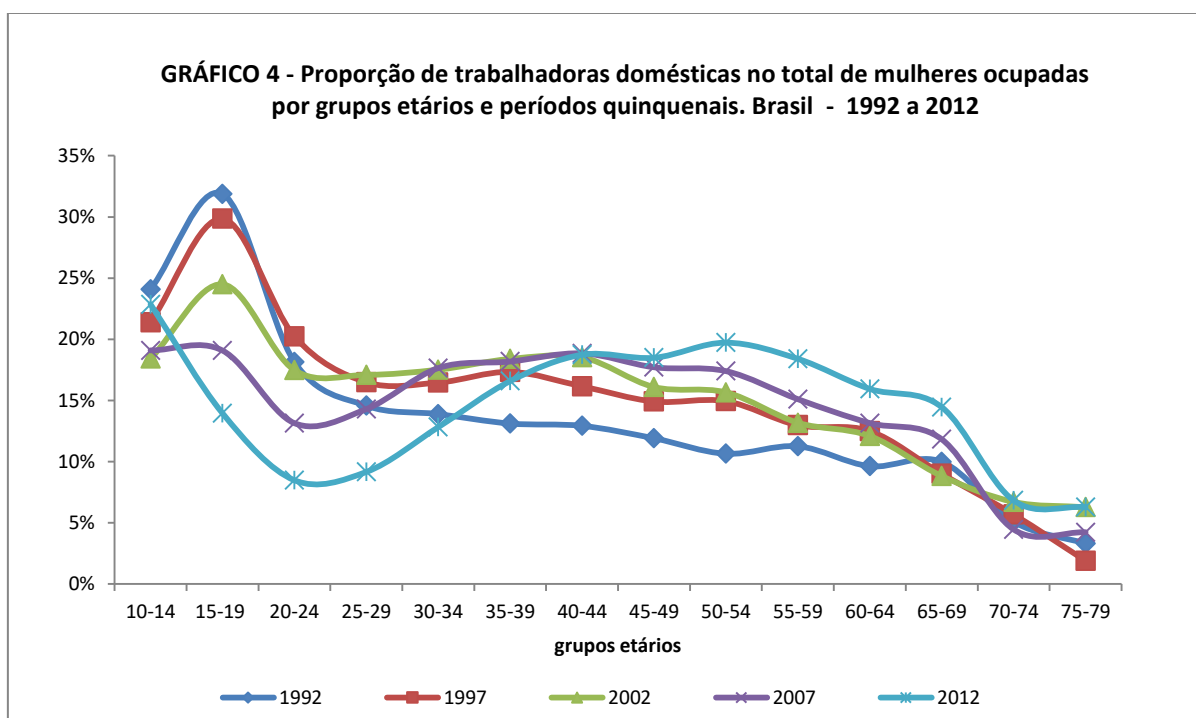


Observação:

* interpolação com base na taxa de crescimento intercensos.

Fonte: Censos Demográficos, Projeto IPUMS *International*.

Elaboração própria



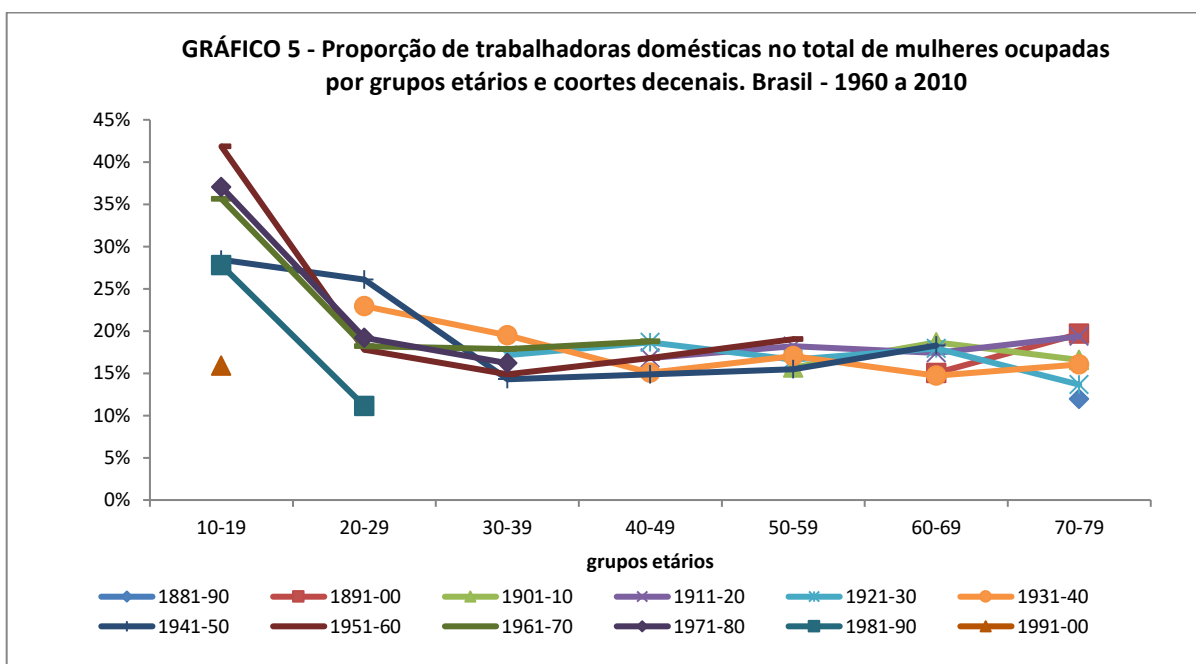
Fonte: PNAD, IBGE
Elaboração própria

É possível que as tendências reveladas no Gráfico 3 padeçam de certa inconsistência, em função dos problemas de comparabilidade existente entre os censos demográficos atuais e os mais antigos. Entretanto, plotando no Gráfico 4 as mesmas proporções, mas com base nas informações quinquenais da PNAD, percebe-se que o padrão de comportamento dos dados é praticamente o mesmo para o período mais recente (após 1990). E como têm as vantagens da uniformidade e de poderem ser formatados em intervalos mais curtos, esses dados mostram as mudanças no tempo de modo muito mais evidente. É possível ver, por exemplo, que o formato histórico das curvas de idade-período (curva de 1992) era mais descendente e menos "acomodado" nas idades mais maduras. Fica mais claro também que o processo de envelhecimento da categoria já estava acontecendo ao longo dos anos 1990, sugerindo um movimento mais estrutural do que parecia antes. Por outro lado, os dados confirmam que a inversão do formato das curvas, com a eliminação do pico precoce, só ocorre mesmo nos anos 2000 e se acentua, pelo menos até 2012.

Mas embora os Gráficos 3 e 4 confirmem o envelhecimento do padrão etário de período da ocupação feminina em serviços domésticos, eles não mostram as tendências de comportamento da atividade ao longo do ciclo de vida das trabalhadoras, já que misturam

mulheres de gerações distintas. Para tanto o mais adequado é plotar as proporções de trabalhadoras domésticas em perspectiva geracional, na forma de coortes.

Os Gráficos 5 e 6, derivados das diagonais das Tabelas 2 e 3, respectivamente, ilustram a evolução do padrão etário de coorte ou de ciclo de vida das mulheres ocupadas como domésticas. Neles, cada curva corresponde a uma coorte de profissionais cujos fragmentos da vida laboral podiam ser observados nos intervalos de tempo considerados em cada situação. Esses gráficos são muito elucidativos, mas precisam ser analisados com cuidado. Por um lado, pode ser que um efeito aparente de coorte ou de idade que deles sobressaia esteja encobrindo um efeito de período, em função do problema de identificação existente entre as três perspectivas¹¹. Por outro, como os serviços domésticos remunerados são muito heterogêneos e, em certa medida, especializados por idade¹², é um procedimento simplificador tratar todas as profissionais em um único padrão de ciclo de vida.



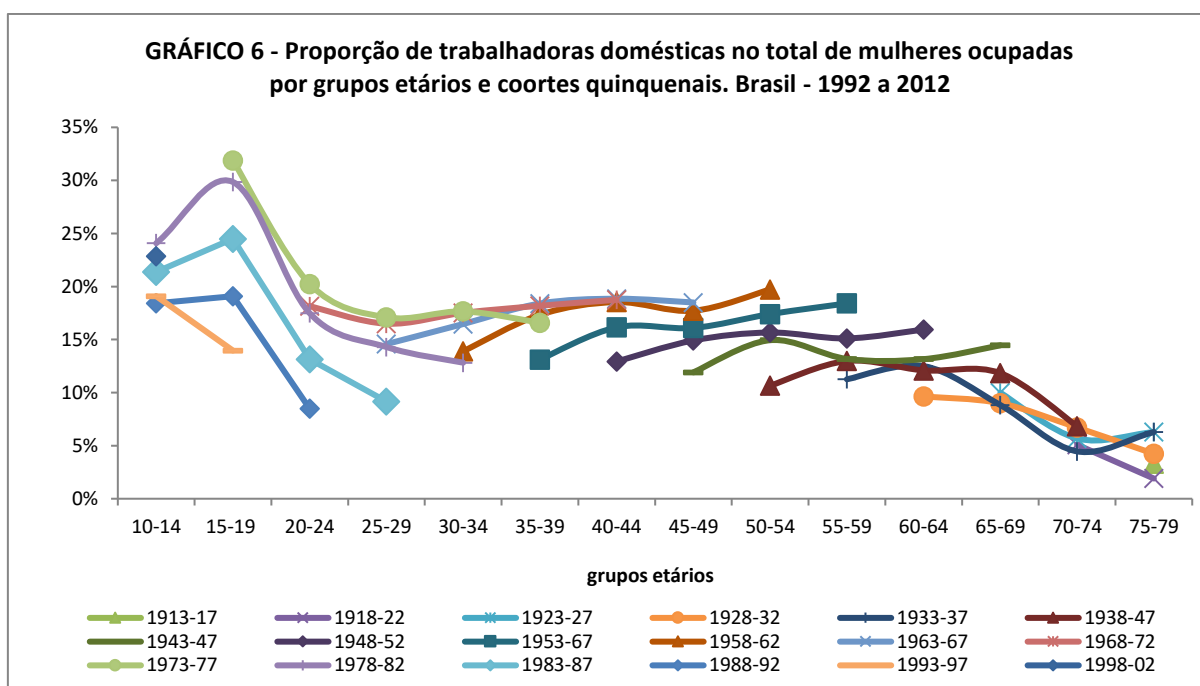
Observação:

* os dados de 1990 foram interpolados com base na taxa de crescimento intercensos.

Fonte: Censos Demográficos, Projeto IPUMS *International*. Elaboração própria

¹¹ Como coorte é igual a período menos idade, existe uma relação de dependência linear entre essas três variáveis. Com isto, é impossível separar com exatidão os efeitos puros associados a fatores dessas três ordens que atuam sobre as variações nas proporções de mulheres ocupadas como domésticas. Esse problema é bem conhecido e existem várias técnicas estatísticas que buscam minimizar seus efeitos, denominadas modelos IPC. Ver, a respeito, MASON e FIENBERG (1985), YANG e LAND (2013).

¹² MELO (2000), comparando os grandes grupos ocupacionais em que usualmente se subdivide o trabalho doméstico remunerado, encontrou, para os anos de 1993 e 1998, uma tendência evidente de concentração das babás entre as mulheres mais jovens, principalmente adolescentes, ao passo que as passadeiras, faxineiras e cozinheiras eram mais comuns entre as mulheres mais maduras. Infelizmente, não é possível refazer esta comparação para períodos mais recentes, porque, desde 2001, a PNAD não permite mais a desagregação do perfil das mulheres ocupadas em serviços domésticos remunerados por grandes grupos ocupacionais, dificultando sobremaneira uma análise mais adequada do perfil de ciclo de vida da atividade.



Como é possível perceber pelo formato das curvas, e em ambos os gráficos, há um claro e sistemático padrão de redução da participação das mulheres na atividade até os 29 anos e um ligeiro, mas também sistemático, aumento dessa participação aproximadamente após os 50 anos. Esse padrão se repete a cada nova coorte de trabalhadoras e se mantém sem alterações significativas até os tempos atuais, ao contrário das variações observadas ao longo das curvas do padrão etário de período. Essa diferença de comportamento pode ser interpretada como um efeito de composição da redução sistemática nos níveis das proporções de mulheres ocupadas no ofício entre as coortes mais novas, e que é revelada nos dados de período. Seja como for, o padrão das curvas de coorte parece indicar que o ofício é uma opção de emprego provisório para mulheres de baixa renda, que elas buscam no início da vida laboral, enquanto estudam ou aguardam melhores oportunidades no mercado de trabalho, mas que se transforma em uma espécie de armadilha, à medida que elas vão envelhecendo sem conseguir conquistar ou manter uma ocupação melhor, nem se aposentar, como acontece com as demais mulheres ocupadas. Se estas hipóteses estiverem corretas, significa dizer que o trabalho doméstico remunerado é tanto a porta de entrada quanto a porta de saída do mercado de trabalho para as mulheres pobres e pouco escolarizadas, mesmo levando-se em conta que, em um contexto de mudanças, ele tem sido cada vez menos a entrada.

Quanto ao movimento entre coortes (visível através dos níveis das curvas), é possível observar com nitidez, sobretudo no Gráfico 6, o processo de redução da participação de mulheres de coortes mais jovens na atividade. Considerando-se todo o período de vinte anos, percebe-se que esse decréscimo entre coortes ocorreu em todas as idades abaixo de 34 anos, mas de forma bem mais acentuada na faixa dos 15 aos 24 anos, onde a concentração de trabalhadoras sempre foi mais elevada. E essa queda foi praticamente contínua no tempo: a cada nova coorte quinquenal de mulheres ocupadas nesta etapa da vida laboral existiam, em termos relativos, menos trabalhadoras domésticas do que existia nas coortes antecessoras. Por exemplo, na faixa etária de 20 a 24 anos, enquanto 20,2% das mulheres ocupadas da coorte nascida entre 1973 a 1977 eram trabalhadoras domésticas, apenas 17,5% das mulheres ocupadas da coorte de 1978-1982, 13,1% da coorte de 1983-1987 e 8,5% da coorte de 1988-1992 o eram nas mesmas idades (TABELA 3). O mesmo não ocorre no caso das mulheres ocupadas de coortes mais velhas. Entre essas, houve aumento contínuo das proporções de domésticas entre coortes quinquenais sucessivas, sobretudo nas idades entre 45 e 64 anos, significando que a cada nova geração existiam mais mulheres ocupadas no ofício nessas idades do que existia nas gerações antecessoras. Na faixa etária de 45 a 49 anos, por exemplo, enquanto 11,9% das mulheres ocupadas da coorte nascida entre 1943 e 1947 eram trabalhadoras domésticas, nas quatro coortes quinquenais seguintes (1948-1952, 1953-1957, 1958-1962 e 1963-1967), respectivamente 14,9%, 16,1%, 17,7% e 18,5% das ocupadas nesta mesma faixa etária exerciam a atividade.

Mas como já dito, não se pode afirmar com certeza se esses movimentos diferenciados da participação feminina no trabalho doméstico remunerado entre coortes são efeitos geracionais puros, em função do problema de identificação. O mais provável é que não sejam porque as intensidades das quedas das proporções de domésticas nas idades mais jovens e das elevações nas idades mais velhas aumentam no período mais recente, de forma coerente com as tendências reveladas nas curvas de período. De todo modo, a presença de um forte efeito de coorte é inegável porque os movimentos não são homogêneos em todas as faixas etárias, diferentemente do ocorrido, por exemplo, entre as décadas de 1960/70 e 1970/80, quando as proporções aumentaram e depois caíram para todas as trabalhadoras, num padrão mais típico de mudanças de período (GRÁFICO 3).

4. Hipóteses para as diferenças entre as proporções de mulheres ocupadas como domésticas

A análise de idade, período e coorte é uma ferramenta poderosa para mostrar as várias dimensões temporais implícitas nas tendências de redução e de envelhecimento da mão de obra feminina em serviços domésticos remunerados, mas não explicita as suas razões. O que de fato determina os movimentos de mudança nos perfis de idade-período e de idade-coorte da atividade doméstica? Se aparentemente existe um efeito de coorte por trás das mudanças no padrão etário de período, que fatores o motiva? Porque os ritmos de queda e aumento nas proporções de domésticas de coortes mais jovens e mais velhas, respectivamente, se intensificam na segunda metade dos anos 2000?

Além das pistas que aparecem nos dados já mostrados, existem boas hipóteses em estudos empíricos e teóricos sobre o comportamento da oferta de emprego doméstico no país que ajudam a responder essas questões. A partir do comportamento das curvas agregadas dos Gráficos 1 e 2, é razoável pressupor, por exemplo, a existência de uma forte associação inversa entre os níveis da ocupação e o comportamento da atividade econômica, uma vez que a proporção agregada de trabalhadoras domésticas aumenta ou estabiliza, em períodos de recessão (décadas de 1960, 1980 e 1990), e diminui sensivelmente, em períodos de crescimento econômico (décadas de 1970 e 2000).

É razoável supor também que as proporções de mulheres ocupadas na atividade são inversamente relacionadas aos avanços do arcabouço legal que regula a profissão, uma vez que eles afetam o custo da hora de trabalho e, por decorrência, o nível da demanda. Neste aspecto, apesar de se constituir em ofício para muitas mulheres desde a época colonial, o trabalho doméstico só foi reconhecido como profissão, sujeita a direitos trabalhistas e sociais, com a promulgação da Lei 5.850, em 1972. Essa data coincide com o início do período de maior queda nas proporções agregadas e por idades de mulheres ocupadas na atividade, como mostrado nos Gráficos 1 a 4. Em seguida, houve avanços legais significativos para a categoria na Constituição de 1988 e, depois dela, somente na década de 2000, quando foram aprovadas medidas como a proibição do trabalho para menores de 18 anos¹³ e o direito ao recolhimento do FGTS, embora facultativo aos empregadores. Neste período, que coincide com um novo ciclo de queda intensa nas proporções de mulheres ocupadas na atividade, também houve aumentos reais

¹³ Por ser insalubre e perigoso, o trabalho doméstico remunerado é vedado aos menores de 18 anos, nos termos do Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que trata das piores formas de trabalho infantil. A fixação deste limite mínimo de idade para o exercício da atividade também foi um dos aspectos regulamentados na Lei Complementar nº 150 em vigor desde 1º de junho de 2015 e que regulamenta o exercício da atividade.

significativos no salário mínimo (que é referência para a formação dos salários no setor), além da tramitação no Congresso Nacional da chamada PEC das Domésticas, que resultou na Lei Complementar nº 150, de 01/06/2015, ora em vigor¹⁴.

Essas duas hipóteses que emergem da leitura dos gráficos citados (ciclos econômicos e custo da mão de obra doméstica) foram testadas e corroboradas estatisticamente por VIECELI *et al*, (2015), em um artigo muito interessante sobre os determinantes do emprego doméstico nos 5.565 municípios brasileiros. Com base nos microdados do censo demográfico de 2010, os autores encontraram evidências robustas de que redução da participação das mulheres na atividade doméstica, observada no período, era inversamente associada ao PIB per capita municipal; à razão entre os rendimentos das trabalhadoras domésticas e os rendimentos do total de ocupados; e à proporção municipal de mulheres ocupadas na indústria, tida como *proxy* de oportunidades. Em sentido contrário, o fenômeno observado era diretamente associado ao Índice de Gini – que mede o grau de concentração de renda do município – e à taxa de desemprego, que foi a variável de maior significância no modelo ajustado. Com estes resultados, os autores concluíram que a redução na participação de trabalhadoras domésticas na estrutura ocupacional brasileira, nos anos 2000, em que pesem os impactos dos aumentos dos salários sobre a retração da demanda, foi determinada, sobretudo, por um processo mais amplo de desenvolvimento, dado pela melhoria substancial do mercado de trabalho e pelo surgimento de novas oportunidades para as pessoas.

Outra hipótese mencionada na literatura sobre a oferta de emprego doméstico são as migrações internas. Como mostraram MELO (1998) e JACQUET (2003), muitas foram as meninas e moças pobres do campo, oriundas sobretudo das Regiões Norte e Nordeste, que se iniciaram no ofício de domésticas como “ajudantes” em casas de famílias dos grandes centros urbanos. A trajetória de vida dessas mulheres se insere no contexto dos grandes deslocamentos de massas de trabalhadores de baixa qualificação, característico das fases iniciais dos processos de industrialização e urbanização do país. Em busca de socialização nas cidades, de melhores oportunidades no mercado matrimonial ou, apenas, de casa e comida, elas foram pioneiras em estabelecer pontes entre suas comunidades rurais e as metrópoles urbanas, estando na origem da formação das primeiras redes migratórias no país. Mas, a partir da década de 1980, esse contexto migratório se alterou substancialmente. Seguindo as transformações na dinâmica econômica regional, principalmente a partir da desconcentração relativa do parque industrial paulista, houve a articulação de antigas áreas de concentração espacial com novos polos

¹⁴ Para mais detalhes sobre o assunto, ver o capítulo 1 da dissertação de FRAGA (2010).

regionais; o surgimento de novos fluxos de pessoas entre novas regiões de origem e destino; e o crescimento de novos tipos de mobilidade, como a migração de retorno e os movimentos pendulares (RIGOTTI *et al.*, 2014). Como a maior parte desses novos movimentos populacionais foram correlacionados a investimentos intensivos em mão de obra qualificada, é provável que eles tenham algum poder em explicar a retração da oferta de mão de obra feminina doméstica, como sugerido em MELO (1998).

Quanto aos feitos de coorte transparentes nos demais gráficos analisados na seção anterior, a principal hipótese considerada na literatura é o aumento da escolaridade feminina (MYRRHA, WAJNMAN, 2007; FRAGA, 2010; IPEA, 2011; BRITES, 2013; BRITES, PICANÇO, 2014). De modo geral, há uma percepção entre os autores pesquisados de que as mulheres brasileiras de gerações mais novas, que nasceram em períodos de grandes avanços educacionais e dos costumes, são mais qualificadas para o mercado de trabalho e mais refratárias ao exercício do ofício de doméstica, tendendo a se inserir com mais facilidade em ocupações mais valorizadas do que o trabalho doméstico remunerado. Acredita-se que o papel da escolarização mais elevada dessas coortes mais jovens, que são dotadas de vantagens comparativas para o trabalho, tenha sido importante sobretudo na última década, quando elas tiveram a oportunidade adicional de fazer coincidir a sua trajetória no mercado de trabalho com um período de crescimento econômico mais prolongado, caracterizado pelo aumento da oferta de empregos menos vulneráveis e de maior prestígio social.

Retornando, então, aos objetivos originais do estudo, como há esse consenso de que as flutuações nas proporções de domésticas entre as mulheres ocupadas são muito sensíveis às diferenças de escolaridade entre as coortes femininas, o próximo passo é decompor essas proporções, buscando mensurar os efeitos da educação sobre as suas flutuações temporais vis-à-vis os efeitos agregados dos demais fatores elencados na literatura. Para tanto, será adotado um modelo de decomposição semelhante ao desenvolvido em PRESTON *et al.* (2001) para taxas de mortalidade, mas considerando a estrutura educacional feminina, ao invés da estrutura etária, como demonstrado nas próximas seções.

5. Efeitos de composição das proporções de mulheres ocupadas como domésticas

As proporções de domésticas no total de mulheres ocupadas são médias ponderadas de subgrupos populacionais femininos. Como tal, elas estão sujeitas à influência de efeitos de composição associados ao peso proporcional de cada um desses subgrupos em atributos diversos da população feminina como idade, raça, escolaridade, estado civil, região geográfica

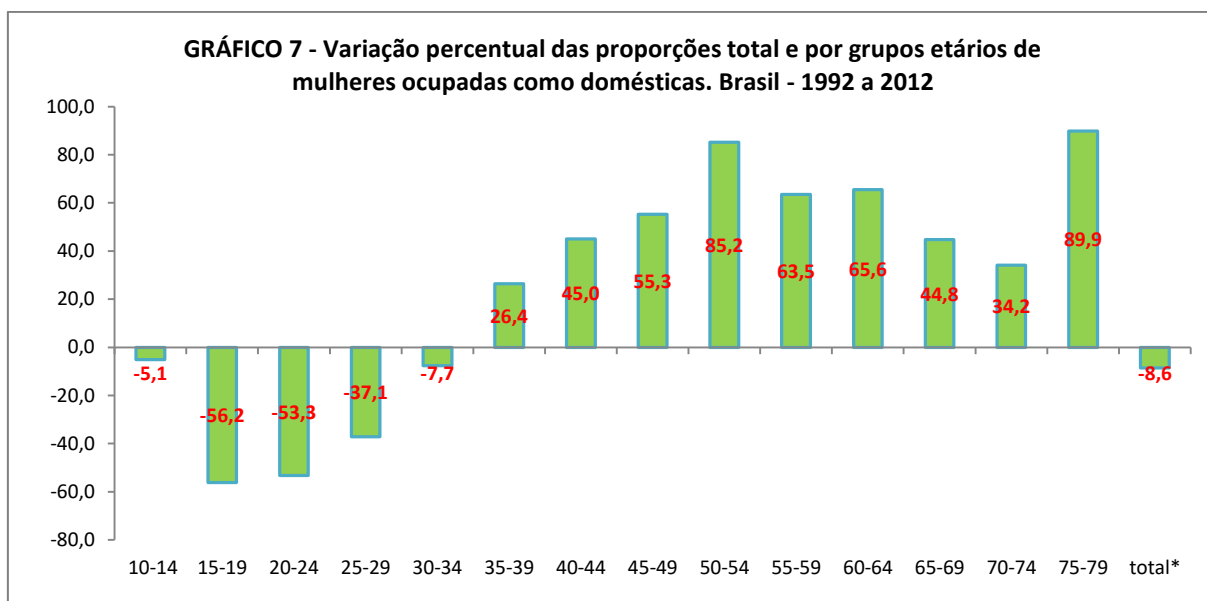
etc. Em se tratando da escolaridade, pode-se dizer que essas proporções são médias ponderadas das proporções específicas de domésticas entre as mulheres ocupadas em cada nível educacional, sendo os pesos dados pela proporção total de mulheres ocupadas em cada um dos níveis educacionais considerados. Formulando essa proposição, obtém-se o seguinte:

$$PD^t = \sum_i^{\infty} EE_i^t PED_i^t \quad (1)$$

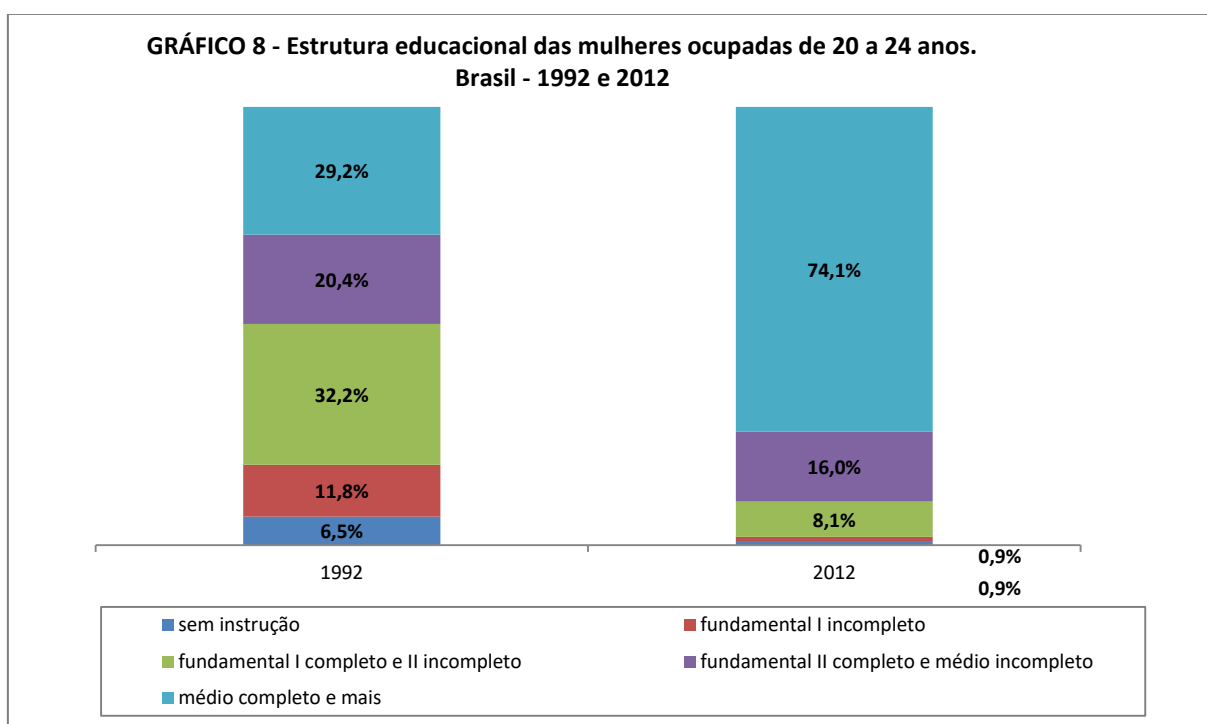
onde PD^t é a proporção agregada de mulheres ocupadas como domésticas no período t ; PED_i^t é a proporção específica de mulheres ocupadas como domésticas em cada nível educacional i no período t e EE_i^t é a proporção total de mulheres brasileiras ocupadas em cada nível educacional (estrutura educacional feminina).

O Gráfico 7 exibe as variações das proporções total e específicas por idade das mulheres ocupadas como domésticas no Brasil, entre os anos de 1992 e 2012. Como já discutido nas seções anteriores, houve redução expressiva dessas proporções entre as coortes de mulheres mais jovens e aumento entre as coortes mais velhas, no período considerado. Através da equação 1, é fácil perceber que essas variações são devidas a mudanças na estrutura educacional das mulheres brasileiras ocupadas ou em fatores de outras naturezas (como o nível da atividade econômica, do emprego, da renda, dos salários, aspectos legais, mudanças nos fluxos migratórios etc.) que afetam as proporções específicas de domésticas existente em cada nível educacional. A título de exemplo, entre as mulheres ocupadas da faixa etária de 20 a 24 anos, houve redução de 53,3% na proporção agregada de domésticas nesses vinte anos. Qual das duas componentes da equação 1 (PED_i^t ou EE_i^t) seria mais importante para explicar este resultado?

Nota-se, através do Gráfico 8, que houve um avanço impressionante na composição educacional de todas as mulheres brasileiras ocupadas, da faixa de 20 a 24 anos, de modo que, em 2012, existiam poucas delas com níveis de escolaridade abaixo do ensino fundamental II completo. Em contrapartida, a proporção de mulheres dessa mesma faixa etária com ensino médio completo e mais saltou de 29,2% para 74,1%.



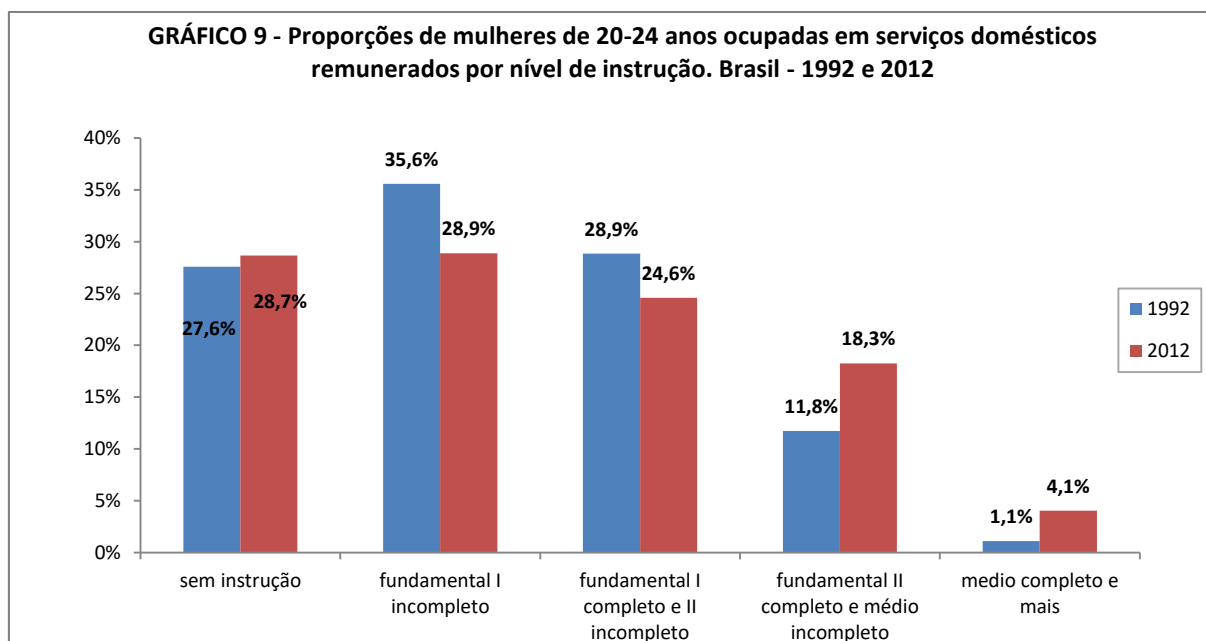
Fonte: PNAD-IBGE
Elaboração própria



Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração própria

Como resultado destes avanços educacionais, as proporções específicas de domésticas entre as mulheres ocupadas de 20 a 24 anos, inclusive, se reduziram entre os grupos das que só possuíam até o ensino fundamental II incompleto e aumentaram entre os grupos mais escolarizados, a partir do ensino fundamental II completo (GRÁFICO 9). Mesmo assim, as

maiores proporções de domésticas ainda estavam, em 2012, entre o grupo de mulheres com menor escolaridade, indicando que os avanços na estrutura educacional dessas profissionais não foram tão grandes ou que, ao escolarizar-se, a jovem tende a mudar de ocupação, como é o esperado.



Fonte: PNAD- IBGE
Elaboração própria

Qual dos dois movimentos terá sido mais importante, então? O do Gráfico 8 ou o do Gráfico 9? Se a contribuição dos efeitos da "revolução educacional" ocorrida entre as mulheres ocupadas for maior do que a contribuição estimada das mudanças nos demais fatores que incidem sobre a trajetória específica do emprego doméstico, então a escolaridade – uma variável típica do comportamento de coorte – é a determinante principal da queda verificada na proporção de domésticas entre as mulheres de 20 a 24 anos. Ao contrário, se a contribuição dos efeitos estimados para a escolaridade for menor do que os efeitos combinados das demais variáveis, quer dizer que são fatores de outras naturezas (variações no ciclo econômico, na legislação trabalhista, nos salários, na migração interna etc.) que explicam melhor esta tendência declinante das proporções de domésticas de 20 a 24 anos, no período considerado.

O mesmo raciocínio é válido para as variações das proporções de domésticas em todas as outras faixas etárias mostradas no Gráfico 7 e também para a proporção agregada, que caiu 8,6%, em vinte anos. Resta, então, calcular o peso das contribuições de cada uma dessas

componentes mencionadas na explicação do fenômeno observado, nos termos da metodologia escolhida.

6. Metodologia

PRESTON *et al.* (2001) usam uma metodologia bem simples de decomposição de taxas agregadas – e que foi desenvolvida originalmente por KITAGAWA (1955) –, em um exercício que compara as variações nas taxas brutas de mortalidade de dois países, em um mesmo ponto no tempo, em função das diferenças em suas estruturas etárias. Essa metodologia é usada neste artigo, mas com adaptações para as variações nas proporções de domésticas entre as mulheres ocupadas de um único país, entre dois períodos de tempo, e em função das mudanças na estrutura educacional feminina.

Segundo os autores, considerando a estrutura educacional, a variação do indicador PD da equação 1 (página 44) entre os tempos t e $t+1$, pode ser escrita da seguinte forma:

$$\Delta PD = PD^{t+1} - PD^t = \sum_i EE_i^{t+1} PED_i^{t+1} - \sum_i EE_i^t PED_i^t \quad (2)$$

Dividindo cada um dos termos dessa equação em duas partes iguais e somando e subtraindo mais dois termos, de forma a manter a diferença ΔPD constante, tem-se que:

$$\begin{aligned} \Delta PD = & \frac{\sum_i EE_i^{t+1} PED_i^{t+1}}{2} + \frac{\sum_i EE_i^{t+1} PED_i^{t+1}}{2} - \frac{\sum_i EE_i^t PED_i^t}{2} - \frac{\sum_i EE_i^t PED_i^t}{2} + \\ & + \frac{\sum_i EE_i^{t+1} PED_i^t}{2} - \frac{\sum_i EE_i^{t+1} PED_i^t}{2} + \frac{\sum_i EE_i^t PED_i^{t+1}}{2} - \frac{\sum_i EE_i^t PED_i^{t+1}}{2} \end{aligned} \quad (3)$$

Combinando esses oito termos em quatro, a equação 3 se torna igual a:

$$\begin{aligned} \Delta PD = & \sum_i EE_i^{t+1} \left[\frac{PED_i^{t+1} + PED_i^t}{2} \right] - \sum_i EE_i^t \left[\frac{PED_i^{t+1} + PED_i^t}{2} \right] + \\ & + \sum_i PED_i^{t+1} \left[\frac{\sum_i EE_i^{t+1} + EE_i^t}{2} \right] - \sum_i PED_i^t \left[\frac{\sum_i EE_i^{t+1} + EE_i^t}{2} \right] \end{aligned} \quad (4)$$

Por fim, combinando esses quatro termos em dois, tem-se que:

$$\Delta PD = \sum_i EE_i^{t+1} - EE_i^t \left[\frac{PED_i^{t+1} + PED_i^t}{2} \right] + \sum_i PED_i^{t+1} - PED_i^t \left[\frac{\sum_i EE_i^{t+1} + EE_i^t}{2} \right] \quad (5)$$

onde:

$$\sum_i EE_i^{t+1} - EE_i^t \left[\frac{PED_i^{t+1} + PED_i^t}{2} \right] \text{ é a contribuição da estrutura educacional e}$$

$$\sum_i PED_i^{t+1} - PED_i^t \left[\frac{\sum_i EE_i^{t+1} + EE_i^t}{2} \right] \text{ é a contribuição das proporções específicas.}$$

Em resumo, através da equação 5 é possível separar e calcular as contribuições das mudanças nas duas componentes principais que determinam as flutuações nas proporções agregadas e por idade de mulheres ocupadas em serviços domésticos remunerados, mostradas no Gráfico 7 da seção anterior.

Os resultados do exercício de decomposição feito a partir desta equação são apresentados na próxima seção, considerando tanto o período completo de vinte anos, quanto os quatro quinquênios compreendidos entre 1992 e 2012. Além das proporções totais de domésticas na população feminina ocupada, foram decompostas também as proporções por faixas etárias. Entre essas, foram desconsideradas as faixas etárias acima de 64 anos, que concentram poucas trabalhadoras domésticas, e a faixa de 10 a 14 anos, onde se concentram muitas trabalhadoras, mas a maioria não teve tempo sequer para terminar o ensino fundamental II. Quanto aos dados, optou-se pelo uso exclusivo das estatísticas da PNAD, em função da inexistência de incompatibilidades técnicas ao longo da série histórica da pesquisa.

7. Resultados

A Tabela 4 sintetiza os resultados da decomposição das diferenças entre as proporções totais e por idade de mulheres ocupadas como domésticas no Brasil, em termos da estrutura educacional e das proporções específicas por níveis educacionais¹⁵. A interpretação desses

¹⁵ Os resultados completos dessas decomposições estão no Apêndice ao final deste primeiro estudo.

resultados deve considerar que, em alguns casos, uma das componentes pode contribuir com mais de 100% para a diferença entre as proporções decompostas. Situações como essas acontecem quando as duas componentes atuam em sentidos opostos. Ou seja, uma contribui para a redução e outra para o aumento do fenômeno em análise.

Os resultados encontrados confirmam a hipótese de que as proporções de trabalhadoras domésticas entre as mulheres ocupadas são muito sensíveis às diferenças de escolaridade entre as coortes femininas. Considerando-se inicialmente o período completo de vinte anos (última linha de cada grupo de idade da tabela 4), verifica-se que os impactos dos avanços na estrutura educacional das mulheres ocupadas de coortes mais jovens, com idades entre 15 e 34 anos, foram tão expressivos que, na maioria dos casos, não somente anularam os efeitos de outros fatores que agiram pressionando o aumento do peso relativo do ofício na ocupação feminina, como produziram um efeito líquido suficiente para derrubar as proporções agregadas de domésticas nessas idades em até 56% (GRÁFICO 7, página 45).

A coorte com 20 a 24 anos é emblemática, por ser a que registrou a maior queda de participação no trabalho doméstico, considerando apenas o universo das mulheres com idade suficiente para já terem completado o ensino médio. Da diferença de -9,6 pontos percentuais (ou -53%) entre as proporções de domésticas nesta faixa etária, -11 foram devidos aos avanços educacionais e 1,4 a fatores de outras ordens, como, por exemplo, o baixo desempenho da economia, pelo menos até meados dos anos 2000. Esse padrão também foi o verificado entre as coortes de 25 a 29 anos e de 30 a 34 anos. Mas para a coorte entre 15 e 19 anos, o papel das duas componentes em explicar as quedas verificadas nas proporções de domésticas foi distinto. Nessa faixa etária, as mudanças nos demais fatores que incidem sobre as proporções específicas, embora bem menos significativos, também contribuíram no sentido da escolaridade, ajudando a derrubar as proporções de domésticas em 17,7 pontos percentuais. Um motivo forte para explicar esse comportamento das proporções específicas nestas idades mais precoces podem ser os efeitos das políticas e ações de combate ao trabalho doméstico infantil, postas em prática país no período considerado¹⁶.

¹⁶ Ver relatório de pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI e intitulado "O Trabalho Infantil Doméstico no Brasil: Avaliação a partir dos Microdados da PNAD/IBGE (2008-2011)", de maio de 2013.

TABELA 4
Resultados da decomposição das diferenças entre as proporções total e por grupos etários de mulheres ocupadas como domésticas em termos da estrutura educacional. Brasil – 1992 a 2012

| Períodos | Proporção de mulheres ocupadas como domésticas em t ₁ (%) | Proporção de mulheres ocupadas como domésticas em t ₂ (%) | Variação da proporção entre t ₁ e t ₂ (pontos percentuais) | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres ocupadas entre t ₁ e t ₂ | | Contribuição das diferenças nas proporções específicas de domésticas entre t ₁ e t ₂ | |
|------------|--|--|--|--|--------|--|--------|
| | | | | valor absoluto | % | valor absoluto | % |
| 15-19 anos | | | | | | | |
| 1992/1997 | 31,6 | 29,8 | -1,8 | -3,8 | 211% | 2,0 | -111% |
| 1997/2002 | 29,8 | 24,4 | -5,5 | -5,2 | 95% | -0,3 | 5% |
| 2002/2007 | 24,4 | 19,0 | -5,4 | -3,5 | 66% | -1,8 | 34% |
| 2007/2012 | 19,0 | 13,9 | -5,1 | -2,1 | 41% | -3,0 | 59% |
| 1992/2012 | 31,6 | 13,9 | -17,7 | -14,8 | 83% | -3,0 | 17% |
| 20-24 anos | | | | | | | |
| 1992/1997 | 18,0 | 20,1 | 2,1 | -2,7 | -124% | 4,8 | 224% |
| 1997/2002 | 20,1 | 17,4 | -2,8 | -5,1 | 184% | 2,3 | -84% |
| 2002/2007 | 17,4 | 13,1 | -4,3 | -3,2 | 74% | -1,1 | 26% |
| 2007/2012 | 13,1 | 8,4 | -4,6 | -1,7 | 36% | -3,0 | 64% |
| 1992/2012 | 18,0 | 8,4 | -9,6 | -11,0 | 115% | 1,4 | -15% |
| 25-29 anos | | | | | | | |
| 1992/1997 | 14,5 | 16,5 | 2,0 | -1,4 | -70% | 3,4 | 170% |
| 1997/2002 | 16,5 | 17,0 | 0,5 | -2,7 | -530% | 3,2 | 630% |
| 2002/2007 | 17,0 | 14,1 | -2,9 | -3,6 | 123% | 0,7 | -23% |
| 2007/2012 | 14,1 | 9,2 | -4,9 | -2,5 | 51% | -2,4 | 49% |
| 1992/2012 | 14,5 | 9,2 | -5,4 | -9,0 | 167% | 3,6 | -67% |
| 30-34 anos | | | | | | | |
| 1992/1997 | 14,0 | 16,5 | 2,5 | -1,5 | -60% | 4,1 | 160% |
| 1997/2002 | 16,5 | 17,4 | 0,9 | -1,7 | -185% | 2,6 | 285% |
| 2002/2007 | 17,4 | 17,7 | 0,2 | -2,5 | -1011% | 2,7 | 1111% |
| 2007/2012 | 17,7 | 12,7 | -4,9 | -3,8 | 77% | -1,1 | 23% |
| 1992/2012 | 14,0 | 12,7 | -1,2 | -8,3 | 681% | 7,1 | -581% |
| 35-39 anos | | | | | | | |
| 1992/1997 | 13,1 | 17,4 | 4,2 | -1,7 | -41% | 0,9 | 141% |
| 1997/2002 | 17,4 | 17,0 | -0,3 | -1,2 | 359% | 0,9 | -259% |
| 2002/2007 | 17,0 | 15,6 | -1,4 | -1,0 | 73% | -0,4 | 27% |
| 2007/2012 | 15,6 | 16,6 | 0,9 | -1,8 | -193% | 2,8 | 293% |
| 1992/2012 | 13,1 | 16,6 | 3,4 | -6,7 | -195% | 10,1 | 295% |
| 40-44 anos | | | | | | | |
| 1992/1997 | 13,0 | 16,2 | 3,22 | -1,9 | -60% | 5,2 | 160% |
| 1997/2002 | 16,2 | 18,5 | 2,34 | -2,0 | -87% | 4,4 | 187% |
| 2002/2007 | 18,5 | 18,8 | 0,32 | -1,9 | -609% | 2,3 | 709% |
| 2007/2012 | 18,8 | 18,7 | -0,14 | -2,3 | 1679% | 2,2 | -1579% |
| 1992/2012 | 13,0 | 18,7 | 5,74 | -7,5 | -130% | 13,2 | 230% |

(CONTINUAÇÃO DA TABELA 4)

| Períodos | Proporção de mulheres ocupadas como domésticas em t ₁ (%) | Proporção de mulheres ocupadas como domésticas em t ₂ (%) | Variação da proporção entre t ₁ e t ₂ (pontos percentuais) | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres ocupadas entre t ₁ e t ₂ | | Contribuição das diferenças nas proporções específicas de domésticas entre t ₁ e t ₂ | |
|------------|--|--|--|--|-------|--|-------|
| | | | | valor absoluto | % | valor absoluto | % |
| 45-49 anos | | | | | | | |
| 1992/1997 | 11,9 | 14,9 | 3,0 | -1,5 | -49% | 4,5 | 149% |
| 1997/2002 | 14,9 | 16,1 | 1,2 | -2,0 | -171% | 3,2 | 271% |
| 2002/2007 | 16,1 | 17,7 | 1,6 | -1,7 | -109% | 3,3 | 209% |
| 2007/2012 | 17,7 | 18,4 | 0,7 | -2,7 | -356% | 3,4 | 456% |
| 1992/2012 | 11,9 | 18,4 | 6,5 | -6,9 | -107% | 13,4 | 207% |
| 50-54 anos | | | | | | | |
| 1992/1997 | 10,7 | 15,0 | 4,26 | -1,3 | -30% | 5,5 | 130% |
| 1997/2002 | 15,0 | 16,1 | 1,14 | -3,2 | -278% | 4,3 | 378% |
| 2002/2007 | 16,1 | 17,4 | 1,30 | -2,9 | -227% | 4,2 | 327% |
| 2007/2012 | 17,4 | 19,6 | 2,24 | 1,1 | 50% | 1,1 | 50% |
| 1992/2012 | 10,7 | 19,6 | 8,9 | -5,6 | -63% | 14,6 | 163% |
| 55-59 anos | | | | | | | |
| 1992/1997 | 11,3 | 13,0 | 1,7 | -0,6 | -39% | 2,3 | 139% |
| 1997/2002 | 13,0 | 13,2 | 0,2 | -1,1 | -502% | 1,3 | 602% |
| 2002/2007 | 13,2 | 15,1 | 1,9 | -0,9 | -49% | 2,8 | 149% |
| 2007/2012 | 15,1 | 18,4 | 3,3 | -1,6 | -48% | 4,9 | 148% |
| 1992/2012 | 11,3 | 18,4 | 7,1 | -4,7 | -66% | 11,7 | 166% |
| 60-64 anos | | | | | | | |
| 1992/1997 | 9,6 | 12,5 | 2,9 | -1,3 | -22% | 3,5 | 122% |
| 1997/2002 | 12,5 | 22,4 | 9,9 | -0,4 | -4% | 10,3 | 104% |
| 2002/2007 | 22,4 | 28,3 | 5,9 | -0,6 | -10% | 6,5 | 110% |
| 2007/2012 | 28,3 | 16,0 | -12,3 | -2,3 | 19% | -10,0 | 81% |
| 1992/2012 | 9,6 | 16,0 | 6,3 | -4,1 | -64% | 10,4 | 164% |
| TOTAL | | | | | | | |
| 1992/1997 | 16,1 | 17,8 | 1,6 | -1,5 | -91% | 3,1 | 191% |
| 1997/2002 | 17,8 | 17,3 | -0,4 | -2,0 | 471% | 1,6 | -371% |
| 2002/2007 | 17,3 | 16,4 | -1,0 | -2,0 | 206% | 1,0 | -106% |
| 2007/2012 | 16,4 | 14,7 | -1,7 | -2,1 | 129% | 0,5 | -29% |
| 1992/2012 | 16,1 | 14,7 | -1,4 | -7,5 | 538% | 6,1 | -438% |

Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD, IBGE e de Preston *et al.* (2001)

Por outro lado, verifica-se que a escolaridade perde força em explicar as variações nas proporções agregadas de domésticas entre as trabalhadoras de coortes mais maduras. Ao contrário do movimento ocorrido entre as coortes mais jovens, nas faixas etárias a partir dos 35 anos e até o fim do ciclo laboral, o impacto dos fatores que atuaram sobre as proporções específicas de domésticas – como a recessão, o desemprego, a queda na renda familiar etc. –

foram tão mais fortes nesses vinte anos, que não somente anularam os efeitos dos ganhos educacionais, como produziram um efeito líquido suficiente para aumentar as proporções agregadas de domésticas nessas idades em até 85% (GRÁFICO 7, página 45). Mas como se pode observar, mesmo sendo bem menor, também entre essas coortes mais maduras a contribuição da escolaridade foi negativa, significando que, se a contribuição das proporções específicas fosse nula, teria ocorrido uma redução das proporções agregadas de domésticas também nestas idades. Ou seja, o papel da escolaridade é mesmo muito importante para explicar as variações do peso do trabalho doméstico remunerado na atividade feminina.

Outro resultado relevante das decomposições com a estrutura educacional diz respeito às mudanças na intensidade e na direção da contribuição das proporções específicas de domésticas por níveis de escolaridade, ao longo dos quatro períodos quinquenais selecionados. Entre as coortes mais jovens, é possível observar que essa componente vai perdendo força no sentido de aumentar as proporções agregadas de domésticas e aos poucos vai passando a atuar na mesma direção da escolaridade, potencializando os seus efeitos redutores. No último quinquênio, entre 2007 e 2012, a contribuição das proporções específicas já era até mais significativa do que a contribuição da escolaridade, nas faixas etárias de 15 a 19 anos (59%) e de 20 a 24 anos (64%). Neste mesmo período, as duas componentes também operavam de forma conjunta em todas as coortes de mulheres com 34 anos ou menos, provocando as quedas mais intensas registradas nas proporções agregadas de domésticas, entre os quatro quinquênios analisados. Esse movimento é perfeitamente coerente com o *timing* e o sentido das mudanças observadas no padrão etário de período da atividade, como mostrado nos Gráficos 3 e 4 (subseção 3.2).

E que forças estariam por trás deste fenômeno? Com toda certeza, as mudanças de período registradas no ambiente macroeconômico, na primeira década deste século, como evidenciado no exercício econométrico de VIECELI *et al.* (2015). Este período foi caracterizado por um ciclo mais duradouro de crescimento econômico, com redução do desemprego, ampliação da oferta de empregos formais, redução da desigualdade de renda familiar e ampliação, via oferta de crédito barato e aumento do salário mínimo, dos poderes aquisitivo e de endividamento das famílias de baixa renda. Como ressaltam BRITES e PICANÇO (2014), essas mudanças fomentaram um processo simbólico de aproximação entre as classes sociais, por meio da difusão entre as camadas mais pobres de um padrão de consumo e de um estilo de vida, com aspiração por rápida ascensão social, até então típico da classe média. Neste contexto, o padrão de grande envolvimento das mulheres de baixa renda com o

trabalho doméstico remunerado foi profundamente alterado entre as gerações. Por um lado, o ofício foi perdendo status como alternativa de ocupação para mulheres de coortes mais jovens, que tinham melhores condições de disputar posições mais valorizadas em um mercado de trabalho em processo de grande expansão e diversificação. Por outro, ele foi se transformando em um nicho de absorção de mulheres mais maduras, com poucas chances de inserção em ocupações de maior prestígio social, em função da baixa qualificação. É bem verdade, como mostram os dados das decomposições, que esse processo não começou na década de 2000. Os ganhos de escolaridade que passam a funcionar empurrando as coortes mais jovens para fora do trabalho doméstico remunerado já vinham acontecendo desde a década de 1990, como já demonstrado. Mas o movimento, sem dúvida, se intensificou muito na década de 2000, quando novas oportunidades de trabalho formal e com maior status social para as mulheres se ampliaram e se generalizaram nas regiões metropolitanas e no interior, em empresas de diferentes tamanhos, de todos os setores da atividade econômica e em quase todos os grupos ocupacionais (BALTAR *et al.*, 2010).

8. Conclusão

Este estudo buscou descrever as variações no peso relativo do trabalho doméstico remunerado na atividade feminina, no Brasil, usando associações entre as perspectivas de idade, período e coorte, e mensurar a contribuição da escolaridade em explicá-las. Foram encontradas tendências estruturais de retração e de envelhecimento da mão de obra feminina empregada no setor, no período analisado, e um efeito significativo da escolaridade mais elevada das sucessivas coortes de mulheres mais jovens associado a essas tendências. O efeito da escolaridade foi relevante, sobretudo, nos anos 2000, quando as moças de gerações mais novas tiveram a oportunidade adicional de fazer coincidir a sua trajetória laboral com um período de crescimento econômico mais prolongado, caracterizado pela desconcentração de renda e pelo aumento da oferta de empregos menos vulneráveis e mais valorizados. Pode-se concluir, então, que os avanços educacionais conquistados pelas mulheres têm sido determinantes em reduzir as proporções de trabalhadoras domésticas ocupadas no país, mas a intensidade e a velocidade de sua influência em provocar uma contração realmente significativa na oferta desta mão de obra depende da permanência mais duradoura de um ciclo de crescimento do emprego e da renda, nos moldes observados na década passada. A observância desse cenário, entretanto, é incerta no médio prazo, em função da recessão econômica e da desregulamentação trabalhista, ora em curso.

De todo modo, o movimento evidente na análise de coortes – combinando uma queda impressionante na proporção de domésticas jovens com a elevação da proporção de domésticas idosas – nos autoriza dizer que também está em curso no país uma mudança cultural extremamente importante, dada pela resistência crescente das meninas e moças das classes populares em exercer o ofício, em razão do seu desprestígio. Essa mudança de aspiração das novas gerações, ainda que não venha a implicar o fim imediato do ofício, é uma janela de oportunidade muito positiva para se alcançar melhorias mais significativas na qualidade do emprego feminino, e nos enche de esperança. É provável que a atividade ainda permaneça por um bom tempo entre as maiores absorvedoras de mão de obra feminina no país, em função das desigualdades inerentes à sociedade brasileira, ou de fatores associados ao comportamento da demanda (aumento da longevidade, entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, transformações no perfil das famílias e insuficiência de políticas públicas de apoio à conciliação do trabalho com a vida familiar). Ainda assim, é de se esperar o aprofundamento das tendências estruturais de retração e, sobretudo, de envelhecimento da categoria, com a atividade deixando de ser cada vez mais a porta de entrada no mercado de trabalho para as mulheres jovens de baixa renda, mas mantendo o papel de porta de saída para as mulheres de baixa renda, mais velhas.

Apêndice

Decomposição da diferença entre as proporções totais de mulheres ocupadas como domésticas em 1992 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres ocupadas entre 1992 e 2012 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de de mulheres ocupadas como domésticas por nível de instrução entre 1992 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDA | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDA*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDA | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDA*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,1654 | 0,1758 | 0,0486 | 0,2489 | | -0,116780 | 0,212344 | -0,024798 | 0,073098 | 0,106973 | 0,007819 |
| fundamental I incompleto | 0,1832 | 0,2464 | 0,0591 | 0,2940 | | -0,124100 | 0,270188 | -0,033530 | 0,047566 | 0,121191 | 0,005765 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,3092 | 0,2343 | 0,1805 | 0,2966 | | -0,128693 | 0,265488 | -0,034167 | 0,062312 | 0,244853 | 0,015257 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1176 | 0,1018 | 0,1560 | 0,2178 | | 0,038346 | 0,159820 | 0,006128 | 0,115969 | 0,136812 | 0,015866 |
| medio completo e mais | 0,2246 | 0,0114 | 0,5558 | 0,0543 | | 0,331227 | 0,032847 | 0,010880 | 0,042907 | 0,390172 | 0,016741 |
| | | | | | | | | -0,075486 | | | 0,061448 |
| | TBM | 16,1 | TBM | 14,7 | D | | | | | | -0,014038 |
| | | | | | -1,40 | | | | | | -1,40 |

537,73%

-437,73%

537,73%

-437,73%

Decomposição da diferença entre as proporções totais de mulheres cupadas como domésticas em 1992 e 1997

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres ocupadas entre 1992 e 1997 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas por nível de instrução entre 1992 e 1997 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---|---|---|---------------------------------------|---|
| | 1992 | | 1997 | | | EE ₁ -EE ₂ | (PED ₁ +PED ₂)/2 | EE ₁ -EE ₂ *(PED ₁ +PED ₂)/2 | PED ₁ -PED ₂ | (EE ₂ +EE ₁)/2 | PED ₁ -PED ₂ *(EE ₂ +EE ₁)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EE ₁ -EE ₂ | (PED ₁ +PED ₂)/2 | EE ₁ -EE ₂ *(PED ₁ +PED ₂)/2 | PED ₁ -PED ₂ | (EE ₂ +EE ₁)/2 | PED ₁ -PED ₂ *(EE ₂ +EE ₁)/2 |
| sem instrução | 0,1654 | 0,1758 | 0,1241 | 0,2061 | | -0,041258 | 0,190968 | -0,007879 | 0,030347 | 0,144734 | 0,004392 |
| fundamental I incompleto | 0,1832 | 0,2464 | 0,1519 | 0,2706 | | -0,031349 | 0,258520 | -0,008104 | 0,024229 | 0,167566 | 0,004060 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,3092 | 0,2343 | 0,2975 | 0,2817 | | -0,011676 | 0,258028 | -0,003013 | 0,047391 | 0,303362 | 0,014377 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1176 | 0,1018 | 0,1421 | 0,1523 | | 0,024434 | 0,127093 | 0,003105 | 0,050514 | 0,129856 | 0,006559 |
| medio completo e mais | 0,2246 | 0,0114 | 0,2844 | 0,0195 | | 0,059849 | 0,015436 | 0,000924 | 0,008085 | 0,254483 | 0,002057 |
| | | | | | | | | -0,014967 | | | 0,031446 |
| | PD | 16,1 | PD | 17,8 | D | | | | | | 0,016479 |
| | | | | | 1,65 | | | | | | 1,65 |

-90,8%

190,8%

Decomposição da diferença entre as proporções totais de mulheres ocupadas como domésticas em 1997 e 2002

| | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres ocupadas entre 1997 e 2002 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas por nível de instrução entre 1997 e 2002 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| Nível de instrução | 1997 | | 2002 | | | | | | | | |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDA | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDA*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,1241 | 0,2061 | 0,0913 | 0,2035 | | -0,032848 | 0,204804 | -0,006727 | -0,002675 | 0,107681 | -0,000288 |
| fundamental I incompleto | 0,1519 | 0,2706 | 0,1159 | 0,2699 | | -0,035993 | 0,270276 | -0,009728 | -0,000717 | 0,133895 | -0,000096 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2975 | 0,2817 | 0,2681 | 0,2924 | | -0,029435 | 0,287077 | -0,008450 | 0,010707 | 0,282806 | 0,003028 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1421 | 0,1523 | 0,1532 | 0,2002 | | 0,011165 | 0,176256 | 0,001968 | 0,047814 | 0,147655 | 0,007060 |
| medio completo e mais | 0,2844 | 0,0195 | 0,3715 | 0,0389 | | 0,087111 | 0,029178 | 0,002542 | 0,019399 | 0,327963 | 0,006362 |
| | | | | | | | | -0,020396 | | | 0,016066 |
| | PD | 17,8 | PD | 17,3 | D | | | | | | -0,004330 |
| | | | | | -0,43 | | | | | | -0,43 |

471,1%

-371,1%

Decomposição da diferença entre as proporções totais de mulheres s ocupadas como domésticas em 2002 e 2007

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres ocupadas entre 2002 e 2007 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas por nível de instrução entre 2002 e 2007 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 2002 | | 2007 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDA | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDA*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDA | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDA*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0913 | 0,2035 | 0,0712 | 0,2171 | | -0,020036 | 0,210271 | -0,004213 | 0,013608 | 0,081238 | 0,001105 |
| fundamental I incompleto | 0,1159 | 0,2699 | 0,0870 | 0,2653 | | -0,028888 | 0,267601 | -0,007730 | -0,004634 | 0,101455 | -0,000470 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2681 | 0,2924 | 0,2238 | 0,2945 | | -0,044276 | 0,293465 | -0,012993 | 0,002070 | 0,245950 | 0,000509 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1532 | 0,2002 | 0,1589 | 0,2249 | | 0,005678 | 0,212521 | 0,001207 | 0,024716 | 0,156077 | 0,003858 |
| medio completo e mais | 0,3715 | 0,0389 | 0,4590 | 0,0514 | | 0,087522 | 0,045119 | 0,003949 | 0,012483 | 0,415279 | 0,005184 |
| | | | | | | | | -0,019781 | | | 0,010186 |
| | PD | 17,3 | PD | 16,4 | D | | | | | | |
| | | | | | -0,96 | | | | | | -0,009595 |
| | | | | | | | | | | | -0,96 |

206,16%

-106,16%

Decomposição da diferença entre as proporções totais de mulheres ocupadas como domésticas em 2007 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres ocupadas entre 2007 e 2012 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas por nível de instrução entre 2007 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 2007 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDA | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDA*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDA | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDA*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0.0712 | 0.2171 | 0.0486 | 0.2489 | | -0.022638 | 0.232984 | -0.005274 | 0.031818 | 0.059901 | 0.001906 |
| fundamental I incompleto | 0.0870 | 0.2653 | 0.0591 | 0.2940 | | -0.027870 | 0.279628 | -0.007793 | 0.028688 | 0.073076 | 0.002096 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0.2238 | 0.2945 | 0.1805 | 0.2966 | | -0.043306 | 0.295572 | -0.012800 | 0.002144 | 0.202159 | 0.000433 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0.1589 | 0.2249 | 0.1560 | 0.2178 | | -0.002931 | 0.221342 | -0.000649 | -0.007074 | 0.157450 | -0.001114 |
| medio completo e mais | 0.4590 | 0.0514 | 0.5558 | 0.0543 | | 0.096746 | 0.052830 | 0.005111 | 0.002940 | 0.507413 | 0.001492 |
| | | | | | | | | -0,021405 | | | 0,004813 |
| | PD | 16,4 | PD | 14,7 | D | | | | | | -0,016592 |
| | | | | | -1,66 | | | | | | -1.66 |

129,01%

-29,01%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 15 a 19 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 2012

| | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 15 a 19 anos ocupadas entre 1992 e 2012 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 15 a 19 anos por nível de instrução entre 1992 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|--------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| Nível de instrução | 1992 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE _i | PED _i | EE _i | PED _i | | | | | | | |
| sem instrução | 0,0696 | 0,3337 | 0,0082 | 0,3069 | | -0,061370 | 0,320286 | -0,019656 | -0,026740 | 0,038873 | -0,001039 |
| fundamental I incompleto | 0,1892 | 0,4399 | 0,0109 | 0,2516 | | -0,178339 | 0,345741 | -0,061659 | -0,188349 | 0,100043 | -0,018843 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,4607 | 0,3863 | 0,1453 | 0,3086 | | -0,315341 | 0,347423 | -0,109557 | -0,077669 | 0,302984 | -0,023533 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,2167 | 0,1477 | 0,4563 | 0,1642 | | 0,239507 | 0,155967 | 0,037355 | 0,016489 | 0,336499 | 0,005549 |
| medio completo e mais | 0,0638 | 0,0000 | 0,3794 | 0,0375 | | 0,315543 | 0,018753 | 0,005918 | 0,037507 | 0,221601 | 0,008312 |
| | | | | | | | | -0,147599 | | | -0,029555 |
| | PD | 31,64 | PD | 13,92 | D | | | | | | |
| | | | | | -17,72 | | | | | | -0,177154 |
| | | | | | | | | | | | -17,72 |

83,3%
16,7%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 15 a 19 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 1997

| | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 15 a 19 anos ocupadas entre 1992 e 1997 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 15 a 19 anos por nível de instrução entre 1992 e 1997 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| Nível de instrução | 1992 | | 1997 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE _i | PED _i | EE _i | PED _i | | | | | | | |
| sem instrução | 0,0696 | 0,3337 | 0,0424 | 0,3573 | | -0,027130 | 0,345461 | -0,009372 | 0,023611 | 0,055993 | 0,001322 |
| fundamental I incompleto | 0,1892 | 0,4399 | 0,1338 | 0,4358 | | -0,055450 | 0,437874 | -0,024280 | -0,004084 | 0,161487 | -0,000660 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,4607 | 0,3863 | 0,4094 | 0,4085 | | -0,051255 | 0,397387 | -0,020368 | 0,022259 | 0,435027 | 0,009683 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,2167 | 0,1477 | 0,3105 | 0,1736 | | 0,093764 | 0,160639 | 0,015062 | 0,025835 | 0,263628 | 0,006811 |
| medio completo e mais | 0,0638 | 0,0000 | 0,1039 | 0,0355 | | 0,040072 | 0,017761 | 0,000712 | 0,035523 | 0,083865 | 0,002979 |
| | | | | | | | | -0,038247 | | | 0,020136 |
| | PD | 31,64 | PD | 29,83 | D | | | | | | |
| | | | | | -1,81 | | | | | | -0,018111 |
| | | | | | | | | | | | -1,81 |

211,2%
-111,2%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 15 a 19 anos ocupadas como domésticas em 1997 e 2002

| | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 15 a 19 anos ocupadas entre 1997 e 2002 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 15 a 19 anos por nível de instrução entre 1997 e 2002 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| Nível de instrução | 1997 | | 2002 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE _i | PED _i | EE _i | PED _i | | | | | | | |
| sem instrução | 0,0424 | 0,3573 | 0,0175 | 0,3329 | | -0,024957 | 0,345102 | -0,008613 | -0,024329 | 0,029949 | -0,000729 |
| fundamental I incompleto | 0,1338 | 0,4358 | 0,0663 | 0,3249 | | -0,067507 | 0,380365 | -0,025677 | -0,110933 | 0,100008 | -0,011094 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,4094 | 0,4085 | 0,3084 | 0,3819 | | -0,101044 | 0,395188 | -0,039931 | -0,026658 | 0,358877 | -0,009567 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,3105 | 0,1736 | 0,3956 | 0,2103 | | 0,085095 | 0,191935 | 0,016333 | 0,036757 | 0,353058 | 0,012977 |
| medio completo e mais | 0,1039 | 0,0355 | 0,2123 | 0,0717 | | 0,108413 | 0,053607 | 0,005812 | 0,036168 | 0,158108 | 0,005718 |
| | | | | | | | | -0,052077 | | | -0,002694 |
| | PD | 29,83 | PD | 24,35 | D | | | | | | |
| | | | | | -5,48 | | | | | | -0,054771 |
| | | | | | | | | | | | -5,48 |

95,1%
4,9%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 15 a 19 anos ocupadas como domésticas em 2002 e 2007

| | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 15 a 19 anos ocupadas entre 2002 e 2007 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 15 a 19 anos por nível de instrução entre 2002 e 2007 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| Nível de instrução | 2002 | | 2007 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE _i | PED _i | EE _i | PED _i | | | | | | | |
| sem instrução | 0,0175 | 0,3329 | 0,0121 | 0,3347 | | -0,005391 | 0,333838 | -0,001800 | 0,001800 | 0,014775 | 0,000027 |
| fundamental I incompleto | 0,0663 | 0,3249 | 0,0211 | 0,3108 | | -0,045174 | 0,317849 | -0,014358 | -0,014101 | 0,043668 | -0,000616 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,3084 | 0,3819 | 0,2090 | 0,3483 | | -0,099318 | 0,365067 | -0,036258 | -0,033584 | 0,258696 | -0,008688 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,3956 | 0,2103 | 0,4499 | 0,1985 | | 0,054320 | 0,204395 | 0,011103 | -0,011839 | 0,422765 | -0,005005 |
| medio completo e mais | 0,2123 | 0,0717 | 0,3079 | 0,0558 | | 0,095564 | 0,063759 | 0,006093 | -0,015864 | 0,260096 | -0,004126 |
| | | | | | | | | -0,035220 | | | -0,018408 |
| | PD | 24,35 | PD | 18,99 | D | | | | | | |
| | | | | | -5,36 | | | | | | -0,053629 |
| | | | | | | | | | | | -5,36 |

65,67%
34,33%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 15 a 19 anos ocupadas como domésticas em 2007 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 15 a 19 anos ocupadas entre 2007 e 2012 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 15 a 19 anos por nível de instrução entre 2007 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 2007 | | 2012 | | | | | | | | |
| i | EE _i | PED _i | EE _i | PED _i | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0121 | 0,3347 | 0,0082 | 0,3069 | | -0,003892 | 0,320827 | -0,001249 | -0,027822 | 0,010134 | -0,000282 |
| fundamental I incompleto | 0,0211 | 0,3108 | 0,0109 | 0,2516 | | -0,010208 | 0,281183 | -0,002870 | -0,059232 | 0,015977 | -0,000946 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2090 | 0,3483 | 0,1453 | 0,3086 | | -0,063723 | 0,328432 | -0,020929 | -0,039686 | 0,177175 | -0,007031 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,4499 | 0,1985 | 0,4563 | 0,1642 | | 0,006328 | 0,181343 | 0,001148 | -0,034264 | 0,453089 | -0,015525 |
| medio completo e mais | 0,3079 | 0,0558 | 0,3794 | 0,0375 | | 0,071495 | 0,046667 | 0,003336 | -0,018320 | 0,343625 | -0,006295 |
| | | | | | | | | -0,020564 | | | -0,030079 |
| | PD | 18,99 | PD | 13,92 | D | | | | | | |
| | | | | | -5,06 | | | | | | -0,050643 |
| | | | | | | | | | | | -5,06 |

40,60%
59,40%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 20 a 24 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 20 a 24 anos ocupadas entre 1992 e 2012 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 20 a 24 anos por nível de instrução entre 1992 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE _i | PED _i | EE _i | PED _i | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0649 | 0,2759 | 0,0091 | 0,2867 | | -0,055870 | 0,281265 | -0,015714 | 0,010798 | 0,037006 | 0,000400 |
| fundamental I incompleto | 0,1181 | 0,3557 | 0,0093 | 0,2889 | | -0,108720 | 0,322309 | -0,035041 | -0,066833 | 0,063708 | -0,004258 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,3216 | 0,2886 | 0,0809 | 0,2459 | | -0,240690 | 0,267278 | -0,064331 | -0,042672 | 0,201238 | -0,008587 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,2038 | 0,1175 | 0,1596 | 0,1827 | | -0,044221 | 0,150106 | -0,006638 | 0,065142 | 0,181681 | 0,011835 |
| medio completo e mais | 0,2916 | 0,0113 | 0,7411 | 0,0405 | | 0,449502 | 0,025894 | 0,011639 | 0,029249 | 0,516367 | 0,015103 |
| | | | | | | | | -0,110086 | | | 0,014493 |
| | PD | 18,00 | PD | 8,44 | D | | | | | | -0,095593 |
| | | | | | -9,56 | | | | | | -9,56 |

115,2%
-15,2%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 20 a 24 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 1997

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 20 a 24 anos ocupadas entre 1992 e 1997 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 20 a 24 anos por nível de instrução entre 1992 e 1997 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 1997 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE _i | PED _i | EE _i | PED _i | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0649 | 0,2759 | 0,0424 | 0,3235 | | -0,022530 | 0,299673 | -0,006752 | 0,047614 | 0,053676 | 0,002556 |
| fundamental I incompleto | 0,1181 | 0,3557 | 0,0897 | 0,3523 | | -0,028413 | 0,354006 | -0,010059 | -0,003437 | 0,103861 | -0,000357 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,3216 | 0,2886 | 0,2868 | 0,3775 | | -0,034776 | 0,333049 | -0,011582 | 0,088869 | 0,304195 | 0,027034 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,2038 | 0,1175 | 0,2023 | 0,1717 | | -0,001455 | 0,144622 | -0,000210 | 0,054176 | 0,203065 | 0,011001 |
| medio completo e mais | 0,2916 | 0,0113 | 0,3788 | 0,0344 | | 0,087174 | 0,022840 | 0,001991 | 0,023141 | 0,335203 | 0,007757 |
| | | | | | | | | -0,026612 | | | 0,047990 |
| | PD | 18,00 | PD | 20,13 | D | | | | | | 0,021379 |
| | | | | | 2,14 | | | | | | 2,14 |

-124,5%
224,5%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 20 a 24 anos ocupadas como domésticas em 1997 e 2002

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 20 a 24 anos ocupadas entre 1997 e 2002 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 20 a 24 anos por nível de instrução entre 1997 e 2002 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1997 | | 2002 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE _i | PED _i | EE _i | PED _i | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0424 | 0,3235 | 0,0222 | 0,3052 | | -0,020220 | 0,314347 | -0,006356 | -0,018265 | 0,032301 | -0,000590 |
| fundamental I incompleto | 0,0897 | 0,3523 | 0,0511 | 0,3514 | | -0,038599 | 0,351844 | -0,013581 | -0,000888 | 0,070355 | -0,000062 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2868 | 0,3775 | 0,1972 | 0,3777 | | -0,089577 | 0,377569 | -0,033821 | 0,000171 | 0,242019 | 0,000041 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,2023 | 0,1717 | 0,1810 | 0,2492 | | -0,021295 | 0,210459 | -0,004482 | 0,077497 | 0,191689 | 0,014855 |
| medio completo e mais | 0,3788 | 0,0344 | 0,5485 | 0,0536 | | 0,169691 | 0,044007 | 0,007468 | 0,019193 | 0,463635 | 0,008899 |
| | | | | | | | | -0,050772 | | | 0,023143 |
| | PD | 20,13 | PD | 17,37 | D | | | | | | -0,027630 |
| | | | | | -2,76 | | | | | | -2,76 |

183,8%
-83,8%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 20 a 24 anos ocupadas como domésticas em 2002 e 2007

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 20 a 24 anos ocupadas entre 2002 e 2007 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 20 a 24 anos por nível de instrução entre 2002 e 2007 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 2002 | | 2007 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE _i | PED _i | EE _i | PED _i | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0222 | 0,3052 | 0,0124 | 0,3257 | | -0,009755 | 0,315434 | -0,003077 | 0,020439 | 0,017314 | 0,000354 |
| fundamental I incompleto | 0,0511 | 0,3514 | 0,0254 | 0,2890 | | -0,025704 | 0,320199 | -0,008231 | -0,062402 | 0,038203 | -0,002384 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,1972 | 0,3777 | 0,1197 | 0,3146 | | -0,077575 | 0,346134 | -0,026851 | -0,063041 | 0,158443 | -0,009988 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1810 | 0,2492 | 0,1802 | 0,2331 | | -0,000798 | 0,241142 | -0,000192 | -0,016131 | 0,180643 | -0,002914 |
| medio completo e mais | 0,5485 | 0,0536 | 0,6623 | 0,0600 | | 0,113832 | 0,056815 | 0,006467 | 0,006423 | 0,605397 | 0,003888 |
| | | | | | | | | -0,031884 | | | -0,011044 |
| | PD | 17,37 | PD | 13,08 | D | | | | | | -0,042928 |
| | | | | | -4,29 | | | | | | -4,29 |

74,27%
25,73%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 20 a 24 anos ocupadas como domésticas em 2007 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 20 a 24 anos ocupadas entre 2007 e 2012 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 20 a 24 anos por nível de instrução entre 2007 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 2007 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE _i | PED _i | EE _i | PED _i | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0124 | 0,3257 | 0,0091 | 0,2867 | | -0,003366 | 0,306159 | -0,001030 | -0,038990 | 0,010754 | -0,000419 |
| fundamental I incompleto | 0,0254 | 0,2890 | 0,0093 | 0,2889 | | -0,016003 | 0,288945 | -0,004624 | -0,000106 | 0,017349 | -0,000002 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,1197 | 0,3146 | 0,0809 | 0,2459 | | -0,038763 | 0,280278 | -0,010864 | -0,068671 | 0,100275 | -0,006886 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1802 | 0,2331 | 0,1596 | 0,1827 | | -0,020673 | 0,207877 | -0,004297 | -0,050400 | 0,169907 | -0,008563 |
| medio completo e mais | 0,6623 | 0,0600 | 0,7411 | 0,0405 | | 0,078804 | 0,050272 | 0,003962 | -0,019508 | 0,701715 | -0,013689 |
| | | | | | | | | -0,016855 | | | -0,029560 |
| | PD | 13,08 | PD | 8,44 | D | | | | | | -0,046414 |
| | | | | | -4,64 | | | | | | -4,64 |

36,31%
63,69%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 25 a 29 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 25 a 29 anos ocupadas entre 1992 e 2012 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 25 a 29 anos por nível de instrução entre 1992 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0806 | 0,2213 | 0,0103 | 0,2908 | | -0,070344 | 0,256062 | -0,018012 | 0,069525 | 0,045459 | 0,003161 |
| fundamental I incompleto | 0,1255 | 0,2873 | 0,0185 | 0,2496 | | -0,107000 | 0,268449 | -0,028724 | -0,037688 | 0,071977 | -0,002713 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,3021 | 0,2386 | 0,0963 | 0,2736 | | -0,205757 | 0,256093 | -0,052693 | 0,035052 | 0,199219 | 0,006983 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1417 | 0,1037 | 0,1345 | 0,1928 | | -0,007218 | 0,148245 | -0,001070 | 0,089145 | 0,138108 | 0,012312 |
| medio completo e mais | 0,3501 | 0,0128 | 0,7404 | 0,0428 | | 0,390319 | 0,027755 | 0,010833 | 0,029994 | 0,545237 | 0,016354 |
| | | | | | | | | -0,089666 | | | 0,036096 |
| | TBM | 14,51 | TBM | 9,16 | D | | | | | | |
| | | | | | -5,36 | | | | | | -0,053570 |
| | | | | | | | | | | | -5,36 |

167,38%

-67,38%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 25 a 29 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 1997

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 25 a 29 anos ocupadas entre 1992 e 1997 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 25 a 29 anos por nível de instrução entre 1992 e 1997 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 1997 | | | | | | | | |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0806 | 0,2213 | 0,0520 | 0,2735 | | -0,028656 | 0,247397 | -0,007089 | 0,052195 | 0,066303 | 0,003461 |
| fundamental I incompleto | 0,1255 | 0,2873 | 0,1012 | 0,3078 | | -0,024292 | 0,297567 | -0,007228 | 0,020547 | 0,113331 | 0,002329 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,3021 | 0,2386 | 0,2910 | 0,2943 | | -0,011090 | 0,266418 | -0,002955 | 0,055702 | 0,296552 | 0,016518 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1417 | 0,1037 | 0,1623 | 0,1628 | | 0,020611 | 0,133237 | 0,002746 | 0,059127 | 0,152022 | 0,008989 |
| medio completo e mais | 0,3501 | 0,0128 | 0,3935 | 0,0192 | | 0,043427 | 0,015994 | 0,000695 | 0,006471 | 0,371791 | 0,002406 |
| | | | | | | | | -0,013832 | | | 0,033702 |
| | PD | 14,51 | PD | 16,50 | D | | | | | | |
| | | | | | 1,99 | | | | | | 0,019871 |
| | | | | | | | | | | | 1,99 |

-69,6%

169,6%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 25 a 29 anos ocupadas como domésticas em 1997 e 2002

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 25 a 29 anos ocupadas entre 1997 e 2002 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 25 a 29 anos por nível de instrução entre 1997 e 2002 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1997 | | 2002 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0520 | 0,2735 | 0,0361 | 0,2937 | | -0,015904 | 0,283597 | -0,004510 | 0,020206 | 0,044024 | 0,000890 |
| fundamental I incompleto | 0,1012 | 0,3078 | 0,0802 | 0,3231 | | -0,020954 | 0,315472 | -0,006610 | 0,015264 | 0,090709 | 0,001385 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2910 | 0,2943 | 0,2354 | 0,3320 | | -0,055615 | 0,313152 | -0,017416 | 0,037767 | 0,263200 | 0,009940 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1623 | 0,1628 | 0,1510 | 0,2106 | | -0,011347 | 0,186689 | -0,002118 | 0,047777 | 0,156654 | 0,007484 |
| medio completo e mais | 0,3935 | 0,0192 | 0,4973 | 0,0476 | | 0,103820 | 0,033398 | 0,003467 | 0,028336 | 0,445415 | 0,012621 |
| | | | | | | | | -0,027188 | | | 0,032320 |
| | PD | 16,50 | PD | 17,01 | D | | | | | | |
| | | | | | 0,51 | | | | | | 0,005133 |
| | | | | | | | | | | | 0,51 |

-529,7%

629,7%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 25 a 29 anos ocupadas como domésticas em 2002 e 2007

| | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 25 a 29 anos ocupadas entre 2002 e 2007 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 25 a 29 anos por nível de instrução entre 2002 e 2007 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| Nível de instrução | 2002 | | 2007 | | | | | | | | |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0361 | 0,2937 | 0,0228 | 0,3253 | | -0,013266 | 0,309524 | -0,004106 | 0,031647 | 0,029439 | 0,000932 |
| fundamental I incompleto | 0,0802 | 0,3231 | 0,0416 | 0,2977 | | -0,038658 | 0,310420 | -0,012000 | -0,025368 | 0,060903 | -0,001545 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2354 | 0,3320 | 0,1580 | 0,3258 | | -0,077357 | 0,328925 | -0,025445 | -0,006222 | 0,196713 | -0,001224 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1510 | 0,2106 | 0,1429 | 0,2291 | | -0,008080 | 0,219844 | -0,001776 | 0,018534 | 0,146940 | 0,002723 |
| medio completo e mais | 0,4973 | 0,0476 | 0,6347 | 0,0578 | | 0,137361 | 0,052677 | 0,007236 | 0,010222 | 0,566006 | 0,005786 |
| | | | | | | | | -0,036092 | | | 0,006672 |
| | PD | 17,01 | PD | 14,07 | D | | | | | | |
| | | | | | -2,94 | | | | | | -0,029420 |
| | | | | | | | | | | | -2,94 |

122,68%

-22,68%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 25 a 29 anos ocupadas como domésticas em 2007 e 2012

| | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 25 a 29 anos ocupadas entre 2007 e 2012 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 25 a 29 anos por nível de instrução entre 2007 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| Nível de instrução | 2007 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (Eea+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(Eea+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (Eea+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(Eea+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0228 | 0,3253 | 0,0103 | 0,2908 | | -0,012518 | 0,308086 | -0,003857 | -0,034522 | 0,016547 | -0,000571 |
| fundamental I incompleto | 0,0416 | 0,2977 | 0,0185 | 0,2496 | | -0,023097 | 0,273671 | -0,006321 | -0,048130 | 0,030025 | -0,001445 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,1580 | 0,3258 | 0,0963 | 0,2736 | | -0,061694 | 0,299716 | -0,018491 | -0,052195 | 0,127187 | -0,006639 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1429 | 0,2291 | 0,1345 | 0,1928 | | -0,008401 | 0,210965 | -0,001772 | -0,036294 | 0,138699 | -0,005034 |
| medio completo e mais | 0,6347 | 0,0578 | 0,7404 | 0,0428 | | 0,105710 | 0,050270 | 0,005314 | -0,015037 | 0,687541 | -0,010338 |
| | | | | | | | | -0,025127 | | | -0,024027 |
| | PD | 14,07 | PD | 9,16 | D | | | | | | |
| | | | | | -4,92 | | | | | | -0,049154 |
| | | | | | | | | | | | -4,92 |

51,12%

48,88%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 30 a 34 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 30 a 34 anos ocupadas entre 1992 e 2012 | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 30 a 34 anos ocupadas entre 1992 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|--|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0979 | 0,2152 | 0,0205 | 0,2530 | | -0,077423 | 0,234106 | -0,018125 | 0,037827 | 0,059205 | 0,002240 |
| fundamental I incompleto | 0,1484 | 0,2712 | 0,0385 | 0,3443 | | -0,109988 | 0,307744 | -0,033848 | 0,073145 | 0,093454 | 0,006836 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,3025 | 0,2172 | 0,1341 | 0,3071 | | -0,168438 | 0,262161 | -0,044158 | 0,089637 | 0,218285 | 0,019610 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1227 | 0,0719 | 0,1362 | 0,2418 | | 0,013472 | 0,156851 | 0,002113 | 0,169971 | 0,129463 | 0,022005 |
| medio completo e mais | 0,3284 | 0,0116 | 0,6708 | 0,0520 | | 0,342378 | 0,031799 | 0,010887 | 0,040492 | 0,499593 | 0,020229 |
| | | | | | | | | -0,083131 | | | 0,070920 |
| | TBM | 13,97 | TBM | 12,74 | D | | | | | | |
| | | | | | -1,22 | | | | | | -0,012211 |
| | | | | | | | | | | | -1,22 |

680,78%
-580,78%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 30 a 34 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 1997

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 30 a 34 anos ocupadas entre 1992 e 1997 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 30 a 34 anos por nível de instrução entre 1992 e 1997 | | |
|--|--------|--------|--------|--------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 1997 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE1 | PED1 | EE2 | PED2 | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0.0979 | 0.2152 | 0.0674 | 0.2557 | | -0,030480 | 0.235434 | -0,007176 | 0.040482 | 0.082677 | 0.003347 |
| fundamental I incompleto | 0.1484 | 0.2712 | 0.1234 | 0.2916 | | -0,025016 | 0.281377 | -0,007039 | 0.020411 | 0.135940 | 0.002775 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0.3025 | 0.2172 | 0.2855 | 0.2903 | | -0,016964 | 0.253781 | -0,004305 | 0.073078 | 0.294022 | 0.021487 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0.1227 | 0.0719 | 0.1463 | 0.1626 | | 0.023537 | 0.117230 | 0.002759 | 0.090729 | 0.134495 | 0.012203 |
| medio completo e mais | 0.3284 | 0.0116 | 0.3773 | 0.0137 | | 0.048924 | 0.012610 | 0.000617 | 0.002112 | 0.352866 | 0.000745 |
| | | | | | | | | -0,015144 | | | 0,040556 |
| | PD | 13,97 | PD | 16,51 | D | | | | | | |
| | | | | | 2,54 | | | | | | 0,025412 |
| | | | | | | | | | | | 2,54 |

-59,6%
159,6%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 30 a 34 anos ocupadas como domésticas em 1997 e 2002

| | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 25 a 29 anos ocupadas entre 1997 e 2002 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 25 a 29 anos por nível de instrução entre 1997 e 2002 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| Nível de instrução | 1997 | | 2002 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0674 | 0,2557 | 0,0499 | 0,2706 | | -0,017583 | 0,263140 | -0,004627 | 0,014931 | 0,058646 | 0,000876 |
| fundamental I incompleto | 0,1234 | 0,2916 | 0,0962 | 0,3388 | | -0,027205 | 0,315175 | -0,008574 | 0,047186 | 0,109829 | 0,005182 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2855 | 0,2903 | 0,2617 | 0,3215 | | -0,023816 | 0,305897 | -0,007285 | 0,031153 | 0,273632 | 0,008524 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1463 | 0,1626 | 0,1583 | 0,1881 | | 0,012053 | 0,175351 | 0,002114 | 0,025514 | 0,152290 | 0,003885 |
| medio completo e mais | 0,3773 | 0,0137 | 0,4339 | 0,0329 | | 0,056551 | 0,023306 | 0,001318 | 0,019280 | 0,405603 | 0,007820 |
| | | | | | | | | -0,017055 | | | 0,026288 |
| | PD | 16,51 | PD | 17,43 | D | | | | | | |
| | | | | | 0,92 | | | | | | 0,009233 |
| | | | | | | | | | | | 0,92 |

-184,7%
284,7%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 30 a 34 anos ocupadas como domésticas em 2002 e 2007

| | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 25 a 29 anos ocupadas entre 2002 e 2007 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 25 a 29 anos por nível de instrução entre 2002 e 2007 | | |
|--|--------|---------|--------|---------|------|--|---------------------|-----------------------------------|---|-------------------|-----------------------------------|
| Nível de instrução | 2002 | | 2007 | | | $EE_b - EE_a$ | $(PED_b + PED_a)/2$ | $EE_b - EE_a * (PED_b + PED_a)/2$ | $PED_b - PED_a$ | $(EE_a + EE_b)/2$ | $PED_b - PED_a * (EE_a + EE_b)/2$ |
| i | EE_1 | PED_1 | EE_2 | PED_2 | | $EE_b - EE_a$ | $(PED_b + PED_a)/2$ | $EE_b - EE_a * (PED_b + PED_a)/2$ | $PED_b - PED_a$ | $(EE_a + EE_b)/2$ | $PED_b - PED_a * (EE_a + EE_b)/2$ |
| sem instrução | 0,0499 | 0,2706 | 0,0380 | 0,3144 | | -0,011818 | 0,292508 | -0,003457 | 0,043805 | 0,043945 | 0,001925 |
| fundamental I incompleto | 0,0962 | 0,3388 | 0,0665 | 0,3454 | | -0,029701 | 0,342093 | -0,010161 | 0,006649 | 0,081376 | 0,000541 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2617 | 0,3215 | 0,2219 | 0,3368 | | -0,039840 | 0,329141 | -0,013113 | 0,015335 | 0,241805 | 0,003708 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1583 | 0,1881 | 0,1491 | 0,2463 | | -0,009247 | 0,217179 | -0,002008 | 0,058143 | 0,153693 | 0,008936 |
| medio completo e mais | 0,4339 | 0,0329 | 0,5245 | 0,0579 | | 0,090606 | 0,045414 | 0,004115 | 0,024936 | 0,479182 | 0,011949 |
| | | | | | | | | -0,024624 | | | 0,027059 |
| | PD | 17,43 | PD | 17,67 | D | | | | | | |
| | | | | | 0,24 | | | | | | 0,002436 |
| | | | | | | | | | | | 0,24 |

-1011,01%
1111,01%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 30 a 34 anos ocupadas como domésticas em 2007 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 25 a 29 anos ocupadas entre 2007 e 2012 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 25 a 29 anos por nível de instrução entre 2007 e 2012 | | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|--------|
| | 2007 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 | |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 | |
| sem instrução | 0.0380 | 0.3144 | 0.0205 | 0.2530 | | -0,017542 | 0,283715 | -0,004977 | -0,061391 | 0,029265 | -0,001797 | 77,15% |
| fundamental I incompleto | 0.0665 | 0.3454 | 0.0385 | 0.3443 | | -0,028065 | 0,344867 | -0,009679 | -0,001100 | 0,052492 | -0,000058 | 22,85% |
| fundamental I completo e II incompleto | 0.2219 | 0.3368 | 0.1341 | 0.3071 | | -0,087818 | 0,321944 | -0,028273 | -0,029728 | 0,177975 | -0,005291 | |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0.1491 | 0.2463 | 0.1362 | 0.2418 | | -0,012871 | 0,244043 | -0,003141 | -0,004415 | 0,142634 | -0,000630 | |
| medio completo e mais | 0.5245 | 0.0579 | 0.6708 | 0.0520 | | 0,146297 | 0,054964 | 0,008041 | -0,005837 | 0,597633 | -0,003488 | |
| | | | | | | | | -0,038029 | | | -0,011263 | |
| | PD | 17,67 | PD | 12,74 | D | | | | | | | |
| | | | | | -4,93 | | | | | | -0,049292 | |
| | | | | | | | | | | | -4,93 | |

77,15%
22,85%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 35 a 39 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 35 a 39 anos ocupadas entre 1992 e 2012 | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 35 a 39 anos ocupadas entre 1992 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|--|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,1394 | 0,2141 | 0,0334 | 0,2973 | | -0,106051 | 0,255709 | -0,027118 | 0,083132 | 0,086413 | 0,007184 |
| fundamental I incompleto | 0,1695 | 0,2116 | 0,0535 | 0,3550 | | -0,115935 | 0,283284 | -0,032843 | 0,143419 | 0,111502 | 0,015991 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2932 | 0,1850 | 0,1995 | 0,3172 | | -0,093704 | 0,251095 | -0,023529 | 0,132255 | 0,246343 | 0,032580 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1048 | 0,0853 | 0,1454 | 0,2576 | | 0,040609 | 0,171433 | 0,006962 | 0,172238 | 0,125107 | 0,021548 |
| medio completo e mais | 0,2931 | 0,0089 | 0,5682 | 0,0634 | | 0,275080 | 0,036126 | 0,009938 | 0,054483 | 0,430634 | 0,023462 |
| | | | | | | | | -0,066590 | | | 0,100766 |
| | TBM | 13,15 | TBM | 16,57 | D | | | | | | |
| | | | | | 3,42 | | | | | | 0,034176 |
| | | | | | | | | | | | 3,42 |

-194,84%
294,84%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 35 a 39 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 1997

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 35 a 39 anos ocupadas entre 1992 e 1997 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 35 a 39 anos por nível de instrução entre 1992 e 1997 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 1997 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,1394 | 0,2141 | 0,0901 | 0,2748 | | -0,049291 | 0,244466 | -0,012050 | 0,060645 | 0,114793 | 0,006962 |
| fundamental I incompleto | 0,1695 | 0,2116 | 0,1386 | 0,3051 | | -0,030854 | 0,258347 | -0,007971 | 0,093544 | 0,154043 | 0,014410 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2932 | 0,1850 | 0,2901 | 0,2792 | | -0,003070 | 0,232107 | -0,000713 | 0,094279 | 0,291660 | 0,027498 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1048 | 0,0853 | 0,1280 | 0,1502 | | 0,023198 | 0,117737 | 0,002731 | 0,064846 | 0,116402 | 0,007548 |
| medio completo e mais | 0,2931 | 0,0089 | 0,3531 | 0,0178 | | 0,060017 | 0,013345 | 0,000801 | 0,008921 | 0,323103 | 0,002882 |
| | | | | | | | | -0,017201 | | | 0,059300 |
| | PD | 13,15 | PD | 17,36 | D | | | | | | |
| | | | | | 4,21 | | | | | | 0,042098 |
| | | | | | | | | | | | 4,21 |

-40,9%
140,9%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 35 a 39 anos ocupadas como domésticas em 1997 e 2002

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 35 a 39 anos ocupadas entre 1997 e 2002 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 35 a 39 anos por nível de instrução entre 1997 e 2002 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1997 | | 2002 | | | | | | | | |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0901 | 0,2748 | 0,0694 | 0,1528 | | -0,020760 | 0,213803 | -0,004439 | -0,121971 | 0,079767 | -0,009729 |
| fundamental I incompleto | 0,1386 | 0,3051 | 0,1104 | 0,2350 | | -0,028220 | 0,270072 | -0,007621 | -0,070092 | 0,124506 | -0,008727 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2901 | 0,2792 | 0,2708 | 0,2889 | | -0,019321 | 0,284058 | -0,005488 | 0,009623 | 0,280465 | 0,002699 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1280 | 0,1502 | 0,1490 | 0,2135 | | 0,021009 | 0,181855 | 0,003821 | 0,063389 | 0,138505 | 0,008780 |
| medio completo e mais | 0,3531 | 0,0178 | 0,4004 | 0,0591 | | 0,047293 | 0,038469 | 0,001819 | 0,041326 | 0,376757 | 0,015570 |
| | | | | | | | | -0,011909 | | | 0,008592 |
| | PD | 17,36 | PD | 17,03 | D | | | | | | |
| | | | | | -0,33 | | | | | | -0,003316 |
| | | | | | | | | | | | -0,33 |

359,1%
-259,1%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 35 a 39 anos ocupadas como domésticas em 2002 e 2007

| | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 35 a 39 anos ocupadas entre 2002 e 2007 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 35 a 39 anos por nível de instrução entre 2002 e 2007 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| Nível de instrução | 2002 | | 2007 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0694 | 0,1528 | 0,0581 | 0,1418 | | -0,011276 | 0,147299 | -0,001661 | -0,011036 | 0,063749 | -0,000704 |
| fundamental I incompleto | 0,1104 | 0,2350 | 0,0815 | 0,1686 | | -0,028882 | 0,201823 | -0,005829 | -0,066406 | 0,095954 | -0,006372 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2708 | 0,2889 | 0,2339 | 0,2444 | | -0,036855 | 0,266631 | -0,009827 | -0,044477 | 0,252376 | -0,011225 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1490 | 0,2135 | 0,1590 | 0,2286 | | 0,010018 | 0,221079 | 0,002215 | 0,015060 | 0,154018 | 0,002320 |
| medio completo e mais | 0,4004 | 0,0591 | 0,4674 | 0,0871 | | 0,066996 | 0,073134 | 0,004900 | 0,028005 | 0,433901 | 0,012151 |
| | | | | | | | | -0,010202 | | | -0,003830 |
| | PD | 17,03 | PD | 15,62 | D | | | | | | |
| | | | | | -1,40 | | | | | | -0,014032 |
| | | | | | | | | | | | -1,40 |

72,71%
27,29%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 35 a 39 anos ocupadas como domésticas em 2007 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 35 a 39 anos ocupadas entre 2007 e 2012 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 35 a 39 anos por nível de instrução entre 2007 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 2007 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0581 | 0,1418 | 0,0334 | 0,2973 | | -0,024723 | 0,219528 | -0,005427 | 0,155494 | 0,045749 | 0,007114 |
| fundamental I incompleto | 0,0815 | 0,1686 | 0,0535 | 0,3550 | | -0,027979 | 0,261807 | -0,007325 | 0,186373 | 0,067524 | 0,012585 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2339 | 0,2444 | 0,1995 | 0,3172 | | -0,034458 | 0,280807 | -0,009676 | 0,072830 | 0,216720 | 0,015784 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1590 | 0,2286 | 0,1454 | 0,2576 | | -0,013616 | 0,243081 | -0,003310 | 0,028943 | 0,152220 | 0,004406 |
| medio completo e mais | 0,4674 | 0,0871 | 0,5682 | 0,0634 | | 0,100775 | 0,075252 | 0,007584 | -0,023768 | 0,517787 | -0,012307 |
| | | | | | | | | -0,018155 | | | 0,027581 |
| | PD | 15,62 | PD | 16,57 | D | | | | | | |
| | | | | | 0,94 | | | | | | 0,009426 |
| | | | | | | | | | | | 0,94 |

-192,59%
292,59%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 40 a 44 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional entre 1992 e 2012 | | | Contribuição das diferenças nas proporções específicas de domésticas por nível de instrução entre 1992 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,1887 | 0,2097 | 0,0447 | 0,3789 | | -0,143992 | 0,294323 | -0,042380 | 0,169228 | 0,116718 | 0,019752 |
| fundamental I incompleto | 0,1994 | 0,2044 | 0,0539 | 0,3443 | | -0,145462 | 0,274361 | -0,039909 | 0,139841 | 0,126671 | 0,017714 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2829 | 0,1519 | 0,2211 | 0,3347 | | -0,061853 | 0,243264 | -0,015047 | 0,182789 | 0,251987 | 0,046060 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,0773 | 0,0523 | 0,1517 | 0,2581 | | 0,074367 | 0,155174 | 0,011540 | 0,205833 | 0,114520 | 0,023572 |
| médio completo e mais | 0,2516 | 0,0088 | 0,5286 | 0,0725 | | 0,276939 | 0,040648 | 0,011257 | 0,063688 | 0,390105 | 0,024845 |
| | | | | | | | | -0,074539 | | | 0,131943 |
| | TBM | 12,96 | TBM | 18,70 | D | | | | | | |
| | | | | | 5,74 | | | | | | 0,057404 |
| | | | | | | | | | | | 5,74 |

-129,85%
229,85%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 40 a 44 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 1997

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 40 a 44 anos ocupadas entre 1992 e 1997 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 40 a 44 anos por nível de instrução entre 1992 e 1997 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 1997 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,1887 | 0,2097 | 0,1236 | 0,2603 | | -0,065132 | 0,235015 | -0,015307 | 0,050613 | 0,156147 | 0,007903 |
| fundamental I incompleto | 0,1994 | 0,2044 | 0,1618 | 0,2823 | | -0,037645 | 0,243359 | -0,009161 | 0,077836 | 0,180579 | 0,014056 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2829 | 0,1519 | 0,2924 | 0,2279 | | 0,009473 | 0,189886 | 0,001799 | 0,076032 | 0,287649 | 0,021871 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,0773 | 0,0523 | 0,1061 | 0,1208 | | 0,028796 | 0,086517 | 0,002491 | 0,068520 | 0,091734 | 0,006286 |
| médio completo e mais | 0,2516 | 0,0088 | 0,3161 | 0,0143 | | 0,064509 | 0,011558 | 0,000746 | 0,005508 | 0,283890 | 0,001564 |
| | | | | | | | | -0,019433 | | | 0,051679 |
| | PD | 12,96 | PD | 16,18 | D | | | | | | |
| | | | | | 3,22 | | | | | | 0,032246 |
| | | | | | | | | | | | 3,22 |

-60,3%
160,3%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 40 a 44 anos ocupadas como domésticas em 1997 e 2002

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 40 a 44 anos ocupadas entre 1997 e 2002 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 40 a 44 anos por nível de instrução entre 1997 e 2002 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1997 | | 2002 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,1236 | 0,2603 | 0,0841 | 0,2906 | | -0,039480 | 0,275476 | -0,010876 | 0,030309 | 0,103841 | 0,003147 |
| fundamental I incompleto | 0,1618 | 0,2823 | 0,1233 | 0,3204 | | -0,038501 | 0,301333 | -0,011602 | 0,038113 | 0,142506 | 0,005431 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2924 | 0,2279 | 0,2796 | 0,3007 | | -0,012755 | 0,264306 | -0,003371 | 0,072808 | 0,286008 | 0,020824 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1061 | 0,1208 | 0,1325 | 0,1910 | | 0,026414 | 0,155870 | 0,004117 | 0,070187 | 0,119339 | 0,008376 |
| médio completo e mais | 0,3161 | 0,0143 | 0,3805 | 0,0312 | | 0,064323 | 0,022740 | 0,001463 | 0,016856 | 0,348306 | 0,005871 |
| | | | | | | | | -0,020269 | | | 0,043649 |
| | PD | 16,18 | PD | 18,52 | D | | | | | | |
| | | | | | 2,34 | | | | | | 0,023381 |
| | | | | | | | | | | | 2,34 |

-86,7%
186,7%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 40 a 44 anos ocupadas como domésticas em 2002 e 2007

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 40 a 44 anos ocupadas entre 2002 e 2007 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 40 a 44 anos por nível de instrução entre 2002 e 2007 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 2002 | | 2007 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0841 | 0,2906 | 0,0663 | 0,2791 | | -0,017806 | 0,284870 | -0,005073 | -0,011521 | 0,075198 | -0,000866 |
| fundamental I incompleto | 0,1233 | 0,3204 | 0,0974 | 0,3389 | | -0,025876 | 0,329621 | -0,008529 | 0,018462 | 0,110317 | 0,002037 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2796 | 0,3007 | 0,2433 | 0,3323 | | -0,036283 | 0,316524 | -0,011484 | 0,031630 | 0,261489 | 0,008271 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1325 | 0,1910 | 0,1477 | 0,2446 | | 0,015153 | 0,217776 | 0,003300 | 0,053624 | 0,140122 | 0,007514 |
| médio completo e mais | 0,3805 | 0,0312 | 0,4453 | 0,0446 | | 0,064813 | 0,037892 | 0,002456 | 0,013447 | 0,412874 | 0,005552 |
| | | | | | | | | -0,019331 | | | 0,022507 |
| | PD | 18,52 | PD | 18,84 | D | | | | | | |
| | | | | | 0,32 | | | | | | 0,003176 |
| | | | | | | | | | | | 0,32 |

-608,56%
708,56%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 40 a 44 anos ocupadas como domésticas em 2007 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 40 a 44 anos ocupadas entre 2007 e 2012 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 40 a 44 anos por nível de instrução entre 2007 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 2007 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,0663 | 0,2791 | 0,0447 | 0,3789 | | -0,021573 | 0,329023 | -0,007098 | 0,099828 | 0,055509 | 0,005541 |
| fundamental I incompleto | 0,0974 | 0,3389 | 0,0539 | 0,3443 | | -0,043439 | 0,341567 | -0,014837 | 0,005429 | 0,075659 | 0,000411 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2433 | 0,3323 | 0,2211 | 0,3347 | | -0,022287 | 0,333499 | -0,007433 | 0,002320 | 0,232204 | 0,000539 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1477 | 0,2446 | 0,1517 | 0,2581 | | 0,004005 | 0,251339 | 0,001007 | 0,013502 | 0,149701 | 0,002021 |
| médio completo e mais | 0,4453 | 0,0446 | 0,5286 | 0,0725 | | 0,083294 | 0,058553 | 0,004877 | 0,027877 | 0,486927 | 0,013574 |
| | | | | | | | | -0,023484 | | | 0,022086 |
| | PD | 18,84 | PD | 18,70 | D | | | | | | |
| | | | | | -0,14 | | | | | | -0,001399 |
| | | | | | | | | | | | -0,14 |

1679,10%
-1579,10%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 50 a 54 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 50 a 54 anos ocupadas entre 1992 e 2012 | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 50 a 54 anos ocupadas entre 1992 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|--|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 2012 | | | | | | | | |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDA | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDA*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0.3218 | 0.1375 | 0.0747 | 0.2798 | | -0.247083 | 0.208609 | -0.051544 | 0.142299 | 0.198253 | 0.028211 |
| fundamental I incompleto | 0.2416 | 0.1406 | 0.0949 | 0.2975 | | -0.146691 | 0.219073 | -0.032136 | 0.156921 | 0.168236 | 0.026400 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0.2491 | 0.0985 | 0.2684 | 0.3206 | | 0.019306 | 0.209545 | 0.004045 | 0.222133 | 0.258719 | 0.057470 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0.0515 | 0.0655 | 0.1326 | 0.2698 | | 0.081101 | 0.167646 | 0.013596 | 0.204317 | 0.092021 | 0.018802 |
| medio completo e mais | 0.1361 | 0.0065 | 0.4295 | 0.0591 | | 0.293368 | 0.032826 | 0.009630 | 0.052598 | 0.282771 | 0.014873 |
| | | | | | | | | -0.056408 | | | 0.145755 |
| | TBM | 10,70 | TBM | 19,63 | D | | | | | | |
| | | | | | 8,93 | | | | | | 0,089347 |
| | | | | | | | | | | | 8,93 |

-63,13%

163,13%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 50 a 54 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 1997

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 54 a 54 anos ocupadas entre 1992 e 1997 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 50 a 54 anos por nível de instrução entre 1992 e 1997 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|------------|----------------------|
| | 1992 | | 1997 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDA | (Ea+EEb)/2 | PEDb-PEDA*(Ea+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDA | (Ea+EEb)/2 | PEDb-PEDA*(Ea+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,3218 | 0,1375 | 0,2614 | 0,1926 | | -0,060356 | 0,165040 | -0,009961 | 0,055162 | 0,291617 | 0,016086 |
| fundamental I incompleto | 0,2416 | 0,1406 | 0,2061 | 0,2227 | | -0,035449 | 0,181632 | -0,006439 | 0,082038 | 0,223857 | 0,018365 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2491 | 0,0985 | 0,2601 | 0,1701 | | 0,010995 | 0,134265 | 0,001476 | 0,071572 | 0,254564 | 0,018220 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,0515 | 0,0655 | 0,0743 | 0,0923 | | 0,022843 | 0,078906 | 0,001802 | 0,026838 | 0,062892 | 0,001688 |
| medio completo e mais | 0,1361 | 0,0065 | 0,1981 | 0,0113 | | 0,061967 | 0,008896 | 0,000551 | 0,004736 | 0,167071 | 0,000791 |
| | | | | | | | | -0,012570 | | | 0,055150 |
| | PD | 10,70 | PD | 14,96 | D | | | | | | |
| | | | | | 4,26 | | | | | | 0,042580 |
| | | | | | | | | | | | 4,26 |

-29,5%

129,5%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 50 a 54 anos ocupadas como domésticas em 1997 e 2002

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 50 a 54 anos ocupadas entre 1997 e 2002 | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 50 a 54 anos por nível de instrução entre 1997 e 2002 | | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|---|-----------|------------|----------------------|
| | 1997 | | 2002 | | | | | | | | |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDA | (Ea+EEb)/2 | PEDb-PEDA*(Ea+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,2614 | 0,1926 | 0,1261 | 0,2365 | | -0,135338 | 0,214549 | -0,029037 | 0,043857 | 0,193770 | 0,008498 |
| fundamental I incompleto | 0,2061 | 0,2227 | 0,1473 | 0,2513 | | -0,058844 | 0,236968 | -0,013944 | 0,028634 | 0,176710 | 0,005060 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2601 | 0,1701 | 0,2803 | 0,2469 | | 0,020258 | 0,208492 | 0,004224 | 0,076882 | 0,270190 | 0,020773 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,0743 | 0,0923 | 0,1130 | 0,1593 | | 0,038732 | 0,125834 | 0,004874 | 0,067018 | 0,093680 | 0,006278 |
| medio completo e mais | 0,1981 | 0,0113 | 0,3332 | 0,0208 | | 0,135192 | 0,016009 | 0,002164 | 0,009489 | 0,265650 | 0,002521 |
| | | | | | | | | -0,031719 | | | 0,043130 |
| | PD | 14,96 | PD | 16,10 | D | | | | | | |
| | | | | | 1,14 | | | | | | 0,011411 |
| | | | | | | | | | | | 1,14 |

-278,0%

378,0%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 50 a 54 anos ocupadas como domésticas em 2002 e 2007

| | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 50 a 54 anos ocupadas entre 2002 e 2007 | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 50 a 54 anos por nível de instrução entre 2002 e 2007 | | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|---|-----------|-------------|-----------------------|
| Nível de instrução | 2002 | | 2007 | | | | | | | | |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDA | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDA*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,1261 | 0,2365 | 0,1251 | 0,2214 | | -0,001036 | 0,228941 | -0,000237 | -0,015073 | 0,125583 | -0,001893 |
| fundamental I incompleto | 0,1473 | 0,2513 | 0,2681 | 0,1472 | | 0,120813 | 0,199253 | 0,024072 | -0,104065 | 0,207695 | -0,021614 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2803 | 0,2469 | 0,1355 | 0,5089 | | -0,144789 | 0,377918 | -0,054718 | 0,261969 | 0,207924 | 0,054470 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1130 | 0,1593 | 0,1180 | 0,1974 | | 0,004908 | 0,178381 | 0,000875 | 0,038077 | 0,115500 | 0,004398 |
| medio completo e mais | 0,3332 | 0,0208 | 0,3534 | 0,0411 | | 0,020105 | 0,030920 | 0,000622 | 0,020333 | 0,343298 | 0,006980 |
| | | | | | | | | -0,029386 | | | 0,042341 |
| | PD | 16,10 | PD | 17,39 | D | | | | | | |
| | | | | | 1,30 | | | | | | 0,012955 |
| | | | | | | | | | | | 1,30 |

-226,83%

326,83%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 50 a 54 anos ocupadas como domésticas em 2007 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 50 a 54 anos ocupadas entre 2007 e 2012 | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 50 a 54 anos por nível de instrução entre 2007 e 2012 | | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|---|-----------|------------|----------------------|
| | 2007 | | 2012 | | | EEb-Ea | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-Ea*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDA | (Ea+EEb)/2 | PEDb-PEDA*(Ea+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-Ea | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-Ea*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDA | (Ea+EEb)/2 | PEDb-PEDA*(Ea+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,1251 | 0,2214 | 0,0747 | 0,2798 | | -0,050354 | 0,250582 | -0,012618 | 0,058354 | 0,099888 | 0,005829 |
| fundamental I incompleto | 0,2681 | 0,1472 | 0,0949 | 0,2975 | | -0,173210 | 0,222377 | -0,038518 | 0,150313 | 0,181496 | 0,027281 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,1355 | 0,5089 | 0,2684 | 0,3206 | | 0,132842 | 0,414757 | 0,055097 | -0,188291 | 0,201951 | -0,038026 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,1180 | 0,1974 | 0,1326 | 0,2698 | | 0,014618 | 0,233612 | 0,003415 | 0,072385 | 0,125263 | 0,009067 |
| medio completo e mais | 0,3534 | 0,0411 | 0,4295 | 0,0591 | | 0,076104 | 0,050105 | 0,003813 | 0,018039 | 0,391403 | 0,007061 |
| | | | | | | | | 0,011190 | | | 0,011212 |
| | PD | 17,39 | PD | 19,63 | D | | | | | | |
| | | | | | 2,24 | | | | | | 0,022402 |
| | | | | | | | | | | | 2,24 |

49,95%

50,05%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 55 a 59 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 55 a 59 anos ocupadas entre 1992 e 2012 | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 55 a 59 anos ocupadas entre 1992 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|--|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 2012 | | | | | | | | |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,3856 | 0,1273 | 0,1151 | 0,2417 | | -0,270513 | 0,184491 | -0,049907 | 0,114380 | 0,250374 | 0,028638 |
| fundamental I incompleto | 0,2394 | 0,1188 | 0,1241 | 0,2590 | | -0,115327 | 0,188880 | -0,021783 | 0,140224 | 0,181764 | 0,025488 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2453 | 0,1398 | 0,2761 | 0,2681 | | 0,030790 | 0,203923 | 0,006279 | 0,128333 | 0,260709 | 0,033458 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,0463 | 0,0331 | 0,1248 | 0,2142 | | 0,078405 | 0,123635 | 0,009694 | 0,181129 | 0,085552 | 0,015496 |
| médio completo e mais | 0,0833 | 0,0000 | 0,3599 | 0,0648 | | 0,276645 | 0,032392 | 0,008961 | 0,064784 | 0,221600 | 0,014356 |
| | | | | | | | | -0,046757 | | | 0,117435 |
| | TBM | 11,33 | TBM | 18,40 | D | | | | | | |
| | | | | | 7,07 | | | | | | 0,070678 |
| | | | | | | | | | | | 7,07 |

-66,15%
166,15%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 55 a 59 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 1997

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 55 a 59 anos ocupadas entre 1992 e 1997 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 55 a 59 anos por nível de instrução entre 1992 e 1997 | | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|--------|
| | 1992 | | 1997 | | | | | | | | | |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 | |
| sem instrução | 0,3856 | 0,1273 | 0,3364 | 0,1510 | | -0,049211 | 0,139170 | -0,006849 | 0,023739 | 0,361025 | 0,008570 | -38,6% |
| fundamental I incompleto | 0,2394 | 0,1188 | 0,2406 | 0,1502 | | 0,001221 | 0,134495 | 0,000164 | 0,031453 | 0,240038 | 0,007550 | 138,6% |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2453 | 0,1398 | 0,2424 | 0,1571 | | -0,002949 | 0,148419 | -0,000438 | 0,017325 | 0,243840 | 0,004224 | |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,0463 | 0,0331 | 0,0575 | 0,0575 | | 0,011113 | 0,045266 | 0,000503 | 0,024391 | 0,051906 | 0,001266 | |
| médio completo e mais | 0,0833 | 0,0000 | 0,1231 | 0,0123 | | 0,039827 | 0,006150 | 0,000245 | 0,012300 | 0,103191 | 0,001269 | |
| | | | | | | | | -0,006374 | | | 0,022880 | |
| | PD | 11,33 | PD | 12,99 | D | | | | | | | |
| | | | | | 1,65 | | | | | | 0,016506 | |
| | | | | | | | | | | | 1,65 | |

-38,6%
138,6%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 55 a 59 anos ocupadas como domésticas em 1997 e 2002

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 55 a 59 anos ocupadas entre 1997 e 2002 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 55 a 59 anos por nível de instrução entre 1997 e 2002 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1997 | | 2002 | | | | | | | | |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,3364 | 0,1510 | 0,2537 | 0,1277 | | -0,082685 | 0,139376 | -0,011524 | -0,023327 | 0,295077 | -0,006883 |
| fundamental I incompleto | 0,2406 | 0,1502 | 0,1955 | 0,1911 | | -0,045138 | 0,170682 | -0,007704 | 0,040920 | 0,218080 | 0,008924 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2424 | 0,1571 | 0,2767 | 0,1784 | | 0,034342 | 0,167725 | 0,005760 | 0,021288 | 0,259536 | 0,005525 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,0575 | 0,0575 | 0,0688 | 0,1385 | | 0,011293 | 0,097990 | 0,001107 | 0,081059 | 0,063109 | 0,005116 |
| médio completo e mais | 0,1231 | 0,0123 | 0,2053 | 0,0167 | | 0,082188 | 0,014479 | 0,001190 | 0,004357 | 0,164198 | 0,000715 |
| | | | | | | | | -0,011172 | | | 0,013397 |
| | PD | 12,99 | PD | 13,21 | D | | | | | | |
| | | | | | 0,22 | | | | | | 0,002225 |
| | | | | | | | | | | | 0,22 |

-502,2%
602,2%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 55 a 59 anos ocupadas como domésticas em 2002 e 2007

| | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 55 a 59 anos ocupadas entre 2002 e 2007 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 55 a 59 anos por nível de instrução entre 2002 e 2007 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| Nível de instrução | 2002 | | 2007 | | | | | | | | |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,2537 | 0,1277 | 0,1829 | 0,1811 | | -0,070847 | 0,154383 | -0,010938 | 0,053341 | 0,218311 | 0,011645 |
| fundamental I incompleto | 0,1955 | 0,1911 | 0,1773 | 0,2019 | | -0,018203 | 0,196509 | -0,003577 | 0,010734 | 0,186409 | 0,002001 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2767 | 0,1784 | 0,2765 | 0,2049 | | -0,000220 | 0,191631 | -0,000042 | 0,026524 | 0,276597 | 0,007336 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,0688 | 0,1385 | 0,0921 | 0,1815 | | 0,023377 | 0,160019 | 0,003741 | 0,042999 | 0,080444 | 0,003459 |
| médio completo e mais | 0,2053 | 0,0167 | 0,2712 | 0,0314 | | 0,065893 | 0,024006 | 0,001582 | 0,014697 | 0,238239 | 0,003501 |
| | | | | | | | | -0,009234 | | | 0,027942 |
| | PD | 13,21 | PD | 15,08 | D | | | | | | |
| | | | | | 1,87 | | | | | | 0,018708 |
| | | | | | | | | | | | 1,87 |

-49,36%
149,36%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 55 a 59 anos ocupadas como domésticas em 2007 e 2012

| | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 55 a 59 anos ocupadas entre 2007 e 2012 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 55 a 59 anos por nível de instrução entre 2007 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| Nível de instrução | 2007 | | 2012 | | | | | | | | |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,1829 | 0,1811 | 0,1151 | 0,2417 | | -0,067771 | 0,211367 | -0,014325 | 0,060627 | 0,149003 | 0,009034 |
| fundamental I incompleto | 0,1773 | 0,2019 | 0,1241 | 0,2590 | | -0,053207 | 0,230434 | -0,012261 | 0,057117 | 0,150704 | 0,008608 |
| funda mental I completo e II incompleto | 0,2765 | 0,2049 | 0,2761 | 0,2681 | | -0,000383 | 0,236491 | -0,000090 | 0,063196 | 0,276296 | 0,017461 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,0921 | 0,1815 | 0,1248 | 0,2142 | | 0,032623 | 0,197859 | 0,006455 | 0,032681 | 0,108443 | 0,003544 |
| medio completo e mais | 0,2712 | 0,0314 | 0,3599 | 0,0648 | | 0,088737 | 0,048069 | 0,004266 | 0,033431 | 0,315554 | 0,010549 |
| | | | | | | | | -0,015955 | | | 0,049195 |
| | PD | 15,08 | PD | 18,40 | D | | | | | | |
| | | | | | 3,32 | | | | | | 0,033240 |
| | | | | | | | | | | | 3,32 |

-48,00%
148,00%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 60 a 64 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 2012

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 60 a 64 anos ocupadas entre 1992 e 2012 | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 60 a 64 anos ocupadas entre 1992 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|--|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,4767 | 0,0930 | 0,1828 | 0,2068 | | -0,293899 | 0,149909 | -0,044058 | 0,113823 | 0,329750 | 0,037533 |
| fundamental I incompleto | 0,2391 | 0,1297 | 0,1504 | 0,2566 | | -0,088744 | 0,193164 | -0,017142 | 0,126897 | 0,194737 | 0,024712 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2081 | 0,0950 | 0,2560 | 0,2220 | | 0,047908 | 0,158524 | 0,007595 | 0,127017 | 0,232071 | 0,029477 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,0196 | 0,0609 | 0,0958 | 0,1179 | | 0,076197 | 0,089369 | 0,006810 | 0,056985 | 0,057717 | 0,003289 |
| medio completo e mais | 0,0565 | 0,0000 | 0,3150 | 0,0478 | | 0,258537 | 0,023918 | 0,006184 | 0,047837 | 0,185725 | 0,008884 |
| | | | | | | | | -0,040612 | | | 0,103895 |
| | TBM | 9,63 | TBM | 15,96 | D | | | | | | |
| | | | | | 6,33 | | | | | | 0,063283 |
| | | | | | | | | | | | 6,33 |

-64,18%
164,18%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 60 a 64 anos ocupadas como domésticas em 1992 e 1997

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 60 a 64 anos ocupadas entre 1992 e 1997 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 60 a 64 anos por nível de instrução entre 1992 e 1997 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1992 | | 1997 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,4767 | 0,0930 | 0,4175 | 0,1746 | | -0,059212 | 0,133818 | -0,007924 | 0,081642 | 0,447093 | 0,036501 |
| fundamental I incompleto | 0,2391 | 0,1297 | 0,2084 | 0,0992 | | -0,030716 | 0,114438 | -0,003515 | -0,030555 | 0,223751 | -0,006837 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2081 | 0,0950 | 0,2458 | 0,1150 | | 0,037689 | 0,105030 | 0,003958 | 0,020029 | 0,226962 | 0,004546 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,0196 | 0,0609 | 0,0327 | 0,0201 | | 0,013035 | 0,040485 | 0,000528 | -0,040784 | 0,026136 | -0,001066 |
| medio completo e mais | 0,0565 | 0,0000 | 0,0957 | 0,0261 | | 0,039204 | 0,013073 | 0,000513 | 0,026147 | 0,076058 | 0,001989 |
| | | | | | | | | -0,006440 | | | 0,035133 |
| | PD | 9,63 | PD | 12,50 | D | | | | | | |
| | | | | | 2,87 | | | | | | 0,028693 |
| | | | | | | | | | | | 2,87 |

-22,4%
122,4%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 60 a 64 anos ocupadas como domésticas em 1997 e 2002

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 60 a 64 anos ocupadas entre 1997 e 2002 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 60 a 64 anos por nível de instrução entre 1997 e 2002 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 1997 | | 2002 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,4175 | 0,1746 | 0,3269 | 0,1680 | | -0,090604 | 0,171334 | -0,015524 | -0,006611 | 0,372185 | -0,002461 |
| fundamental I incompleto | 0,2084 | 0,0992 | 0,2312 | 0,2739 | | 0,022828 | 0,186551 | 0,004259 | 0,174782 | 0,219807 | 0,038418 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2458 | 0,1150 | 0,2614 | 0,3200 | | 0,015586 | 0,217544 | 0,003391 | 0,204998 | 0,253599 | 0,051987 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,0327 | 0,0201 | 0,0497 | 0,3247 | | 0,017069 | 0,172376 | 0,002942 | 0,304567 | 0,041188 | 0,012544 |
| medio completo e mais | 0,0957 | 0,0261 | 0,1308 | 0,0443 | | 0,035122 | 0,035233 | 0,001237 | 0,018172 | 0,113222 | 0,002057 |
| | | | | | | | | -0,003695 | | | 0,102547 |
| | PD | 12,50 | PD | 22,39 | D | | | | | | |
| | | | | | 9,89 | | | | | | 0,098852 |
| | | | | | | | | | | | 9,89 |

-3,7%
103,7%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 60 a 64 anos ocupadas como domésticas em 2002 e 2007

| Nível de instrução | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 60 a 64 anos ocupadas entre 2002 e 2007 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 60 a 64 anos por nível de instrução entre 2002 e 2007 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| | 2002 | | 2007 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| sem instrução | 0,3269 | 0,1680 | 0,2553 | 0,2435 | | -0,071598 | 0,205770 | -0,014733 | 0,075483 | 0,291084 | 0,021972 |
| fundamental I incompleto | 0,2312 | 0,2739 | 0,2149 | 0,3127 | | -0,016304 | 0,293308 | -0,004782 | 0,038731 | 0,223069 | 0,008640 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2614 | 0,3200 | 0,2590 | 0,4106 | | -0,002399 | 0,365344 | -0,000877 | 0,090602 | 0,260192 | 0,023574 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,0497 | 0,3247 | 0,0786 | 0,3995 | | 0,028875 | 0,362062 | 0,010455 | 0,074805 | 0,064159 | 0,004799 |
| medio completo e mais | 0,1308 | 0,0443 | 0,1922 | 0,0830 | | 0,061426 | 0,063684 | 0,003912 | 0,038731 | 0,161495 | 0,006255 |
| | | | | | | | | -0,006025 | | | 0,065240 |
| | PD | 22,39 | PD | 28,31 | D | | | | | | |
| | | | | | 5,92 | | | | | | 0,059215 |
| | | | | | | | | | | | 5,92 |

-10,17%
110,17%

Decomposição da diferença entre as proporções de mulheres de 60 a 64 anos ocupadas como domésticas em 2007 e 2012

| | a | | b | | | Contribuição das diferenças na estrutura educacional das mulheres de 60 a 64 anos ocupadas entre 2007 e 2012 | | | Contribuição das diferenças nas proporções de domésticas de 60 a 64 anos por nível de instrução entre 2007 e 2012 | | |
|--|-----------------|------------------|-----------------|------------------|--------|--|---------------|-----------------------|---|-------------|-----------------------|
| Nível de instrução | 2007 | | 2012 | | | EEb-EEa | (PEDb+PEDa)/2 | EEb-EEa*(PEDb+PEDa)/2 | PEDb-PEDa | (EEa+EEb)/2 | PEDb-PEDa*(EEa+EEb)/2 |
| i | EE ₁ | PED ₁ | EE ₂ | PED ₂ | | | | | | | |
| sem instrução | 0,2553 | 0,2435 | 0,1828 | 0,2068 | | -0,072484 | 0,225166 | -0,016321 | -0,036691 | 0,219043 | -0,008037 |
| fundamental I incompleto | 0,2149 | 0,3127 | 0,1504 | 0,2566 | | -0,064552 | 0,284643 | -0,018374 | -0,056061 | 0,182642 | -0,010239 |
| fundamental I completo e II incompleto | 0,2590 | 0,4106 | 0,2560 | 0,2220 | | -0,002967 | 0,316339 | -0,000939 | -0,188613 | 0,257509 | -0,048569 |
| fundamental II completo e médio incompleto | 0,0786 | 0,3995 | 0,0958 | 0,1179 | | 0,017219 | 0,258663 | 0,004454 | -0,281603 | 0,087206 | -0,024558 |
| medio completo e mais | 0,1922 | 0,0830 | 0,3150 | 0,0478 | | 0,122785 | 0,065443 | 0,008035 | -0,035213 | 0,253601 | -0,008930 |
| | | | | | | | | -0,023145 | | | -0,100333 |
| | PD | 28,31 | PD | 15,96 | D | | | | | | |
| | | | | | -12,35 | | | | | | -0,123478 |
| | | | | | | | | | | | -12,35 |

18,74%
81,26%

Da residência em “casa de família” ao trabalho por dia: mudanças nas formas de contratação das trabalhadoras domésticas no Brasil

1. Introdução

Como visto no estudo anterior, o trabalho doméstico remunerado vem perdendo importância relativa entre as brasileiras ocupadas, sobretudo entre as mais jovens e escolarizadas que, a cada nova geração, vêm sendo atraídas para ocupações mais valorizadas. Em consequência, a categoria profissional tem se tornado cada vez menor, em termos relativos, e mais envelhecida.

Esse, no entanto, não é o único processo de transição em curso no setor. Junto às tendências de retração e envelhecimento da mão de obra feminina empregada na atividade, também têm ocorrido mudanças expressivas no peso relativo das domésticas brasileiras, segundo as formas de contratação. Uma primeira mudança é a quase extinção do "fenômeno de convergência" entre os locais de trabalho e de moradia da profissional (IPEA, 2011). Em outras palavras, a antiga e tão comum empregada residente no domicílio dos patrões que, em 1970, correspondia quase à metade do contingente de mulheres ocupadas na atividade, reduziu de forma drástica a sua participação no mercado de trabalho, alcançando apenas 4% do estoque de profissionais empregadas, em 2010. Neste mesmo período, também houve redução no percentual de domésticas mensalistas que, em sua maioria, trabalham de forma contínua em um único domicílio, e aumento no percentual de diaristas, que trabalham de forma eventual em mais de um domicílio, sendo ambas categorias compostas agora majoritariamente por mulheres não residentes no local de trabalho.

Processos dessa natureza, que ocorrem também em outros países latino-americanos, têm sido percebidos por alguns autores como um sinal de que a relação de trabalho historicamente predominante no setor – de cunho mais pessoal e afetivo – vem perdendo força, e a ocupação está se tornando mais profissionalizada (GÁLVEZ E TODARO, 1989; KUZNESOF, 1989; MELO, 1998; HARRIS, 2007; RODGERS, 2009 e 2013; MONTICELLI, 2013). Os fatores determinantes estariam associados a mudanças tanto nas condições da oferta, quanto da demanda pelo serviço doméstico, acompanhando os processos mais gerais de desenvolvimento econômico, modernização dos costumes, transição demográfica e de mudanças no mercado de trabalho de cada país.

Do lado da demanda, os principais fatores explicativos seriam a redução no tamanho das famílias e das residências; o surgimento de novas configurações familiares; a valorização

da privacidade do lar; a expansão da oferta de creches e escolas infantis; e o acesso mais fácil das mulheres trabalhadoras de classe média aos bens de consumo parceiros dos afazeres domésticos. No caso brasileiro, haveria também o processo mais recente de encarecimento do trabalho doméstico remunerado de natureza contínua, conduzindo a classe média a preferir a diarista, em substituição à mensalista residente ou em jornada integral (MYHRRA e WAJNMAN 2007; FRAGA, 2010; SORJ e FONTES, 2012; DIEESE, 2013; VICIELI, 2015). Já do ponto de vista da oferta, haveria a redução no fluxo migratório rural-urbano – que era a fonte principal de oferta de profissionais residentes (MELO, 1998) – e a preferência crescente das trabalhadoras por uma modalidade de contratação com maiores chances de ganhar mais, ter um horário de trabalho mais flexível e ser menos dependente afetivamente da família contratante, como o trabalho por dia (RODGERS, 2009; FRAGA, 2010). Em suma, as mudanças em curso parecem indicar transformações estruturais no tipo de relação estabelecida entre as trabalhadoras domésticas e seus empregadores, justificando uma análise mais minuciosa de sua dinâmica.

Neste sentido, o principal objetivo deste segundo estudo é identificar e descrever as mudanças históricas mais marcantes no perfil demográfico e nas condições de trabalho das mulheres ocupadas em serviços domésticos, no Brasil, tendo como referências as “velhas” e as “novas” formas de contratação no setor. Para tanto, são utilizados dois modelos de regressão logística binomial, com o intuito de identificar e descrever, num tempo mais abrangente, os efeitos das variáveis que influenciam as probabilidades de uma profissional ser ou não residente no domicílio do patrão e, num tempo mais recente, as probabilidades de ser ou não ser diarista. Adicionalmente, são utilizadas estatísticas descritivas sobre o rendimento médio, a jornada de trabalho, a posse da carteira de trabalho, entre outras, para comparar a evolução das condições de trabalho dessas modalidades de trabalhadoras, ao longo dos anos 2000.

Quanto às bases de dados, as referências utilizadas são as amostras dos censos demográficos de 1980 a 2010, do Projeto IPUMS *International*, e os microdados da PNAD-IBGE, dos anos de 2002, 2007 e 2012. Os censos demográficos, embora pequenos pela escassez de boas informações sobre as condições de trabalho no setor, permitem uma análise histórica mais longínqua das características demográficas das “antigas” modalidades de trabalhadoras. Os microdados da PNAD, por sua vez, possibilitam descrever as condições de trabalho no setor de forma mais detalhada – permitindo, por exemplo, cruzar informações sobre as “novas” modalidades de contratação no setor com informações sobre a posse da carteira de trabalho, a contribuição à previdência social, a condição de residência da profissional, entre outras – mas

somente para um período histórico mais recente (a partir de 1992). Desse modo, as duas bases são usadas no estudo de forma articulada.

Além desta introdução, o estudo é composto por mais cinco seções. Na próxima seção, são descritos os conceitos de trabalhadora doméstica e de trabalho doméstico remunerado que estão sendo considerados, as características específicas da atividade/ocupação e as principais modalidades de contratação existentes no setor. Na terceira seção, são mostradas as principais tendências de mudança em curso nas modalidades mais comuns de contratação de trabalhadoras domésticas no país, tendo por referência os pressupostos encontrados na literatura pesquisada. Na quarta seção, são descritas e comparadas, ao longo do tempo, as condições de trabalho das categorias de trabalhadoras domésticas que são alvo do estudo. Na quinta seção são descritos os procedimentos metodológicos, as variáveis utilizadas, os efeitos esperados, bem como os resultados encontrados nos exercícios econométricos para a identificação do perfil demográfico dos grupos de trabalhadoras selecionadas. Na última seção, por fim, são apresentadas as conclusões do estudo.

2. Conceito, peculiaridades do ofício e formas de contratação de trabalhadoras domésticas

Para se descrever, de forma adequada, as características e as mudanças nas condições de trabalho e no perfil demográfico das trabalhadoras domésticas, um primeiro aspecto a ser considerado é a própria definição do que se entende por trabalhadora doméstica. Esta definição, embora pareça óbvia, sofre influência de um conjunto de aspectos diferentes, como o tipo de pesquisa domiciliar que está sendo considerado, as recomendações internacionais sobre o assunto, a legislação trabalhista em vigor no país e os traços sociais e culturais da sociedade em estudo. Desse modo, podem existir definições distintas para a ocupação, conforme a maior ou menor ênfase que é dada a cada um desses aspectos.

A definição de trabalhadora doméstica usada neste estudo é a mesma adotada pelo IBGE em suas pesquisas domiciliares mais recentes¹⁷ e que permite separar os trabalhadores domésticos dos demais empregados. Trata-se de toda mulher com 10 anos ou mais de idade que, na semana anterior à data da pesquisa, trabalhava prestando serviços domésticos remunerados, em dinheiro ou em espécie, em uma ou mais unidades domiciliares, independentemente da forma de contratação (com carteira ou sem carteira de trabalho assinada).

¹⁷ Censos Demográficos de 2000 e 2010; PNAD, a partir de 1992; e POF, de 1995-1996 em diante, pelo menos.

Essa definição é baseada numa adaptação nacional da *International Classification of Status in Employment* (ICSE-93) que, embora restrita ao contexto latino americano, produz, no caso do Brasil, os mesmos resultados obtidos através da *International Standard Industrial Classification of all Economic Activities* (ISIC, *Revision 3.1*), recomendada pela OIT (ILO, 2013). A ISIC define o trabalho doméstico remunerado como os serviços pagos que são realizados em um ou mais domicílios privados e o trabalhador doméstico como o profissional, de ambos os sexos, que realiza esses serviços, no âmbito de uma relação de trabalho habitual e como meio de subsistência. Essa abordagem é a que permite capturar, com maior precisão, o contingente real de pessoas que rotineiramente executam um amplo espectro de tarefas no interior das residências particulares - mas que também podem ser realizadas em outros tipos de estabelecimentos não residenciais - como serviços de arrumação, faxina, limpeza geral, cozimento e preparação de alimentos, lavagem e passagem de roupas, cuidado e acompanhamento de crianças, idosos, doentes e portadores de deficiência, jardinagem, vigilância, proteção pessoal, manutenção em geral, transporte, governança, tratamento de animais, entre outros (ILO, 2013).

Mas esse conceito abrangente de trabalhadora doméstica usado pelo IBGE é diferente do adotado na legislação brasileira, que se refere apenas à figura jurídica do “empregado doméstico”. Nos termos da Lei Complementar nº 150, de 01/06/2015, empregado doméstico é todo trabalhador, de ambos os sexos, que presta serviços de natureza contínua e sem fins lucrativos para uma pessoa ou família, por mais de dois dias na semana. São excluídos dessa definição, por exemplo, os diaristas, cujo trabalho não é de natureza contínua, e os caseiros de sítios que usam o local de trabalho para produzir renda (FRAGA, 2010). Há diferenças também entre o conceito do IBGE, usado como referência neste estudo, e a legislação vigente, em relação ao limite mínimo de idade para o exercício da profissão. Por ser considerado insalubre e perigoso, o trabalho doméstico remunerado é vedado aos menores de 18 anos, conforme definido no Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que trata das piores formas de trabalho infantil. A fixação deste limite mínimo de idade para o exercício da atividade também foi um dos aspectos regulamentados na Lei Complementar nº 150, ora em vigor¹⁸.

O trabalho doméstico remunerado também costuma ser definido em muitos estudos, em termos de suas especificidades em relação a outras ocupações assalariadas, tais como o local

¹⁸ Para uma discussão detalhada das diferenças jurídicas e conceituais entre trabalho e emprego; trabalho produtivo e trabalho reprodutivo; trabalho doméstico e emprego doméstico; trabalho doméstico remunerado, serviço doméstico remunerado e emprego doméstico; trabalho doméstico remunerado e trabalho em domicílio, ver FRAGA (2010).

onde é realizado, o público que o demanda, as relações socioeconômicas dele derivadas e os modos como é contratado e realizado. Segundo GÁLVEZ e TODARO (1989), o modo como o trabalho doméstico é realizado lhe confere um caráter artesanal, independentemente de quem o faça ou do tipo de relação contratual estabelecida. Trata-se de um processo de trabalho, quase sempre, individual; que acontece de forma isolada, no interior de um domicílio privado; e, usualmente, sob a delegação da mulher cônjuge ou responsável pela casa que, na ausência da trabalhadora, seria a principal responsável pelas tarefas delegadas. Essa mulher, além de “patroa”, costuma ser também a supervisora de todo o processo de trabalho, embora ele quase não exija coordenação de tempos e equipes, porque as tarefas são executadas, na maioria das residências, por uma única trabalhadora e com relativo grau de liberdade. E mesmo que modernas tecnologias em eletrodomésticos, produtos de limpeza, preparo de alimentos e cuidados pessoais possam ser adotadas, o processo de trabalho, normalmente, resulta em um produto sem padronização, cuja natureza é muito distinta de outros tipicamente comercializáveis.

Mas é do ponto de vista das relações entre patrões e empregados que o trabalho doméstico remunerado se distingue, de modo mais marcante, de outras ocupações assalariadas. Uma especificidade da atividade, como ressaltam SAFFIOTI (1978), GÁLVEZ e TODARO (1989) e MELO (1998), é que mesmo havendo um contrato de trabalho formal assinado entre as partes, a remuneração paga à trabalhadora doméstica é uma despesa de consumo para a família que a contrata. Neste caso, mesmo que a profissional do setor também venda o seu tempo de trabalho em forma de serviços que não lhes pertencem, estes serviços são pagos com renda pessoal da família contratante, sem mobilização de capital e sem circulação no mercado, como em qualquer outra atividade produtiva capitalista. Ainda assim, o serviço que é vendido cria um novo valor, dado pelo tempo de trabalho reprodutivo que os membros da família – sobretudo a mulher – economizam a partir da contratação da profissional.

De todo modo, essa especificidade é cada vez mais relativa. Em todo o mundo, e inclusive no Brasil, muitas mulheres vêm sendo contratadas para trabalhar em serviços domésticos através da intermediação de agências privadas de emprego, que cobram taxas sobre a alocação da profissional, quando os contratos são assinados diretamente entre as partes, ou recebem fluxos mensais dos contratantes para arcar com os salários e seguros das trabalhadoras, nos casos em que elas são contratadas pela própria agência.

Outra especificidade das relações de trabalho no setor é uma tendência maior à substituição da lógica formal e empresarial do emprego, por outra, de caráter mais pessoal e

afetivo. Derivam daí, em grande medida, os abusos trabalhistas que são normalmente praticados contra as trabalhadoras domésticas e em relação aos quais a legislação brasileira, quase sempre, esteve a reboque, apresentando avanços mais significativos só muito recentemente.

Mas, mesmo que portador de muitas especificidades, o trabalho doméstico remunerado também é uma ocupação bastante heterogênea, em termos das características demográficas e das condições de trabalho das profissionais.¹⁹ Apesar dos traços predominantes da trabalhadora típica do setor – tais como ser negra, polivalente, mensalista, de baixa escolaridade, baixos salários, informal, sem proteção social e sem representação sindical – há uma grande distinção entre as mulheres aderidas à atividade, resultando em perfis pessoais e graus de vulnerabilidade no trabalho bastante variados.

Em relação às formas de contratação, que é o interesse principal deste estudo, as trabalhadoras domésticas podem ser classificadas segundo vários critérios. Os mais comuns são pela frequência de recebimento do salário (mensalista ou diarista); pelo número de domicílios onde o trabalho é executado (um ou mais de um domicílio); pelo local de moradia (residente ou não residente no domicílio do empregador); pelo tipo de vínculo com o emprego (com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada); e pela contribuição para a previdência social (contribuinte e não contribuinte). Há, também, como já mostrada, a classificação por tipo de atividade ou função exercida pela profissional (babá, cuidadora, faxineira, passadeira, cozinheira etc.), que também é um critério muito importante para descrever a heterogeneidade de condições de trabalho existente no setor.

Embora essas classificações pareçam exaustivas, na prática não é fácil traçar uma tipologia que seja capaz de abarcar todas as formas contratuais existentes no setor, dadas as múltiplas combinações possíveis entre todas essas características destacadas. Os perfis extremos são as empregadas polivalentes e as diaristas especializadas. As empregadas polivalentes normalmente são mensalistas; trabalham em um único domicílio, de forma contínua; e podem ser residentes ou não no domicílio dos patrões; além de portadoras ou não de carteira de trabalho assinada. As diaristas especializadas, por sua vez, costumam ser trabalhadoras autônomas; não residentes no local de trabalho; prestadoras de serviço em mais de um domicílio, durante um ou dois dias por semana; e ocupadas como faxineiras, passadeiras, lavadeiras, arrumadeiras ou outras funções mais específicas. Mas entre esses dois tipos, há um conjunto de outras configurações possíveis, como as diaristas que trabalham por um ou dois

¹⁹ Para uma análise empírica bastante criativa sobre a heterogeneidade de características das trabalhadoras em serviços domésticos, ver MYHRRRA e WAJNMAN (2007).

dias por semana numa mesma casa, fazem todo o serviço doméstico e recebem por mês; as mensalistas que trabalham toda a semana no mesmo domicílio, são polivalentes e têm carteira assinada, mas nas folgas trabalham como faxineira, para completar a renda; as mensalistas que trabalham todos os dias em uma única casa e são especializadas, como as cozinheiras e as cuidadoras; e as diaristas que são especializadas numa residência e polivalentes em outras (FRAGA, 2010).

Neste estudo, os recortes de maior interesse são os que permitem separar as trabalhadoras domésticas, conforme a condição de residência (residente e não residente no domicílio do patrão) e conforme a frequência de recebimento dos salários (mensalistas e diaristas). No caso deste último recorte, há uma dificuldade metodológica a ser contornada, porque nenhuma das duas bases de dados utilizadas no estudo disponibiliza informações adequadas sobre a frequência de recebimento dos salários por parte das profissionais. Em consequência, para separar essas duas modalidades de trabalhadoras, o estudo adota como critério o quesito da PNAD que identifica se o trabalho é realizado ou não em mais de um domicílio.²⁰ O entendimento implícito é que mensalista é a profissional doméstica que trabalha em apenas um domicílio e diarista aquela que trabalha em mais de um.

Mas, ressalta-se que este entendimento é apenas uma aproximação das categorias que se pretende estimar. Como já mencionado, em sentido estrito, mensalistas são todas as trabalhadoras domésticas que recebem seus salários ao final de cada mês trabalhado, e diaristas, as que recebem ao final de cada dia de trabalho. Mesmo que haja, na prática, uma grande sobreposição entre essas duas tipologias, é bem possível, como ressalta FRAGA (2010), que existam tanto diaristas que recebem por dia, trabalhando em apenas uma residência, quanto mensalistas que recebem por mês, trabalhando em mais de uma residência. Mas como não existe outro critério melhor e os casos exemplificados são pouco representativos no universo da categoria, o usual tem sido mesmo assumir como válida a informação sobre o número de domicílios onde o serviço doméstico é realizado²¹.

²⁰ Este procedimento é mesmo adotado em outros estudos sobre o setor, como LIBERATO (1999), MYRRHA e WAJNMAN (2007), FRAGA (2010); IPEA (2011) e DIEESE (2012 e 2013).

²¹ Uma das poucas pesquisas no país que tem um critério específico para a classificação das empregadas domésticas em mensalistas e diaristas, combinando a frequência do recebimento do salário (mensal ou diário), o número de residências contratantes e o tipo de rendimento (em dinheiro ou em espécie) é a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada em regiões metropolitanas selecionadas pelo DIEESE e pela Fundação Seade, em pareceria com vários órgãos estaduais. Para maiores detalhes, ver VIECELI (2015).

3. Tendências de mudança nas formas de contratação das trabalhadoras domésticas

3.1. A quase extinção do fenômeno de residência no local de trabalho

As trabalhadoras que residem no domicílio do empregador são o tipo de arranjo profissional mais antigo e tradicional do setor de serviços domésticos. Segundo MELO (1998), elas são herdeiras das antigas “crias da casa” que, desde o período anterior à abolição, ajudavam as famílias patriarcais nos afazeres domésticos, em troca de casa e comida. Ao longo do século XX, com os processos de industrialização e urbanização em curso e a expansão das famílias nucleares de classe média, essa ajuda foi se transformando em ocupação, atraindo sobretudo jovens migrantes de áreas rurais (MELO, 1998).

De fato, a predominância de jovens camponesas na condição de domésticas residentes nos domicílios dos patrões é um fenômeno demográfico muito relevante na história das grandes cidades brasileiras e latino-americanas. Além das motivações socioeconômicas, relacionadas ao histórico de pobreza e escassez de oportunidades de trabalho no campo, alguns estudos identificam no fenômeno uma dimensão de natureza cultural, associada à moral conservadora das famílias camponesas. JELIN (1977), por exemplo, sugere que, na perspectiva dos pais, a permissão para que suas filhas saíssem de casa para trabalhar nos grandes centros urbanos estava muitas vezes condicionada à obtenção de um emprego "em casa de família", onde elas teriam, além de segurança material, a tutela dos patrões que zelariam por sua conduta moral. Em contrapartida, na perspectiva das filhas, sair de casa para trabalhar "em casa de família" era o meio mais adequado de escapar do rígido controle moral de seus parentes.

JACQUET (2003) também vê no desejo das jovens camponesas de se libertarem da tutela parental a razão principal para o crescimento do número de trabalhadoras domésticas migrantes e residentes nos domicílios dos patrões, ao longo do século XX. Mas a autora vai além e identifica na atitude dessas moças uma “estratégia de busca de promoção social por intermédio do casamento”. Em outras palavras, para satisfazer as suas expectativas de ascensão social, as meninas e adolescentes camponesas, que tinham no matrimônio uma das poucas alternativas para escapar da pobreza, precisavam ampliar os horizontes de seu restrito mercado de casamento. O emprego doméstico em “casa de família” era a oportunidade ideal para o alcance desse objetivo.

Para BARBOSA (2000), também não é só a dimensão econômica que preside a decisão das mulheres do campo de migrar para trabalhar em “casa de família”. Estudando as trajetórias ocupacionais de migrantes nordestinos empregados em residências particulares e em

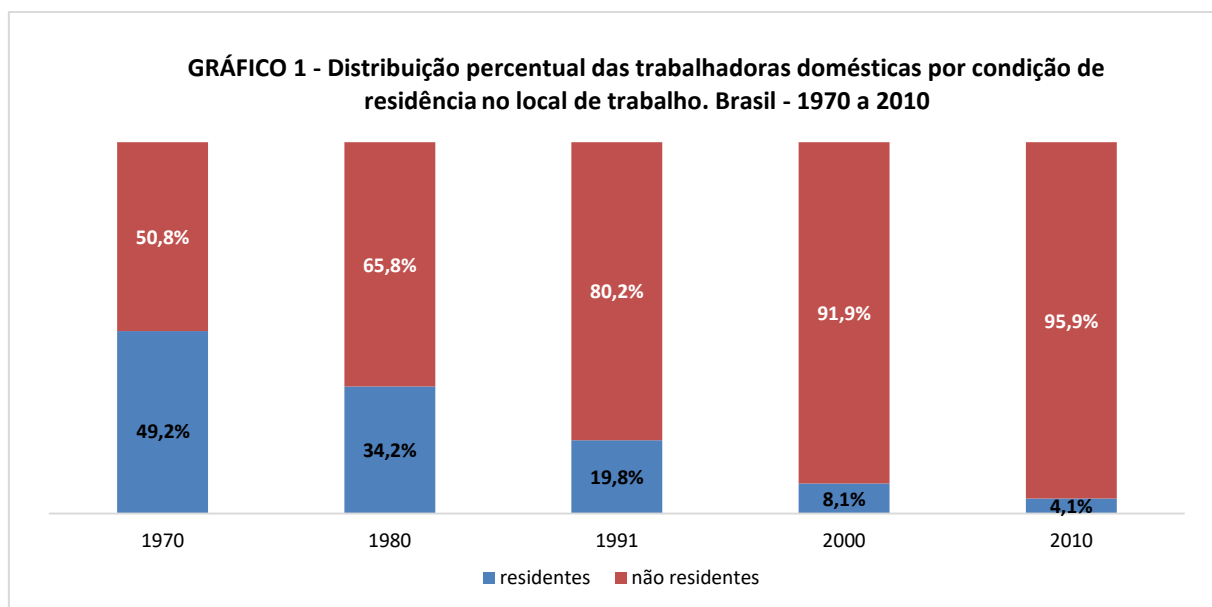
condomínios da zona sul do Rio de Janeiro, o autor afirma que o emprego em ocupações que viabilizam a “articulação casa e trabalho” é parte da “estratégia de reprodução social destes trabalhadores”. Ou seja, em função da baixa escolaridade e da inexistência de um capital social que lhes permita a inserção em ocupações mais qualificadas, esses trabalhadores buscam se empregar em ofícios que lhes proporcionem relações de trabalho mais pessoais – com regras similares aos modos de vida predominantes em seu espaço de origem – além da oferta de benefícios indiretos (alimentação, vestuário, moradia etc.). Essas “vantagens”, além de lhes proporcionarem uma rede de apoio e segurança afetiva, possibilitam o acúmulo de um excedente regular para a manutenção dos seus familiares.

Por fim, mas de modo diferente dos demais, SILVA *et al.* (1981) ressaltam que a relação entre a migração feminina do campo para as cidades e o trabalho doméstico remunerado não deve ser interpretada simplesmente como uma associação causal. Mesmo reconhecendo a predominância de mulheres migrantes no ofício, as autoras entendem que o crescimento da atividade, nos anos de apogeu das migrações rural-urbana, foi devido a fatores como a incapacidade estrutural da economia brasileira em absorver produtivamente a força de trabalho disponível no campo e na cidade; o problema da baixa escolaridade da mão de obra feminina; e a discriminação histórica contra as mulheres no mercado de trabalho, em função da sua menor autonomia de decisão em relação à família. Neste contexto adverso, só restava mesmo às jovens camponesas procurarem trabalho onde elas teriam, pelo menos, a garantia do sustento básico.

Segundo o censo demográfico, em 1970, 49,2% das brasileiras ocupadas como trabalhadoras domésticas residiam nos domicílios de seus empregadores (GRÁFICO 1). Nas quatro décadas seguintes, é possível notar uma tendência de queda contínua, com brutal encolhimento no tamanho da categoria, de modo que, em 2010, entre as 5,5 milhões de mulheres exercendo o ofício no país, apenas 4,1% (ou pouco mais de 220 mil profissionais) enquadravam-se em tal condição.

Esse movimento de quase extinção das domésticas residentes tem sido interpretado na literatura sobretudo como um efeito de demanda, decorrente da adoção de um estilo de vida mais moderno por parte das famílias contratantes, que passaram a valorizar a privacidade do lar e a incorporar tecnologias e serviços substitutos do trabalho doméstico (GÁLVEZ e TODARO, 1989; KUZNESOF, 1989; MELO, 1998; RODGERS, 2005). Mas há quem o veja, também, pelo lado da oferta, como reflexo da diminuição dos fluxos migratórios rural-urbano, decorrente da transição demográfica do país e da adoção de um novo modelo de desenvolvimento, mais intensivo em mão de obra qualificada, a partir de 1980 (MELO, 1998; BRITO, 2009; RIGOTTI

et al., 2014). Para outros autores, haveria ainda os desdobramentos de ações jurídicas e sindicais, visando à valorização e ampliação dos direitos legais da profissão, que teriam contribuído para aumentar o custo do trabalho em jornada integral da profissional residente (MARQUES e COSTA, 2013).



Observação:

1) estão incluídas mensalistas e diaristas nas duas modalidades de domésticas consideradas (residentes e não residentes).

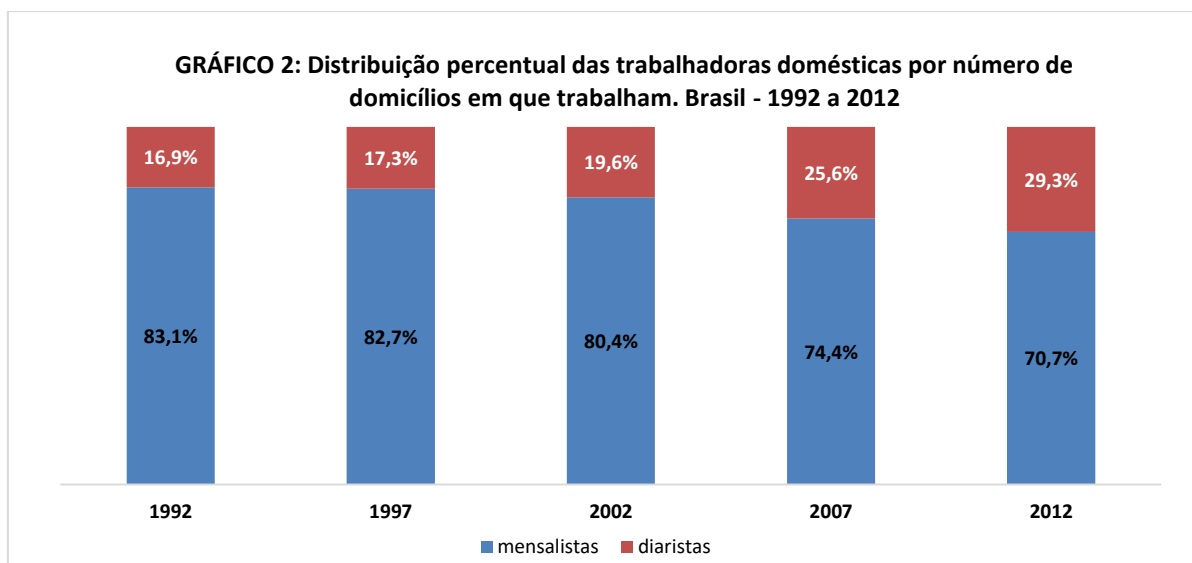
Fonte: Censos Demográficos – Projeto IPUMS *International*

Elaboração própria

3.2. A valorização do trabalho por dia

Outra mudança ainda mais importante no peso relativo das trabalhadoras domésticas brasileiras, segundo as formas de contratação, diz respeito às variações nas proporções de profissionais diaristas e mensalistas. Embora as mensalistas, que sempre foram o tipo mais comum, continuem majoritárias no país, houve queda significativa em seu contingente, a partir de 1992, ao passo que aumentou a quantidade de diaristas. Como mostra o GRÁFICO 2, em vinte anos as mensalistas diminuíram de 83,1% para 70,7% do total de mulheres ocupadas na atividade e as diaristas aumentaram de 16,9% para 29,3%. E se considerada a condição de residência, ambas as modalidades são compostas agora majoritariamente por profissionais não residentes no domicílio dos contratantes²², que é uma forma de trabalho assalariado mais definida (MELO, 1998).

²² Segundo a PNAD-IBGE, em 2012, a proporção de trabalhadoras mensalistas não residentes no local de trabalho era de 97% e, entre as diaristas, de praticamente 100%.



Observação:

1) mensalistas são as domésticas que trabalham em um domicílio e diaristas as que trabalham em mais de um domicílio, independentemente da condição de residência.

Fonte: PNAD-IBGE

Elaboração própria

Essa tendência de crescimento da proporção de diaristas – chamada por FRAGA (2010) de “diarização” e por IPEA (2011) de “reconfiguração do modelo tradicional de trabalho doméstico” – também tem sido explicada na literatura por uma série de determinantes relacionados tanto às mudanças nas condições da oferta, quanto da demanda pelo trabalho doméstico remunerado. Do lado da demanda, as interpretações mais frequentes estão relacionadas às profundas transformações demográficas, econômicas e de atitudes vivenciadas pelas famílias brasileiras nas últimas décadas, sobretudo as famílias urbanas de classe média/alta. Neste contexto, a maioria dos estudos pesquisados converge para duas hipóteses explicativas mais importantes: diminuição do tamanho e mudanças na composição demográfica das famílias, que implicam redução no volume de trabalho doméstico a ser executado; e necessidade de cortar despesas no orçamento domiciliar em função do aumento do custo de vida, em geral, e dos preços dos serviços domésticos de uso contínuo, em particular (MYRRHA e WAJNMAN, 2007; FRAGA, 2010; DIEESE, 2013; MARQUES e COSTA, 2013; SORJ e FONTES, 2012)

Já do lado da oferta, a pesquisa qualitativa efetuada por Fraga (2010), com uma amostra de trabalhadoras domésticas da zona sul do Rio de Janeiro, é a referência mais importante para explicar as motivações que levam uma quantidade cada vez maior de profissionais a se afastar do assalariamento e preferir uma inserção mais autônoma no mercado de trabalho. Neste estudo, discorrendo sobre os “marcadores de diferenças” entre as duas formas de ocupação, na

perspectiva das próprias entrevistadas, o autor afirmou sobre o aumento da proporção de diaristas que

(...) essa forma de contratar os serviços domésticos, além de ter possibilitado o aumento do rendimento mensal, permitiu que as mulheres que querem contribuir para o orçamento familiar, mas que por vários motivos não têm disponibilidade para trabalhar todos os dias, possam fazê-lo. De um lado, trabalho mais cansativo, desgastante, ausência de garantias sociais, renda mais suscetível a alterações, precisão de certa quantidade de “clientes” e necessidade de assumir riscos; de outro, possibilidade de ganhar mais, horário mais flexível, menor dependência de cada residência, e maior controle do tempo e das atividades realizadas (FRAGA, 2010:142-3).

4. Condições de trabalho das “velhas” e “novas” trabalhadoras domésticas

4.1. Trabalhadoras residentes e não residentes no domicílio do patrão

Conforme mostrado em muitos estudos já publicados²³, as trabalhadoras domésticas que residem nos domicílios dos patrões têm condições de trabalho muito distintas das não residentes. O aspecto mais importante diz respeito a uma maior propensão dessas profissionais em desenvolver vínculos de dependência afetiva e pessoal com os seus empregadores e que vão se tornando tanto mais fortes quanto mais tempo elas permanecem trabalhando no mesmo lugar. Isto ocorre porque ainda há uma percepção, herdada dos tempos em que as residentes eram chamadas de “crias da casa”, de que elas são como amigas ou parentas da família. Expressões frequentemente usadas para se referir a elas, como “alguém da família”, “igual a uma filha”, “mãe preta”, “nossa amiga”, entre outras, são representações desse senso comum. Mas longe de refletirem a horizontalidade típica das relações de amizade e parentesco, essas expressões acabam servindo, em muitas situações, para omitir uma relação de trabalho abusiva (BARBOSA, 2000).

Um exemplo é a extensão da jornada de trabalho comumente praticada por essas mulheres. Pelo fato de estarem o dia todo no domicílio e, supostamente, à disposição para qualquer tarefa extra, as residentes costumam ter uma jornada de trabalho mais longa dos que as não residentes. Como mostrado na Tabela 1, em 2010, mesmo com uma redução expressiva de 5 horas semanais de trabalho em relação à década anterior, a jornada dessas mulheres manteve-se em 6 horas superior à jornada média das demais trabalhadoras do setor. Em 2000, a jornada de trabalho das residentes era, inclusive, superior à máxima legal vigente no país (44 horas) - e em todas as regiões - com o agravante de que, até então, não existia qualquer

²³Ver, entre outros, GÁLVEZ e TODARO, 1989; KUZNESOF, 1989; MELO, 1998 e 2000; BARBOSA, 2000; JACQUET, 2003; MYHRRRA e WAJNMAN 2007; FRAGA, 2010; IPEA, 2011; DIEESE, 2013.

mecanismo de controle de horas extras válido para este segmento. A queda para um patamar inferior ao fixado em lei, em 2010, talvez possa ser interpretada como um reflexo antecipado da PEC das Domésticas²⁴ que, aprovada em 2013, estendeu às trabalhadoras com carteira assinada o direito ao controle das horas de trabalho e ao recebimento de horas extras, beneficiando ambas as modalidades de trabalhadoras consideradas. De todo modo, se fossem consideradas como horas de trabalho o tempo gasto pelas domésticas não residentes no deslocamento diário entre casa e trabalho, essa diferença a maior da jornada das residentes cairia consideravelmente. As residentes, de certo modo, são poupadas desse sobre esforço diário relativo ao transporte, que é muito desgaste, sobretudo em grandes centros urbanos.

TABELA 1
Quantidade média de horas semanais trabalhadas pelas domésticas, por condição de residência no local de trabalho. Brasil e Grandes Regiões – 2000 e 2010

| Região | 2000 | | | 2010 | | | Diferença | | |
|---------------------|-------|------------|----------------|-------|------------|----------------|-----------|------------|----------------|
| | Total | Residentes | Não residentes | Total | Residentes | Não residentes | Total | Residentes | Não residentes |
| Norte | 46 | 48 | 46 | 36 | 41 | 36 | -10 | -7 | -10 |
| Nordeste | 47 | 49 | 47 | 37 | 42 | 37 | -10 | -7 | -10 |
| Sudeste | 40 | 47 | 40 | 36 | 43 | 36 | -4 | -4 | -4 |
| Sul | 37 | 45 | 37 | 34 | 44 | 33 | -4 | -1 | -3 |
| Centro-Oeste | 41 | 47 | 41 | 35 | 41 | 35 | -6 | -6 | -6 |
| Brasil | 42 | 47 | 41 | 36 | 42 | 36 | -6 | -5 | -6 |

Observação: Inclui mensalistas e diaristas nas duas modalidades de domésticas consideradas (residentes e não residentes).

Fonte: Censos Demográficos – Projeto IPUMS *International*

Elaboração própria

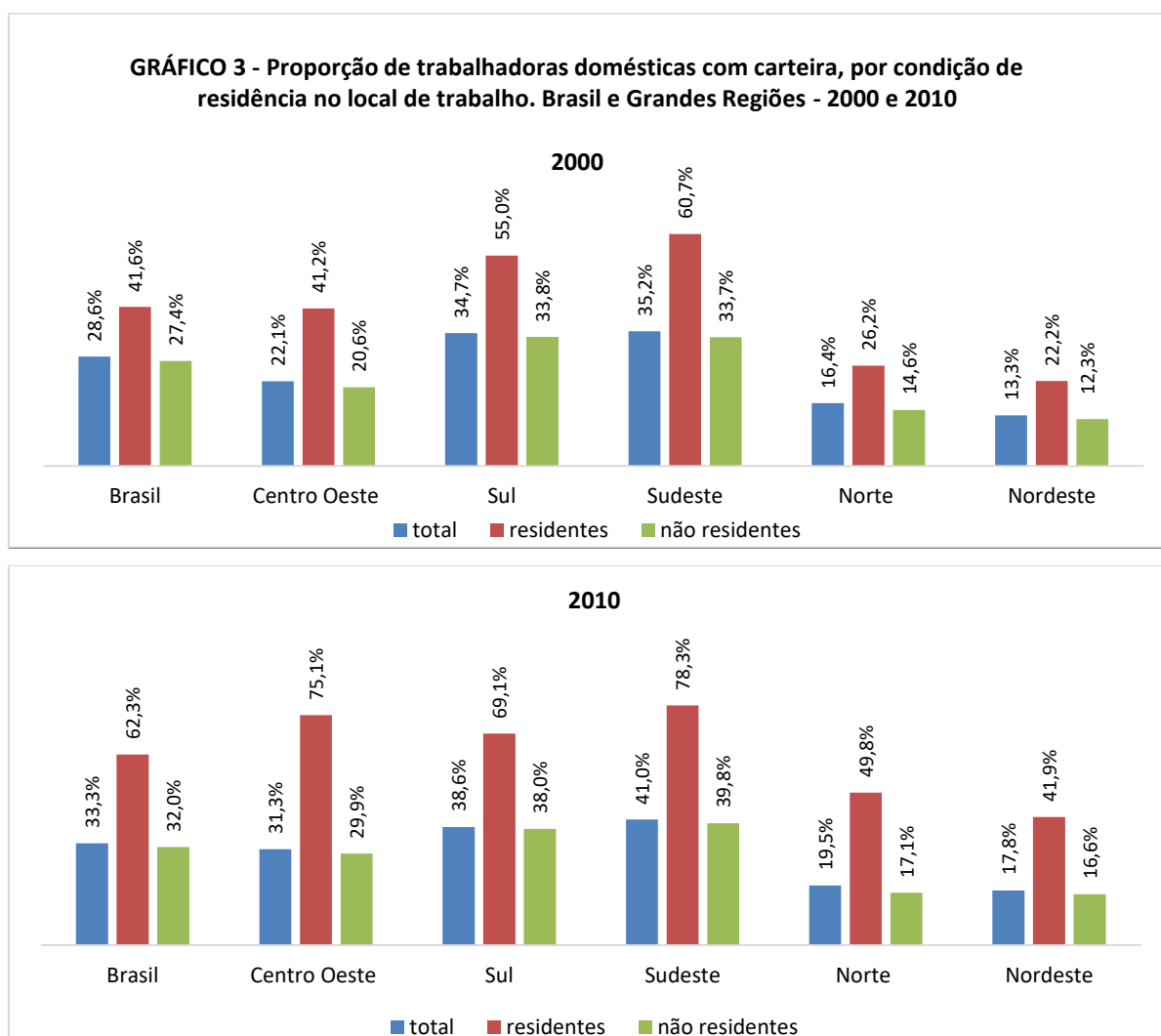
Outro exemplo de práticas abusivas é a exposição maior das residentes a um conjunto de mecanismos de controle (BARBOSA, 2000), normalmente usados pelas famílias para restringir o seu acesso aos recursos disponíveis na casa. Esses controles podem ocorrer de diversas formas: limitação do uso de espaços de convívio social e de lazer da família; proibição de compartilhamento da mesa de refeições; reserva de quarto e banheiro nos fundos da casa para o uso da profissional; proibição de visitas de parentes, amigos e namorados; restrições ao uso de eletrodomésticos, ao consumo de certos tipos alimentos e de insumos como água, energia e telefone.²⁵ Ou seja, além da perda de liberdade e individualidade, residir com o patrão pode significar para a trabalhadora doméstica ter que sujeitar-se no dia a dia a regras de convivência bastante hostis.

²⁴ Atualmente, Lei Complementar nº 150, de 01/06/2015.

²⁵ Um retrato bastante fidedigno destes mecanismos de controle é o mostrado no filme “*Que horas ela volta?*”, de Ana Muylaert, que foi lançado no Brasil em 2015. Para uma análise deste filme, numa perspectiva demográfica, ver o trabalho de ALMEIDA *et al.* (2016).

Mas há certas características associadas ao modo de trabalho da categoria que ainda são vistas como vantajosas por algumas trabalhadoras. Entre elas, destacam-se a possibilidade de ampliar os rendimentos de forma indireta, por meio da economia com gastos em alimentação, habitação e transporte; a maior estabilidade no emprego; a renda mais regular; e a prevalência, em maior proporção, da carteira de trabalho assinada.

Como mostrado no Gráfico 3, a baixa formalização é uma característica marcante da ocupação em serviços domésticos, no Brasil, independentemente da forma de contratação. Em 2010, enquanto 75% das demais trabalhadoras ocupadas no setor privado tinham carteira de trabalho assinada, apenas 33,3% das trabalhadoras em serviços domésticos exerciam suas atividades com carteira, sendo essa proporção ainda menor nas regiões Norte (17,8%) e Nordeste (19,5%). E mesmo nas regiões mais desenvolvidas do centro-sul, onde as condições de trabalho da categoria sempre foram melhores, a maioria das domésticas ainda trabalhava sem vínculos formais de emprego, evidenciando um quadro geral de ampla vulnerabilidade.



Fonte: Censos Demográficos – Projeto IPUMS *International*
Elaboração própria

Mas, se considerada a condição de residência, é possível observar que, em 2010, 62,3% das trabalhadoras domésticas que residiam com os patrões exerciam o ofício com carteira de trabalho assinada, contra apenas 32% no caso das não residentes. Em termos regionais, as proporções de residentes formalizadas eram superiores à média nacional no Sudeste (78,3%), Sul (69%) e Centro-Oeste (75,1%) e inferiores no Norte e Nordeste, onde menos da metade dessas trabalhadoras tinha carteira de trabalho assinada. Entretanto, em 2000, a maioria das trabalhadoras domésticas residentes com os patrões ainda era informal (58,4%), sendo que no Norte e no Nordeste a informalidade ultrapassava a casa dos 70%. Em dez anos, o fenômeno da formalização cresceu em todas as regiões e nas duas categorias analisadas, mas em ritmo muito maior entre as residentes, certamente em função do peso crescente das diaristas – que trabalham em sua maioria sem carteira de trabalho assinada – entre as não residentes.

Além de mais formalizadas, as trabalhadoras domésticas residentes no domicílio do empregador recebiam, em 2010, um rendimento por hora de trabalho um pouco maior (R\$ 0,23) ao das trabalhadoras não residentes (TABELA 2). Os maiores valores por hora de trabalho eram pagos a essas trabalhadoras nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, onde as diferenças a mais em relação ao rendimento das não residentes também eram maiores do que a média nacional. Observa-se também que, em relação ao ano de 2000, os rendimentos médios por hora de trabalho aumentaram expressivamente para ambas as categorias de trabalhadoras, mas em intensidade bem maior para as residentes, certamente pela combinação entre o ritmo maior de formalização da categoria e os expressivos ganhos reais do salário mínimo no período, que foram transformando essa modalidade de trabalho num luxo.

TABELA 2
Rendimento médio por hora de trabalho das domésticas, por condição de residência
no local de trabalho. Brasil e Grandes Regiões – 2000 e 2010

| | 2000 | | | 2010 | | | Variação % | | |
|---------------------|----------|------------|----------------|----------|------------|----------------|------------|------------|----------------|
| | Total | Residentes | Não Residentes | Total | Residentes | Não Residentes | Total | Residentes | Não residentes |
| Norte | R\$ 1,95 | R\$ 1,99 | R\$ 1,95 | R\$ 4,39 | R\$ 3,98 | R\$ 4,41 | 124,6% | 99,8% | 126,3% |
| Nordeste | R\$ 1,59 | R\$ 1,66 | R\$ 1,58 | R\$ 3,77 | R\$ 4,34 | R\$ 3,77 | 136,6% | 161,8% | 138,3% |
| Sudeste | R\$ 3,60 | R\$ 3,80 | R\$ 3,59 | R\$ 6,24 | R\$ 7,47 | R\$ 6,20 | 73,2% | 96,6% | 72,7% |
| Sul | R\$ 3,17 | R\$ 2,85 | R\$ 3,19 | R\$ 6,08 | R\$ 6,37 | R\$ 6,07 | 91,4% | 123,7% | 90,3% |
| Centro-Oeste | R\$ 2,63 | R\$ 2,69 | R\$ 2,62 | R\$ 5,64 | R\$ 6,26 | R\$ 5,62 | 114,6% | 132,5% | 114,2% |
| Brasil | R\$ 2,91 | R\$ 2,61 | R\$ 2,93 | R\$ 5,46 | R\$ 5,69 | R\$ 5,45 | 87,8% | 117,9% | 86,2% |

Observação: A preços de setembro de 2010, pelo INPC-IBGE.

Fonte: Censos Demográficos – Projeto IPUMS *International*

Elaboração própria

4.2. Trabalhadoras diaristas e mensalistas

Segundo os principais autores pesquisados²⁶, além de redução da quantidade de trabalhadoras residentes, outro indicativo de mudanças em direção a uma maior profissionalização do trabalho doméstico remunerado num país ou região é o crescimento da proporção de trabalhadoras diaristas. A ideia implícita é que, por se tratar de uma prestação de serviços descontínua, para mais de um patrão, com maior flexibilidade de horários, jornada de trabalho mais curta e foco em tarefas específicas, a condição de diarista é mais vantajosa do que a de mensalista (não residente, inclusive), porque possibilita à trabalhadora ganhar mais por hora de trabalho e reduzir o grau de exposição ao controle de um único contratante, impondo relações de trabalho mais horizontais.

Tomando por base a experiência brasileira, percebe-se que, de fato, as diaristas tendem a ser menos subordinadas aos patrões do que as mensalistas, têm mais graus liberdade para negociar as suas condições de trabalho e remuneração (MONTICELLI, 2013) e vêm sendo cada vez mais valorizadas, à semelhança do que ocorre em países desenvolvidos. Mas, essa “nova” modalidade de contratação é, na verdade, permeada de contradições. Se por um lado, ela possibilita à trabalhadora maior flexibilidade de horários, jornada de trabalho mais curta, maior controle sobre as tarefas a serem executadas e melhores chances de elevar a remuneração, de outro, proporciona uma rotina de trabalho mais desgastante e penosa, rendimentos menos estáveis, incentivo à informalidade e maior risco de desproteção social (FRAGA, 2010; IPEA, 2011; BRITES, 2013).

4.2.1. O desafio da informalidade

Por força da legislação brasileira que regula o exercício da profissão e obriga o empregador a registrar em carteira apenas a trabalhadora que presta serviços, em uma mesma residência, por mais de dois dias na semana, as diaristas são menos formalizadas do que as mensalistas, em termos proporcionais. Segundo a PNAD, das cerca de 1,76 milhões de mulheres que se encontravam nesta condição em 2012, apenas 15% (pouco mais de 260 mil trabalhadoras) tinham carteira assinada, contra 33,5% no caso das mensalistas.

Mas, na realidade, a quantidade de mensalistas formalizadas, em 2012, também não era muito expressiva. Para se ter uma ideia, como correspondiam a quase 70% da categoria de

²⁶ Ver por exemplo, GÁLVEZ e TODARO (1989); KUZNESOF (1989); MELO (1998); MYHRRA, WAJNMAN (2007); HARRIS (2007); MONTICELLI (2013).

trabalhadoras domésticas, a quantidade absoluta de mensalistas formais era menor do que a quantidade de diaristas informais em cerca de 80 mil pessoas. Ou seja, os dados da PNAD também mostram que o setor de serviços domésticos remunerados permanece fortemente marcado por vínculos precários, independentemente da modalidade de contratação. Entre as pouco mais de 6 milhões de profissionais existentes no país, em 2012, somente 28% possuíam um contrato de trabalho formal.

Analisando a evolução do processo de formalização no setor, ao longo da década de 2000, é possível perceber um aumento na incidência da carteira assinada, entre as trabalhadoras do setor. Entre 2002 e 2012, houve importante diminuição na proporção das trabalhadoras mensalistas sem carteira, que passaram de 58,3% para 47,1% do total de ocupadas, respectivamente (TABELA 3). Esse movimento, no entanto, não foi acompanhado na mesma proporção pelo aumento do total de mensalistas com carteira assinada, como seria desejável. Em consonância com as novas tendências do mercado, houve crescimento expressivo da quantidade de diaristas sem carteira, que passou de 17% para quase 25%, em dez anos.

As diferenças regionais quanto à frequência da carteira de trabalho também eram expressivas, em 2012. Entre as trabalhadoras das regiões Sudeste e Sul, se encontravam os menores percentuais de mensalistas sem carteira de trabalho assinada (38,8% e 39,1%, respectivamente) e os maiores percentuais de diaristas (31,2% e 36,7%, respectivamente). Já no Norte e no Nordeste, a quantidade de trabalhadoras mensalistas sem carteira era superior a 60% da ocupação total da região, no mesmo período, e as diaristas eram menos representativas. E assim como aconteceu no país como um todo, também nas cinco grandes regiões houve redução no percentual de mensalistas sem carteira assinada e aumento das diaristas, nos anos 2000, mas em ritmos bem diferenciados, segundo o nível de desenvolvimento socioeconômico da região.

Os dados da Tabela 3, quando confrontados com os resultados encontrados por LIBERATO (1999), mostram que, durante os anos 2000, a evolução das trabalhadoras domésticas brasileiras nos quatro grupos ocupacionais foi bem diferente das tendências observadas para a década de 1990. Analisando os anos após o Plano-Real, a autora percebeu que, num contexto de crise econômica e de redução no contingente de domésticas, as categorias com vínculos formais de emprego mantiveram uma trajetória de crescimento, ao passo que as informais, incluindo as diaristas, diminuíram de tamanho. Esse padrão, de acordo com ela, contradizia "a hipótese usual de que a legalização dessa atividade estimula as demissões em períodos de crise, em vista da redução do poder aquisitivo das famílias" (LIBERATO, 1999:69).

TABELA 3
Distribuição percentual das trabalhadoras domésticas, mensalistas e diaristas,
segundo a natureza do vínculo empregatício. Brasil e Grandes Regiões – 2002 e 2012

| Regiões e formas de contratação | 2002 | 2012 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| NORTE | | |
| Mensalista com carteira | 8,7% | 13,4% |
| Mensalista sem carteira | 80,0% | 66,2% |
| Diarista com carteira | 0,8% | 1,5% |
| Diarista sem carteira | 10,5% | 18,9% |
| TOTAL | 100,0% | 100,0% |
| NORDESTE | | |
| Mensalista com carteira | 11,3% | 12,5% |
| Mensalista sem carteira | 73,3% | 64,3% |
| Diarista com carteira | 1,1% | 2,2% |
| Diarista sem carteira | 14,3% | 21,0% |
| TOTAL | 100,0% | 100,0% |
| SUDESTE | | |
| Mensalista com carteira | 27,8% | 30,0% |
| Mensalista sem carteira | 51,0% | 38,8% |
| Diarista com carteira | 3,2% | 5,1% |
| Diarista sem carteira | 18,0% | 26,1% |
| TOTAL | 100,0% | 100,0% |
| SUL | | |
| Mensalista com carteira | 27,1% | 24,2% |
| Mensalista sem carteira | 48,6% | 39,1% |
| Diarista com carteira | 4,3% | 7,1% |
| Diarista sem carteira | 20,0% | 29,6% |
| TOTAL | 100,0% | 100,0% |
| CENTRO-OESTE | | |
| Mensalista com carteira | 17,5% | 26,9% |
| Mensalista sem carteira | 63,3% | 41,7% |
| Diarista com carteira | 2,2% | 4,6% |
| Diarista sem carteira | 16,9% | 26,8% |
| TOTAL | 100,0% | 100,0% |
| BRASIL | | |
| Mensalista com carteira | 22,0% | 23,6% |
| Mensalista sem carteira | 58,3% | 47,1% |
| Diarista com carteira | 2,7% | 4,4% |
| Diarista sem carteira | 17,0% | 24,9% |
| TOTAL | 100,0% | 100,0% |

Observação: Mensalistas são as profissionais que trabalham em um domicílio e diaristas em mais de um.

Fonte: PNAD-IBGE

Elaboração própria

Mas, nos anos 2000, apesar dos vínculos empregatícios com carteira assinada terem continuado a crescer, a participação das diaristas sem carteira também aumentou, em intensidade semelhante. Isso sugere que, junto com o crescimento da formalidade, haveria um processo de transformação de parte das mensalistas sem carteira em diaristas informais, talvez como forma de as famílias se adequarem ao novo marco legal em vias de aprovação na ocasião, mas sem necessidade de incorrer em aumento de custos. Esse movimento é preocupante porque, sendo o principal canal de acesso do trabalhador assalariado aos direitos previstos na CLT, o

vínculo empregatício é, também, de acordo com os achados de MYRRHA e WAJNMAN (2007), o fator mais importante para determinar o enquadramento das trabalhadoras domésticas entre os perfis de menor vulnerabilidade socioeconômica. Neste sentido, a permanência no tempo de um processo de crescimento da “diarização” em patamares superiores à “formalização”, caso ocorra, pode pôr a perder parte considerável dos esforços recentes de melhoria de qualidade do emprego doméstico remunerado. A extensão dos direitos previstos em lei às diaristas é, portanto, um desafio ainda a ser enfrentado pela sociedade.

4.2.2. Jornada de trabalho mais curta e flexível

Em relação à jornada de trabalho, a PNAD-IBGE também mostra, para os anos 2000, uma redução importante no tempo médio de trabalho semanal praticado pelas trabalhadoras domésticas. Em 2002, a jornada média da categoria a nível nacional era de 39 horas semanais e, em 2012, reduziu-se para 35 horas (TABELA 4). Este movimento certamente está associado ao aumento da proporção de diaristas, que têm uma jornada semanal de trabalho bem menor do que as mensalistas: em 2012, as diaristas trabalhavam em média 32 horas por semana, contra 36 horas no caso das mensalistas.

TABELA 4
Jornada de trabalho semanal das trabalhadoras domésticas mensalistas e diaristas,
segundo a natureza do vínculo empregatício – Brasil – 2002 e 2012

| Formas de contratação | 2002 | 2012 | Diferença |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|
| MENSALISTA | 41 | 36 | - 5 |
| Com carteira | 46 | 42 | - 4 |
| Sem carteira | 39 | 33 | - 6 |
| DIARISTA | 34 | 32 | -2 |
| Com carteira | 42 | 41 | -1 |
| Sem carteira | 32 | 30 | -2 |
| TOTAL | 39 | 35 | -4 |

Observação: Mensalistas são as profissionais que trabalham em um domicílio e diaristas em mais de um.

Fonte: PNAD-IBGE - Elaboração própria

Mas a extensão da jornada de trabalho praticada pelas trabalhadoras domésticas varia muito, também, segundo a posse ou não da carteira de trabalho. As trabalhadoras mensalistas e diaristas, com carteira assinada, eram as que praticavam as maiores jornadas semanais de trabalho, em 2012 (42 e 41 horas, respectivamente), apesar da redução significativa verificada no indicador, ao longo dos dez anos observados. Por sua vez, as diaristas sem carteira de

trabalho eram as profissionais que trabalhavam menos: 30 horas semanais, em 2012, contra 32 horas, em 2002.

Segundo FRAGA (2010), a jornada semanal mais curta – além dos horários diários mais flexíveis para início e término do trabalho em cada residência – é uma das grandes vantagens do trabalho por dia, na visão das próprias trabalhadoras. Isto permite a elas maior controle sobre o tempo e a quantidade de tarefas que executam, viabilizando a combinação do emprego doméstico com outras atividades, como a realização dos afazeres domésticos em suas próprias casas ou até o exercício simultâneo de outro ofício que ofereça melhores condições de trabalho. Entretanto, as trabalhadoras também reconhecem que o trabalho por dia é mais intenso, pesado e fisicamente desgastante, podendo contribuir mais facilmente para o surgimento de problemas crônicos de saúde (FRAGA, 2010; DIEESE, 2013).

4.2.3. Rendimentos mais elevados?

Junto à prevalência da informalidade e de relações de trabalho mais subordinadas, os baixos rendimentos são outra característica marcante do trabalho doméstico remunerado no Brasil, contribuindo para reforçar o estigma do ofício. Como mostrado na Tabela 5, mesmo tendo crescido 50,7% em relação a 2002 – acompanhando a tendência de crescimento do salário mínimo, que é referência para o setor – a remuneração média recebida por todos os ocupados na atividade, em 2012 (R\$ 585,00), era a menor entre os treze grupos identificados pela PNAD-IBGE, e cerca de 6,3% inferior ao mínimo vigente no período (R\$ 622,00). Considerando o sexo, a remuneração mensal recebida pelas mulheres (R\$ 566,00) era ainda menor, equivalendo a apenas 70% da remuneração dos homens (R\$ 807,00). Esses dados revelam o elevado grau de desigualdade ainda existente no mercado de trabalho entre os gêneros, até mesmo em atividades com poucos requisitos de qualificação e onde as mulheres são maioria.

Os rendimentos recebidos pelas trabalhadoras domésticas eram baixos e também bastante diferenciados, segundo a quantidade de domicílios em que trabalhavam e a natureza do vínculo empregatício. Quando comparadas as categorias de diaristas e mensalistas, observa-se que, de fato, as primeiras ganhavam, em 2012, cerca de 32% a mais por hora de trabalho do que as segundas, sendo os valores dessas horas de R\$ 6,26 e R\$ 4,75, respectivamente, com ganhos reais de 70% e 91% em relação a 2002, também respectivamente (TABELA 6). Mas comparando os valores das horas de trabalho das subcategorias de diaristas sem carteira (R\$ 6,26) e de mensalistas com carteira assinada (R\$ 5,88), que são os tipos em ascensão no setor

TABELA 5
Rendimento médio nominal mensal¹ dos ocupados, segundo sexo e grandes grupos de atividade econômica
Brasil e Grandes Regiões
2002 e 2012

(em R\$)

| GRANDES GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA | 2002 | | | 2012 | | | Variação | | |
|---|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | TOTAL | homens | mulheres | TOTAL | homens | mulheres | TOTAL | homens | mulheres |
| agrícola | 602 | 629 | 392 | 891 | 931 | 622 | 48,0% | 47,9% | 58,5% |
| outras atividades industriais | 1.847 | 1.838 | 1.910 | 2.468 | 2.461 | 2.513 | 33,6% | 33,9% | 31,6% |
| indústria de transformação | 1.193 | 1.423 | 781 | 1.429 | 1.674 | 1.015 | 19,8% | 17,6% | 29,9% |
| construção | 935 | 920 | 1.592 | 1.306 | 1.294 | 1.760 | 39,7% | 40,6% | 10,6% |
| comércio e reparação | 1.143 | 1.308 | 844 | 1.346 | 1.529 | 1.081 | 17,8% | 16,9% | 28,1% |
| alojamento e alimentação | 888 | 1.043 | 715 | 1.116 | 1.338 | 941 | 25,7% | 28,2% | 31,6% |
| transporte, armazenagem, comunicação | 1.454 | 1.462 | 1.388 | 1.647 | 1.646 | 1.655 | 13,3% | 12,6% | 19,3% |
| administração pública | 1.938 | 2.038 | 1.755 | 2.364 | 2.580 | 2.058 | 22,0% | 26,6% | 17,3% |
| educação, saúde, serviços sociais | 1.465 | 2.235 | 1.247 | 1.834 | 2.688 | 1.580 | 25,1% | 20,3% | 26,7% |
| serviços domésticos | 388 | 527 | 378 | 585 | 807 | 566 | 50,7% | 53,3% | 49,7% |
| outros serviços sociais | 1.018 | 1.310 | 797 | 1.256 | 1.654 | 1.035 | 23,4% | 26,3% | 29,9% |
| outras atividades | 2.039 | 2.246 | 1.670 | 2.245 | 2.569 | 1.771 | 10,1% | 14,4% | 6,1% |
| atividades mal definidas e não declaradas | 656 | 600 | 739 | 594 | 611 | 497 | -9,6% | 1,9% | -32,7% |
| Total | 1.146 | 1.298 | 908 | 1.460 | 1.646 | 1.196 | 27,4% | 26,8% | 31,8% |

Observação: Remuneração a preços de setembro de 2012 pelo INPC-IBGE. Não inclui os ocupados sem rendimento ou sem declaração de rendimento.

Fonte: PNAD-IBGE

Elaboração própria

(TABELA 3), verifica-se que a diferença é de apenas 6,5%. Isto significa que se ambos os grupos de profissionais tivessem praticado, em setembro de 2012, a jornada máxima legal de 44 horas semanais, as mensalistas com carteira assinada teriam recebido ao final do mês um salário de R\$ 1.034,88, contra R\$ 1.101,76 no caso das diaristas sem carteira. Ou seja, uma diferença a mais em favor das diaristas de R\$ 66,88, que é um valor irrisório para compensar a desproteção social (IPEA, 2011).

TABELA 6
Rendimento médio real¹ por hora trabalhada das domésticas mensalistas e diaristas, segundo a natureza do vínculo empregatício. Brasil – 2002 e 2012

| Formas de contratação | 2002 | 2012 | Variação |
|-----------------------|-----------------|-----------------|------------|
| MENSALISTA | R\$ 2,49 | R\$ 4,75 | 91% |
| com carteira | R\$ 3,01 | R\$ 5,88 | 95% |
| sem carteira | R\$ 2,29 | R\$ 4,18 | 82% |
| DIARISTA | R\$ 3,69 | R\$ 6,26 | 70% |
| com carteira | R\$ 3,61 | R\$ 6,30 | 74% |
| sem carteira | R\$ 3,72 | R\$ 6,26 | 68% |
| TOTAL | R\$ 2,73 | R\$ 5,19 | 90% |

Observação: Rendimento médio a preços de setembro de 2012, pelo INPC-IBGE

Fonte: PNAD-IBGE

Elaboração própria

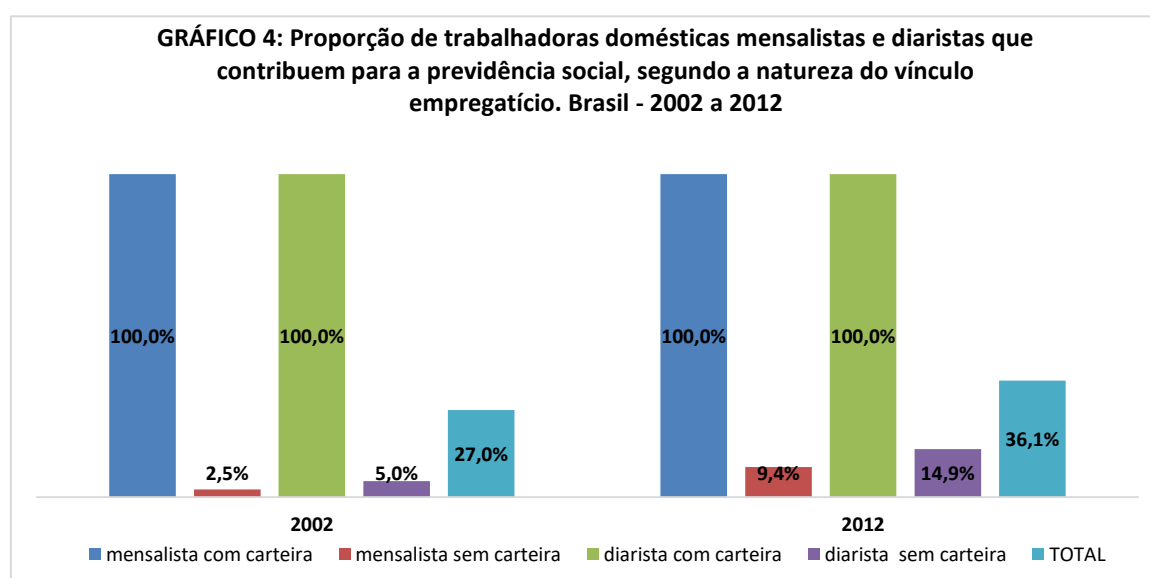
O problema é que sendo a oferta de emprego doméstico com carteira assinada ainda muito restrita no país, continua sendo vantajoso para a maioria das domésticas trabalhar como diarista. Afinal, entre ser uma mensalista sem carteira assinada, ganhando em média R\$ 4,15 por hora de trabalho – ou até menos, dependendo da região (TABELA 4) – é melhor trabalhar como diarista, que ganha um pouco mais e trabalha menos, mesmo sem carteira assinada. Com a aprovação da Lei Complementar nº 150, de 01/06/2015, a expectativa da categoria como um todo era mudar essa prática de modo significativo, aumentando a incidência do emprego com carteira de trabalho assinada. Mas como as diaristas continuam em descoberto na nova legislação, é pouco provável que a mudança esteja ocorrendo no ritmo desejado, principalmente se considerada a recessão econômica dos últimos dois anos.

4.3.4. Risco de desproteção social

A alta incidência de trabalhadoras domésticas sem carteira assinada tem como consequência perversa a dificuldade de acesso da maioria da categoria aos benefícios

previdenciários. Como mostra o Gráfico 4, em 2012 apenas 36,1% do total de domésticas ocupadas no país eram contribuintes regulares da previdência social. Isto significa que 63,9% delas não estavam em condições de se afastar do trabalho, mantendo seus rendimentos, por motivo de maternidade, doença e acidente; não podiam receber o seguro-desemprego, em caso de demissão; não estavam contando tempo de contribuição para se aposentarem e nem podiam deixar pensões para os seus dependentes, em caso de morte.

Na ausência da carteira de trabalho assinada, a única alternativa disponível a essas mulheres para usufruírem desses benefícios é a filiação ao sistema previdenciário na condição de contribuinte individual. Entretanto, mesmo tendo aumentado o ritmo de adesão das trabalhadoras domésticas sem carteira assinada à modalidade de contribuição individual (GRÁFICO 4), ainda é muito pequena a proporção delas que o fazem. Em 2012, somente 14,9% das diaristas e 9,4% das mensalistas sem carteira assinada encontravam-se em tal condição, seja porque os baixos salários as impedia de assumirem o compromisso com o recolhimento mensal, seja por desconhecimento da existência desta possibilidade, ou até mesmo por não considerarem esta contribuição uma despesa prioritária frente a outras necessidades da família (IPEA, 2011; MONTICELLI, 2013). No caso das diaristas, essas dificuldades são especialmente preocupantes, pois elas estão aumentando em quantidade no setor, impondo a necessidade de uma mudança urgente da política pública em seu favor.



4.3.5. Natureza da relação patrão-diarista

Por fim, do ponto de vista mais qualitativo, há que mencionar a maior independência em relação à família contratante, que, supostamente, é uma das principais vantagens da modalidade de contratação por dia de trabalho. Entrevistando trabalhadoras domésticas da zona sul do Rio de Janeiro, FRAGA (2010) mostrou que, para a maioria delas, independentemente da forma de contratação, um bom patrão é aquele que, além de cumprir com suas obrigações legais, trata a profissional como “amiga” ou “alguém da família”. No caso das diaristas, esse achado foi considerado surpreendente pelo autor, porque o esperado seriam declarações que valorizassem mais a racionalidade e a impessoalidade dessa nova forma de inserção na profissão, em conformidade com os pressupostos da literatura.

Diante disto, o autor recomenda o uso, com muita cautela, da afirmação de que as diaristas são mais propensas a desenvolverem relações de trabalho mais impessoais e menos afetivas com seus contratantes, como é o senso comum. A razão é que nem todas elas são como a faxineira especializada, que vai uma ou duas vezes por semana a um domicílio para fazer a limpeza e, geralmente, quando não há ninguém em casa. Na prática, existem diaristas que já trabalharam antes como mensalistas, nas mesmas residências, trazendo consigo a personalidade típica da inserção anterior; existem outras que fazem tudo na casa e, por ficarem mais horas no trabalho, acabam se envolvendo mais com a rotina da família; e existem ainda aquelas que, na verdade, são empregadas mensalistas – porque trabalham mais de duas vezes por semana no mesmo lugar, sendo expostas a um convívio mais íntimo com os seus contratantes – mas, ao arrepio da lei, não são reconhecidas como tal. Diante disto, o autor afirma que

(...) quando se está no estatuto de diarista torna-se mais plausível alterar o tipo de investimento emocional e afetivo estabelecido com a família empregadora, dando origem a relações mais racionais, impessoais e menos afetivas. Mas isso, pelo menos por enquanto, parece ser mais uma possibilidade do que um princípio a guiar essas relações no cotidiano das famílias brasileiras (FRAGA, 2010:137-138).

5. Características demográficas e socioeconômicas das “velhas” e “novas” trabalhadoras domésticas

Como oferecem condições de trabalho distintas em vários aspectos, as “velhas” e as “novas” modalidades de contratação no setor de serviços domésticos acabam atraindo

mulheres com atributos demográficos e socioeconômicos também muito diferentes. As trabalhadoras residentes nos domicílios dos patrões, por exemplo, são tidas na literatura como relativamente mais jovens; solteiras, negras e migrantes, em maiores proporções; e mais escolarizadas, do que as não residentes (SILVA *et al.*, 1981; BARBOSA, 2000; IPEA, 2011). Já as diaristas, em comparação com as mensalistas, são percebidas como mulheres, em geral, mais maduras, brancas, casadas, com filhos pequenos e com menos disponibilidade de tempo para se dedicar a uma ocupação em jornada integral (FRAGA, 2010; IPEA, 2011; DIEESE, 2013). Um jeito simples e eficiente de identificar e descrever os efeitos dos atributos que, de fato, aumentam as chances de uma trabalhadora doméstica ser ou não ser de uma dessas modalidades mencionadas é usar uma análise multivariada, nos moldes de uma regressão logística binomial.

5.1. Modelo econométrico e estratégia analítica

O modelo de regressão logística binomial é adequado para situações em que a variável dependente y é qualitativa e tem apenas duas categorias de respostas – sucesso (1) ou fracasso (0) – que representam, respectivamente, a presença ou a ausência do quesito de interesse na população alvo (é ou não é uma trabalhadora residente; é ou não é uma trabalhadora diarista). A proporção de sucessos é a probabilidade de se observar o quesito esperado – $Pr(y_i=1)$ – em uma trabalhadora doméstica i , selecionada aleatoriamente, e varia de acordo com os valores das variáveis explicativas consideradas no estudo (atributos pessoais e socioeconômicas da trabalhadora doméstica). Formulando, tem-se o seguinte:

$$p_{ij} = \Pr(y_i = j|x_i) = F_j(x_i, \beta), \quad j=0,1 \quad \text{e} \quad i=1,...,N \quad (1)$$

onde

- y_i é a variável aleatória que indica a condição da trabalhadora doméstica i , em relação à forma de contratação considerada (sendo $y_i = 1$, se ela reside no domicílio do patrão e $y_i = 0$, se não reside; ou $y_i = 1$, se ela uma trabalhadora diarista e $y_i = 0$, se não é);
- β representa o vetor de parâmetros a serem estimados e que refletem os efeitos das alterações em x_i (atributos demográficos e socioeconômicos) na probabilidade da trabalhadora se encontrar em uma das duas situações;
- F_j é forma funcional do modelo;
- e N o tamanho da amostra.

Uma vez que as probabilidades de sucesso e de fracasso somam 1, tem-se que

$$p_{i1} = \Pr(y_i = 1|x_i) = F(x_i, \beta) \text{ e}$$

$$p_{i0} = \Pr(y_i = 0|x_i) = 1 - p_{i1} = 1 - (\Pr(y_i = 1|x_i)) = 1 - F(x_i, \beta)$$

Utilizando a função logística e normalizando-a em relação a uma das condições consideradas, chega-se ao seguinte:

$$p_i = \frac{\exp(x_i\beta)}{1 + \exp(x_i\beta)} \quad (2)$$

Com base nesta equação 2, são ajustados dois modelos, neste estudo: um, utilizando as amostras empilhadas dos censos demográficos de 1980 a 2010²⁷, para estimar as probabilidades de uma trabalhadora doméstica residir no domicílio do patrão, em relação a não residir; e o outro, com base no empilhamento dos microdados da PNAD-IBGE, dos anos de 2002, 2007 e 2012²⁸, para estimar as probabilidades de uma trabalhadora ser diarista, em relação a ser mensalista.

Em geral, o modelo de regressão logística binomial é estimado pelo Método da Máxima Verossimilhança (MV), que pressupõe processos de escolha de observações amostrais aleatoriamente independentes e identicamente distribuídos. Mas a PNAD-IBGE é uma pesquisa por amostragem complexa, que envolve probabilidades distintas de seleção das unidades amostrais, estratificação e conglomeração, ajustes para compensar não-respostas e outros ajustes. Nesse caso, o uso da MV pode produzir estimativas incorretas dos coeficientes β e da variância e, conseqüentemente, dos testes de hipóteses. Para evitar esses problemas, é recomendável fazer a estimação pelo Método da Máxima Pseudo Verossimilhança (MPV), que possibilita a obtenção apropriada dos erros padrão (PESSOA, NASCIMENTO, 1998). Esse procedimento é adotado aqui, no caso da estimação das probabilidades de uma trabalhadora doméstica ser diarista, em relação a ser mensalista.

Por fim, ressalta-se que os parâmetros do modelo logístico binomial (coeficientes β) não são diretamente interpretáveis, sendo mais comum o cálculo e a interpretação das

²⁷ Embora tenha sido usado em algumas análises descritivas, o censo de 1970 não foi incluído na regressão porque não tem a variável cor/raça.

²⁸ Os dados da PNAD-IBGE dos anos de 1992 e 1997, que são citados no texto em alguns momentos, foram excluídos da modelagem econométrica porque não são derivados de uma amostra complexa, sendo difícil harmonizá-los com os demais períodos considerados (2002 a 2012).

odds ratios (razões de chance) ou dos efeitos marginais (*EM*).²⁹ Para uma trabalhadora i , o *EM* de uma mudança no k -ésimo regressor sobre a probabilidade de observação do quesito esperado é dado por

$$EM_{ik} \frac{\partial PR(y_i = 1)}{\partial x_{ik}} = \frac{\partial F_1(x_i, \beta)}{\partial x_{ik}} \quad (3)$$

5.2. Variáveis utilizadas e efeitos esperados

A Tabela 7 relaciona as variáveis que são utilizadas no modelo ajustado com base nos dados do censo demográfico e suas respectivas proporções amostrais. A variável dependente possui duas categorias que identificam a condição de residência da trabalhadora doméstica no local de trabalho: é residente, não é residente. As variáveis independentes, por sua vez, indicam os atributos demográficos que, normalmente, são considerados como os mais importantes em influenciar a probabilidade de adesão de uma trabalhadora a uma ou outra modalidade de residência, tais como: idade, raça, escolaridade, estado civil, região geográfica, situação do domicílio e condição de migrante interestadual ou intermunicipal.

Os principais atributos identificados na literatura como marcas registradas das trabalhadoras residentes, *vis-à-vis* as não residentes, são a estrutura etária relativamente mais jovem e a elevada proporção de mulheres solteiras (SILVA *et al.*; 1981; BARBOSA, 2000; IPEA, 2011). Uma vez que estar fora da própria casa, por um longo período de tempo, é condição intrínseca à natureza do trabalho da residente, acredita-se que a disponibilidade para prestar este tipo de serviço é mais comum entre mulheres jovens e solteiras, porque as mais maduras e casadas encontram dificuldades em residir fora de casa e conciliar as atividades profissionais com o cuidado de suas próprias casas e famílias. Ser jovem e solteira, aliás, era o perfil preponderante entre as moças aderidas ao trabalho doméstico remunerado, desde os seus primórdios. Os autores acreditam, então, que este perfil se manteve entre as residentes, ao longo do tempo, mesmo que elas agora sejam residuais e que, diante do progressivo envelhecimento da categoria como um todo, a profissão venha se tornando, cada vez mais, um nicho para mulheres mais maduras.

²⁹Maiores detalhes sobre a formulação e a interpretação deste tipo de modelo podem ser encontrados em AGRESTI, FINLAY (2009); RODRÍGUEZ (2007); LONG, FREESE (2001); e LONG (1997).

TABELA 7

Proporções das variáveis usadas no modelo de regressão logística binomial para estimação dos efeitos dos atributos demográficos na probabilidade de uma trabalhadora doméstica residir no domicílio do empregador. Brasil – 1980 a 2010

| | | Censo demográfico | | | |
|-----------------------------------|------------------------------------|-------------------|-----------|-----------|-----------|
| | | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
| Doméstica não-residente | | 66,28% | 80,29% | 91,96% | 95,91% |
| Doméstica residente | | 33,72% | 19,71% | 8,04% | 4,09% |
| Idade | | | | | |
| | 10-19 anos | 39,39% | 28,12% | 15,29% | 6,81% |
| | 20-29 anos | 29,02% | 30,12% | 29,46% | 19,16% |
| | 30-39 anos | 14,35% | 20,55% | 26,70% | 27,58% |
| | 40-49 anos | 9,76% | 12,56% | 18,45% | 26,18% |
| | 50-59 anos | 5,32% | 6,30% | 7,68% | 15,18% |
| | 60 anos ou mais | 2,15% | 2,34% | 2,42% | 5,08% |
| Raça | | | | | |
| | Não negra | 44,52% | 41,19% | 44,45% | 39,47% |
| | Negra (preta ou parda) | 55,48% | 58,81% | 55,55% | 60,53% |
| Escolaridade | | | | | |
| | 0-3 anos | 54,72% | 44,12% | 29,43% | 30,52% |
| | 4-8 anos | 41,68% | 51,08% | 57,16% | 41,70% |
| | 9-11 anos | 1,42% | 3,75% | 11,73% | 26,50% |
| | 12 anos ou mais | 2,17% | 1,04% | 1,68% | 1,27% |
| Estado Civil | | | | | |
| | Solteira | 69,32% | 52,06% | 31,67% | 18,29% |
| | Casada | 19,62% | 31,86% | 45,70% | 54,35% |
| | Separada | 6,45% | 11,56% | 19,20% | 22,88% |
| | Viúva | 4,61% | 4,52% | 3,43% | 4,48% |
| Grande Região | | | | | |
| | Norte | 2,40% | 4,34% | 6,00% | 6,48% |
| | Nordeste | 17,59% | 21,48% | 21,73% | 23,50% |
| | Sudeste | 56,61% | 49,98% | 48,32% | 47,88% |
| | Sul | 15,82% | 15,49% | 15,05% | 13,42% |
| | Centro-Oeste | 7,58% | 8,71% | 8,90% | 8,72% |
| Situação do domicílio | | | | | |
| | Rural | 8,53% | 8,54% | 9,08% | 7,56% |
| | Urbano | 91,47% | 91,46% | 90,92% | 92,44% |
| Migração estadual | | | | | |
| | Não migrante interestadual | 84,15% | 87,36% | 88,44% | 92,58% |
| | Migrante interestadual | 15,85% | 12,64% | 11,56% | 7,42% |
| Migração municipal | | | | | |
| | Não migrante intermunicipal | 60,88% | 68,98% | 73,41% | 83,30% |
| | Migrante intermunicipal | 39,12% | 31,02% | 26,59% | 16,70% |
| Amostra de trabalhadoras | | 113.502 | 185.487 | 264.914 | 262.607 |
| População de trabalhadoras | | 2.310.920 | 3.275.415 | 4.475.875 | 5.406.554 |

Observações:

1) os microdados do censo de 1970 foram desconsiderados porque não possuem a variável raça.

2) a variável escolaridade do censo de 2010 foi formatada em anos de estudos, para se tornar compatível com os demais censos, a partir de um algoritmo cedido pela Professora Raquel Guimarães Rangel, da UFPR.

3) migrante interestadual é a trabalhadora doméstica que residia no Estado de referência há menos de 10 anos

4) migrante intermunicipal é a trabalhadora doméstica que residia no município de referência há menos de 10 anos

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados censitários do Projeto IPUMS *Internacional*.

Com relação ao atributo de cor ou raça, embora as mulheres negras sejam majoritárias nos dois grupos de trabalhadoras, em conformidade com o padrão racial predominante na atividade, também há evidências de que a proporção de afrodescendentes é maior, em termos relativos, entre as domésticas que residem nos domicílios em que trabalham (IPEA, 2011). O mesmo efeito é esperado, em relação à escolaridade. Ou seja, embora venha aumentando consideravelmente o nível de escolarização da categoria como um todo, acredita-se que esse movimento é ainda mais intenso entre as trabalhadoras residentes (IPEA, 2011). Uma hipótese explicativa seria a maior proporção de mulheres mais jovens e de coortes mais educadas entre o grupo de residentes, mesmo que a categoria seja agora bem menor do que as não residentes³⁰.

Quanto à condição migratória, o esperado, em função da história recente do trabalho doméstico remunerado no país, é que as trabalhadoras residentes ainda tenham maiores chances de carregar os atributos de migrante interestadual e migrante intermunicipal, do que as demais trabalhadoras. Mas, espera-se, também, que esses atributos tenham perdido força em influenciar a probabilidade de uma trabalhadora doméstica residir no domicílio do patrão, ao longo do tempo, à medida que os fluxos migratórios internos foram diminuindo em intensidade e mudando de direção, como posto em MELO (1998), BRITO (2009) e RIGOTTI *et al.* (2014). No sentido de descrever essa dinâmica, além das variáveis listadas na Tabela 7, são incluídas mais quatro variáveis *dummy* de período no modelo (uma para cada censo demográfico considerado) e oito variáveis de interação para checar se as mudanças na condição migratória da trabalhadora, ao longo do tempo, são mesmo importantes para explicar a quase extinção do fenômeno da residência no local de trabalho.

A Tabela 8, por sua vez, mostra as variáveis que são usadas no exercício econométrico com os dados da PNAD-IBGE. A variável dependente, neste caso, possui duas categorias que identificam se a trabalhadora doméstica é diarista ou é mensalista. As variáveis independentes, por outro lado, são os atributos demográficos e socioeconômicos tidos, na literatura, como os mais importantes em influenciar as probabilidades de uma trabalhadora doméstica ser ou não ser diarista. Entre esses atributos, destacam-se: idade, escolaridade, raça, posição no domicílio, região geográfica, situação do domicílio (rural/urbano, área metropolitana e não metropolitana), presença de cônjuge, presença de

³⁰ Outra explicação poderia ser, talvez, o tipo de função exercida pela trabalhadora doméstica residente e que, em muitos casos, se confunde com o perfil mais especializado e qualificado da cuidadora de idosos. Mas para afirmar isto com certeza seriam necessários dados desagregados sobre o tipo de função exercida pelas trabalhadoras domésticas que, infelizmente, não estão disponíveis nos censos demográficos.

TABELA 8
Proporções e médias das variáveis usadas no modelo de regressão logística binomial para estimação dos efeitos dos atributos demográficos e socioeconômico na probabilidade de uma doméstica ser diarista. Brasil – 2002, 2007 e 2012

| | | PNAD - IBGE | | |
|--|--|-------------|-----------|-----------|
| | | 2002 | 2007 | 2012 |
| Doméstica mensalista | | 79,9% | 74,1% | 70,5% |
| Doméstica diarista | | 20,1% | 25,9% | 29,5% |
| Idade | | | | |
| | 10-19 anos | 12,7% | 9,1% | 6,2% |
| | 20-29 anos | 26,2% | 22,0% | 14,9% |
| | 30-39 anos | 28,0% | 28,7% | 26,8% |
| | 40-49 anos | 21,3% | 24,9% | 29,1% |
| | 50-59 anos | 9,1% | 12,0% | 18,0% |
| | 60 anos ou mais | 2,7% | 3,3% | 5,0% |
| Raça | | | | |
| | Não negra | 40,4% | 36,0% | 33,8% |
| | Negra (preta e parda) | 59,6% | 64,0% | 66,2% |
| Escolaridade | | | | |
| | sem instrução | 12,1% | 10,5% | 9,1% |
| | 1 a 3 anos | 18,0% | 14,0% | 11,6% |
| | 4 a 7 anos de estudo | 44,8% | 40,4% | 36,2% |
| | 8 a 10 anos | 17,3% | 21,5% | 22,9% |
| | 11 anos ou mais | 7,9% | 13,6% | 20,2% |
| Posição no domicílio | | | | |
| | pessoa de referência | 25,2% | 31,6% | 39,1% |
| | cônjuge | 43,8% | 42,7% | 41,8% |
| | filha | 22,9% | 17,8% | 12,5% |
| | outra parenta | 7,5% | 7,1% | 5,8% |
| | outra posição | 0,7% | 0,8% | 0,7% |
| Grande Região | | | | |
| | Norte | 11,0% | 12,0% | 13,3% |
| | Nordeste | 25,7% | 28,2% | 26,2% |
| | Sudeste | 15,8% | 14,6% | 15,5% |
| | Sul | 32,7% | 32,0% | 32,7% |
| | Centro-oeste | 12,3% | 13,2% | 12,3% |
| Região metropolitana | | | | |
| | Não | 59,5% | 60,6% | 59,4% |
| | Sim | 40,5% | 39,5% | 40,6% |
| Situação do domicílio | | | | |
| | Rural | 7,8% | 8,7% | 8,7% |
| | Urbano | 92,2% | 91,3% | 91,3% |
| Presença de cônjuge no domicílio | | | | |
| | Sem cônjuge | 35,4% | 36,3% | 37,3% |
| | Com cônjuge | 64,6% | 63,4% | 62,8% |
| Presença filhos com 14 anos ou menos | | | | |
| | Sem filhos com 14 anos ou menos | 34,0% | 39,3% | 48,6% |
| | Com filhos com 14 anos ou menos | 66,0% | 60,7% | 51,4% |
| Horas dedicadas aos afazeres domésticos (média) | | 20,2 | 20,5 | 20,7 |
| Renda familiar per capita (média em R\$) | | 132,6 | 183,3 | 334,1 |
| Amostra de trabalhadoras | | 11.724 | 12.557 | 10.282 |
| População de trabalhadoras | | 5.675.743 | 6.313.444 | 6.007.945 |

Observações:

1) exclui as trabalhadoras residentes no domicílio da família empregadora.

2) os anos de 1992 e 1997 foram desconsiderados devido a impossibilidade de tratamento por amostragem complexa.

3) as categorias de referência em cada variável estão em negrito.

Fonte: elaboração própria com base nos microdados da PNAD-IBGE.

filhos com 14 anos ou menos, horas dedicadas aos afazeres domésticos e renda familiar per capita (sem a renda da profissional).

Em relação à idade, existem evidências em alguns estudos (FRAGA, 2010; IPEA, 2011; MYHRRA, WAJNMAN, 2007) de que as diaristas são relativamente mais velhas do que as mensalistas. Isto seria explicado, segundo FRAGA (2010), pelo fato de que trabalho por dia, mesmo sendo mais pesado e desgastante, exige experiência e maior tempo no mercado de trabalho, para que a trabalhadora consiga formar uma rede abrangente e diversificada de contatos e clientes. Mas, os autores também afirmam que o processo de envelhecimento da categoria como um todo está aproximando a estrutura etária das mulheres inseridas em ambas as modalidades de contratação. Desse modo, além das variáveis que aparecem na Tabela 8, são incluídas no modelo mais três variáveis *dummy* de período (uma para cada PNAD considerada) e duas variáveis de interação para verificar se a idade ainda é mesmo significativa para distinguir as diaristas e as mensalistas.

Os autores mencionados também encontraram indícios da prevalência de uma proporção um pouco maior de mulheres não negras entre as diaristas. Por outro lado, a maioria deles afirmou que não há diferenças relevantes entre os anos de estudo acumulados por ambos os grupos de trabalhadoras.

Quanto à posição da trabalhadora no domicílio, é provável que tanto as mensalistas quanto as diaristas sejam, em sua maioria, mulheres cônjuges ou chefes, de forma coerente com o perfil atual do ofício, mais maduro e envelhecido. Ainda assim, espera-se que as chefes e cônjuges, sobretudo as primeiras, sejam mais representativas entre as diaristas, ao passo que as filhas sejam mais representativas entre as mensalistas. Do mesmo modo, espera-se que ter um companheiro ou filhos menores de 14 anos em casa, assim como dedicar mais horas de trabalho aos próprios afazeres domésticos, aumentem a probabilidade de uma trabalhadora ser diarista, em relação a ser mensalista. Em todos os casos, o motivo seria o fato de que a atividade de diarista, por ser mais flexível em termos de horários, permite às mulheres casadas, mães e responsáveis pela própria família conciliarem melhor o trabalho fora de casa com as suas próprias demandas domésticas (FRAGA, 2010). Já no caso da mensalista, mesmo que hoje mais de 95% da categoria corresponda a mulheres não residentes no local de trabalho, a atividade tem horários diários mais rígidos e que, geralmente, ocupam toda a agenda da semana da trabalhadora, sendo, por isto, mais adaptada ao perfil de profissionais com maior disponibilidade de tempo.

A última variável deste modelo é a renda familiar líquida (sem a renda da própria trabalhadora) per capita. A expectativa é que haja uma relação inversa entre essa variável

e a probabilidade de uma trabalhadora doméstica optar por ser uma diarista, porque essa modalidade de contratação permite às mulheres que têm maior necessidade de ajudar no orçamento na casa, mas por vários motivos não podem trabalhar todos os dias, auferir renda, mantendo uma atividade mais flexível.

Por fim, ressalta-se que nos dois modelos, as variáveis geográficas e de situação do domicílio são usadas como controle. A expectativa é que, tudo mais mantido constante, a probabilidade da trabalhadora ser residente no domicílio do patrão seja maior em regiões menos desenvolvidas e mais conservadoras, ao passo que seja maior a probabilidade dela ser uma diarista, e não uma mensalista, em regiões de maior poder aquisitivo e mais desenvolvidas.

5.3. Resultados

As Tabelas 9 e 10 apresentam os efeitos marginais (EMs) e as significâncias estatísticas das variáveis foram usadas nos dois modelos de regressão logística binomial, ajustados, respectivamente, em relação à probabilidade de uma trabalhadora doméstica não ser residente no local de trabalho ou de ser mensalista. Verifica-se, através do p-valor, que todas as 22 variáveis independentes foram significativas ao nível de 1%, no primeiro modelo; e 15, em 21, o foram, a 1% e 5%, no segundo modelo.

Os resultados mostrados na Tabela 9 corroboram em parte os efeitos esperados, em relação ao comportamento dos atributos demográficos selecionados para identificar os perfis das trabalhadoras residentes ou não residentes no local de trabalho. Com relação ao estado civil, de fato, o padrão predominante, até hoje, entre as residentes é o de trabalhadoras solteiras. Por exemplo: ser casada/em união, ao invés de solteira, diminui em quase 26% a probabilidade de uma trabalhadora doméstica residir no local de trabalho, ao invés de não residir. Nos casos em que a trabalhadora é separada/divorciada ou é viúva, essa probabilidade também se torna muito menor, em relação à condição de solteira.

Os achados também confirmam que as mulheres migrantes, e de ambos os tipos (interestadual e intermunicipal), ainda têm maiores chances de serem domésticas residentes, do que as outras que não carregam esses atributos. Sobretudo no caso da variável migrante intermunicipal, o efeito marginal é muito significativo: ser uma migrante intermunicipal aumenta em 10,1% a probabilidade de uma trabalhadora doméstica ser do tipo residente no domicílio do patrão, ao invés de não ser, em comparação com a condição de não migrante. Verifica-se, também como o esperado, que a condição migratória, embora

TABELA 9
Efeitos marginais (EM) e significância (p-valor) das variáveis do modelo de regressão logística binomial para aferição do impacto dos atributos demográficos sobre a probabilidade de uma trabalhadora doméstica residir no domicílio do patrão – Brasil, 1980-2010

| VARIÁVEIS INDEPENDENTES (REGRESSORES) | residente no domicílio do empregador | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|---------|
| | EM | P-valor |
| 1. Idade | 0,0201 | 0,000 |
| 2. Raça negra (preta e parda) | -0,0099 | 0,000 |
| 3. Escolaridade | 0,0054 | 0,000 |
| 4. Casada/em união | -0,2563 | 0,000 |
| 5. Separada/divorciada/esposo ausente | -0,1724 | 0,000 |
| 6. Viúva | -0,2059 | 0,000 |
| 7. Nordeste | 0,0416 | 0,000 |
| 8. Sudeste | -0,0476 | 0,000 |
| 9. Sul | -0,0470 | 0,000 |
| 10. Centro-Oeste | -0,4763 | 0,000 |
| 11. Área urbana | 0,6600 | 0,000 |
| 12. Migrante interestadual | 0,0120 | 0,000 |
| 13. Migrante intermunicipal | 0,1012 | 0,000 |
| 14. 1980 | 0,1405 | 0,000 |
| 15. 1991 | 0,0865 | 0,000 |
| 16. 2000 | 0,0221 | 0,000 |
| 17. 1980*interestadual | 0,0145 | 0,000 |
| 18. 1991*interestadual | 0,0103 | 0,000 |
| 19. 2000*interestadual | 0,0096 | 0,000 |
| 20. 1980*intermunicipal | -0,0177 | 0,000 |
| 21. 1991*intermunicipal | 0,0050 | 0,000 |
| 22. 2000*intermunicipal | 0,0059 | 0,000 |

Observações:

1) foram usadas as seguintes categorias de referência: raça (não negra); estado civil (solteira), região (Norte), situação do domicílio (rural), não migrante interestadual, não migrante intermunicipal, período (2010), interação interestadual (2010*interestadual) e interação intermunicipal (2010*intermunicipal).

2) o censo de 1970 foi desconsiderado porque não possui a variável raça.

3) a variável escolaridade do censo de 2010 foi formatada em anos de estudos, a partir de um algoritmo cedido pela Professora Raquel Guimarães Rangel, da UFPR.

4) migrante interestadual é a trabalhadora doméstica que residia no Estado de referência a menos de 10 anos.

5) migrante intermunicipal é a trabalhadora doméstica que residia no município de referência a menos de 10 anos.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados censitários do Projeto IPUMS *International*.

ainda tenha um impacto positivo sobre a probabilidade da trabalhadora residir no local de trabalho, perdeu força, ao longo do tempo, em explicar o fenômeno observado, sendo, certamente, um dos fatores determinantes do brutal encolhimento do tamanho da categoria, como posto na literatura (MELO, 1998).

Mas, ao contrário do esperado, os resultados encontrados contradizem as interpretações predominantes na literatura, quanto aos padrões etário e racial que seriam típicos da trabalhadora residente, em comparação com a não residente. Ou seja, ao contrário

do pressuposto de que as domésticas residentes apresentam uma estrutura etária mais rejuvenescida do que as não residentes, verifica-se que o aumento da idade aumenta em 2,01% a probabilidade de a doméstica residir no domicílio da família empregadora, ao invés de não residir, tudo o mais mantido constante. Do mesmo modo, ser uma mulher de cor negra diminui em 1%, ao invés de aumentar, a probabilidade de uma trabalhadora doméstica residir no domicílio do patrão.

Os resultados encontrados no segundo modelo e mostrados na Tabela 10, confirmam o pressuposto de que as trabalhadoras domésticas diaristas tendem a ser um pouco mais velhas do que as mensalistas, mas que, ao longo tempo, esta distinção está perdendo relevância. Um forte indício, nesta direção, é o comportamento da variável de interação, que em 2002 contribuía para aumentar em 1,9% a probabilidade de uma trabalhadora doméstica ser diarista, ao invés de mensalista, mas, em 2007, deixa de ser significativa.

Os resultados mostram, também como esperado, que ter filhos pequenos, com 14 anos ou menos, aumenta em 3% a probabilidade de uma trabalhadora doméstica ser diarista ao invés de mensalista. Dedicar mais horas semanais de trabalho aos afazeres da própria casa também têm impacto em aumentar a probabilidade de a trabalhadora doméstica ser diarista, mas o efeito marginal é muito pequeno. Os atributos ter cônjuge no domicílio e renda familiar líquida per capita não são significativos para explicar o fenômeno da “diarização”.

Os achados do segundo modelo também não são significativos para o atributo de raça. Ou seja, não existem evidências concretas de que ser uma mulher negra diminui as chances de uma trabalhadora doméstica ser diarista, ao invés de mensalista, como pressuposto na literatura. Já no caso da escolaridade, o modelo confirma o esperado de que não existem diferenças relevantes entre o nível de escolaridade médio das trabalhadoras mensalistas e diaristas.

Quanto à posição no domicílio, ao contrário do esperado, não há diferenças significativas entre as condições de chefe ou cônjuge em explicar a probabilidade de uma trabalhadora doméstica ser diarista, ao invés de mensalista. Mas, ser filha, ao invés de cônjuge, diminui em 7,1% a probabilidade de uma trabalhadora ser diarista, ao invés de mensalista, conforme as evidências encontradas na literatura.

Por fim, ressalta-se que nos dois modelos as variáveis de controle se comportaram como o esperado. Ambos os modelos confirmam que o trabalho doméstico remunerado e feminino é fenômeno urbano, no Brasil; que a residência em “casa de família” tem maior

probabilidade de ser observada entre trabalhadoras de regiões mais tradicionais e menos desenvolvidas, como o Norte e o Nordeste; e que a “diarização” é mais comum entre trabalhadoras domésticas do centro-sul e de áreas metropolitanas do país

TABELA 10
Efeitos marginais (EM) e significância (p-valor) das variáveis do modelo de regressão logística binomial para aferição do impacto dos atributos demográficos e socioeconômicos sobre a probabilidade de uma trabalhadora doméstica ser diarista – BRASIL, 2002 a 2012

| VARIÁVEIS INDEPENDENTES (REGRESSORES) | Diarista | |
|--|----------|---------|
| | EM | P-valor |
| 1. Idade | 0,0131 | 0,001 |
| 2. Raça negra (preta e parda) | -0,0014 | 0,813 |
| 3. Escolaridade | 0,0016 | 0,517 |
| 4. Chefe | 0,0079 | 0,388 |
| 5. Filha | -0,0709 | 0,000 |
| 6. Outra parenta | -0,0454 | 0,000 |
| 7. Não parenta | 0,1105 | 0,000 |
| 8. Nordeste | 0,0310 | 0,001 |
| 9. Sul | 0,1267 | 0,000 |
| 10. Sudeste | 0,0757 | 0,000 |
| 11. Centro-Oeste | 0,0798 | 0,000 |
| 12. Área metropolitana | 0,0357 | 0,000 |
| 13. Área urbana | 0,0625 | 0,000 |
| 14. Com cônjuge | 0,0111 | 0,185 |
| 15. Com filho de 14 anos ou menos | 0,0292 | 0,000 |
| 16. Horas de afazeres domésticos | 0,0014 | 0,000 |
| 17. Renda familiar per capita (sem a trabalhadora) | 0,0000 | 0,441 |
| 18. 2002 | -0,1337 | 0,000 |
| 19. 2007 | -0,0375 | 0,054 |
| 20. 2002*idade | 0,0188 | 0,001 |
| 21. 2007*idade | -0,0030 | 0,571 |

Observações:

1) exclui as trabalhadoras residentes no domicílio dos patrões.

2) foi usado o Método da Máxima Pseudo Verossimilhança para o ajuste do modelo (amostra complexa).

3) os anos de 1992 e 1997 foram desconsiderados devido a impossibilidade de tratamento por amostragem complexa.

4) as categorias usadas como referência em cada variável são: raça (não negra)

Fonte: elaboração própria com base nos microdados da PNAD-IBGE.

6. Conclusão

Este estudo mostrou que a inserção feminina no trabalho doméstico remunerado, no Brasil, é extremamente heterogênea em termos das modalidades de contratação. As situações mais comuns são as trabalhadoras domésticas mensalistas, que trabalham em um

único domicílio e recebem o salário em base mensal – podendo ou não morar no local de trabalho, além de ter ou ter não carteira assinada; e as trabalhadoras diaristas, que recebem por dia, prestam serviços em diferentes domicílios e não residem no local de trabalho. O estudo mostrou também que os pesos relativos destas modalidades de trabalhadoras vêm se alterando, no país. Enquanto se observa a quase extinção das mensalistas que residem nos domicílios dos patrões, e que são mais subordinadas e dependentes das famílias contratantes, cresce continuamente a importância das diaristas, cujo trabalho é mais independente e, supostamente, mais profissionalizado.

As mensalistas residentes são poucas agora, mas resistem, mostrando que ainda há demanda por este tipo de profissional no país, sobretudo em regiões onde as relações familiares e trabalhistas são mais conservadoras. Comparando-as com as não residentes, é possível destacar dois aspectos relevantes, com base nos achados do estudo. Dado que a necessidade de dormir no local de trabalho é um pré-requisito fundamental da condição de residência, a prestação deste tipo de serviço continua sendo mais comum entre mulheres solteiras, porque as outras não têm disponibilidade para morar fora da própria casa, em função das demandas familiares. Mas, com os processos progressivos de envelhecimento da profissão como um todo e de aumento da demanda pela profissional que reside em domicílio próprio, a modalidade de residência parece estar se transformando em um pequeno nicho para trabalhadoras solteiras e maduras que, muito provavelmente, começaram como residentes quando eram ainda eram muito jovens e assim permaneceram. Quanto às suas condições de trabalho, os dados mostram avanços, em anos recentes, mas insuficientes para compensar a realidade de muitas privações, fazendo com que a ocupação não seja mais valorizada pela maioria das profissionais. Não por outra razão, a condição de residência no domicílio do patrão foi enquadrada no estudo de MYRRHA e WAJNMAN (2007), sobre a heterogeneidade da atividade, como uma característica relacionada ao perfil mais vulnerável de trabalhadoras domésticas.³¹

Já em relação às diaristas, o estudo mostrou que elas são, de fato, mulheres com menor disponibilidade de tempo para trabalhar em jornada integral e, também, um pouco mais maduras do que as mensalistas, muito embora esteja havendo um processo de aproximação das estruturas etárias de ambas as modalidades de trabalhadoras. O estudo

³¹ Além de ser residente no domicílio do patrão, fazem parte do perfil mais vulnerável de trabalhadoras domésticas características como residir no Norte e no Nordeste; ser muito jovem ou ter idade acima de 60 anos; ser pouco escolarizada; ser preta ou parda; ser mensalista; trabalhar muitas horas por semana; receber auxílio moradia; não receber auxílio transporte; e, sobretudo não ter carteira de trabalho assinada (MYRRHA e WAJNMAN, 2007).

também mostrou que o processo de diarização, embora seja saudado como um avanço da categoria rumo a uma maior profissionalização, impacta as condições de trabalho e o padrão de vida das trabalhadoras de modo ambivalentes. Por um lado, há indícios de que, de fato, as diaristas tendem a ganhar um pouco mais, trabalhar menos, ter maior controle sobre a rotina de trabalho e manter relações menos subordinadas com seus contratantes. Mas, por outro, a ausência do vínculo empregatício reduz as chances de formalização dessas trabalhadoras, mantendo-as à margem dos direitos trabalhistas e sociais, assegurados às mensalistas. Para compensar parte dessa vulnerabilidade, as diaristas têm a opção de contratar o seguro previdenciário por conta própria, mas poucas o fazem, porque a renda é baixa e há muito desconhecimento sobre esta possibilidade de contribuição.

Na verdade, à exceção de ocupações muito qualificadas e especializadas, para quais a oferta de mão de obra é restrita e os salários mais elevados, a classe trabalhadora, em sua maioria, tende a ser muito prejudicada por arranjos laborais mais autônomos e flexíveis, que geram instabilidade, comprometem direitos e aumentam a vulnerabilidade. No caso do trabalho doméstico remunerado, há ainda o agravante de ser uma atividade exercida no âmbito de um espaço íntimo, onde as relações de trabalho tendem a se misturar às relações pessoais e afetivas, criando laços de subordinação da trabalhadora em relação aos patrões. Desse modo, mesmo que o trabalho por dia e a residência fora do local de trabalho signifiquem avanços, o ofício ainda mantém muitos traços servis, que são enraizados na cultura nacional e resistentes a mudanças. Os achados do artigo colocam em evidência, portanto, os argumentos de autoras como GÁLVEZ e TODARO (1989) e MEAGHER (2002), para as quais o trabalho doméstico remunerado só será efetivamente profissional quando for uma contratação de serviços específicos, a serem feitos por uma profissional de uma empresa especializada. Este tipo de arranjo está crescendo no país, mas ainda é pouco significativo para se ter uma avaliação de sua eficácia.

Quem contrata trabalhadoras domésticas diaristas e mensalistas no Brasil?

1. Introdução

Em um *paper* publicado na *Latin American Research Review*, intitulado “*Domestic Relations in Brazil: legacies and horizons*”, PINHO e SILVA (2010) afirmam que o trabalho doméstico remunerado é um campo de pesquisa negligenciado no Brasil, contrastando fortemente com a presença habitual das trabalhadoras nos lares de classes média e alta do país. Mas como BRITES (2013) também mostra, mesmo que a literatura nacional ainda não seja muito vasta, desde a década de 1990 vem aumentando consideravelmente o interesse acadêmico pela atividade no país, em resposta a dois movimentos: a crescente participação feminina no mercado de trabalho, de caráter global; e a mobilização nacional em torno de um novo marco regulatório para a profissão, de caráter específico. Neste período, foram publicados muitos estudos novos sobre aspectos fundamentais da ocupação, como suas dimensões histórica e teórica; as contradições de raça, gênero e classe social que lhe são inerentes; as especificidades da relação patrão-empregada; as interfaces com o trabalho doméstico não remunerado e a atividade feminina, em geral; as condições de trabalho e os direitos legais da profissão; o envelhecimento da categoria e a reconfiguração de seu perfil ocupacional.³²

Mas um tema extremamente relevante para o avanço das pesquisas sobre o setor no país ainda permanece como uma lacuna a ser explorada: “o universo dos patrões”. Embora se fale muito a respeito deles, “ainda é necessário um esforço para alcançar um esquadrinhamento, não apenas das práticas e valores, mas também das características sócio demográficas deste segmento” (BRITES, 2013: 444). Essa iniciativa seria de extrema importância para o apoio de políticas públicas efetivas, voltadas tanto para a promoção do bem-estar das trabalhadoras e de suas famílias, quanto daqueles que são servidos por elas, como crianças pequenas, idosos, doentes, portadores de deficiências, pais e mães que trabalham fora, pessoas que moram sozinhas, entre outros

A intenção deste estudo é exatamente empreender esse esforço na direção de identificar as características das famílias contratantes de trabalhadoras domésticas no Brasil. Tendo como referências os microdados da POF 2008-2009 e uma análise de

³² Para a identificação dos principais autores em cada uma das perspectivas citadas, ver ÁVILA (2009), FRAGA (2010) e BRITES (2013).

regressão logística multinomial, os propósitos principais são entender por que algumas famílias contratam trabalhadoras domésticas e outras não, identificar as variáveis socioeconômicas e demográficas que diferenciam essas famílias e conhecer os fatores associados às preferências das contratantes por uma profissional diarista ou uma mensalista.

O pano de fundo da análise são as profundas mudanças ocorridas em décadas recentes, tanto nas características do trabalho doméstico remunerado quanto na composição e organização das famílias brasileiras. Em relação ao ofício, um destaque, como mostrado no primeiro estudo desta tese, é a mudança no padrão etário de período da categoria, motivada pelo efeito combinado de aumento da escolaridade feminina, melhores oportunidades de trabalho e desinteresse crescente das moças pobres de gerações mais novas pela atividade. Outro destaque é o fenômeno de drástico encolhimento da população de domésticas mensalistas – sobretudo das que residem nos lares dos empregadores – *vis-à-vis* o aumento das diaristas, que trabalham em mais de um domicílio, como visto no segundo estudo. Esses processos têm provocado alterações significativas no perfil tradicional da trabalhadora do setor, suscitando reflexões quanto ao futuro da profissão, que é quase uma instituição nacional.

Com relação às famílias, as mudanças são ainda mais radicais. Desde a década de 1970, como ocorre na maioria dos países, as famílias brasileiras vêm se tornando cada vez menores e mais heterogêneas. De um lado, as famílias nucleares estão reduzindo substancialmente a sua participação na estrutura social, ainda que permaneçam como os tipos preponderantes. De outro, vêm crescendo em ritmo acentuado as proporções de novos arranjos familiares e tipos de uniões, como casais sem filhos, em coabitação, do mesmo sexo, famílias monoparentais, de avós com netos, unipessoais, reconstituídas e outras. As causas dessas transformações sociais, como mostra a literatura (BONGAARTS, 2001; MEDEIROS e OSÓRIO, 2002; GOLDANI, 2002; SORJ, 2005; THERBORN, 2006; ARRIAGADA, 2007), são múltiplas e interativas. Entre as mais importantes, ressaltam-se a rápida transição demográfica do país (quedas expressivas de fecundidade e mortalidade e aumento da longevidade), a difusão de novos valores e costumes a ela associados (menos religiosidade, mais individualidade, maior aceitação da diversidade, maior liberdade sexual, aumento do número de divórcios, adiamento do casamento etc.), os avanços na equidade de gênero (com destaque para a crescente participação da mulher no mercado de trabalho) e os ganhos educacionais.

Neste contexto, alguns autores nacionais que pesquisam o trabalho doméstico remunerado têm sugerido uma provável associação entre as mudanças na composição e organização das famílias e a reconfiguração do perfil ocupacional das trabalhadoras do setor. Mais precisamente, há em muitos estudos já disseminados (MYRRHA e WAJNMAN, 2007; FRAGA, 2010; SORJ e FONTES, 2012; DIEESE, 2013; VICIELI, 2015) a pressuposição de que o aumento da demanda pelos serviços das diaristas, além de ser uma estratégia de redução de custos para o empregador, estaria relacionado também ao surgimento de novos tipos de famílias, com novos hábitos de vida e de consumo e menos dependência em relação ao tipo de serviço prestado pelas mensalistas. Por outro lado, em função do aumento da longevidade, também há uma demanda ainda pequena, mas crescente, pelos cuidados e acompanhamento de idosos, que são contínuos e, em futuro próximo, podem resultar em aumento da demanda pelas mensalistas. Ou seja, há uma complexa agenda de pesquisa em aberto, no sentido de investigar essa relação dinâmica entre as mudanças nas condições da demanda e da oferta de trabalhadoras domésticas no Brasil, sendo um de seus primeiros desafios revelar o retrato das famílias contratantes.

Em consequência, a principal hipótese testada neste trabalho é que existe, no Brasil, uma relação positiva e significativa entre determinados tipos de famílias (família unipessoal, com casal, com casal e filhos, com chefe e filhos e família estendida) e a preferência pela contratação de serviços de diarista ou de ao menos uma mensalista. Para a realização deste teste, além desta tipologia de arranjos familiares, também são utilizadas mais quatro variáveis associadas à teoria da necessidade de serviços domésticos (presença de filhos pequenos; quantidade de filhos maiores; presença de idosos e condição de trabalho) e duas outras relacionadas às teorias dos recursos financeiros e das atitudes de gênero (renda monetária familiar e proporção da renda monetária feminina na renda monetária familiar, respectivamente). Essas três abordagens teóricas (necessidade, recursos financeiros e atitudes de gênero), embora não sejam as únicas existentes, são as mais frequentes na literatura sobre a demanda de serviços domésticos e, ao mesmo tempo, as que podem ser transformadas em indicadores passíveis de mensuração com os dados da POF 2008-2009.

Quanto aos serviços domésticos considerados, o foco do estudo são as atividades cotidianas e mais demoradas que, normalmente, são feitas no interior do domicílio pelos próprios moradores da casa, quando não há quem as faça e, quando há, são atribuídas a ajudantes do sexo feminino. Entre essas atividades, incluem-se serviços gerais, cozimento de alimentos, faxina, cuidados infantis, arrumação de casa, acompanhamento de pessoas,

lavagem e passagem de roupas. Esse recorte explica a flexão da categoria no feminino - trabalhadoras domésticas - e é justificado pelo fato de que as mulheres são e sempre foram maioria absoluta no contingente de trabalhadores em serviços domésticos no país, como mostrado no primeiro estudo desta tese.

O estudo está estruturado, além desta introdução, em mais quatro seções. Na próxima seção, são apresentadas a revisão da literatura sobre a demanda de serviços domésticos e as hipóteses teóricas formatadas para a análise do caso brasileiro. Na terceira seção, são descritos os aspectos metodológicos adotados, como as características da base de dados, as variáveis escolhidas, o modelo econométrico e a estratégia analítica utilizada na interpretação dos resultados. Na quarta seção são apresentados alguns indicadores descritivos das variáveis utilizadas na modelagem e os resultados da análise multivariada. Na quinta seção, por fim, são apresentadas as conclusões do estudo.

2. Revisão da literatura sobre a demanda de serviços domésticos e hipóteses para o caso brasileiro

A literatura internacional sobre a demanda de serviços domésticos não é muito vasta, mas vem aumentando nas últimas décadas, em razão do interesse crescente de pesquisadores de diversas áreas em saber quem faz e como está sendo feito o trabalho doméstico, na ausência da mulher que trabalha fora do domicílio. Mas um fato curioso é que os primeiros estudos empíricos sobre o assunto não são de autores tradicionalmente dedicados à pesquisa sobre a divisão sexual do trabalho. Como mostra SPITZE (1999), economistas do consumo, preocupados em analisar os efeitos da “terceirização” dos serviços domésticos (OROPESA, 1993; COHEN, 1998), e sociólogos da família, dedicados ao estudo do suporte a idosos não institucionalizados (STOLLER & CUTLER, 1993), estão entre os pioneiros, nos EUA, em publicar artigos importantes sobre a demanda por ajuda doméstica paga. Fora dos EUA, um dos primeiros trabalhos influentes é o livro *Servicing the Middle Classes: Class, Gender and Waged Domestic Labour in Contemporary Britain* – dos geógrafos ingleses GREGSON e LOWE (1994) – que, analisando a expansão do setor de serviços, identificaram um aumento significativo da oferta e da procura por babás e faxineiras, em áreas deprimidas da Inglaterra, durante o governo Thatcher.

Ainda assim, como mostram BAXTER *et al.* (2009), grande parte do arcabouço teórico existente hoje sobre a demanda por serviços domésticos remunerados foi construída

com base em extrapolações de hipóteses da teoria econômica neoclássica e da teoria feminista de gênero, usadas em estudos sobre a divisão sexual do trabalho.³³ A essas extrapolações foram, gradativamente, se juntando novas contribuições de autores que estudam a participação feminina no mercado de trabalho; os problemas de preferência, confiança e ética do consumidor; a demanda por bens e serviços poupadores de tempo; a sociologia e a economia doméstica das famílias, entre outros temas (SPITZE, 1999; MEAGHER, 2002; VAN DER LIPPE *et al.*, 2004; CHAN, 2006; DE RUIJTER e VAN DER LIPPE, 2007 e 2009).

As hipóteses neoclássicas, derivadas do paradigma da Nova Economia da Família, de BECKER (1981) e seguidores, são duas: recursos financeiros e necessidade.

A hipótese dos recursos financeiros postula que as famílias mais ricas, por terem mais dinheiro para cobrir o custo com a ajuda doméstica, consomem com mais frequência este tipo de serviço, a despeito de todas as suas demais características. A formulação teórica subjacente é que gastar tempo com o trabalho doméstico não é uma decisão racional, porque é um trabalho desagradável e o custo de oportunidade do tempo dos adultos, medido pelo nível dos salários no mercado, é maior do que o custo de contratação da ajuda doméstica (CHEUNG e LUI, 2015). As variáveis normalmente usadas em estudos que assumem essa hipótese são a renda familiar e as rendas individuais do trabalho do marido e da mulher (HANSON e OOMS, 1991; OROPESA, 1993; COHEN, 1998; SPITZE, 1999; WINDEBANK, 2001; VAN DER LIPPE *et al.* 2004; BAXTER *et al.*, 2009; CHEUNG e LUI, 2015).

Quanto aos resultados encontrados, em geral eles são robustos e indicam forte sustentação para o argumento dos recursos financeiros. Os resultados também evidenciam, de forma consistente, que o impacto da renda individual do trabalho na contratação de serviços domésticos não é neutro em termos de gênero. TREAS e DE RUIJTER (2008), por exemplo, sugeriram que, na Holanda, o rendimento das mulheres é muito mais importante do que o rendimento dos homens para determinar os gastos da família com serviços de lavanderia, limpeza da casa e preparação das refeições. COHEN (1998), na mesma direção, mostrou que nos EUA a renda da mulher prediz o dobro das despesas domésticas com serviços de limpeza, em relação à renda do marido. A renda da mulher também é mais importante do que a renda do marido para predizer a compra de cuidados

³³ Para uma revisão dos pressupostos das literaturas econômica neoclássica e feminista sobre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, ver BIANCHI *et al.* (2000).

infantis, como sugerido por BRAYFIELD e HOFFERTH (1995). Em outras palavras, a renda feminina é tida na literatura como um dos fatores mais importantes na projeção da demanda da família por serviços que são substitutos do tempo gasto pelas mulheres com os afazeres domésticos (CHEUNG e LUI, 2015).

Mas não é só na microeconomia da família que o papel da renda ganha relevo em explicar a demanda por ajuda doméstica paga. Como demonstraram MILKMAN *et al.* (1998), a desigualdade de renda familiar é o fator macroeconômico mais importante para explicar a existência de maiores ou menores proporções de mulheres ocupadas em serviços domésticos, em uma dada região. Estudando as razões do ressurgimento do ofício em áreas metropolitanas dos EUA, em finais do século passado, as autoras verificaram que, tudo o mais mantido constante, nas áreas em que a desigualdade de renda familiar era maior e vinha aumentando, a ocupação era maior. Em sentido contrário, nas áreas onde essa desigualdade era desprezível ou vinha diminuindo, a ocupação também mantinha um tamanho desprezível. Com esse achado, elas concluíram que o maior erro dos modernistas que vaticinaram o fim do trabalho doméstico remunerado (CHAPLIN, 1978; COSER, 1973), em razão do desenvolvimento econômico e da modernização, foi supor que esses processos seriam incompatíveis com a existência de desigualdades de renda e polarização de classes. O Brasil é caso muito emblemático nesta direção. Em função da elevada concentração de renda pessoal e familiar, tão típica de nossa sociedade, somos até hoje o maior empregador de trabalhadoras domésticas do mundo (ILO, 2013).

A hipótese neoclássica da necessidade sustenta que as famílias que lidam com uma sobrecarga maior de tarefas domésticas e/ou têm menos disponibilidade de tempo para executá-las são mais propensas a contratarem ajuda remunerada de terceiros, tudo o mais mantido constante. Os fatores que influenciam as quantidades de trabalho doméstico e de tempo necessário para a sua realização são os tamanhos da família e da casa; o tipo de composição familiar; as presenças de crianças pequenas, idosos com incapacidade, pessoas doentes ou portadoras de deficiências; o trabalho fora de casa dos adultos; a quantidade de tempo dedicado a este trabalho e suas características (tipo de jornada, flexibilidade, grau de autonomia etc.). Esses fatores são medidos, usualmente, por variáveis como idade, número de pessoas no domicílio, número de cômodos, quantidade de crianças, tipos de famílias, percepção de saúde, condição de ocupação, horas de trabalho remunerado, tipo de ocupação, tipo de jornada, entre outras.

Quanto aos achados, eles também são consistentes e dão suporte à hipótese da necessidade. SPITZE (1999), por exemplo, investigando as decisões de americanos de meia

idade ou mais em contratar ajuda doméstica paga ou informal, se baseou em seis tipos de famílias, com necessidades diferenciadas: famílias com casais casados, com mulheres vivendo só, com homens vivendo só, com duas ou mais mulheres, com dois ou mais homens e com pessoas de ambos os sexos, não casadas. Os achados deste estudo confirmam a hipótese de que as famílias menos propensas a contratar ajuda doméstica paga são as que incluem casais casados, maior quantidade de pessoas adultas e de ambos os sexos, menos crianças pequenas e com pessoas mais jovens e saudáveis. DE RUIJTER e VAN DER LIPPE (2007), por sua vez, analisando a relação entre o trabalho remunerado e as decisões de casais holandeses de terceirizar os afazeres domésticos, mostraram que, além da quantidade de horas trabalhadas, a terceirização dependia também da superposição de horários de trabalho do casal, da flexibilidade e da autonomia de cada parceiro e do tipo de jornada praticada. BAXTER *et al.* (2009) disseram, ainda, que os fatores que indicam a necessidade da ajudante também respondem de forma diferente entre sexos. Entre os homens, o principal motivador encontrado foi a condição de saúde das parceiras, porque, se as esposas adoecem, os maridos tendem a substituir o trabalho doméstico feito por elas pelos serviços de uma ajudante. Entre as mulheres, o principal motivador da procura foram as horas gastas no trabalho fora de casa, com mais horas aumentando a probabilidade da contratação.

Como visto no segundo estudo desta tese, a hipótese da necessidade tem sido usada frequentemente, no Brasil, mais para explicar as razões das mudanças históricas no perfil da trabalhadora contratada do que para entender porque uma família contrata ou deixa de contratar uma trabalhadora doméstica. O movimento estrutural de quase extinção das trabalhadoras domésticas residentes no domicílio dos empregadores, por exemplo, tem sido interpretado sobretudo como um efeito de demanda, decorrente da adoção de um estilo de vida mais moderno por parte das famílias contratantes, que passaram a valorizar a privacidade do lar e a incorporar tecnologias e serviços substitutos do trabalho doméstico, diminuindo a necessidade de ter uma profissional morando no domicílio (RODGERS, 2005; MELO, 1998; KUZNESOF, 1989).

O mesmo raciocínio se aplica ao fenômeno mais recente de crescimento da proporção de trabalhadoras diaristas. Entre outras explicações, esse movimento tem sido associado às profundas transformações no perfil e nos hábitos de consumo das famílias brasileiras, nas últimas décadas, decorrentes de fatores como a rápida transição demográfica do país (quedas expressivas de fecundidade e mortalidade e aumento da longevidade), a difusão de novos valores a ela associados (menos religiosidade, mais

individualidade, maior aceitação da diversidade, maior liberdade sexual, aumento do número de divórcios, adiamento do casamento etc.), os avanços na equidade de gênero (com destaque para a crescente participação da mulher no mercado de trabalho), os ganhos educacionais e o aumento do custo de vida. O Quadro 1 põe em destaque os argumentos de alguns dos principais autores alinhados a esta linha interpretativa. No geral, todos convergem para duas hipóteses explicativas para o nível crescente da procura pelas diaristas: 1) redução no tamanho das famílias e surgimento de novos tipos de arranjos familiares; e 2) necessidade de cortar despesas no orçamento da casa, em função do aumento do custo de vida, em geral, e dos preços dos serviços domésticos de uso contínuo, em particular. A intenção deste estudo, como já foi dito, é testar a primeira dessas hipóteses que é uma variante da abordagem da necessidade, na linha do estudo de SPITZE (1999).

Outra hipótese adotada em estudos empíricos sobre a demanda por serviços domésticos remunerados são as chamadas atitudes de gênero. Partindo de críticas de autoras feministas à abordagem econômica neoclássica, essa hipótese pressupõe que, mais do que problemas de restrição de recursos e de tempo, são questões culturais, relacionadas às visões das famílias sobre os papéis da mulher e do homem na sociedade, que determinam as decisões de contratar uma ajudante para fazer os serviços de casa. Como a visão predominante é que os afazeres domésticos são responsabilidade das mulheres, pode ser que o ato de empregar uma trabalhadora contrarie as expectativas de algumas famílias em relação ao papel natural das esposas e mães. Neste caso, é de se esperar que a presença da trabalhadora seja mais comum em domicílios onde predominam concepções mais liberais em relação aos papéis sociais de gênero, do que naqueles mais conservadores.

Mas os resultados encontrados nos estudos que adotaram este argumento não são muito consistentes. Analisando uma amostra de mulheres americanas, OROPESA (1993) não encontrou nenhuma associação entre a postura das entrevistadas em relação aos papéis de gênero e a contratação de governantas para as suas casas. No entanto, o autor percebeu que mulheres com uma visão mais tradicional sobre a divisão sexual do trabalho eram menos propensas a consumir refeições prontas, porque cozinhar para a família era uma atividade fundamental para a afirmação de seu papel social. BAXTER *et al.* (2009) também não encontraram evidências empíricas para sustentar a influência da postura de homens e mulheres em relação às questões de gênero, na predição do uso de ajuda doméstica paga na Austrália. Já VAN DER LIPPE *et al.* (2012), usando dados de casais holandeses, mostraram que as percepções dos homens sobre as questões de gênero têm mais impacto na decisão da família terceirizar serviços de cuidados infantis, do que as das mulheres.

QUADRO 1

Hipóteses e argumentos presentes na literatura sobre os determinantes do aumento da demanda por trabalhadoras domésticas diaristas no Brasil

| Autores | Hipóteses/Argumentos |
|-----------------------------|---|
| MYRRHA e WAJNMAN (2007:123) | "É provável que as famílias estejam reduzindo a quantidade de serviços domésticos adquiridos no mercado, por meio da contratação de uma diarista por apenas alguns dias, como estratégia de redução de gastos. <i>A diminuição do tamanho das famílias e o forte aumento da proporção de domicílios unipessoais também podem explicar esta tendência de longo prazo.</i> " |
| FRAGA (2010:87) | "O empobrecimento da classe média, que é a maior empregadora; <i>a diminuição no tamanho das famílias, que estão menores e com menos filhos; o crescimento do número de domicílios unipessoais, ou seja, de pessoas morando sozinhas;</i> e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, inclusive de mulheres com menor poder aquisitivo e com mais dificuldade de contratar uma mensalista". |
| DIEESE (2013:11) | "O aumento do salário mínimo, <i>a diminuição do tamanho das famílias e das residências e a incorporação de novos hábitos,</i> entre outros fatores, podem ajudar a explicar parte dessas mudanças". |
| MARQUES e COSTA (2013: 38) | <i>"A contratação de uma trabalhadora com carteira ou uma diarista pode estar ligada à fase da vida de cada família. Se a mulher tem filhos, precisa de uma trabalhadora mensalista que auxilie no cuidado da casa. Mas se a pessoa mora sozinha ou mesmo se os filhos já cresceram, uma diarista seria o mais indicado, pois o trabalho a ser feito é menor, bem como o custo desse trabalho."</i> |
| SORJ e FONTES (2012:108) | "A crescente oferta de diarista no mercado de trabalho de serviços de cuidados às famílias certamente ampliou o número de famílias que fazem uso deste serviço, pois o seu caráter flexível permite ajustar a despesa com empregada doméstica de acordo com a disponibilidade do orçamento familiar e suas variações no tempo". |
| VICIELI (2015) | "Em relação à demanda, (o crescimento das diaristas) se explicaria pela opção do empregador, tanto em diminuir os custos decorrentes da formalização do trabalho, <i>quanto também pode estar ligado a maior difusão das tecnologias relacionadas ao âmbito doméstico, facilitando que o trabalho seja realizado pelos próprios membros dos domicílios.</i> " |

O paper de CHEUNG e LUI (2015) é um dos poucos cujos resultados dão suporte mais evidente à hipótese de atitudes de gênero. Analisando os papéis dessas atitudes entre

os membros de um casal e da renda das esposas em influenciar a contratação de ajuda remunerada, em Hong Kong, os autores conseguiram mostrar que os dois fatores são associados de forma significativa à probabilidade de contratação, mas de modo condicional. Ou seja, há um efeito de interação entre as atitudes individuais de gênero dos parceiros e a renda das esposas em explicar a probabilidade de contratação de serviços domésticos. Isto ocorre porque a renda da mulher é ela própria influenciada pelas percepções de gênero dos parceiros. Com este achado, os autores concluíram que, ao contrário do esperado, em sociedades mais conservadoras, como Hong Kong, os casais com atitudes mais tradicionais de gênero são mais propensos a contratar ajuda doméstica paga, porque o esposo geralmente não está disposto a compartilhar o trabalho doméstico. Neste caso, a esposa tende a usar a sua renda para evitar um conflito direto com o marido, comprando por conta própria a ajuda doméstica. Em outras palavras, a renda feminina é vista como fonte de poder de barganha nas decisões familiares relativas à contratação de ajuda paga. Esse argumento parece razoável para interpretar o caso do Brasil, onde as pesquisas domiciliares vêm mostrando claramente que a adesão dos homens aos serviços domésticos não tem acontecido no ritmo desejado pelas mulheres (IPEA, 2016; 2017).

As hipóteses de recursos, necessidade e atitudes de gênero são as mais comuns nos *papers* internacionais mais influentes. Mas existe uma quarta hipótese - ainda pouco explorada, mas muito instigante - que BAXTER *et al.* (2009) chamaram, genericamente, de atitudes em relação à contratação do trabalho doméstico. Por atitudes entendem-se todos os outros elementos subjetivos, além das percepções de gênero, que podem influenciar a demanda pela ajuda doméstica paga, tais como: a expectativa em relação à necessidade de ter uma casa limpa e arrumada; o grau de satisfação com as tarefas de cozinhar, cuidar das crianças ou limpar a casa; o nível de confiança em pessoas estranhas; a crença na eficiência de um terceiro em reduzir o tempo gasto no trabalho doméstico ou fazê-lo com qualidade; o valor dado ao serviço doméstico vis-à-vis as demais despesas da família; e a visão sobre a adequação da terceirização como uma forma ética de gestão do trabalho reprodutivo (BAXTER *et al.*, 2009).

Embora sejam todos elementos muito difíceis de serem mensurados, existem alguns trabalhos empíricos e/ou teóricos nesta direção que merecem destaque. O problema da confiança, por exemplo, foi testado por DE RUIJTER e VAN DER LIPPE (2009). Nele, as autoras encontraram evidências de que o nível de confiança do casal é um fator importante na decisão de famílias holandesas em contratar ajuda remunerada, porque, na maioria das vezes, o trabalho é feito quando os proprietários não estão em casa.

Particularmente em relação aos cuidados de crianças, o problema da confiança é tão relevante que, na falta dela, muitos pais preferem buscar soluções mais caras – como a escola integral – a deixarem os filhos sozinhos em casa, com pessoas estranhas.

O aspecto da satisfação em executar o trabalho doméstico, por sua vez, foi discutido e mensurado por VAN DER LIPPE *et al.* (2012). O ponto de partida do estudo é a pressuposição de que o trabalho doméstico não é necessariamente uma atividade desagradável, podendo ser percebido por muitos casais como fonte de prazer, relaxamento e estímulos intelectual e afetivo. Com isto, os autores verificaram que entre casais holandeses que diziam apreciar atividades como cozinhar, cuidar de crianças, limpar a casa e executar serviços de manutenção, a probabilidade de contratar ajuda de terceiros era bem menor, tudo o mais mantido constante. Os autores verificaram também que as preferências das mulheres são mais importantes em evitar a terceirização de serviços de limpeza e de cuidados infantis; e as dos homens em evitar a terceirização de serviços de manutenção. A tarefa de cozinhar, por outro lado, é menos provável de ser terceirizada quando ambos acham prazeroso cozinhar por eles mesmos.

Outro trabalho muito interessante é MEAGHER (2002). Neste estudo, a autora apresenta e problematiza teoricamente os três argumentos mais usados por aqueles que acham errado, do ponto de vista ético e moral, pagar alguém para fazer as tarefas do lar. O primeiro argumento é que, dada a natureza servil da profissão, ela acaba, necessariamente, submetendo a trabalhadora a uma relação de trabalho muito pessoal e pouco profissional, e em prejuízo dos direitos sociais. O segundo é que, ao pagar alguém para fazer o trabalho reprodutivo, a família quer somente melhorar o seu status social e obter prazer em ser servida. O terceiro e último argumento é que, ao pagar pelo trabalho doméstico, a família estaria, inadvertidamente, “promovendo a invasão destrutiva do mercado em sua vida privada” e enfraquecendo a luta das mulheres por um maior comprometimento da família e do Estado com o trabalho reprodutivo. Embora discorde de todos esses argumentos de modo enfático, MEAGHER (2002) sugere que famílias que porventura tenham concepções éticas e morais semelhantes a essas serão, provavelmente, menos propensas a pagar alguém para fazer as tarefas domésticas do que outras, com concepções menos radicais.

O último destaque no contexto da hipótese de atitude é o próprio *paper* de BAXTER *et al.* (2009). Usando respostas de casais australianos a questões subjetivas, como “os outros não fazem o trabalho do mesmo jeito que eu mesmo faço”, “é um trabalho que deve ser feito por mim mesmo”, “não vale a pena”, “eu tenho que limpar previamente” entre outras, os autores mostraram que a concordância com essas questões, em interação com a

renda e a necessidade da família, diminuía a probabilidade de contratação da ajuda doméstica. Com base nesses achados, eles concluíram que, em países como a Austrália, onde o serviço doméstico não é uma forma de emprego comum e nem a classe média tem hábito de pagar alguém para fazer o trabalho reprodutivo, as atitudes subjetivas exercem um papel muito relevante em influenciar o nível da demanda familiar pela ajuda doméstica remunerada.

Mas no Brasil, ao contrário do que ocorre na Austrália, o hábito da classe média/alta de recorrer aos serviços domésticos remunerados é tão arraigado na cultura nacional, que poucos são os que se incomodam por ainda existir no país uma oferta de mão de obra tão barata e abundante, somente para fazer tarefas comuns no dia a dia de muitas famílias em nações desenvolvidas. Neste sentido, em consonância com o argumento de BAXTER *et al* (2009), é razoável supor que a hipótese de atitudes tem menos peso por aqui, pelo menos por enquanto, do que em outras localidades. Mas razoável ou não, nenhum desses aspectos pode ser tratado no âmbito deste estudo. A principal razão é que variáveis de natureza mais subjetiva - como atitudes e impressões pessoais sobre o consumo de serviços domésticos ou de qualquer outro produto - não podem ser mensuradas a partir dos microdados da POF-IBGE, exigindo pesquisas primárias e questionários exclusivos, como foi feito em todos os estudos que as incorporaram.

Além desses *papers* que trabalham com as quatro hipóteses já mencionadas, outros estudos empíricos que merecem atenção nesta revisão são aqueles que analisam a associação entre a presença da empregada doméstica no domicílio e a probabilidade de participação de mulheres casadas no mercado de trabalho. Embora não sejam estudos sobre a demanda pelo trabalho doméstico remunerado (o ofício, nesses casos, é uma variável explicativa do modelo de participação), eles são importantes em função da análise teórica sobre o papel da trabalhadora como substituta do tempo de trabalho doméstico da dona da casa. As referências mais interessantes encontradas sobre o assunto são os *papers* de CHARRY (2003) e CHAN (2006), que testaram empiricamente a associação entre o trabalho remunerado e a presença da doméstica no domicílio, nos casos de mulheres casadas da Colômbia e de Hong Kong, respectivamente.

O trabalho de CHAN (2006), com um enfoque mais sociológico e demográfico, é mais rico porque, além do teste estatístico, apresenta uma análise histórica sobre a prevalência de trabalhadoras domésticas estrangeiras em Hong Kong e uma revisão da literatura sobre os fatores que afetam a participação das mulheres casadas na força de trabalho. O mérito dessa revisão é mostrar que, além das medidas usadas para prever o

emprego masculino (escolaridade, experiência profissional e nível de demanda do mercado de trabalho), os estudos sobre a participação laboral das mulheres incorporam também variáveis relacionadas aos processos familiares (casamento, nascimento dos filhos e cuidados com os dependentes). Tomados em conjunto, os *papers* revisados pela autora sugerem que, em sociedades industriais contemporâneas, os fatores que reduzem o peso do trabalho doméstico de uma mulher têm efeitos positivos sobre a sua participação na força de trabalho e a qualidade do seu emprego. Mas o trabalho de CHARRY (2003), com um enfoque mais econométrico, também é interessante por se tratar da Colômbia, um país parecido com o Brasil, onde os serviços domésticos são mais comuns.

Especificamente em relação ao papel das domésticas, ambos os autores partem do pressuposto de que elas são substitutas do trabalho não remunerado das esposas no lar. Em consequência, ambos assumem, testam e corroboram a hipótese de que a presença da trabalhadora doméstica tende a aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho, porque reduz o seu tempo de exposição aos afazeres domésticos. Mas CHAN (2006) qualifica a discussão e admite também que, em certos casos, a empregada doméstica pode ter uma função de apenas adicionar status social e cultural à família,³⁴ porque não necessariamente o tempo de trabalho economizado com o serviço doméstico será realocado pelas esposas em uma atividade remunerada. A conclusão da autora é que em famílias onde a necessidade financeira é maior e o trabalho remunerado da mulher é símbolo de emancipação, as trabalhadoras domésticas têm a função de “liberar” as esposas para o mercado de trabalho. Mas, em famílias de renda mais alta e com um estilo de vida mais tradicional, onde o trabalho remunerado feminino não tem valor socioeconômico, as trabalhadoras domésticas têm a função apenas de liberar as mulheres das tarefas mais pesadas, para se dedicarem a atividades femininas mais “nobres”, como o acompanhamento dos filhos em compromissos extracurriculares, o gerenciamento da casa e do trabalho da doméstica, o cuidado pessoal, as compras, o lazer e o bem-estar geral da família. Esse argumento é um contraponto muito interessante à hipótese da necessidade.

Em suma, tendo como referências essa extensa revisão bibliográfica, os objetivos propostos na introdução do estudo e as especificidades do caso em análise, as seis hipóteses teóricas formuladas para a identificação das características socioeconômicas e demográficas das famílias que demandam serviços domésticos no Brasil são as seguintes:

³⁴ Esse argumento é o mesmo que MEAGHER (2002) apresenta em seu texto como sendo considerado antiético por alguns autores que acham errado contratar uma ajuda doméstica remunerada para fazer o trabalho reprodutivo das famílias.

Hipótese 1: as famílias que têm maior probabilidade de contratar trabalhadoras domésticas, tanto diaristas quanto mensalistas, pertencem aos estratos de renda familiar *per capita* mais elevados, sendo essa probabilidade ainda maior, no caso de mensalistas.

Hipótese 2: quanto maior a participação da renda monetária das mulheres da casa na renda monetária familiar, maior a probabilidade de contratação de domésticas mensalistas e diaristas.

Hipótese 3: as famílias que têm maior probabilidade de contratar trabalhadoras domésticas, ao invés de não contratar, são famílias pequenas e/ou nucleares, como as unipessoais, com casais sem filhos, com casais e filhos ou com chefes e filhos.

Hipótese 4: famílias unipessoais e com casais sem filhos têm maior probabilidade de contratar trabalhadoras diaristas; famílias com casais e filhos ou com chefes e filhos têm maior probabilidade de contratar mensalistas.

Hipótese 5: a presença de filhos pequenos e de pessoas idosas aumenta as chances da família contratar trabalhadoras domésticas, sobretudo mensalistas; por outro lado, quanto maior a quantidade de filhos maiores (menos de 18 anos), menores são as chances da família contratar mensalistas e maiores as chances de contratar diaristas.

Hipótese 6: famílias com casais, em que ambos trabalham fora de casa, ou só com o chefe, que também trabalha, têm mais probabilidade de contratar trabalhadoras domésticas de ambos os tipos, mas sobretudo mensalistas.

3. Aspectos metodológicos

3.1. Base de dados

A maioria dos *papers* empíricos citados na revisão anterior são focados em amostras de famílias com casais heterossexuais, casados ou em coabitação. Uma razão, segundo SPITZE (1999), é a herança da pesquisa sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, cujo

interesse é saber se o emprego remunerado da mulher tem provocado ou não uma redistribuição mais justa dos afazeres domésticos com o marido. Há também a limitação dos dados que, normalmente, são coletados apenas entre os casais adultos. Mas a autora, que é uma das poucas exceções à regra, considera importante expandir o foco para além das questões de gênero e poder dentro do casamento, incorporando a população que vive em outros tipos de arranjos familiares, como se pretende neste estudo. Segundo ela, só assim é possível ter um entendimento mais abrangente dos múltiplos significados que o trabalho doméstico carrega entre todos que o executam.

Para fazer isso, este estudo se baseia nos microdados da POF-IBGE, de 2008-2009, que são os últimos disponíveis. A POF é uma pesquisa domiciliar que investiga os domicílios particulares e permanentes do Brasil, com o intuito de produzir informações sobre a composição orçamentária da população brasileira, como os hábitos de consumo, os gastos, a distribuição dos rendimentos e a percepção das condições de vida. Em cada domicílio são pesquisadas as unidades de consumo, que correspondem a um único morador ou a um conjunto de moradores que compartilham a mesma fonte de alimentação e/ou despesas com moradia. A amostra pesquisada em 2008-2009 é composta por 56.034 unidades de consumo.

Neste estudo, as 56.034 unidades de consumo são tratadas como se fossem 56.034 famílias. Esse procedimento se justifica porque a despesa com serviços domésticos é uma aquisição coletiva da unidade de consumo e não da família. Mas os dois conceitos não são exatamente iguais. Família é um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que não necessariamente corresponde aos mesmos membros de uma unidade de consumo (WAJNMAN, 2012; IBGE, 2008). Mas como na maior parte das situações a composição da família é exatamente igual à composição da unidade de consumo, o IBGE autoriza o uso dos dois conceitos de forma equivalente³⁵.

Quanto à escolha dessa base dados, são duas as justificativas. Em primeiro lugar, é muito comum na literatura, sobretudo entre os pesquisadores do padrão de consumo familiar, o uso de pesquisas de orçamentos familiares para identificar a terceirização do trabalho doméstico e a contratação de ajuda remunerada por parte de famílias com casais

³⁵ Para se ter uma ideia da proximidade dos conceitos de unidade de consumo e família, foram pesquisadas 55.970 unidades domiciliares na POF 2008-2009 e, dentro delas, foram identificadas 57.715 famílias, organizadas em 56.034 unidades de consumo. Essas diferenças são muito pequenas e não comprometem os resultados no plano estatístico.

casados (OROPESA, 1993; COHEN 1998; SPITZE, 1999). Em segundo lugar, a POF é a única pesquisa existente no Brasil que permite identificar os perfis predominantes das famílias brasileiras que contratam trabalhadoras domésticas mensalistas ou diaristas, independentemente do local de residência das profissionais (se residente ou não residente no domicílio do patrão). Outras pesquisas do IBGE permitem fazer isto, de forma apenas parcial. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), por exemplo, permite identificar o perfil das famílias que contratam trabalhadoras mensalistas. Com esses novos microdados, é possível desenvolver um estudo interessante sobre o papel destas profissionais no sistema nacional de cuidados de idosos, que é uma parte importante da demanda e tende a se tornar cada vez mais importante, em função do envelhecimento e da longevidade populacional. Mas a PNS não permite identificar as famílias que contratam diaristas. A PNAD e os censos demográficos, por sua vez, só permitem o cruzamento das informações demográficas e socioeconômicas de uma determinada profissional doméstica e da família que a emprega, no caso das trabalhadoras residentes no domicílio do empregador, que hoje são pouquíssimas no país

Além do mais, segundo DINIZ *et al.* (2007), as discrepâncias existentes entre as estatísticas da POF e de outras pesquisas do IBGE, como a PNAD, são pouco expressivas. As diferenças mais significativas dizem respeito aos indicadores relativos ao comportamento do mercado de trabalho. Na POF, esses indicadores se restringem aos rendimentos (mas com uma diversidade bem maior de fontes do que a PNAD, que se atém apenas à renda do trabalho); à posição do indivíduo na ocupação; à sua classificação na ocupação e no ramo de atividade; e ao número de horas trabalhadas. Questões relativas à condição de atividade do indivíduo (ativo e inativo), à condição de ocupação (ocupado e desocupado) e à forma de contratação (com ou sem carteira de trabalho), por exemplo, não são investigadas na POF.

Quanto aos serviços domésticos, os microdados da POF não oferecem informações sobre as profissionais que executam o trabalho em cada unidade de consumo específica, e sim sobre as despesas efetuadas pelas famílias com essas profissionais. Com isto, a pesquisa não permite identificar atributos como sexo, idade, raça, escolaridade, tempo de serviço, salário, jornada de trabalho e outros atributos individuais das trabalhadoras domésticas contratadas por cada unidade de consumo.³⁶ Ela apenas identifica a unidade que teve gastos

³⁶ Através do arquivo POF 1 – que contém as características de todos moradores e domicílios pesquisados – é possível obter esses dados para todas as mulheres que no arquivo POF 5 – sobre trabalho e rendimento individual – se identificaram como trabalhadoras domésticas. O que se está dizendo aqui é que não é possível

com um determinado vínculo empregatício, no período considerado, e indica a quantidade de vínculos contratados, a função exercida pela trabalhadora (babá, empregada, faxineira e outras), a área de atuação (limpeza, cuidados, lavanderia etc.), o tipo de vínculo (mensalista ou diarista) e a despesa efetuada em reais com cada vínculo. A trabalhadora mensalista é aquela que trabalha em todos os dias do mês (excetuando-se os dias de folga) e cujo pagamento é feito mensal, quinzenal ou semanalmente. A diarista é aquela que trabalha em dias determinados e cujo pagamento é feito por dia (IBGE, 2008).

3.2. Variáveis utilizadas

Outra diferença marcante entre os *papers* empíricos revisados anteriormente e os propósitos deste estudo é a despreocupação dos primeiros em separar, na variável dependente, as famílias que contratam ajuda doméstica, em termos do tipo de ajudante contratada (se mensalista ou diarista, se residente ou não no local de trabalho, se formal ou informal, com jornada integral ou *part-time*, se migrante ou não etc.). A razão talvez seja o fato da maioria dos estudos apresentados se referir a países desenvolvidos, onde as famílias recorrem à ajuda paga em bases muito restritas e especializadas.³⁷

Mas há estudos focados na demanda pelo trabalho doméstico em regiões em desenvolvimento que descrevem algumas características específicas da ajudante contratada, ainda que também não as diferencie no modelo econométrico. Os *papers* de CHUENG e LUI (2015) e CHAN (2006), por exemplo, mostram que, ao contrário do que ocorre em países desenvolvidos, as famílias chinesas de Hong Kong contratam a trabalhadora doméstica para executar todos os serviços da casa. Segundo CHUENG e LUI (2015), entre os 10% de famílias que são contratantes na cidade, cerca de 88% preferem ajudantes estrangeiras em tempo integral (a maioria de países asiáticos próximos, como as Filipinas e a Indonésia) e para residirem nos domicílios dos patrões. Os 12% restantes

saber quais são exatamente as famílias que empregam cada uma dessas mulheres que se identificaram como trabalhadoras domésticas no arquivo POF 1. Como no caso dos censos demográficos e da PNAD, somente se essas trabalhadoras forem residentes no domicílio do patrão é possível saber as características dos seus contratantes.

³⁷ Um indicativo disto é que alguns *papers* empíricos, sobretudo os que lidam com o tema da terceirização, costumam tratar a “compra da ajuda” da faxineira, da babá e da cuidadora de idosos no mesmo nível de importância em que tratam a compra de refeições para viagem e em restaurante, de aparelhos eletrodomésticos, de serviços de lavanderia e outros. Todas essas compras são formas de substituir o trabalho doméstico feito pelos próprios membros da casa. Mas elas são totalmente distintas, tanto nas estratégias de consumo individual e familiar envolvidas quanto em suas implicações econômicas e sociais mais gerais. Ver, por exemplo, OROPESA (1993); COHEN (1998); BITTMAN *et al.* (1999); VANDER LIPPE *et al.* (2004); DE RUIJTER e VAN DER LIPPE (2007, 2009); VAN DER LIPPE *et al.* (2012).

contratam trabalhadoras locais, em regime *part-time*, porque moram em apartamentos muito pequenos. Por fim, as contratantes são, em maioria, pequenas famílias nucleares e com rendimento acima da média, sendo mais de 80% com idosos acima de 65 anos e/ou crianças menores de 12 anos (CHAN, 2006).

Outro estudo interessante é o trabalho de FRANTZ (2008) que discorre sobre os perfis das trabalhadoras domésticas e de seus empregadores na Jordânia. Como em Hong Kong, as trabalhadoras que atuam na Jordânia são, na maioria, imigrantes estrangeiras residentes com os patrões e vindas de países asiáticos, como Indonésia, Filipinas e Sri Lanka. Essas trabalhadoras são contratadas através de agências que as encaminham a uma vaga, de acordo com perfil e os interesses de cada família. As filipinas – porque falam inglês, são mais educadas e mais eficientes – geralmente são mais adequadas para famílias mais ricas e com um estilo de vida mais ocidentalizado. Já as indonésias e srilankesas, por serem mais dóceis e trabalharem sem descanso, são mais indicadas para famílias maiores, mais conservadoras e/ou com menos recursos financeiros. As famílias contratantes, por fim, também são do tipo famílias nucleares e com esposas que trabalham fora, cuja proporção vem aumentando no país, apesar do predomínio ainda muito forte das famílias estendidas e mais tradicionais.

Como demonstrado no estudo anterior, ainda existem trabalhadoras domésticas que residem no local de trabalho, no Brasil, mas em quantidade bastante inexpressiva, se comparada ao padrão vigente no passado. Neste contexto de predomínio do padrão de não residência, o que tem ditado a dinâmica da contratação no setor, agora, é a tendência de crescimento da contratação de diaristas em relação às mensalistas. Por esta razão, como mostra o Quadro 2, a variável dependente utilizada neste estudo é composta por três categorias que identificam, simultaneamente, a condição da família em relação à contratação de serviços domésticos e o tipo de trabalhadora contratada: 1) não contrata; 2) contrata diarista; e 3) contrata ao menos uma mensalista. Inicialmente, eram quatro condições, porque as famílias que contratam ao menos um serviço de mensalista foram divididas em dois grupos: contratam somente mensalista ou contratam tanto mensalista quanto diarista. Mas como essa última categoria foi pouco expressiva (cerca de 1% da amostra), optou-se por agregar as duas em uma só, reclassificando-as como “contrata ao menos uma mensalista”.

QUADRO 2 – Síntese das variáveis usadas no modelo econométrico

| VARIÁVEL | TIPO | DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS ^(a) |
|---|---------------------|--|
| Dependente Contratação de serviços domésticos remunerados | categórica | <i>não contrata</i> , contrata diarista, contrata ao menos uma mensalista |
| Independentes (explicativas) | | |
| RECURSOS FINANCEIROS | | |
| Renda monetária familiar <i>per capita</i> | categórica ordenada | centis |
| ATITUDES DE GÊNERO | | |
| Proporção da renda monetária feminina na renda monetária familiar (%) (b) | contínua | |
| NECESSIDADES | | |
| Em termos de volume de trabalho doméstico | | |
| Tipo de família | categórica | unipessoal, casal, casal com filhos, chefe com filhos, <i>estendida</i> |
| Número de filhos com menos de 18 anos | contínua | |
| Presença de filhos de 0 a 6 anos | categórica | sim, <i>não</i> |
| Presença de idosos com 70 anos ou mais | categórica | sim, <i>não</i> |
| Em termos de disponibilidade de tempo | | |
| Tipo de família por condição de trabalho do casal ou chefe sozinho | categórica | <i>casal e só o homem trabalha</i> , casal e só a mulher trabalha, casal ou chefe e todos trabalham, chefe e não trabalha, casal e nenhum dos dois trabalha |
| Variáveis de Controle | | |
| Grande Região Geográfica | categórica | <i>Norte</i> , Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste |
| Área de localização do domicílio | categórica | área urbana metropolitana, <i>área urbana não metropolitana</i> , rural |
| Anos de estudo do chefe | contínua | |
| Raça do chefe | categórica | <i>negra (preta ou parda)</i> , não negra (branca e outras) |
| Sexo do chefe | categórica | <i>masculino</i> , feminino |
| Idade do chefe | categórica ordenada | até 19 anos, 20 a 29 anos, 30 a 39 anos, 40 a 49 anos, 50 a 59 anos, 60 a 69 anos, 70 anos ou mais |

Observações:

a) A categoria de referência está em negrito e em itálico.

b) A variável proporção da renda monetária feminina na renda familiar é calculada para todas as mulheres do domicílio que têm renda individual.

Como o propósito do estudo é focar exclusivamente nas mulheres ocupadas na atividade doméstica, ao separar as famílias que contratam serviços domésticos das que não contratam, foram consideradas apenas as ocupações domésticas das áreas de limpeza, cuidado pessoal e lavanderia, que abrangem as atividades mais cotidianas e demoradas, que normalmente são feitas dentro do domicílio pelos próprios moradores, quando não há quem as faça e, quando há, são em geral atribuídas a ajudantes do sexo feminino. **O Quadro 3 relaciona as dez ocupações selecionadas, classificando-as em termos dessas três áreas citadas, segundo a terminologia da POF 2008-2009.** Essas ocupações correspondem a cerca de 86% dos vínculos de trabalhadores domésticos identificados na POF 2008-2009, sendo uma amostra bastante significativa e a mais próxima possível do que se imagina ser o total de vínculos femininos captados pela pesquisa. Com isto, foram desconsideradas todas as atividades mais esporádicas, que consomem menos tempo de trabalho e, normalmente, são

exercidas fora do domicílio por profissionais do sexo masculino (motorista, zelador, porteiro, vigia, caseiro, jardineiro, carregador de água, garçom, limpador e capinador de terreno, limpador de piscina, lavador de carro, biscateiro, limpador de fossa, carregador de lenha, tratador de animais, servente e agregado), além das enfermeiras que prestam serviços muito especializados, que dificilmente seriam feitos por alguém da própria família. Para não mudar o tamanho da amostra e suas ponderações, todas as famílias que contrataram esses serviços excluídos foram consideradas como não contratantes de serviços domésticos.

QUADRO 3
Ocupações consideradas na variável dependente e respectivas áreas de classificação

| Funções/Ocupações | Áreas |
|----------------------------|-----------------|
| 1. Empregada | Multitarefa |
| 2. Cozinheira | Cozinha |
| 3. Faxineira | Limpeza |
| 4. Babá | Cuidado Pessoal |
| 5. Arrumadeira | Limpeza |
| 6. Acompanhante | Cuidado Pessoal |
| 7. Lavadeira | Lavanderia |
| 8. Ajudante de cozinha | Cozinha |
| 9. Passadeira | Lavanderia |
| 10. Lavadeira e Passadeira | Lavanderia |

Fonte: IBGE, POF 2008-2009

Além das categorias da variável dependente, o Quadro 2 apresenta também um resumo das variáveis explicativas e de controle que são utilizadas no modelo econométrico. As variáveis explicativas são aquelas que determinam a probabilidade de uma família contratar ou não serviços domésticos remunerados dos tipos mensalista ou diarista, nos termos das três abordagens teóricas consideradas: recursos financeiros, atitudes de gênero e necessidades.

A variável escolhida para indicar a disponibilidade de recursos financeiros da família é a renda monetária familiar *per capita*, medida em centis. O conceito de renda monetária é todo ganho em moeda recebido por um indivíduo, durante o período de referência de 12 meses anteriores à data de realização da coleta das informações. Essa renda é pesquisada para cada morador que é uma unidade de orçamento ou rendimento dentro da unidade de consumo e inclui os seguintes componentes: renda monetária do trabalho do empregado, do empregador e do trabalhador por conta-própria; transferências de aposentadoria e pensões, programas sociais federais (bolsa família, benefício de prestação

continuada e programa de erradicação do trabalho infantil), pensão alimentícia, mesada e doação; outras transferências (prêmios e indenizações pagas por seguradoras, ganhos de jogos, salário-família, auxílio-natalidade, programas sociais estadual e municipal, seguro desemprego, auxílio-maternidade, auxílio-funeral e similares); e renda de aluguel e outras (vendas de automóveis e consórcios; crédito-educativo, juros de empréstimos; ganhos com operações financeiras de títulos de renda, lucros e dividendos, ações, juros etc.). Já a renda monetária familiar *per capita* é a renda monetária média mensal de uma família (ou unidade de consumo), dividida pelo número de pessoas que dela fazem parte (IBGE, 2008). Espera-se que o efeito dessa variável sobre as probabilidades de uma família contratar uma trabalhadora doméstica diarista ou de contratar ao menos uma mensalista sejam positivos - e maiores no caso da mensalista.

Para mensurar as atitudes de gênero da família, como a POF não tem informações subjetivas semelhantes às adotadas por CHEUNG e LUI (2015)³⁸, a variável selecionada é proporção da renda monetária feminina na renda monetária familiar, em percentual. Com isto, assume-se o pressuposto de que a renda feminina é uma proxy das atitudes de gênero da família, porque ela própria é influenciada por essas atitudes, conforme o achado desses autores. Para formatar a variável, essa proporção foi considerada igual a zero, nas famílias em que as mulheres não tinham participação na renda monetária familiar e naquelas em que não existiam mulheres (por exemplo: família unipessoal masculina ou de chefe homem, com filhos ou outros parentes com renda própria, mas sem filhas ou outras parentas nessa condição). Espera-se, também, que os efeitos dessa variável sobre as probabilidades de uma família contratar uma trabalhadora doméstica diarista e ao menos uma mensalista sejam positivos - e maiores no caso da mensalista.

Já as variáveis que medem a necessidade da contratação de serviços domésticos pelo volume de trabalho a ser feito na casa são quatro: tipo de família, número de filhos com menos de 18 anos, presença de filhos de 0 a 6 anos e presença de idosos com 70 anos ou mais. A variável tipo de família é a mais importante do estudo e é composta por cinco tipos de arranjos: família estendida, unipessoal, com casal, com casal e filhos, com chefe e filhos. A família estendida, adotada como referência, é aquela formada por casal ou chefe,

³⁸ CHEUNG E LUI (2015) mediram as atitudes de gênero das famílias, usando respostas dos entrevistados em sua pesquisa para três afirmativas: (a) “Os homens devem pagar as despesas nos encontros”; (b) “Maridos que trabalham fora de casa com mulheres responsáveis pelos afazeres domésticos é o melhor arranjo doméstico”; e (c) “O provimento da casa é principalmente de responsabilidade do homem”. As respostas para cada item variaram de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente).

com ou sem filhos, e com outros tipos de parentes ou não parentes do chefe, exceto a empregada doméstica residente no domicílio do patrão. É esperado que, em comparação à família estendida, ser uma família de qualquer um dos outros tipos aumente as probabilidades de contratação tanto de diaristas quanto de mensalistas. Mas espera-se que a probabilidade de contratação de diarista seja maior entre as famílias unipessoais ou só com casal, ao passo que a probabilidade de contratar ao menos uma mensalista seja maior entre as famílias com casal ou chefe com filhos.

Com relação aos atributos dos filhos, são utilizadas duas variáveis semelhantes às encontradas no estudo de BAXTER *et al* (2009): uma contínua, para indicar a quantidade de filhos com menos de 18 anos; e outra dicotômica, para indicar a presença ou não de bebês e filhos muito pequenos, com idades entre 0 e 6 anos. É muito provável que a presença de filhos aumente as probabilidades de contratar os dois tipos de trabalhadoras domésticas (mensalista e diarista), em relação a não contratar. Mas como pontuam BAXTER *et al* (2009), a presença de filhos muito novos talvez tenha mais influência em aumentar a demanda da família por uma ajudante do tipo mensalista, em função da necessidade de cuidado em tempo integral, ao passo que uma quantidade maior de filhos mais velhos talvez influencie mais a demanda por serviços específicos, como faxina e lavanderia.

A quarta variável deste grupo da necessidade, dada em termos do volume de trabalho a ser feito na casa, é a presença de idosos no domicílio. Neste caso, como a POF-IBGE não tem uma medida de percepção de saúde para, junto com a idade, servir de referência do grau de incapacidade do idoso, foram considerados somente os idosos mais velhos, com setenta anos ou mais, na expectativa de que sua presença aumente as probabilidades de contratação de diaristas e mensalistas. Mas caso esses idosos sejam saudáveis e ainda possam colaborar com o trabalho doméstico, pode ser que sua presença no domicílio tenha um efeito contrário e acabe ajudando a reduzir a demanda por uma ajudante remunerada.

A última variável explicativa - que também mede a necessidade de contratação de serviços domésticos pagos, mas agora em termos da falta de tempo dos moradores - é a condição de ocupação dos membros do casal ou do chefe sem parceiro (trabalha ou não trabalha fora de casa). Neste caso, como a POF-IBGE não identifica a condição de atividade (ativo e inativo) ou de ocupação (ocupado e desocupado) dos indivíduos pesquisados, a única questão que pode ser usada para separar as pessoas que trabalharam fora de casa das que não trabalharam é a pergunta 41, do arquivo POF 1, que indica se o

morador é uma unidade de orçamento e se respondeu ao questionário sobre trabalho e rendimento individual. Essa pergunta foi usada para identificar a condição de trabalho dos chefes e dos cônjuges das famílias e, nos casos em que eles trabalhavam fora de casa, ela foi combinada a outra, referente à quantidade de rendimentos mensais recebidos, para se ter uma noção do tempo trabalhado por cada pessoa. Esse procedimento é importante, porque nos casos em que o indivíduo recebeu somente um ou dois rendimentos, por exemplo, ele poderia ser considerado como em situação de trabalho, sendo que este tempo trabalhado é muito curto para justificar a contratação serviços domésticos. Para evitar estes casos, o corte do número de meses trabalhados foi feito na faixa de 6 meses para cima. Em suma, para ser considerado como trabalhador fora do domicílio, o indivíduo, chefe ou cônjuge, tinha que ter se declarado como uma unidade de orçamento e ter recebido seis ou mais rendimentos, no período considerado.

Quanto às demais variáveis do Quadro 2, todas cumprem a função de controle e se referem ou à localização geográfica ou a atributos demográficos selecionados do chefe da família (sexo, raça, escolaridade e idade). A variável raça do chefe foi reclassificada em duas categorias: raça negra, composta pelas pessoas que declararam pertencer às raças preta e parda, e raça não negra, composta pelas pessoas que se declararam pertencer às raças brancas, asiáticas ou indígenas. Já a variável escolaridade é medida em sete faixas de anos de anos de estudo e varia entre 0 a 15 anos. A variável idade do chefe, por fim, é medida em faixas etárias decenais.

3.3. Modelo econométrico e estratégia analítica

Para testar a associação existente entre as variáveis dependente e explicativas, foi ajustado um modelo de regressão logística multinomial, que é baseado na análise de probabilidades. Neste modelo, segundo AGRESTI e FINLAY (2009), a probabilidade de que uma família i se encontre em determinação condição j (“não contrata serviços domésticos”, “contrata serviços de diarista” ou “contrata serviços de ao menos uma mensalista”), condicionada a um conjunto de regressores x_i , (renda familiar *per capita*, renda da mulher chefe ou cônjuge, tipo de família, presença de filhos, de idosos, condição de trabalho do chefe e do cônjuge, jornada etc.), é dada por

$$p_{ij} = \Pr(y_i = j | x_i) = F_j(x_i, \beta), \quad j = 1, \dots, m \text{ e } i = 1, \dots, N \quad (1)$$

onde

y_i é a variável aleatória que indica a condição em que a família i se encontra em relação à contratação de serviços domésticos (sendo $y_i = 1$ se a família não contrata serviços domésticos, $y_i = 2$ se contrata diaristas e $y_i = 3$ se contrata ao menos uma mensalista); β representa o vetor de parâmetros a serem estimados e que refletem os efeitos das alterações em x_i na probabilidade de o indivíduo se encontrar em uma das três condições; F_j é forma funcional do modelo; e N o tamanho da amostra.

Em um modelo deste tipo, apenas $(m-1)$ probabilidades podem ser estimadas, uma vez que $\sum_{j=1}^m p_{ij} = 1$. Dessa forma, pode-se representar $F_m(x_i, \beta) = 1 - \sum_{j=1}^{m-1} F_j(x_i, \beta)$. Utilizando a função logística e normalizando-a em relação a uma das possíveis condições em que a família se encontre, tem-se que

$$p_i = \frac{\exp(x_i \beta_j)}{1 + \sum_{j=1}^m \exp(x_i \beta_k)} \quad (2)$$

Em geral, o modelo de regressão logística multinomial é estimado pelo Método da Máxima Verossimilhança (MV), que pressupõe processos de escolha de observações amostrais aleatoriamente independentes e identicamente distribuídos. Mas a POF 2008-2009 é uma pesquisa por amostragem complexa. Este tipo de pesquisa envolve probabilidades distintas de seleção das unidades amostrais, estratificação e conglomeração, ajustes para compensar não-respostas e outros ajustes (PESSOA e NASCIMENTO, 1998). Nestes casos, o uso da MV pode produzir estimativas incorretas dos coeficientes β e da variância e, conseqüentemente, dos testes de hipóteses. Para evitar esses problemas, é altamente recomendável que o exercício de estimação seja feito pelo Método da Máxima Pseudo Verossimilhança (MPV), que possibilita a obtenção apropriada dos erros padrão.³⁹ O presente estudo adota este procedimento.

Os parâmetros do modelo logístico multinomial (coeficientes β) não são diretamente interpretáveis, sendo mais comum o cálculo e a interpretação dos efeitos

³⁹ Maiores detalhes sobre os Métodos MV e MPV podem ser obtidos em PESSOA, NASCIMENTO SILVA (1998).

marginais (EM).⁴⁰ Para uma família i , o EM de uma mudança no k -ésimo regressor sobre a probabilidade da condição j é dado por

$$EM_{ijk} \frac{\partial PR(y_i = j)}{\partial x_{ik}} = \frac{\partial F_j(x_i, \beta)}{\partial x_{ik}} \quad (3)$$

Ressalta-se que para cada regressor, há m EMs que correspondem a cada uma das m alternativas existentes no modelo e somam 0, uma vez que as probabilidades somam 1⁴¹.

Quanto à estratégia analítica, já que é de interesse do estudo testar hipóteses relacionadas às três abordagens teóricas selecionadas (recursos financeiros, atitudes de gênero e necessidades - em termos do volume de serviços e disponibilidade de tempo dos moradores da casa), foram ajustados, nos mesmos moldes do *paper* de BAXTER *et al* (2009), quatro modelos de regressão, incluindo separadamente, e em adição às variáveis de controle, as variáveis escolhidas para cada teoria. Em outras palavras, o modelo 1 inclui as variáveis de controle mais a variável que mede a disponibilidade de recursos financeiros da família (renda *per capita* familiar); o modelo 2 inclui a variável *proxy* das atitudes de gênero (proporção da renda feminina na renda familiar) mais as variáveis de controle; e assim sucessivamente. O modelo completo, incluindo todas as variáveis consideradas no estudo, é o de número 5. Acredita-se que esta estratégia é a melhor para explorar os efeitos de cada teoria e de cada hipótese a elas associadas, na medida em que possibilita comparar os resultados obtidos para cada variável, em cada bloco de interpretação teórica, com os seus efeitos puros evidenciados no modelo completo, onde todos os aspectos considerados no artigo são controlados.

4. Resultados

4.1. Estatísticas descritivas

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis que são usadas nos modelos de regressão logística multinomial. Para as variáveis categóricas, foram calculadas

⁴⁰ Quando se trata de amostras complexas, inclusive, não se obtêm no *output* do STATA as *odds ratio* da regressão logística multinomial.

⁴¹ Para maiores detalhes sobre o modelo de regressão logística multinomial, além de AGRESTI, FINLAY (2009), ver, também, LONG (1997) e LONG, FREESE (2001).

as proporções de cada categoria no total da amostra original⁴² e, para as variáveis contínuas, as médias amostrais.

Como se pode perceber, do total de 56.034 famílias ou unidades de consumo que compunham a amostra da POF 2008-2009, 16% eram contratantes de trabalhadoras domésticas, sendo 7,8% contratantes apenas de diaristas e 8,2% contratantes de ao menos uma mensalista. Isto quer dizer que, no período considerado, as atividades domésticas mais cotidianas e demoradas, associadas às áreas de limpeza, cuidado pessoal e lavanderia, eram feitas, na grande maioria das famílias brasileiras (84%), pelos próprios moradores da casa, e mulheres, certamente, como mostram as pesquisas sobre a divisão sexual dos afazeres domésticos (IPEA, 2016; 2017). Esses resultados são um indicativo bastante forte de que os serviços domésticos remunerados são um bem de luxo, cujo consumo, apesar de culturalmente difundido no país, é bastante concentrado em famílias de classe média/alta, que são minoria na estrutura social brasileira.

Quanto à descrição das outras variáveis usadas no modelo, a maioria das famílias (43%) era do tipo casais com filhos; 28% tinham filhos com idade de 0 a 6 anos; 13% contavam com a presença de idosos com 70 anos ou mais; 34% se localizavam no Nordeste; e 49% em áreas urbanas não metropolitanas. O número médio de filhos com menos de 18 anos era de 0,9 por família. Quanto à condição de trabalho, das 56.034 famílias pesquisadas, cerca de 46% eram do tipo famílias com casais ou chefes sozinhos, onde todos trabalhavam. Esses chefes também tinham em média 6 anos de estudo e eram, na maioria, homens (69,5%), não negros (58%) e na faixa etária de 40 a 49 anos. Por último, a renda monetária familiar *per capita* era, em média, de R\$ 441,80, e as mulheres que compunham uma unidade de orçamento participavam, em média, com 38% da renda familiar.

⁴² Amostra original são as 56.034 famílias ou unidades de consumo pesquisadas pela POF 2008-2009, sem considerar os pesos de expansão de cada unidade amostral fixados pelo IBGE.

TABELA 1
Estatísticas descritivas das variáveis usadas no modelo econométrico

| VARIÁVEL | CATEGÓRICA | | CONTÍNUA | |
|---|------------|-----------|----------|------------|
| | N | Proporção | N | Média |
| DEPENDENTE | | | | |
| Contrata diarista | 4.349 | 7,8% | | |
| Contrata ao menos uma mensalista | 4.611 | 8,2% | | |
| INDEPENDENTES (EXPLICATIVAS) | | | | |
| Recursos financeiros | | | | |
| Renda monetária familiar <i>per capita</i> | | | 56.034 | R\$ 441,80 |
| Atitudes de gênero | | | | |
| Proporção da renda monetária feminina na renda monetária familiar | | | 56.034 | 0,3820 |
| Necessidades | | | | |
| Volume de serviços domésticos | | | | |
| Família unipessoal | 6.337 | 11,3% | | |
| Família com casal | 7.563 | 13,5% | | |
| Família com casal e filhos | 23.915 | 42,7% | | |
| Família com chefe e filhos | 6.155 | 11,0% | | |
| Número de filhos com menos de 18 anos | | | 56.034 | 0,9327 |
| Presença de filhos de 0 a 6 anos | 15.805 | 28,2% | | |
| Presença de idosos com 70 anos ou mais | 7.282 | 13,0% | | |
| Disponibilidade de tempo | | | | |
| Família com casal ou chefe e todos trabalham | 25.677 | 45,8% | | |
| Família com casal e só a mulher trabalha | 3.289 | 5,9% | | |
| Família com casal e ninguém trabalha | 8.827 | 15,8% | | |
| Família com chefe e não trabalha | 7.403 | 13,2% | | |
| Controle | | | | |
| Nordeste | 19.234 | 34,4% | | |
| Sudeste | 14.093 | 25,2% | | |
| Sul | 6.720 | 12,0% | | |
| Centro-Oeste | 8.336 | 14,9% | | |
| Área urbana metropolitana | 15.004 | 26,8% | | |
| Área rural | 13.556 | 24,2% | | |
| Anos de estudo do chefe | | | 56.034 | 6,26 |
| Chefe de raça não negra | 23.521 | 58,0% | | |
| Chefe do sexo feminino | 17.113 | 30,5% | | |
| Chefe com até 19 anos | 353 | 0,6% | | |
| Chefe com 20 a 29 anos | 7.420 | 13,2% | | |
| Chefe com 30 a 39 anos | 12.398 | 22,1% | | |
| Chefe com 40 a 49 anos | 12.736 | 22,7% | | |
| Chefe com 50 a 59 anos | 10.155 | 18,1% | | |
| Chefe com 60 a 69 anos | 7.319 | 13,1% | | |
| Chefe com 70 anos ou mais | 5.653 | 10,1% | | |

Notas: 1) foram usadas as seguintes categorias de referência: tipo de famílias (estendida); filhos 0 a 6 anos (não); idosos com 70 anos ou mais (não); condição de trabalho (família com casal e só o homem trabalha; Grande Região (Norte); área do domicílio (urbana não metropolitana); raça (negra = preta mais parda); sexo (masculino). 2) na análise multivariada a renda familiar *per capita* é uma variável categórica (em centis)

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da POF-2008-2009

4.2. Resultados da análise multivariada

A Tabela 2 contém os EMs estimados para todas as variáveis independentes usadas nas cinco regressões logísticas que foram ajustadas em relação à probabilidade de uma família não contratar serviços domésticos remunerados.⁴³ Pode-se observar no modelo completo, de acordo com os p-valores, que quase todas as variáveis (20 em 23) são estatisticamente significativas a 1% ou a 5%, para a condição de “contrata ao menos uma mensalista”, e mais da metade (14 em 23) o são, a 1%, 5% ou 10%, para a condição de “contrata diarista”.

Considerando as hipóteses propostas para interpretação deste estudo de caso, é possível verificar que, de fato, a renda familiar *per capita* é um preditor altamente significativo da demanda pelo trabalho doméstico remunerado, no Brasil, e em ambas as situações analisadas. Como evidenciado através do modelo 1, o aumento de um centil na renda monetária familiar *per capita* aumenta em 0,23% a probabilidade de uma família contratar serviços de diarista, em relação a não contratar, e em 0,32% a probabilidade de contratar ao menos uma mensalista. Esses resultados são praticamente os mesmos no modelo completo, onde todas as demais condições são mantidas constantes, corroborando a hipótese 1 e revelando a robustez da variável em explicar os dois fenômenos pesquisados, como era esperado.

Já os resultados obtidos no modelo 2, que testa a hipótese das atitudes de gênero, são diferentes dos obtidos no modelo completo. No modelo 2, ambos os EMs estimados confirmam, como esperado, que quanto maior a proporção da renda monetária feminina na renda monetária familiar, maiores são as probabilidades de uma família contratar uma trabalhadora diarista ou ao menos uma mensalista (hipótese 2). Mas essa variável perde significância no modelo completo, no caso da demanda pela diarista. Ou seja, somente no caso da contratação de trabalhadoras do tipo mensalista, o EM observado no modelo completo confirma o pressuposto teórico de que, tudo o mais mantido constante, quanto maior é o peso da renda feminina na renda monetária familiar, maior é o poder de barganha das mulheres na decisão familiar de contratar uma ajudante remunerada. Este resultado faz

⁴³ Os coeficientes β destes modelos foram estimados através do Método da Máxima Pseudo Verossimilhança, dado que o plano amostral da POF é complexo. No Apêndice, são apresentados dois indicadores que avaliam o impacto da incorporação deste plano amostral complexo sobre a precisão das estimativas desses coeficientes, no caso do modelo completo.

TABELA 2

Efeitos Marginais (EM) e significância (P-valor) das variáveis usadas nos cinco modelos de regressão logística multinomial¹ ajustados para aferição da associação entre as características das famílias contratantes e as probabilidades de contratação de uma trabalhadora doméstica diarista ou de ao menos uma mensalista

BRASIL – 2008-2009

| VARIÁVEIS EXPLICATIVAS E DE CONTROLE | Recursos Financeiros (modelo 1) | | | | Atitudes de Gênero (modelo 2) | | | | Necessidade em Volume de Serviços (modelo 3) | | | | Necessidade em Disponibilidade de Tempo (modelo 4) | | | | Modelo Completo (modelo 5) | | | |
|---|---------------------------------|---------|----------------------------------|---------|-------------------------------|---------|----------------------------------|---------|--|---------|----------------------------------|---------|--|---------|----------------------------------|---------|----------------------------|---------|----------------------------------|---------|
| | contrata diarista | | contrata ao menos uma mensalista | | contrata diarista | | contrata ao menos uma mensalista | | contrata diarista | | contrata ao menos uma mensalista | | contrata diarista | | contrata ao menos uma mensalista | | contrata diarista | | contrata ao menos uma mensalista | |
| | EM | P-valor | EM | P-valor | EM | P-valor | EM | P-valor | EM | P-valor | EM | P-valor | EM | P-valor | EM | P-valor | EM | P-valor | EM | P-valor |
| 1. Renda monetária familiar <i>per capita</i> em centis | 0,0023 | 0,000 | 0,0032 | 0,000 | | | | | | | | | | | | | 0,0026 | 0,000 | 0,0033 | 0,000 |
| 2. Proporção da renda feminina na renda familiar | | | | | 0,0209 | 0,005 | 0,0477 | 0,000 | | | | | | | | | 0,0005 | 0,955 | 0,0258 | 0,000 |
| 3. Família unipessoal | | | | | | | | | 0,0564 | 0,000 | 0,0351 | 0,000 | | | | | 0,0901 | 0,000 | 0,0758 | 0,000 |
| 4. Família com casal | | | | | | | | | 0,0274 | 0,000 | 0,0217 | 0,004 | | | | | 0,0422 | 0,000 | 0,0437 | 0,000 |
| 5. Família com casal e filhos | | | | | | | | | 0,0135 | 0,055 | 0,0525 | 0,000 | | | | | 0,0143 | 0,036 | 0,0559 | 0,000 |
| 6. Família com chefe e filhos | | | | | | | | | 0,0205 | 0,016 | 0,0259 | 0,001 | | | | | 0,0326 | 0,000 | 0,0416 | 0,000 |
| 7. Número de filhos com menos de 18 anos | | | | | | | | | -0,0159 | 0,000 | -0,0090 | 0,000 | | | | | -0,0100 | 0,001 | -0,0020 | 0,267 |
| 8. Presença de filhos de 0 a 6 anos | | | | | | | | | -0,0117 | 0,067 | 0,0518 | 0,000 | | | | | -0,0062 | 0,324 | 0,0584 | 0,000 |
| 9. Presença de idosos com 70 anos ou mais | | | | | | | | | 0,0210 | 0,002 | 0,0451 | 0,000 | | | | | 0,0162 | 0,019 | 0,0435 | 0,000 |
| 10. Família com casal ou com chefe e os 3 trabalham | | | | | | | | | | | | | 0,0498 | 0,000 | 0,0484 | 0,000 | 0,0202 | 0,004 | 0,0314 | 0,000 |
| 11. Família com casal e só a mulher trabalha | | | | | | | | | | | | | 0,0310 | 0,005 | 0,0404 | 0,000 | 0,0127 | 0,274 | 0,0187 | 0,037 |
| 12. Família com casal e nenhum dos 2 trabalha | | | | | | | | | | | | | 0,0486 | 0,000 | 0,0216 | 0,007 | 0,0194 | 0,096 | 0,0191 | 0,025 |
| 13. Família com chefe que não trabalha | | | | | | | | | | | | | 0,0108 | 0,192 | 0,0034 | 0,647 | -0,0014 | 0,860 | -0,0061 | 0,412 |
| 14. Sul | 0,0308 | 0,001 | -0,1036 | 0,000 | 0,0054 | 0,000 | -0,076 | 0,000 | 0,0477 | 0,000 | -0,0759 | 0,000 | 0,0528 | 0,000 | -0,0762 | 0,000 | 0,0216 | 0,011 | -0,1063 | 0,000 |
| 15. Sudeste | 0,0095 | 0,288 | -0,0709 | 0,000 | 0,0032 | 0,001 | -0,044 | 0,000 | 0,0243 | 0,009 | -0,0425 | 0,000 | 0,0313 | 0,001 | -0,0436 | 0,000 | -0,0011 | 0,895 | -0,0717 | 0,000 |
| 16. Centro-Oeste | 0,0236 | 0,008 | -0,0339 | 0,000 | 0,0356 | 0,000 | -0,019 | 0,006 | 0,0274 | 0,003 | -0,0175 | 0,012 | 0,0357 | 0,000 | -0,0181 | 0,009 | 0,0151 | 0,076 | -0,0329 | 0,000 |
| 17. Nordeste | 0,0088 | 0,298 | -0,0124 | 0,032 | 0,0111 | 0,221 | -0,010 | 0,127 | 0,0086 | 0,325 | -0,0078 | 0,212 | 0,0106 | 0,237 | -0,0078 | 0,211 | 0,0049 | 0,538 | -0,0146 | 0,011 |
| 18. Área rural | -0,0666 | 0,000 | -0,0535 | 0,000 | -0,0844 | 0,000 | -0,077 | 0,000 | -0,0818 | 0,000 | -0,0764 | 0,000 | -0,0814 | 0,000 | -0,0731 | 0,000 | -0,0611 | 0,000 | -0,0498 | 0,000 |
| 19. Área urbana metropolitana | 0,0035 | 0,510 | -0,0078 | 0,111 | 0,0085 | 0,134 | 0,001 | 0,886 | 0,0077 | 0,161 | 0,0012 | 0,816 | 0,0090 | 0,107 | 0,0005 | 0,929 | 0,0016 | 0,747 | -0,0068 | 0,153 |
| 20. Anos de estudo do chefe | 0,0020 | 0,000 | 0,0014 | 0,000 | 0,0029 | 0,000 | 0,002 | 0,000 | 0,0027 | 0,000 | 0,0026 | 0,000 | 0,0028 | 0,000 | 0,0023 | 0,000 | 0,0017 | 0,000 | 0,0016 | 0,000 |
| 21. Chefe de raça não negra (branca e outras) | 0,0489 | 0,000 | 0,0534 | 0,000 | 0,0584 | 0,000 | 0,065 | 0,000 | 0,0548 | 0,000 | 0,0635 | 0,000 | 0,0589 | 0,000 | 0,0652 | 0,000 | 0,0430 | 0,000 | 0,0513 | 0,000 |
| 22. Chefe do sexo feminino | 0,0081 | 0,070 | -0,0045 | 0,304 | -0,0128 | 0,041 | -0,043 | 0,000 | -0,0094 | 0,078 | -0,0051 | 0,386 | -0,0167 | 0,001 | -0,0249 | 0,000 | -0,0111 | 0,108 | -0,0188 | 0,005 |
| 23. Idade do chefe | 0,0046 | 0,001 | 0,0064 | 0,000 | 0,0071 | 0,000 | 0,009 | 0,000 | -0,0012 | 0,447 | 0,0084 | 0,000 | 0,0078 | 0,000 | 0,0120 | 0,000 | -0,0017 | 0,325 | 0,0076 | 0,000 |

Observações:

1) Foi usado o Método da Máxima Pseudo Verossimilhança para o ajuste do modelo (amostra complexa).

2) Foram usadas as seguintes categorias de referência: tipo de famílias (estendida); filhos 0 a 6 anos (não); idosos com 70 anos ou mais (não); condição de trabalho (família com casal e só o homem trabalha); região (Norte); área do domicílio (urbana não metropolitana); raça (negra = preta mais parda); e sexo (masculino).

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da POF-2008-2009

sentido. Se a renda da mulher encontra uma remuneração melhor no mercado de trabalho, o custo de oportunidade do tempo gasto no trabalho não remunerado aumenta. E mesmo que a hora de trabalho da diarista seja mais cara, a família compra mais horas de trabalho ao contratar uma mensalista.

O modelo 3 permite analisar os efeitos das sete variáveis que medem a necessidade de ajuda remunerada, em termos do volume de serviços domésticos da casa, sobre o comportamento da demanda. Com relação aos arranjos familiares, que são os preditores de maior interesse do estudo, os resultados encontrados são robustos. Comparando o modelo 3 com o modelo completo, verifica-se que para todos os tipos de família considerados, e em relação aos dois tipos de trabalhadoras domésticas contratadas (mensalistas e diaristas), há um aumento tanto da magnitude quanto da significância dos EMs, quando se controla a regressão por todas as variáveis, sobretudo pela renda. Ou seja, há fortes evidências de que, mantida a renda constante, realmente as famílias que têm maior propensão a contratar uma ajudante remunerada, no Brasil, são famílias pequenas e/ou nucleares, dos tipos unipessoal, com casal, com casal e filhos ou com chefe e filhos (hipótese 3). Essa tendência é semelhante à verificada em outros países, como mostrado na literatura revisada (SPITZE, 1999; CHAN, 2006; FRANTZ, 2008).

É possível perceber também, comparando em cada arranjo familiar as magnitudes dos EMs obtidos em relação aos dois tipos de serviços domésticos considerados, que, tudo o mais mantido constante, ser uma família unipessoal aumenta mais a probabilidade de contratar uma trabalhadora diarista. Em sentido contrário, ser uma família com casal e filhos ou com chefe e filhos aumenta mais a probabilidade de contratar ao menos uma mensalista. No caso da família com casal sem filhos, essas probabilidades são iguais. Ou seja, os resultados corroboram quase integralmente a hipótese 4, formulada a partir dos pressupostos dos autores nacionais sobre os efeitos das mudanças mais recentes na composição das famílias sobre a demanda (Quadro 1). A única ressalva é essa igualdade verificada no caso da família composta só pelo casal, que esperava-se ter maior probabilidade de contratar diaristas.

Ainda com relação aos arranjos familiares, um resultado surpreendente é que, comparando-se as magnitudes dos oito EMs estimados através da tipologia de família, no modelo completo, verifica-se que a família unipessoal é o arranjo que tem mais peso em explicar a demanda tanto pelo trabalho doméstico eventual quanto pelo trabalho de caráter contínuo. Se a família é tipo unipessoal, a probabilidades de contratar uma diarista ou de contratar ao menos uma mensalista aumenta 9,01% e 7,58%, respectivamente, em relação

a não contratar. Esse achado, que é diferente no modelo 3, e a igualdade das probabilidades de contratação de diaristas e mensalista, observada no caso da família só com casal, parecem indicar que, quando controlada por renda, a preferência das famílias brasileiras pelas mensalistas ainda é muito elevada, no período considerado. Isso pode ser um indicativo, a ser explorado oportunamente, de que a transição da demanda para um outro perfil de trabalhadora poderia ser explicada também pelo aumento de custo das famílias com as mensalistas, que não foi controlado no modelo, mas é um dos argumentos dos autores apresentados no Quadro 1.

Quanto às demais variáveis do modelo 3 (necessidade em termos de volume de serviços), os resultados encontrados confirmam parcialmente os efeitos esperados. Por um lado, a presença de filhos pequenos e a de pessoas muito idosas, que demandam cuidado e/ou acompanhamento em tempo integral, de fato aumentam mais a probabilidade de uma família contratar uma trabalhadora doméstica do tipo mensalista do que uma diarista (hipótese 5). No caso dos filhos pequenos, o EM da contratação de diarista nem tem significado estatístico. Mas, ao contrário do esperado, a quantidade de filhos com menos de 18 anos diminui as chances de uma família contratar trabalhadoras diaristas. É verdade que o EM é pequeno. Ainda assim, diferentemente do pressuposto de BAXTER *et al.* (2009) para a Austrália, verifica-se que quanto maior a quantidade de filhos mais velhos, menor é a probabilidade de uma família brasileira contratar uma ajudante remunerada eventual, talvez porque eles acabem assumindo responsabilidades por parte do trabalho doméstico. Se for isto, é um achado surpreendente, porque a impressão que se tem é que os pais de classes média/alta, normalmente, têm muita dificuldade em obter o comprometimento dos filhos mais velhos com as tarefas domésticas. Trata-se, pois, de outro resultado a ser explorado de forma mais cuidadosa, em um momento posterior.

No modelo 4, que foca na disponibilidade de tempo das pessoas para fazer por conta própria os serviços de casa, os resultados encontrados também são diferentes em relação ao modelo completo, mas em sentido contrário aos dos arranjos familiares, do modelo 3. De fato, se a família é composta por casal ou só por chefe, e tanto os membros do casal quanto o chefe sozinho trabalham fora de casa, há aumentos de 2,02% na probabilidade de contratação de uma diarista e de 3,14%, na probabilidade de contratação de ao menos uma mensalista (modelo 5). Esses efeitos, no entanto, são bem menores em magnitude dos que os encontrados no modelo simples, sem as outras variáveis (modelo 4). Nesse caso, os três outros tipos de famílias considerados (com casal onde só a mulher

trabalha, com casal e nenhum dos dois trabalha e só com chefe que não trabalha) também apresentaram EMs significativos para a contratação de ambos os tipos de trabalhadoras. Mas, no modelo completo algumas dessas famílias perderam significância, mantendo-se relevantes apenas as dos tipos casal em que só a mulher trabalha, no caso da contratação de ao menos uma mensalista, e casal onde nenhum dos dois trabalham, nos dois tipos de contratação. De todo modo, os achados, ainda que menos intensos, corroboram a hipótese 6 de que existe uma associação positiva entre a contratação de uma trabalhadora doméstica e a redução do tempo disponível para os afazeres domésticos, em decorrência do trabalho remunerado dos adultos responsáveis pela casa, sobretudo no caso da mensalista.

Por último, os resultados encontrados para as variáveis de controle no modelo completo foram, em geral, como esperado. Em relação aos atributos pessoais dos chefes dos domicílios, por exemplo, se eles são de cor não-negra, aumentam as probabilidades da família contratar tanto uma trabalhadora diarista quanto uma mensalista, ao invés de não contratar. Mas a idade do chefe só é relevante para explicar a contratação da mensalista. Por outro lado, se o chefe é uma mulher, menores são as chances da família contratar uma mensalista e irrelevante no caso da diarista. A escolaridade, por sua vez, parece ter pouco influência explicativa em ambos os casos.

Quanto as variáveis geográficas, os principais achados são que ser uma família que mora nas Regiões Sul e Centro-Oeste aumenta as probabilidades de contratação de uma trabalhadora diarista, tudo o mais mantido constante. Neste caso, as Regiões Sudeste e Nordeste, não são significativas. Já no caso das mensalistas, os resultados são bem mais robustos, conforme esperado: ser uma família que mora em qualquer Grande Região do país, diferente da Região Norte, diminui a probabilidade de contratação deste tipo de profissional e em escala decrescente, segundo o grau de desenvolvimento da região. Em outras palavras, quanto maiores os níveis de desenvolvimento econômico da região, menor é a demanda pela contratação de uma mensalista. Se a família pertence à Região Sul, por exemplo, a probabilidade de contratar uma mensalista reduz em cerca de 11%, sendo esta a variável de maior impacto do modelo. Os dados mostram, então, que a mensalista, apesar de se concentrar em termos quantitativos no Sudeste, onde a renda é mais elevada, é uma forma de ocupação típica de regiões mais conservadoras e desiguais do país. Por último, se o domicílio pertence ou não a uma região metropolitana urbana não influencia a demanda pelo trabalho doméstico remunerado.

5. Conclusão

O objetivo deste estudo foi identificar as características socioeconômicas e demográficas das famílias que contratam trabalhadoras domésticas diaristas e mensalistas, no Brasil. Para tanto foram testadas seis hipóteses sobre os fatores que influenciam a probabilidade de uma família terceirizar os afazeres da casa, derivadas das principais abordagens teóricas existentes na literatura internacional (recursos financeiros, necessidade e atitudes de gênero) e de alguns pressupostos de autores brasileiros. Em particular, foi investigado o tipo de associação existente entre os principais tipos de arranjos familiares e a preferência pela contratação de uma trabalhadora diarista ou de ao menos uma mensalista. Enquanto há muitos estudos nacionais sobre as mudanças e as permanências no perfil da trabalhadora doméstica, pouco se sabe, até o momento, sobre o “mundo dos patrões” (BRITES, 2013). A principal contribuição do artigo foi, portanto, dar um pontapé inicial no sentido de preencher essa lacuna existente na pesquisa acadêmica, em relação às condições da demanda pelo trabalho doméstico remunerado.

As evidências encontradas dão suporte à maioria das variáveis e teorias testadas, sobretudo no caso da contratação de mensalistas. Mas, como esperado, o nível de renda monetária familiar *per capita* parece ser o fator mais importante para determinar se uma família brasileira vai efetuar ou não despesas com a contratação de uma ajudante remunerada, de ambos os tipos. Quando colocada no modelo completo, a renda não apenas permanece com os mesmos resultados encontrados no modelo em que ela é considerada somente com as variáveis de controle, como contribui para mudar a magnitude e a significância estatística de todas as demais variáveis, nos dois tipos de contratação, fortalecendo os efeitos explicativos dos preditores relacionados ao volume de trabalho reprodutivo da casa (incluindo, o tipo de arranjo familiar) e enfraquecendo os efeitos dos preditores relacionados à disponibilidade de tempo.

Ou seja, quando controlada por renda, a demanda pelo trabalho doméstico remunerado no Brasil, tanto de profissionais diaristas quanto de mensalistas, parece ser determinada, em termos relativos, muito mais pela quantidade de serviço a ser feito, do que pelo fato dos moradores trabalharem fora e não terem tempo para fazer as tarefas de casa. A variável condição de trabalho tem impactos positivos em aumentar a procura pelo serviço doméstico remunerado dos dois tipos, mas os efeitos marginais das categorias consideradas são menos intensos do que os efeitos marginais das variáveis referentes ao volume de serviços domésticos. Talvez caiba, em uma oportunidade futura, investigar

mais detalhadamente essa associação entre trabalho fora de casa e demanda por uma ajudante remunerada, considerando somente uma amostra de famílias com casais, para verificar a relação entre a presença da trabalhadora doméstica no domicílio e o trabalho da mulher dona da casa, nos moldes do que é feito na maioria dos *papers* internacionais revisados. A expectativa é que seja maior e mais significativa a probabilidade de uma mulher que trabalha fora de casa contratar uma ajudante remunerada, do que um homem.

Com relação à hipótese da necessidade, um achado do estudo que chama muito a atenção – e parece sugestivo do papel que o ofício, provavelmente, ainda cumpre na sociedade brasileira, de símbolo de status ou mecanismo de liberação da classe média/alta de tarefas repetitivas, desagradáveis e cansativas – são as magnitudes elevadas dos EMs das variáveis família unipessoal e com casal, em relação à contratação de mensalistas. Se for considerada a quantidade de serviço doméstico a ser feito na casa, este resultado parece incongruente, porque essas famílias não produzem um volume elevado de afazeres domésticos para justificar o consumo de uma mensalista. Este achado também merece uma investigação mais aprofundada.

Outro registro muito interessante que pode ser feito é que as condições da demanda pelo trabalho doméstico remunerado, no Brasil, são relativamente diferentes, em termos do tipo de profissional contratada, mas apresentam também algumas semelhanças. No caso das diaristas, é possível afirmar que, quando controlado por renda, as famílias que, em 2008-2009, tinham maior probabilidade de demandar este tipo de serviço – mais flexível e eventual – eram as que tinham perfis demográficos mais típicos da segunda fase da transição demográfica, como as unipessoais; com casais sem filhos; monoparentais; sem filhos pequenos; e as que tinham chefes ou casais que trabalham fora de casa, mas em intensidade bem menor. Essas famílias também tinham maiores chances de residir nas Regiões Sul e Centro-Oeste do país, ao invés da Região Norte, e de ter uma pessoa responsável pelo domicílio (chefe) de raça não-negra.

Quanto às mensalistas, é possível afirmar que, em relação às famílias não contratantes de trabalho doméstico remunerado, aquelas que, em 2008-2009, tinham maior probabilidade de demandar este tipo de serviço – de natureza contínua e em jornada integral, predominantemente – eram famílias com casais ou chefes com filhos; com filhos muito pequenos; unipessoais; com pessoas muito idosas; com chefes ou casais que trabalham fora de casa; e com casal em que nenhum dos dois trabalha, em menor intensidade. Além dessas características, essas famílias tinham maior probabilidades de

residir em região menos desenvolvidas, como o Norte e o Nordeste; e de ter um chefe de raça não-negra, homem e mais maduro.

Por fim, uma observação digna de nota é que, em comparação com a experiência internacional, o perfil predominante da família que contrata trabalhadora diarista, no Brasil, parece mais próximo (pelo menos em 2008-2009) do perfil das famílias que em países desenvolvidos são não contratantes de trabalho doméstico remunerado (SPITZE, 1999). Em contrapartida, o perfil predominante da família contratante de trabalhadora doméstica mensalista se assemelha mais ao perfil da família que consome serviços de diaristas eventuais, em nações desenvolvidas. Em outras palavras, os achados parecem indicar que, quando controlada por renda, a preferência das famílias contratantes pelas mensalistas, independentemente da sua composição demográfica, ainda era muito elevada no período considerado.

De todo modo, já era possível perceber que o país vinha experimentando um processo novo de transição no perfil da demanda pelo trabalho doméstico remunerado, cujos desdobramentos ainda não são muito claros. Por um lado, se esses movimentos de crescimento da procura e da oferta de diaristas, combinados ainda às tendências de retração e envelhecimento da categoria, se intensificarem, é de se perguntar como serão supridas - na ausência de políticas públicas de promoção de uma maior equidade de gênero e do bem-estar das famílias - as necessidades daqueles para os quais o trabalho das mensalistas ainda é fundamental, como crianças pequenas, idosos, portadores de deficiências, pessoas doentes e pais e mães que trabalham fora. Por outro, mesmo que se intensifiquem as tendências de mudanças observadas no perfil da demanda - motivadas pela continuidade das transformações em curso na composição demográfica das famílias e, até mesmo, por mudanças nas preferências das próprias trabalhadoras -, novas pressões recessivas sobre mercado de trabalho, mais aumento de desigualdade social e envelhecimento, podem ensejar um novo movimento de elevação da oferta de trabalhadoras domésticas, inclusive mensalistas, cuja importância na área de cuidado de idosos tende a aumentar.

Apêndice

Coefficientes β estimados para as equações do modelo de regressão logística multinomial e dos indicadores de precisão das estimativas com o uso do plano amostra complexo (DEFF e MEFF)

| VARIÁVEIS | Contrata diarista | | | Contrata ao menos uma mensalista | | |
|---|-------------------|--------|--------|----------------------------------|--------|--------|
| | β | DEFF | MEFF | β | DEFF | MEFF |
| <i>Intercepto</i> | -6,4234 | 2,1783 | 2,7146 | -8,2233 | 2,5195 | 4,915 |
| 1. Renda monetária familiar <i>per capita</i> em centis | 0,0401 | 2,373 | 2,887 | 0,05264 | 2,508 | 2,301 |
| 2. Prop. renda feminina na renda familiar | 0,0657 | 2,927 | 2,447 | 0,37677 | 2,315 | 3,110 |
| 3. Família unipessoal | 1,3295 | 3,547 | 3,180 | 1,31205 | 3,078 | 2,734 |
| 4. Família com casal | 0,6409 | 3,009 | 2,610 | 0,73380 | 2,667 | 2,766 |
| 5. Família com casal e filhos | 0,3123 | 2,720 | 2,449 | 0,84694 | 2,486 | 2,587 |
| 6. Família com chefe e filhos | 0,5137 | 2,754 | 2,461 | 0,68053 | 2,397 | 1,709 |
| 7. Número de filhos com menos de 18 anos | -0,1332 | 3,138 | 2,656 | -0,05304 | 1,943 | 2,602 |
| 8. Presença de filhos de 0 a 6 anos | 0,0553 | 2,781 | 2,500 | 0,83562 | 2,473 | 2,720 |
| 9. Presença de idosos com 70 anos ou mais | 0,3079 | 2,738 | 2,187 | 0,67109 | 2,812 | 2,152 |
| 10. Família com casal ou chefe e os 3 trabalham | 0,3314 | 3,219 | 2,681 | 0,50423 | 2,326 | 2,431 |
| 11. Família com casal e só a mulher trabalha | 0,2053 | 3,106 | 2,693 | 0,30155 | 2,424 | 2,225 |
| 12. Família com casal e nenhum dos 2 trabalha | 0,2926 | 3,949 | 3,362 | 0,32282 | 2,364 | 2,538 |
| 13. Família com chefe que não trabalha | -0,0325 | 2,828 | 2,305 | -0,09226 | 2,579 | 2,224 |
| 14. Sul | 0,0312 | 1,668 | 2,514 | -1,49702 | 1,775 | 2,803 |
| 15. Sudeste | -0,1801 | 1,764 | 2,901 | -1,04656 | 1,850 | 2,436 |
| 16. Centro-Oeste | 0,1169 | 1,324 | 2,500 | -0,44455 | 1,220 | 2,705 |
| 17. Nordeste | 0,0289 | 1,458 | 2,643 | -0,20050 | 1,436 | 2,522 |
| 18. Área Rural | -0,8973 | 1,603 | 2,516 | -0,86681 | 1,520 | 3,798 |
| 19. Área urbana metropolitana | 0,0053 | 4,533 | 3,331 | -0,09539 | 4,686 | 2,233 |
| 20. Anos de estudo do chefe | 0,0251 | 2,573 | 2,788 | 0,02714 | 1,945 | 2,436 |
| 21. Chefe de raça não negra (branca e outras) | 0,6698 | 2,672 | 2,395 | 0,84574 | 2,293 | 2,988 |
| 22. Chefe do sexo feminino | -0,1857 | 2,707 | 2,322 | -0,29981 | 2,899 | 2,597 |
| 23. Idade do chefe | -0,0045 | 2,681 | 2,212 | 0,10700 | 2,588 | 2,6344 |

Essa tabela apresenta os coeficientes β estimados do modelo de regressão logística multinomial, juntamente com o cálculo de dois indicadores que avaliam o impacto da incorporação do plano amostral sobre a precisão das estimativas: Efeito do Plano Amostral (DEFF – Design Effect) e Efeito do Plano Amostral Ampliado (MEFF – Misspecification Effect)⁴⁴. Esses indicadores fornecem uma medida da importância de se considerar as especificações corretas do plano amostral, mostrando em quanto a estimativa da variância dos coeficientes seria subestimada, caso o plano amostral complexo e suas peculiaridades fossem ignorados.

As estimativas do efeito do plano amostral indicaram que sua correta especificação foi fundamental para a obtenção de estimativas robustas e não viciadas para os coeficientes. Isto é visível, porque todos os DEFF's e MEFF's foram superiores a 1, confirmando que a variância das estimativas dos β 's seriam subestimadas, caso a amostra complexa da POF 2008-2009 fosse considerada como uma amostra aleatória simples.

⁴⁴ Detalhes sobre os cálculos desses indicadores podem ser obtidos em Skinner *et al* (1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal motivação desta tese era testar e discutir, de forma articulada, as principais hipóteses associadas às condições da oferta e da demanda que são encontradas na literatura para explicar as mudanças em curso no perfil da mão de obra feminina que presta serviços domésticos no Brasil. Sobretudo as hipóteses associadas às condições da demanda – e em particular as mudanças na composição demográfica das famílias contratantes – eram de grande interesse para a tese, porque foi identificada uma lacuna muito grande sobre o assunto na pesquisa nacional sobre a dinâmica da atividade.

Agora, para terminar, e buscando dar uma amarração mínima às principais evidências e conclusões obtidas nos três estudos desenvolvidos, é adequado tecer algumas considerações finais. Os resultados encontrados no primeiro estudo mostram de forma robusta que, em função dos efeitos positivos da maior escolaridade obtida pelas mulheres brasileiras a cada geração, e que são potencializados em momentos de pujança da economia e do mercado de trabalho, tem havido redução na participação do trabalho doméstico remunerado na estrutura ocupacional feminina, com concomitante migração de mulheres jovens e mais educadas para outras ocupações mais valorizadas, protegidas e bem remuneradas. Como consequência, a categoria está se tornando mais envelhecida. Simultaneamente, como mostrado no segundo estudo, as trabalhadoras que permanecem alocadas na atividade doméstica, que ainda é uma das principais empregadoras de mulheres no país, estão mudando de perfil e se tornando, também, mais escolarizadas e um pouco menos dependentes dos seus contratantes, além de estarem trabalhando menos horas por semana, ganhando um pouco mais e tendo a chance de negociar condições de trabalho em um ambiente de mais direitos, ainda que sujeito a muitas restrições e contradições. Esses dois movimentos, embora insuficientes, até agora, para reduzir, de forma efetiva, as nossas gritantes desigualdades sociais e o não menos gritante hiato de gênero do nosso mercado de trabalho, são muito positivos.

Neste sentido, iniciativas que estimulem a continuidade e o aprofundamento de ambos os processos deveriam ser mantidas, aperfeiçoadas e ampliadas. Por isto mesmo, são muito preocupantes os efeitos da grave recessão econômica que se abateu sobre o mercado de trabalho brasileiro, nos últimos dois anos, e que podem arrefecer ou, até mesmo, reverter temporariamente, a tendência de alocação da mão de obra feminina jovem e mais escolarizada em ocupações de melhor qualidade.

Mais preocupantes, ainda, além de muito frustrantes, são a extensão e a gravidade das medidas recém-aprovadas no Congresso Nacional, flexibilizando a legislação do trabalho, apenas dois anos após a regulamentação da nova lei das domésticas. Ainda que tudo seja muito recente e não se saiba, exatamente, como as novas regras vão funcionar, certamente haverá perda de direitos importantes, inclusive de alguns recém-assegurados à categoria. A principal delas pode ser uma maior dificuldade de acesso à Justiça do Trabalho. Com a reforma trabalhista, o ônus para o pagamento de perícias, que antes era do reclamado, passa a recair sobre o proponente da reclamação (no caso, a doméstica) que terá também de arcar com os honorários advocatícios da parte reclamada, caso perca a ação. Além disto, serão fixados limites de renda muito baixos para o trabalhador ter o direito de acesso à Justiça gratuita. A partir da vigência das novas regras, a trabalhadora doméstica terá de provar, então, que é muito pobre para ter o atendimento gratuito. Outra perda relevante é legalização da chamada "demissão de comum acordo" entre as partes, na qual o trabalhador perde o direito de acesso ao seguro desemprego. Neste caso, muito provavelmente, as trabalhadoras domésticas – assim como todos os outros trabalhadores de baixa renda e sem reservas financeiras – tenderão a fazer o acordo diretamente com o patrão, recebendo verbas e multas rescisórias bem menores, para não ficar sem recursos no período de desemprego. Outras questões são o pagamento das horas extras e o controle da jornada de trabalho. Com as novas regras, as horas extras poderão ser compensadas, por meio de uma "negociação" tácita entre as partes. As horas utilizadas para fins próprios (banho, conversa com a trabalhadora do vizinho, com o filho ao celular etc.), por sua vez, não serão computadas na jornada. Em suma, o potencial de retrocessos em relação à lei ora em vigor, que é válida somente para as trabalhadoras registradas em carteira de trabalho e mal havia começado a ser aplicada, é grande. No sentido de melhorar as condições de trabalho no setor, ao contrário dessa flexibilização do momento, o que os legisladores deveriam estar discutindo eram formas alternativas de estender também para as diaristas os direitos previstos na lei aprovada em 2015, além de garantir o seu cumprimento para o imenso contingente de mensalistas que ainda trabalha sem carteira assinada, como mostrado no segundo estudo desta tese.

Os achados do trabalho também evidenciam de forma consistente que a dinâmica de transformação no perfil demográfico das famílias brasileiras, de fato, é muito importante para explicar a direção das mudanças nas condições da oferta de trabalhadoras domésticas. Mesmo que não se tenha considerado uma série histórica maior da POF, em função da dificuldade de harmonizar as pesquisas mais antigas com as atuais, o processo

de “diarização” é fortemente associado a famílias com características mais típicas da segunda fase da transição demográfica, como as unipessoais, com casais sem filhos, monoparentais, e sem crianças pequenas, como visto no terceiro estudo. Dado que essa dinâmica familiar é determinada por transformações sociais de longo prazo, e exógenas ao setor (queda da fecundidade, aumento da expectativa de vida e modernização dos hábitos, costumes e atitudes das famílias urbanas), é provável que ela continue se aprofundando nos próximos anos, indicando que a tendência de crescimento da proporção de trabalhadoras diaristas deve permanecer. Neste contexto, não é de todo impróprio supor que, à medida que a atividade doméstica siga se transformando e ficando cada vez mais profissionalizada, cara e escassa, a demanda por razões de status ou por desinteresse das pessoas em fazer tarefas desagradáveis vá, paulatinamente, diminuir em importância, ao passo que vão ganhar relevância aqueles fatores de natureza mais subjetiva e atitudinal que foram mencionados na revisão da literatura do terceiro estudo. Processos como estes, se de fato acontecerem no Brasil, serão sinal de transformações realmente efetivas no papel histórico exercido pela trabalhadora doméstica em nossa sociedade e, quiçá, também de conquistas, há muito desejadas, no sentido de uma maior participação dos homens e demais pessoas da família no compartilhamento do trabalho reprodutivo.

Com relação a esses aspectos mais subjetivos da demanda, cabe também resgatar brevemente o *paper* de MEAGHER (2002). Como dito antes, a autora discorda daqueles que julgam antiética e imoral a contratação de um terceiro para fazer o trabalho doméstico, em função dos três argumentos listados no terceiro estudo. O primeiro contra-argumento dela é afirmar que se a contratação é regular, em base legal, bem remunerada, com respeito à trabalhadora, na forma de prestação de serviços específicos (como a diarista especializada) e até com a opção da intermediação por empresas prestadoras de serviço, não há porque ser considerada uma contratação inadequada e antiética. Outro contra-argumento da autora – desta vez para discordar dos que veem no ato de contratar serviços domésticos uma atitude fútil, no sentido de comprar prazer em ser servido – lança para o leitor a seguinte provocação: “O que é o capitalismo, senão a mercantilização do prazer?”. Posto isto, MEAGHER (2002) afirma que não há porque considerar a trabalhadora doméstica diferente dos garçons e garçonetes, das aeromoças, das funcionárias dos salões de beleza e de tantos outros profissionais que tiram o seu sustento vendendo satisfação e prazer ao cliente. Tendo a concordar com a autora. Na minha opinião, a plena incorporação da trabalhadora doméstica à lógica empresarial de mercado é fundamental para o aumento do grau de profissionalização da categoria.

Um último aspecto importante a considerar é que as mudanças nas condições da demanda e da oferta de trabalhadoras domésticas são processos ainda muito imaturos, no Brasil. Como mostram os resultados do modelo completo de regressão ajustado no terceiro estudo da tese, mesmo que haja uma demanda significativa e crescente pelo trabalho das diaristas, a maioria dos fatores que a literatura aborda para explicar a procura por uma ajudante remunerada ainda são mais significativos, no Brasil, para explicar a procura pelas mensalistas. Até o momento, as mensalistas continuam sendo as trabalhadoras preferidas por famílias com casais e filhos, monoparentais, com filhos muito pequenos, com pessoas idosas e por aquelas com casais ou chefes sozinhos que trabalham fora de casa ou com casais onde só a mulher trabalha.

Mas, com o encarecimento dos serviços domésticos prestados pelas mensalistas, por um lado, e as mudanças de expectativas e de alternativas para as moças pobres mais educadas, por outro – além da crescente preferência das próprias trabalhadoras pelo trabalho por dia, como mostrado no segundo estudo – esse tipo de serviço poderá ser menos comum do que é hoje. Num cenário como este, em que as diaristas serão mais comuns – e, talvez, preferirão trabalhar como funcionárias de empresas prestadoras de serviços do que como funcionárias dos próprios domicílios – a demanda pelo serviço de natureza contínua não será coberta e o trabalho doméstico remunerado deixará de ser a única e cômoda válvula de escape da sociedade brasileira para as tensões existentes entre maridos e mulheres e entre mães e filhos, em torno da execução das tarefas de casa.

Desse modo, uma redução mais acentuada na oferta de trabalhadoras domésticas, combinada à ausência de políticas de bem-estar destinadas a promover as famílias e a igualdade de gênero, é um cenário que, caso realmente se configure no Brasil, projeta grandes preocupações em relação à qualidade de vida familiar e laboral das mulheres – dados os encargos que foram historicamente atribuídos a elas, como os cuidados com os membros da família (tanto os que têm autonomia quanto os que não têm) e a realização das tarefas domésticas. Mas os desdobramentos de um cenário como este – que é pouco provável, a curto prazo, por causa das dificuldades que o país tem em manter um ciclo de crescimento econômico sustentável, por um período mais longo – podem ter graves consequências também para toda a sociedade, inclusive de natureza demográfica. Neste sentido, em que pese a longa citação, encerro com as esclarecedoras palavras de DIEESE (2016: 6-7), que cabem aqui, à perfeição:

Com a crescente aspiração por maior autonomia e diante da falta de serviços públicos de educação infantil, executados nas creches, as mulheres responderam à pressão social

para os cuidados em relação às crianças com o controle da fecundidade e reduziram, intensamente e em curto período de tempo, o número de filhos. O processo de disseminação e aguçamento desse comportamento levou então ao envelhecimento populacional, que trouxe impactos ao conjunto das políticas públicas. Em outras palavras, a redução do número de filhos por mulher e o consequente envelhecimento populacional deve-se, pelo menos em parte, à falta de políticas públicas voltadas para os cuidados com as crianças pequenas.

As mulheres, no entanto, já estão sendo surpreendidas pelo retorno sobre elas do processo de envelhecimento demográfico e, no futuro, poderão ser ainda mais sobrecarregadas. Tornam-se cada vez mais comuns as experiências de idosos com doenças crônicas e em processo de senilidade e demência sendo cuidados por mulheres da família. Com a expansão da longevidade, as mulheres poderão vir a sofrer com a responsabilidade de cuidar dos idosos com pouca autonomia individual. A sobrecarga feminina tende a ser maior em função da redução do tamanho das famílias, também causada pela diminuição do número de filhos (...).

(...) o problema da queda da fecundidade pode não ter terminado ainda. As mulheres podem continuar a reduzir o número de filhos que têm, pressionadas por diversos fatores: o lento avanço dos serviços públicos de educação infantil; o ônus dos cuidados com os familiares, em especial com os que têm pouca autonomia; as trajetórias ocupacionais precarizadas, intermitentes e mais longas (com a elevação da idade de aposentadoria); além do avanço e consolidação do desejo por independência, realização pessoal e consumo. A falta ou a limitação de políticas públicas voltadas para a família e para a mulher pode levar ao agravamento do processo de envelhecimento populacional, com impactos ainda mais sérios sobre a economia e as políticas públicas.

Referências Bibliográficas

- AGRESTI, L.J.; FINLAY, M.H. (2009). **Statistical Methods for the Social Sciences**. Fourth Edition. PEARSON Prentice-Hall, Upper Saddle River, New Jersey.
- ALMEIDA, P.A.; ALVES, J.E.D.; SILVA, J.J. (2016). **Uma análise demográfica do filme *Que horas ela volta?*** *Paper* apresentado no XX Encontro Nacional da ABEP e VII Congresso da ALAP – sessão temática n.32 – “Emprego Doméstico Remunerado” – realizado em Foz do Iguaçu, PR, entre os dias 20 e 23 de outubro.
- ARRIAGADA, I. (2007). Transformaciones familiares y políticas de bienestar en América Latina. In: ARRIAGADA, I. (org.). **Familias y políticas públicas en América Latina: Una historia de desencuentros**. CEPAL, Santiago de Chile.
- ÁVILA, M. B. (2009). **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco.
- BALTAR, P.E.; SANTOS, A. L.; KREIN, J. D.; LEONE, E.; PRONI, M.; MORETTO, A.; MAIA, A. G; SALAS, C. (2010). Trabalho no Governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. Global Labour University. **Working Papers**, n. 9.
- BARBOSA, F.C. **Trabalho e residência: estudo das ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício a partir de migrantes “nordestinos”**. Niterói, EDUF. (Coleção Antropologia e Ciência Política, n.25)
- BAXTER, J.; HEWITT, B; WESTERN, M. (2009). “Who uses domestic labor in Australia? Choice and constraint in hiring household help”. **Feminist Economics**, 15(1), January 1-26.
- BECKER, G. (1981). **A Treatise on the Family**. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- BIANCHI, S. M.; MILKIE, M. A.; SAYER, L.C.; ROBINSON, J. P. (2000). Is Anyone Doing the Housework? Trends in the Gender Division of Household Labor. **Social Forces**, 79 (1):191-228.
- BITTMAN, M.; MATHESON, G.; MEAGHER, G. (1999). The Changing Boundary between Home and Market: Australian Trends in Outsourcing Domestic Labour. **Work, Employment & Society**, 13 (2):249-73.
- BONGAARTS, J. (2001). Household Size and Composition in the Developing World in the 1900s. **Population Studies** 55 3): 263-279.
- BRAYFIELD A.; HOFFERTH, S. L. (1995). Balancing the family budget: differences in child care expenditures by race/ethnicity, economic status, and family structure. **Social Science Quarterly**, 76:158-77.
- BRITES, J. G. (2013). Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 349, p. 422-451.

- BRITES, J. G., PICANÇO, F. (2014). O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisa. **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**, Ano 19, n. 31, p. 131-158.
- BRITO, F. (2009). As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. (**Texto para discussão** – n. 366).
- CHAN, A. H. (2006). “The effects of full-time domestic workers on married women’s economic activity in Hong-Kong, 1981-2001”. **International Sociology**, 21:133.
- CHAPLIN, D. (1978). “Domestic Service and Industrialization”. **Comparative Studies in Sociology**, 1:97-127.
- CHARRY, A. (2003). “La Participación Laboral de las Mujeres no Jefes de Hogar en Colombia y el Efecto del Servicio Doméstico”. **Borradores de Economía**, 262. Bogotá.
- CHEUNG, A. K. L.; LUI, L. (2015). Hiring Domestic Help in Honk Kong: The Role of Gender Attitude and Wife’s Income. **Journal of Family Issues**, 38(1):1-27.
- COHEN, P.N. (1998). “Replacing Housework in the Service Economy: Gender, Class, and Race-Ethnicity in Service Spending.” **Gender and Society**, 12(2): 219–31.
- COLLVER, A.; LANGLOIS, E. (1962). “The Female Labor Force in Metropolitan Areas: an International Comparison”. **Economic Development and Cultural Change**, 10(04): 367-85.
- COSER, L. A. (1973). “Servants: The Obsolescence of an Occupational Role”. **Social Forces**, 52(1): 31-40.
- DAMATTA, R. (1997). **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco.
- DE RUIJTER, E.; VAN DER LIPPE, T. (2007). Effects of Job Features on Domestic Outsourcing as a Strategy for Combining Paid and Domestic Work. **Work and Occupations**. 34(2): 205-30
- DE RUIJTER, E.; VAN DER LIPPE, T. (2009). Getting outside Help: How Trust Problems Explain Household Differences in Domestic Outsourcing in the Netherlands. **Journal of Family Issues**, 30 (3):3-27
- DIEESE (2012). O emprego doméstico nos anos 2000. In: **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo, 2012, p.145-163.
- DIEESE (2013). O Emprego Doméstico no Brasil. **Nota Técnica** n. 68, São Paulo.
- DIEESE (2016). Os Impactos das Mudanças Demográficas na Seguridade Social e o Ajuste Fiscal. **Nota Técnica** n. 160, São Paulo.
- DINIZ, B. P. C.; SILVEIRA, F. G.; BARSTASSO, B.; MAGALHÃES, L. C. G.; SERVO, L. M. S. (2007). “As pesquisas de orçamentos familiares no Brasil”. In GAIGER, F. *et al* (orgs.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília. IPEA. Volume 2, pp. 17-74.

- FNPETI (2013). "O Trabalho Infantil Doméstico no Brasil: avaliação a partir dos microdados da PNAD/IBGE (2008-2011)". **Relatório de Pesquisa** realizada pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI. Apoio Fundação Telefônica/Vivo. Brasília.
- FRAGA, A. B. (2010). **De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro.
- FRANTZ, E. (2008). "Of maids and madams: Sri Lankan Domestic workers and their employers in Jordan". **Critical Asian Studies**, 40:4, 609-638.
- GÁLVEZ, T.; TODARO, R. (1989). Housework for Pay in Chile: Not Just Another Job. In. **Muchachas no More: Household Workers in Latin America and the Caribbean**. Edited by CHANEY, E. M and CASTRO, M. G. Philadelphia. Temple University Press. p. 307-321.
- GOLDANI, A. M. A. (2002). Família, Gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 19 (1). jan/jun.
- GREGSON, N.; LOWE, M. (1994). **Serving the middle classes: Class, gender and waged domestic labour in contemporary Britain**. London: Routledge.
- HANSON, S. L., OOMS, T. (1991). The economic costs and rewards of two-earner, two-parent families. **Journal of Marriage and the Family**, 53:622-34.
- HARRIS, D. (2007). **Você vai me servir: desigualdade, proximidade e agência nos dois lados do Equador**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- IBGE (2008). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 – **Manual do Agente de Pesquisa**. Rio de Janeiro.
- ILO (2013). **Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection**. International Labour Office. Geneva.
- IPEA (2011). Situação das trabalhadoras domésticas no país. **Comunicado do IPEA**, n. 90. Rio de Janeiro.
- IPEA (2016). Mulheres e trabalho; breve análise do período 2004-2014. **Nota Técnica**, n. 24. Rio de Janeiro.
- IPEA (2017). Previdência e gênero: porque as idades de aposentadoria de homens e mulheres devem ser diferentes? **Nota Técnica**, n. 35. Rio de Janeiro.
- JACQUET, C. (2003). Urbanização e emprego doméstico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 52, p. 162-184.

- JELIN, E. (1977). Migration and Labor Force Participation of Latin American Women: The Domestic Servants in the Cities. **Signs**, v. 3, n. 1, **Women and National Development: The Complexities of Change**. p. 129-141.
- KITAGAWA, E. M (1955). Components of a difference between two rates. **Journal of the American Statistical Association**, v. 50, n. 272.
- KUZNESOF, E. (1989). A History of Domestic Service in Spanish America – 1492-1980. In: **Muchachas no More: Household Workers in Latin America and the Caribbean**. Edited by CHANEY, E. M and CASTRO, M. G. Philadelphia. Temple University Press. p. 17-35.
- LEME, M. C. S., WAJNMAN, S. (2003). Efeitos de período, coorte e ciclo de vida na participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. In: S. WAJNMAN e A. F. MACHADO (orgs). **Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG (Coleção População e Economia).
- LEONE, E. T; BALTAR, P. (2008). A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 25, n. 2, p. 233-249.
- LIBERATO, V.C. (1999). “A Dinâmica do Serviço Doméstico Remunerado nos Anos Noventa no Brasil”. In: **Anais da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET)**, VI Encontro Nacional, Belo Horizonte.
- LONG, J.S. (1997). **Regression models for categorical and limited dependent variables**. (Advanced quantitative techniques in the social sciences, v. 7) SAGE publications. California.
- LONG, J.S., FREESE, J. (2001). **Regression models for categorical dependent variables using Stata**. Stata Press, College Station, Texas.
- MARQUES, L. A; COSTA, P. L. (2013). Questões para pensar o Trabalho Doméstico no Brasil. In SILVA, T. D. S; GOES, F. L. (organizadoras). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes**. – Brasília: Ipea, p. 31-43.
- MASON, W.M., FIENBERG, S.E. (1985). **Cohort analysis in social research: beyond the identification problem**. Nova York: Springer.
- MEAGHER, G. (2002). Is it wrong to pay for housework? **Hypatia**. 17 (2) 52-66
- MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. (2002). Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1977 e 1998. **Texto para Discussão**, 886. IPEA, Rio de Janeiro.
- MELO, F. L. B. (2006). **Trajetórias no mercado de trabalho: perfis sociocupacionais de indivíduos e casais da Grande São Paulo**. Belo Horizonte, CEDEPLAR-UFMG. Tese de doutorado

- MELO, H. P. (1998). O Serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. **Texto para Discussão**, n. 56, IPEA.
- MILKMAN, R.; REESE, E.; ROTH, B. (1998). “The Macrosociology of Paid Domestic Labor”. **Work and Occupations**, 24 (4): 485-510.
- MINNESOTA POPULATION CENTER (2017). *Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 6.5* [dataset]. Minneapolis: University of Minnesota. <http://doi.org/10.18128/D020.V6.5>.
- MONTICELLI, T. A. (2013). Diaristas, afeto e escolhas: ressignificações no trabalho doméstico remunerado. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFPR. Curitiba.
- MYRRHA, L. J. D.; WAJNMAN, S. (2007). Características e Heterogeneidade do Emprego Doméstico no Brasil. **Revista ABET**. v. VI, n. 2.
- OLIVEIRA, A. M. H. C. de (2002). **Acumulando informações e estudando mudanças ao longo do tempo: análises longitudinais do mercado de trabalho brasileiro**. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- OROPESA, R.S. (1993). “Using the Service Economy to Relieve the Double Burden: Female Labor Force Participation and Service Purchases”. **Journal of Family Issues**. 14(3): 438-73.
- PESSOA, D.G.C.; NASCIMENTO SILVA, P. L. (1998). **Análise de Dados Amostrais Complexos**. IBGE – Rio de Janeiro.
- PINHO, P. S.; SILVA, E. B. (2010). Domestic Relations in Brazil: legacies and horizons. **Latin American Research Review**. 45 (2): 90-113.
- PRESTON, S. H.; HEUVELINE, P.; GUILLOT, M (2001). **Demography: measuring and modeling population process**. Blackwell Publishing.
- RIGOTTI, J. I. R; DIMITRI, F.; CAMPOS, J. (2014). A distribuição espacial da mão de obra qualificada no Brasil é um entrave ao crescimento econômico de maior valor agregado no interior do País? In: **Rede de pesquisa formação e mercado de trabalho: coletânea de artigos: volume I, Tendências e Aspectos Demográficos do Mercado de Trabalho**. OLIVEIRA, M. P. P. *et al.* (orgs). Brasília: IPEA: ABDI, v. 1, p.78-115.
- RIOS-NETO, E. L. G; OLIVEIRA, A. M. H. (2003). Aplicação de um modelo de idade-período-coorte para a atividade econômica no Brasil metropolitano. In: S. WAJNMAN e A. F. MACHADO (orgs). **Mercado de Trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG (Coleção População e Economia).
- RIOS-NETO, E. L. G; OLIVEIRA, A. M. H. (2004). Modelos idade-período-coorte aplicados à participação na força de trabalho: em busca de uma versão parcimoniosa. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, v.21, n.1, p. 21-4.

- RODGERS, J. (2009). Cambios en el servicio doméstico en América Latina. In: VALENZUELA, M. E.; MORA, C (Orgs). **Trabajo doméstico: um largo caminho hacia el trabajo decente**. Santiago, OIT. p. 71-113.
- RODGERS, J. (2013). **Changes in domestic service in Latin America**. Chile: ILO, 27 páginas. Disponível em <http://www.fep.up.pt/conferences/iwplms/documentos/wp_papers/paper_janine.doc> Acessado em 15 de janeiro de 2015
- RODRÍGUEZ, G. (2007). Logit Models for Binary Data. **Lectures Notes**, chapter 3. Princeton University. Disponível em <http://data.princeton.edu/wws509/notes/c3.pdf>
- SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. A. (2001). Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 31, n., p, 441-478, Rio de Janeiro.
- SHRYOCK, H. S.; SIEGEL, J. S. (1975). **The methods and materials of demography**. Edição condensada de Edward G. Stockwell, Academic Press.
- SILVA, M. A.; CARDOZO, L.; GARCIA, M. (1981), "As empregadas domésticas na região metropolitana do Rio de Janeiro". **Boletim Demográfico**, 12 (1): 26-92.
- SKINNER, C.J.; HOLT, D.; SMITH, T. M. F. (1989). **Analysis of complex surveys**. Chi Chester, UK: John Wiley & Sons Inc. 381 p.
- SOARES, S.; IZAKI, T. S. (2002). A participação feminina no mercado de trabalho. IPEA. **Texto para Discussão**. n. 23. Rio de Janeiro.
- SORJ, B. (2005). Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- SORJ, B.; FONTES, A. (2012). O “care” como um regime estratificado: Implicações de gênero e classe social no Brasil. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A (Orgs). **Cuidado e cuidadoras: as várias faces de trabalho do care**. São Paulo: Editora Atlas. p. 103-116.
- SPLITZ, G. (1999). “Getting Help with Housework: Household Resources and Social Networks.” **Journal of Family Issues**. 20(6): 724–45
- STOLLER, E.P; CUTLER, S.J. (1993). Predictors of use paid help among older people living in the community. **The Gerontologist**, 3:31-40.
- TENJO, J.; RIBEIRO, R. (1998). “Participación desempleo y mercados laborales en Colombia”. **Archivos de Macroeconomía** (DNP), nº 81.
- THERBORN, G. (2006). **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. Tradução de Elisabete Doria Bilac. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- TREAS, J.; D RUIJTER, E. (2008). Earnings and expenditures on household services in married and cohabiting unions. **Journal of Marriage and Family**, 70, 796-805.
- VAN DER LIPPE, T.; FREY, V.; TSVETKOVA, M. (2012). Outsourcing of Domestic Tasks: A Matter of Preferences? **Journal of Family Issues**, 34 (12): 1575–97.

- VAN DER LIPPE, T.; TIJDENS, K.; DERUIJTER, E. (2004). Outsourcing of Domestic Tasks and Time-Saving Effects. **Journal of Family Issues**, 25(2): 216–40.
- VIECELI, C. P. (2015). **Economia e relações de gênero e raça: uma abordagem sobre o emprego doméstico no Brasil**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- VIECELI, C.P.; SCHNEIDER, E. M.; MONTEIRO, S. M. M. (2015). Os determinantes do emprego doméstico no Brasil nos anos 2000. Artigo apresentado no **XIV Encontro Nacional da ABET**. Campinas (disponível para *download* em <http://abet2015.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Cristina-Pereira-Vieceli.pdf>)
- WAJNMAN, S. (2010). Relações familiares e diferenciais de rendimentos por sexo no Brasil. Texto apresentado no XVII Encontro Nacional da ABEP.
- WAJNMAN, S. (2012). **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. Tese Professor Titular apresentada ao Departamento de Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte.
- WAJNMAN, S.; QUEIROZ, B.; LIBERATO, V. (1998) O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, v. 2, p. 2.429-2.454.
- WAJNMAN, S.; RIOS-NETO, E. L. G. (1994). Participação feminina na população ativa do Brasil: alternativa para a projeção de níveis e padrões. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v..24, n.2, p. 203-234, Rio de Janeiro.
- WINDEBANK, J. (2001). Dual-earner couples in Britain and France: Gender divisions of domestic labour and parenting work in different welfare states. **Work, Employment & Society**, 15: 269-90.
- YANG, Y.; LAND, K. C. (2013). **Age-Period-Cohort Analysis: New Models, Methods and Empirical Applications**. Florida. CRC Press.